

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DE ARTE



AS ALMINHAS EM PORTUGAL E A DEVOLUÇÃO DA MEMÓRIA.
ESTUDO, RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO.

Olinda Maria de Jesus Rodrigues

MESTRADO EM ARTE, PATRIMÓNIO E TEORIA DO RESTAURO
Lisboa 2010

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DE ARTE



AS ALMINHAS EM PORTUGAL E A DEVOLUÇÃO DA MEMÓRIA.
ESTUDO, RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO.

Olinda Maria de Jesus Rodrigues

DISSERTAÇÃO ORIENTADA PELO PROFESSOR DOUTOR
FERNANDO GRILO

*À minha mãe e ao meu irmão Jorge;
Sem eles não teria sido possível chegar ao fim.*

ÍNDICE

Agradecimentos	1
Resumo	2
Abstract	3
Abreviaturas	4
Introdução	5

Capítulo I: Génese das Alminhas

1. A questão e a lógica do Purgatório na formação da crença.....	16
1.1 A evolução do conceito de Purgatório no século XII.....	26
1.2 O fogo do Purgatório e a definição do dogma.....	31
2. O culto das Almas do Purgatório – novas formas de religiosidade.....	37
2.1 A prática da Devotio Moderna à <i>Imitatio Christi</i>	42
2.2 A angústia da peste negra, os horrores da morte.....	44
2.3 As Missas de São Gregório- Liturgia popular.....	47
3. A Reforma Católica	50
3.1 O fenómeno das indulgências no século XVI.....	53
3.2 Lutero divide a Europa- Protestantes e Católicos	57
3.3 A Contra-Reforma: reflexos em Portugal	61
4. As Ordens Religiosas em Portugal	65
4.1 Sermões e petições às Almas- literatura volante piedosa.....	71
4.2 Os Jesuítas, pregadores do Culto às Almas.....	75
4.3 Os Testamentos e a encomendação das Almas	81

5. Da doutrina Tridentina ao nascimento das Alminhas.....	86
5.1 Luís Álvares de Andrade – O Pintor santo e mentor das Alminhas.....	87

Capítulo II: As Alminhas na arte portuguesa

6. Reminiscências pagãs das Alminhas – arte e função social.....	92
6.1 As Alminhas do erudito ao popular.....	94
6.2 As estampas e os registos de Santos.....	97
6.3 A intercessão dos Santos preferidos.....	101
6.3.1 Santo António- o santo protector das almas do Purgatório.....	103
6.3.2 Nossa Senhora do Carmo- a Virgem do Escapulário.....	105
6.3.3 O Arcanjo São Miguel- juiz e defensor das Almas.....	109
7. Os painéis das Alminhas - arte e centro da devoção.....	115
7.1 O Purgatório na pintura.....	118
7.2 Os altares de talha e as Almas.....	122
7.3 Os painéis hagiográficos com as Almas do Purgatório.....	125

Capítulo III: As Alminhas como património construído

8. Tentativas de inventariação e intervenção do Estado Novo.....	129
8.1 Contributo para o Inventário das Alminhas do Concelho de Castanheira de Pêra.	136
8.2 Ficha de Inventário modelo.....	138
9. Tipologia das Alminhas em Portugal.....	139
9.1 Problemas na salvaguarda, preservação e reabilitação das Alminhas e a responsabilidade nacional.....	145

Notas Finais.....	147
--------------------------	------------

Bibliografia.....	156
--------------------------	------------

AGRADECIMENTOS

Merecidos agradecimentos a quem me acompanhou neste “Purgatório”.

Aos meus primos Cidália e José Alves grandes companheiros na senda das Alminhas, à Isabel e ao José Pinto Coelho pelas primeiras leituras que deram alento para continuar, aos amigos do Coentral sempre disponíveis e atentos à cultura, ao Milo, à Sr.^a D.^a Maria Fernanda Simões Barata por nos dar a conhecer as veredas da sua terra com tanto gosto, ao António Carreira que contribuiu nos mapas da tese, ao Eng.^o Fernando Rui Mendes e ao Felipe Lopo fotógrafo e grande amigo das Alminhas, à Aldina Beato que de Castelo Branco nos enviou a foto mais difícil, ao Historiador de Arte Dr. Rui Matos da Unidade de Projectos de Alfama um sincero agradecimento pelo apoio bibliográfico e informações úteis, à colega de Mestrado Maria do Carmo Mendes pela troca de informações e ajuda na paginação da tese, ao Dr. Armando Geraldes Pires pelo seu espírito crítico, à Dr.^a Ana Sá da Costa e à Cristina Antunes pelo apoio gráfico.

A todas as Câmaras Municipais que me fizeram chegar informações sobre as Alminhas espalhadas pelo país e a tanta gente sensibilizada para este património que louvaram a escolha do tema: Dr. Manuel Tojal de Oliveira de Frades, Dr.^a Maria Carlos Chieira Pego de Cantanhede, Dr. António França de Ovar, Dr.^a Gabriela Figueiredo de Sever do Vouga. A Maria Eduarda Fernandes o meu sufrágio.

A todos os meus professores do Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras de Lisboa que de alguma maneira me influenciaram, um bem Hajam.

Finalmente, um especial agradecimento ao Professor Doutor Fernando Jorge Grilo que atento e eficaz, incentivou, apoiou e contribuiu para ultrapassar os momentos de dúvida, e acima de tudo, por ter aceite orientar o nosso trabalho.

Agora espero contribuir para convencer os outros – os cépticos.

RESUMO

Em Portugal, a prática de rezar diante das Alminhas é ainda hoje acompanhada por uma grande devoção nos costumes do povo. São vestígios de uma crença que persiste arrastando consigo uma corrente de fé que teve continuidade durante séculos baseada na piedade erudita e popular justificada no culto às almas do Purgatório.

As Alminhas, são fruto de um culto religioso baseado na crença do Purgatório e que por tradição do local ou do santuário, serve como um meio para chegar a Deus. A crença fez surgir o Purgatório que deu lugar ao culto das almas, por sua vez, pela extrema devoção no sufrágio das almas, nasceram as Alminhas, pequenos oratórios em forma de nichos erigidos em locais estratégicos de passagem.

Vários factores contribuíram para a formação e para a disseminação das Alminhas em Portugal a partir do Século XVII, a perfeita conjugação de uma fé extrema no seio das populações urbanas, que ao beber sofregamente as doutrinas saídas do concílio de Trento em consequência da Reforma Católica, prontamente aplicaram na prática como profissão de fé o recém proclamado dogma do Purgatório e a sua representação plástica, alternando com a respectiva validação do sufrágio às almas que penavam nesse mesmo lugar.

A premissa é ajudar as almas que estão a penar no Purgatório a subir ao Céu. Além de outras práticas e manifestações religiosas acopladas ao sufrágio das almas, a intenção primitiva e o motivo da existência de Alminhas, está relacionada com a prece. Mais do que uma forma de arte, as Alminhas nasceram com uma função: salvar e rezar às almas do purgatório.

Palavras-chave: RELIGIÃO; PURGATÓRIO; CULTO; ALMINHAS; PATRIMÓNIO.

ABSTRACT

Nel Portogallo, quello pratico da pregare davanti al Alminhas ancora é oggi folloied da una devozione grande nelle abitudini della gente. Sono vestiges di una credenza che persist trascinandosi ottiene una catena di fede che há avuta continuitá durante í secoli dasati nelle misericordia erudite e popolare, giustificatanel cult alle anime del Purgatório.

Il Alminhas, é frutta di un cult religioso basato nella credenza del Purgatório e quello per tradizione del posto o del santuario, serve da senso arrivare il dio. La credenza fatta per comparire il Purgatório che há dato il posto al cult dell anime, alternativamente, per la devozione estrema nel suffrage delle anime, era stata sopportata il Alminhas, piccole oratorie nella forma dei posticini eretti nei posti strategici del biglietto.

Qualche fattore há avuto contribuito per formazione e per diffusione di Alminhas in il Portogallo a permesso di secolo XVII, perfetto conjugatione di estremo fede in seno di urbano popolazione, che quando beve il sofregamente le uscite di dottrine di esso io conciliano di Trento in consecuencia del cattolico di riforma, si erano applicati prontamente in quello pratico come professione di dogma affermato di fede appena del Puragtório e della relativa rappresentazine di plastica, alternato com la convalida rispettiva del suffrage le anime che hanno punito esattamente in questo posto.

I locali sono di aiutare le anime che sono di soffrire nel Purgatório per andare fino al cielo. Oltre altre pratici e le manifestazioni religiose collegate al suffrage delle anime, l'intenzione primitiva ed il motivo dell'esistenza di Alminhas, sono riferiti con prece. Piú di che cosa una forma di arte, il Alminhas era stata nata com una funzione: per risparmiare e pregare alle anime del purgatório.

Chiave di parole: RELIGIONE; PURGATÓRIO; CULT; ALMINHAS; PATRIMÓNIO.

ABREVIATURAS TÉCNICAS E SINAIS

- *a.C.* - antes de Cristo.
- *Alt.* – Altura.
- *c.* – cerca de; à volta de.
- *Cap.* – Capítulo.
- *Cf.* – Conferir.
- *cit.* – citação.
- *coord.* – Coordenador.
- *d. C.* - depois de Cristo.
- *Doc.* - documento
- *ed.* – edição.
- *ex.* – exemplo.
- *Fr.* – Frei.
- *Ex.^a* – Excelência.
- *IAN/TT* – Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo.
- *Ibidem* – no mesmo lugar.
- *IDEM* – o mesmo.
- *Insc.* – Inscrição.
- *Inv.* – Inventário.
- *Larg.*.. – Largura.
- *MAP* – Museu Arte Popular.
- *MNAA* – Museu Nacional de Arte Antiga.
- *N^a* - Nossa.
- *Prof.* – Profundidade.
- *P.e* – Padre.
- *p.p.* – páginas.
- *S^a* – Senhora.
- *S.* - São, Santo.
- *SS.* – Santíssimo.
- *Sep.* – Separata.
- *Séc.* – Século(s).
- *Vol.* – Volume(s).

INTRODUÇÃO

Frequentemente surpreendemo-nos a catalogar como património imóvel construído em Portugal, os grandes monumentos que se distinguem pela sua importância histórica e beleza artística, como as imponentes catedrais e mosteiros com os seus Pórticos historiados, as igrejas com arrojadas arquitecturas, os palácios ricos em decoração ou os castelos símbolos militares da nossa pátria, sem contudo, e um pouco levianamente, aprofundarmos a questão ou reflectirmos que existe um outro tipo de património, que o é, embora um pouco esquecido ou arredado do nosso pensamento (talvez sem essa importância à primeira vista pela sua quase imperceptível ou diminuta imponência), mas que constitui um legado importante para a nossa identidade cultural. Sob esta perspectiva, encontramos por esse Portugal fora alguns desses exemplares de cariz religioso conhecidos por Alminhas, fenómeno que paulatinamente foi ocupando um lugar de relevo a partir do século XVII, na vida das populações locais.

Pretendemos desde o início abordar as Alminhas como um património a ter em conta para a sua valorização, considerando igualmente o seu lado antropológico, essa relação com o tempo e com a memória ajudaram-nos a transportar para o presente um fenómeno que conjuga valores como a história, religião, estética e arte, elementos que definem na perfeição o conceito de monumento.

A partir do momento em que decidimos interrogar o património das Alminhas em Portugal, encontrámos razões suficientes para levantar todas as questões relativas ao culto religioso que impregna estas edificações simples, sob a égide de um programa modesto na proporção do tema, fomos ao encontro da perspectiva histórica e religiosa inserindo-a na função social e valorizando a parte estética, impondo a tónica na procura de um valor erudito para justificá-lo perante o acérrimo hábito de olhar as Alminhas como uma forma de arte popular, epíteto que há muito acompanha estes pequenos monumentos.

Concordamos com Françoise Choay, quando afirma que existem várias formas de arte de edificar eruditas e populares, urbanas e rurais, simplificando em sua opinião, o conceito de monumento o qual passa por ser: *"(...) qualquer artefacto edificado por uma comunidade de indivíduos para se recordarem, ou fazer recordar*

*a outras gerações pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças.”*¹, no entanto, interessa-nos confrontar este fenómeno com a sua especificidade que à partida sendo religiosa age de maneira diferente sobre a memória, o que se subentende que neste momento provoca emoções também elas diferentes no seu contexto físico e social.

É sobretudo nossa intenção, analisar a essência das Alminhas no relacionamento da fé com a arte, duas doutrinas aliadas ao longo dos séculos que sempre coabitaram em perfeita harmonia sem grandes celeumas ou querelas latentes, apenas assistiram, testemunharam e acompanharam a evolução dos Homens e da sociedade.

Encontramos actualmente, estes pequenos oratórios dispersos pelo país não sendo privilégio de nenhum lugar específico com limites ou fronteiras, cada aldeia possui o seu património ou conjunto de Alminhas. São de pedra na sua maioria, e estão construídos à beira da estrada ou no meio dos campos agrícolas, dentro das povoações colocados nas paredes de casas, em cima de muros ou pontes, apresentam porém, uma estrutura física das mais variadas formas.

Frequentemente o oratório quando está embutido na parede de uma casa ou de um muro, envolve várias componentes: é composto pelo painel no interior, pela caixa de escolas e pela moldura em pedra no seu estado bruto ou esculpida, na maioria das vezes encimado por uma cruz, também ela esculpida. Sem preocupações artísticas, o oratório de pedra é o marco mais visível ou o receptáculo que serve para chamar a atenção dos cristãos que ao passarem, devem parar e fazer uma oração pelas almas do purgatório, referenciada algumas vezes nos painéis pintados que subsistem: “*Vós que ides passando, lembrai-vos de nós que estamos penando*”, ou então, é simplesmente referido em abreviaturas pintadas no painel as siglas: “*P. N. / A M.*”, a pedir que se reze um Pai Nosso e uma Ave-Maria.

Estas orações realizadas diante das Alminhas, pressupõem na tradição da nossa cultura popular ajudar as almas que estão no purgatório no meio das chamas a penar. A contribuição dos vivos pelo sufrágio significa que, maior for o número de rezas mais rapidamente as almas vão poder sair do Purgatório e ascender ao Céu, sempre com a ajuda de anjos.

¹ Cf. Françoise CHOAY, *Alegoria do Património*, Tradução de Teresa Castro, Arte e Comunicação, Edições 70, 2008, p. 17.

Por vezes, consoante o bom estado de conservação que ainda apresentam, os oratórios mais antigos que conseguiram chegar até nós, têm um painel ou retábulo, pintado em madeira ou zinco, onde se podem observar pessoas pintadas de meio corpo nu com os braços levantados, sendo intencionalmente perceptível o seu aspecto sofredor a arder nas chamas. Outros exemplares e com a mesma temática, embora mais recentes, apresentam-se em azulejos. São estas as chamadas Almas no purgatório ou Alminhas.

Às almas são acrescentadas imagens pintadas de outros Santos, a Virgem, Cristo na cruz e o arcanjo S. Miguel com as balanças, a combater o dragão ou a guiar as crianças.

Outros casos, nos oratórios mais antigos que já não têm os painéis, ou ainda naqueles onde as suas pinturas já não são perceptíveis, os crentes colocam no seu interior, a estatueta de um Santo (de madeira, gesso ou plástico), ao qual se pode rezar pela intercessão das almas, sem que por isso deixem de ser chamadas Alminhas.

E porque, nem só de rezas vive o homem, encontramos ainda na maioria destes oratórios um pequeno orifício ou uma caixa incorporada na própria pedra com uma tampa e uma ranhura para depósito de esmolas destinadas às missas que devem ser mandadas rezar pelos mortos, bem como, para custear as despesas do azeite ou velas que devem iluminar o painel ou retábulo as vinte e quatro horas do dia, sem esquecer o “bendito” cadeado que protege dos roubos frequentes.

Na senda das Alminhas em Portugal, vamos encontrar uma tradição e uma devoção muito presente e activa nas populações, deparamo-nos também com uma arte feita seguramente por artistas menos habilitados ou mesmo por artesãos que tentaram traduzir o sentimento do culto às almas em painéis de madeira, zinco ou azulejo, com uma máxima preocupação da protecção dos mesmos, através da construção de pequenos oratórios, alguns protegidos com telha, outros com grades de ferro forjado trabalhado, sendo estas as Alminhas mais elaboradas já que por esses campos e caminhos, encontramos muitas vezes um simples bloco inteiro de pedra, como se de um marco se tratasse, apenas com uma cruz esculpida a servir de testemunho recordando um local cristão.

Os estudos, apontamentos ou referências que ao longo dos anos foram concedidas às Alminhas, são motivo suficiente para se fazer justiça a uma arte que

conotada como “popular e votiva”, está implantada no nosso país representada nestes simples monumentos, alguns de estrutura básica e rudimentar que persistem em manter-se de pé, fazem valer a sua intenção na história da cultura de um povo, pelo menos de uma localidade, reclamam para si as atenções que beneficiaram através dos séculos alimentadas por um culto religioso, e cada monumento insiste em recordar e transmitir uma crença com profundas raízes no passado, fundamentada no culto às almas do purgatório.

O reconhecimento deste culto foi mencionado diversas em estudos e investigações pelos antropólogos portugueses. Dessa forma, na nossa pesquisa em modo de fortuna crítica, encontrámos um contínuo fio condutor sobre este assunto que quase dificilmente se consegue quebrar. Vejamos, às Alminhas foi associado o epíteto de “arte popular”, julgamos nós que por influência dos nossos antropólogos que no século XIX começaram a estudar e reconheceram o valor da cultura etnológica portuguesa. Desse interesse instalado, Sousa Viterbo (1845-1910), foi um dos primeiros a manifestar-se sobre o assunto das Alminhas quando decidiu fazer uma análise ao património português, dividindo-o em classes de monumentos, não incluiu porém as Alminhas pois estas, segundo ele, enquadram-se antes numa “(...) *não actividade artística*”, ou seja, o seu valor artístico era considerado nulo para os parâmetros da época, e por isso, Sousa Viterbo passou rapidamente por este tema, referenciando-o apenas: “*não tem significação histórica nem valor artístico e revelam apenas o carácter devoto do nosso povo.*”, desviava o seu interesse para quem quisesse estudar o assunto na área dos costumes e crenças populares.²

Outros conceituados especialistas em etnografia portuguesa, a saber: Leite de Vasconcelos, Vergílio Correia, Luís Chaves, até mesmo Flávio Gonçalves e Moisés Espírito Santo que estudaram o tema das Alminhas, têm opiniões diversas, embora sejam unânimes que se esteja perante uma arte popular. Foi Leite de Vasconcelos (1885-1941), quem estudou e interpretou este tema numa linha mais científica, recuou no tempo e encontrou vestígios de paganismos.³ Por sua vez Vergílio Correia lançou a lenda de que as Alminhas poderiam ser descendentes directas dos marcos

² Cf. Sousa VITERBO, *Cruzeiros de Portugal - contribuição para o seu catálogo*, 1ª série, *Separata do Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lallemand, Lisboa, 1907, pp. 4-6.

³ Cf. Leite de VASCONCELOS, *As Religiões da Lusitânia*, Vol. III, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1981- 1ª edição, Lisboa, 1897-1913, p. 593.

romanos “*lares Viales e Compitales*”,⁴ e Luís Chaves catalogou as Alminhas como um: “(...) *indício fecundo e espiritual do culto cristão dos mortos*”, sintetizou o assunto como: “*expressões populares do culto dos mortos*”.⁵ Flávio Gonçalves foi mais longe ao apresentar o ponto de vista histórico inserindo as Alminhas no contexto da Contra-Reforma - apoiado em Le Goff que trouxe à luz o estudo do dogma do Purgatório,⁶ matéria essencial para este estudo - contínua porém, tal como os seus antecessores, a classificar as Alminhas como: “*Um documento de arte popular*”.⁷ Moisés Espírito Santo fala-nos de um espólio da cultura portuguesa, “*com raízes noutras culturas ancestrais*”, e envereda por caminhos místicos populares muito interessantes e ainda muito actuais.⁸

É por isso nosso compromisso aferir com novas armas e conhecimentos, se as Alminhas são simplesmente uma forma de arte popular como vulgarmente se atribui, ou se o culto que derivou da crença imposta, teve laivos de erudição empenhados na disseminação de uma orientação religiosa e plástica, acabando por resultar numa maneira muito própria de juntar e aplicar a arte e a fé.

Começámos por dar vida ao nosso “monumento”- desde já o classificamos - dialogámos com a sua história e vivências passadas, ele próprio lançou-nos o desafio de lhe recuperar a memória esquecida. Quem, mesmo sendo católico, não se interroga quando passa por umas Alminhas, levantando a questão da sua construção em cima de um muro de pedra à beira de uma estrada? Quem não se interroga, quando vê umas Alminhas abandonadas, partidas, com uma simples cruz a recordar um monumento católico que um dia teve alguém devoto a rezar diante delas.

Queremos decifrar e esclarecer algumas opiniões formadas, de modo a colocar o tema numa posição mais erudita e em pé de igualdade em termos valorativos com outros monumentos portugueses, tanto pela sua importância histórica e social como pretendendo encontrar um lugar sério no vasto leque do património nacional que detém na sua maioria monumentos também eles religiosos, votivos e populares na arte, lembramo-nos rapidamente dos cruzeiros.

⁴ Cf. Vergílio CORREIA, *Etnografia Artística Portuguesa*, Editora do Minho, Barcelos, 1937, p. 8.

⁵ Cf. Luís CHAVES, *A Arte Popular, aspectos do problema*, Portucalense editora, Porto, 1959. pp. 91-92.

⁶ Cf. Jacques Le GOFF, *O Nascimento do Purgatório*, Editorial Estampa, Lisboa, 1995, p.p. 15-429.

⁷ Cf. Flávio GONÇALVES, *Os painéis do Purgatório e a origem das “Alminhas” populares*, Separata de “*Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*”, nº 6, Matosinhos, 1959, p. 2.

⁸ Cf. Moisés Espírito SANTO, *A Religião Popular Portuguesa*, Edições a Regra do Jogo, 1980, p.227.

Que o culto às almas possa ter reminiscências pagãs é uma séria possibilidade a considerar, resquícios de culturas deixadas por outros povos que por cá passaram, tradições e lendas contadas sucessivamente pela via oral sempre ficam enraizadas no quotidiano de um povo, é a maior probabilidade.

Finalmente, as Alminhas como fenómeno religioso só pode ser compreensível sob uma perspectiva histórica, lembrando também que as diferentes manifestações do sagrado variaram de acordo com as épocas e as culturas, e só se tornam compreensíveis se as incluirmos nos contextos históricos a que pertencem, dessa forma, procurar fontes sobre o dogma do purgatório foi a nossa principal tarefa, encontrar alguma consistência numa crença e sustentar as Alminhas num culto, foi um desafio difícil para quem não acredita ser possível no século XXI basear a questão da fé dos homens num monumento à beira da estrada.

Ao longo deste estudo, verificámos que ter fé, é sempre muito melhor do que acreditar na crença, na medida em que a crença é uma obra pensada por outros, mas a fé é pessoal. Juntámos estes dois interesses e percebemos que o factor social e a questão do culto foram imprescindíveis para compreender os motivos que levaram os crentes a construir as Alminhas.

Foi pela convergência da tradição na fé e na imposição de um dogma pela Igreja Católica Apostólica Romana, que justificou largamente o tema das Alminhas para poder apresentar uma forma de arte portuguesa. Por outro lado, terá sido de grande ajuda a criatividade cristã ao longo da história, a arte promovida pelas entidades eclesiásticas, pela coroa e pela nobreza, era dirigida para a construção dos grandes monumentos, que obrigatoriamente tendiam para homenagear a Deus, a sua função era contribuir para a elevação do espírito através da oração. Esta prática de rezar pelas almas, paralelamente a outros hábitos e costumes que a partir do século XVII se desenvolveram principalmente no interior das cidades, transporta-nos para um melhor conhecimento da vivência de uma sociedade urbana que estava rodeada de uma forte apetência para a cultura religiosa. Deve portanto, ser visto e inserido no quotidiano do crente como fazendo parte integrante da vida das populações de um lugar, sem esquecer, que foi pela intervenção da Igreja, a qual como sabemos, teve um papel importante na formação das estruturas do pensamento e das sensibilidades das populações durante séculos, que o culto se disseminou pela Europa, alojando-se

na Península Ibérica onde o catolicismo era mais forte na sua prática, gerando o levantamento destes oratórios.

Fomos também obrigados a ir beber às escrituras para entender o tema do purgatório, baseados no valor da tradição e da crença, guiámo-nos pela oposição ao culto dos antepassados, dos espíritos, das cerimónias e ritos de iniciação e os mitos, pois consideramos que deve ser explicada pela antropologia religiosa, porque afinal são fenómenos que participam num reforço do controlo social.

A relevância das Alminhas no âmbito patrimonial, justifica-se na sucessão de memórias guardadas que demonstram uma enorme riqueza social.

Estamos perante um monumento que foi erguido para uma função religiosa, ao qual devemos associar uma função social, pois fazia parte da vida de uma população como qualquer utensílio necessário ao quotidiano de um crente, além de que, demonstrou ao longo dos tempos, que o factor religioso ultrapassou muitas vezes a religião, dizia respeito ao plano político e atingia o plano pessoal.

Vamo-nos dedicar à observação das linhas estéticas das Alminhas, à análise da tipologia, ao local onde estão inseridas, e principalmente à mensagem que pretendem transmitir, fazendo-nos interrogar sobre a sua função inicial, quantas gerações ali rezaram, pediram, sufragaram as almas, não descurando todas as vicissitudes passadas.

Continuamos a levantar questões sobre a origem da Alminhas, corroboramos todos os autores que se pronunciaram sobre este tema, qual ideologia que tomou forma numa crença, moldou-se aos tempos e à história, cresceu, amadureceu durante séculos, para finalmente, impregnar na altura certa a mente dos crentes que estavam sedentos de espiritualismo e prontos para a receber, como um produto final, o culto às almas do Purgatório e a sua representação após o Concílio de Trento, assumiu a forma e a designação popular de Alminhas.⁹

Assistimos hoje, ao desaparecimento de muitos desses padrões de Fé pela incúria de alguns responsáveis municipais que não sabem avaliar este tipo de património, no entanto, muito nos apraz verificar que outros são restaurados, cuidados e até estudados e inventariados. Não é por isso de estranhar, a preocupação em defender esta herança cultural sob a forma de património, de facto, além de ser uma das expressões populares mais expressivas da arte portuguesa, é um testemunho

⁹ Sobre este assunto, GONÇALVES, *op. cit.*, 1959, p. 1.

do passado que evoluiu da propagação de uma crença, marcou a vida das populações em vários continentes, coexistindo em culturas tão diferentes como Portugal, o Brasil e os países do Oriente levando o artista local em terras indianas, brasileiras, africanas ou japonesas, a modelar as feições, as vestes e as posturas misturando os cânones iniciais.

Com vista a uma sensibilização para a preservação, recuperação e salvaguarda destes monumentos (até porque o nosso país possui um acervo significativo deste património que se vai deteriorando e perdendo constantemente), urge realizar a inventariação das Alminhas a nível nacional no sentido de obter um conhecimento concreto deste património. É deveras um apelo arrojado na medida em que para realizar qualquer operação de conservação é necessário ter um conhecimento do objecto, de modo que, a inclusão das Alminhas num inventário é imperativo, o que supõe o seu reconhecimento como objecto patrimonial, pelo menos classificado como “património municipal”, exigir tutela e protecção, porque só se pode preservar o que se conhece.

É o desafio lançado num levantamento fotográfico, topográfico e tipológico o mais completo possível, sem esquecer o imprescindível apoio das regiões concelhias, pelo trabalho das autarquias que deverão estar sensibilizadas para as questões do património, mesmo aquele de pequenas dimensões sem retorno turístico.

Reconhecemos assim mesmo, que as preocupações pela salvaguarda do património deixaram de se apresentar de uma maneira subtil e passaram antes a estar na ordem do dia, nesta época em que a síndrome da identidade e da memória estão no auge.

Quando se fala na temática do Património, imediatamente cola-se o apelo à sua conservação, tudo tende para lembrar um determinado monumento com pretensões a relíquia que nos foi dado de herança e que deve ser cuidado. Avaliar e amparar o nosso património no sentido da sua preservação, já foi matéria no passado recente. Após alguns momentos de recuo e avanços no século XX, será este mais um momento propício, já que o último terá sido no início do século XIX, embalado numa conjuntura europeia envolvida num romantismo que rapidamente deixou de o ser, como uma paixão, de súbito emergiu a realidade e imediatamente formou-se um escalão de prioridades que não incluía o património. É uma realidade a que se assiste presentemente, e alguns dirão, mas afinal que património, no entanto há que

denunciar, falar e confrontar, recorrer à legislação portuguesa, marcar alguma posição pelo menos em termos de argumentação, pois o caminho a percorrer para atingir com sucesso o objectivo de uma provável intervenção num qualquer monumento é por si só penoso e demorado, pelo que muitas vezes quando as instituições estão de costas viradas e a vontade cívica não existe, o assunto morre, e com ele o património que antes se queria salvaguardar. Qualquer património.

É nossa convicção que a divulgação e aplicação das recomendações das Cartas internacionais (Cartas de Atenas, Veneza e Cracóvia), embora sejam sómente princípios e normas gerais a ter em conta, seguindo normas europeias e mesmo mundiais, formam, juntamente com a nossa legislação jurídica, uma base de trabalho de apoio e de orientação, para na prática se prolongar a esperança de vida dos monumentos, contribuindo de igual modo para a preservação da memória histórica. O estudo e a valorização do património são por isso, contributos que se impõem a um historiador de arte, e se for o caso, denunciar situações que estejam a causar dano a esse mesmo património.

A nossa dissertação pretende contribuir para esclarecer algumas questões sobre as Alminhas que se mantiveram fechadas ou ignoradas do quotidiano cultural das pessoas, é contudo incontornável recorrer a um entendimento religioso apanágio da sociedade da época para perceber a construção destes monumentos na sociedade moderna.

De que modo as Alminhas tomaram parte no projecto social português a partir do século XVII, e o que se deve fazer para atribuir a estes pequenos monumentos a importância que tiveram no seu tempo e que ainda o têm neste, é matéria que consideramos de interesse para a arte e uma mais-valia para o nosso património, na medida em que a valorização desta arte votiva do povo português deve ser entendida socialmente como uma manifestação de fé, tanto popular como erudita, contribuindo com este estudo para melhor entender a sua formação e a sua disseminação em Portugal.

Quando finalmente, se estruturou e definiu o Purgatório, e a sua base teológica se mostrou sólida, automaticamente atingiu a vida das populações, funcionou como uma estrutura mental e passou a fazer parte de uma cadeia sem fim, porquanto girava à volta de uma esperança, isto é, quando se incorporava o valor do sufrágio pelas almas, dava-se alento a ambos os lados, aos mortos e aos vivos. Pouco tempo

depois deu-se início ao movimento piedoso que conduziria à crença tendo por base as orações em sufrágio pelas almas, orientações elaboradas e aconselhadas pelos Padres da Igreja, teólogos e Papas.

Sobre esta base de pensamento, lançou-se a semente que iria dar lugar a uma crença, a qual, deu origem a um culto, derivando séculos mais tarde no objecto do nosso estudo, as Alminhas.

CAPÍTULO I

Génese das Alminhas

1. A questão e a lógica do Purgatório – a caminho da crença

As primeiras tentativas levadas a cabo para a formatação do Purgatório situam-se nos alvares do Cristianismo. Nos séculos I, II e III, a questão da alma do morto e o lugar para onde vai após a separação do corpo, começa por ser tema de discussão pelos próprios padres da Igreja originando inevitáveis vacilações quanto à existência de uma possível zona intermédia que seria o lugar do futuro Purgatório.

Crê-se no meio dos judeus, antes da era cristã, que as almas se separam dos corpos no momento da morte e sofrem um julgamento, após o qual são enviadas a um lugar onde podem gozar de uma existência separada, de felicidade ou de infelicidade.¹⁰

Outros, fizeram uma relação com o mundo dos mortos dos hebreus, o *Sheol*, (onde os justos de Israel aguardaram a vinda de Cristo, que os conduziu ao Céu depois de morrer e ressuscitar), que era diferente da concepção cristã da época,¹¹ defendiam que as almas desciam ao inferno para aí esperarem a ressurreição, “(...) *todas as almas estão presas no inferno até ao Dia do Senhor.*”¹²

Não devemos contudo esquecer o que dizem as Escrituras e a relação que existe do inferno para com a alma: “(...) *é considerada a prisão de onde não se sairá sem ter pago até ao último cêntimo.*” (Mt. 5, 25b-26). Ou seja, para os católicos, quando a alma se separa do corpo no momento da morte, esse momento considera-se um

¹⁰ Dessa realidade, dá-nos notícia o livro de HENOCH (etíope, 22), que refere a existência numa alta montanha a ocidente, de quatro cavidades: três sombrias e uma luminosa, onde se reúnem as almas dos mortos. Aí permanecerão até ao dia do julgamento, em cada cavidade conforme a vida melhor ou pior que levaram na terra.

¹¹ O *Sheol* é para os hebreus dos primeiros tempos, como aliás para o ambiente cultural da época, o mundo dos mortos, um lugar de reunião no interior da terra donde os mortos se erguem como fantasmas (Is. 14, 9s). O morto é também considerado aquele que carece de relações, logo, nos salmos este conceito é espiritualizado com a ideia de esperança numa libertação do *Sheol* por parte de Deus. Cf. H. WOLFF, *Antropologia del Antigo Testamento*, Salamanca, 1975, p. 141.

¹² Citação de Tertuliano, “(...) *Omnem animam apud inferos sequestrari in diem Domini.*”, Cf. TERTULIANO, *Tota Paradisi clavis tuus sanguis est*, in *De Anima*, Patrologia Latina, II, edição Migne, p. 744.

Também Santo Ireneu acreditava num lugar para onde as almas iam antes de ressuscitarem: “(...) *as almas irão para um lugar invisível, determinado por Deus para elas, e aí morarão até à Ressurreição, esperando a Ressurreição; depois, recebendo os corpos e ressuscitando perfeitamente, isto é, corporalmente, como ressuscitou o Senhor, virão assim à presença de Deus.*”. Cf. IRENEUS, *Adversus Haereses*, 5,31,2, Patrologia Grega VII, edição Migne, p. 1209. Estas citações foram traduzidas do grego por Maria Manuela da Conceição Dias de CARVALHO, *O Purgatório - Esperança de Comunhão*, Dissertação em Teologia, orientador Professor Doutor José da Cruz Policarpo, Dezembro 1977, p. 57.

Sobre este assunto, séculos mais tarde, Santo Agostinho refere-se à descida de Cristo aos Infernos para libertar as almas.

estado de espera, melhor dizendo, a alma espera pelo julgamento final salvo os casos dos santos mártires porque esses serão imediatamente introduzidos no Céu.¹³

É neste contexto, que perante a morte, “*terminus ad quem*”, os cristãos dos alvares do Cristianismo, começam por afirmar que nem todas as almas seguem o mesmo caminho, transferem para o outro mundo e para um futuro indeterminado a punição dos ímpios e a recompensa dos justos. S. Justino por exemplo, acreditava que todas as almas esperavam o dia do Julgamento.¹⁴

Foram as sustentações à base de teorias filosóficas e teológicas, que iniciaram a crença no Purgatório. Começava-se a estruturar um conceito, um pensamento quando *Orígenes* lançou a semente.¹⁵ Constrói então uma teoria: Deus criou os espíritos puros através do *Lógos*, dando-lhes vida e conhecimento, mas estes acabam por se afastar de Deus e convertem-se em almas, pelo que Deus decide dar-lhes corpos concretos que guardam uma relação com a gravidade das suas faltas: corpos de anjos de homens ou de demónios; seguidamente, graças ao seu livre arbítrio e graças à providência divina, essas almas perdidas iniciam a peregrinação que acabará por aproximá-las de Deus. A esta teoria, acrescenta-se o mais importante que tem a ver com a questão do pecado original, (a expulsão do Paraíso de Adão e Eva), *Orígenes* supõe que a alma por causa desse episódio, não perdeu contudo, a liberdade de escolher entre o bem e o mal.¹⁶

Há também que entender a relação e a distinção entre alma e espírito como uma realidade actual, principalmente na linguagem popular: são os espíritos que possuem

¹³ Cf. A. MICHEL, *Purgatoire, Dictionnaire de Theologie Catholique*, XXX-I, Paris, 1936, p. 1191.

¹⁴ Cf. Jacob Abramovitch LENTSMAN, *A Origem do Cristianismo*, Editora Fulgor, 1963, p.p. 154-160. Justino é o primeiro dos escritores cristãos do qual se possuem informações biográficas dignas de fé. Nascido na Síria Palestiniana, não era judeu, e foi na decepção pela filosofia que decidiu abraçar a nova religião e ser cristão. Os seus escritos foram um grande passo para o caminho da dogmática e ritual cristãos. Podemos encontrar uma passagem de S. Justino sobre o destino das almas separadas, citamos: “*Expectantes do tempo do Juízo, as almas dos piedosos serão conduzidas a um lugar melhor, as dos iníquos e maus a um pior. As que forem julgadas dignas de Deus não hão-de morrer; as outras serão na verdade punidas enquanto existirem e Deus quiser que sejam punidas.*”, sobre esta passagem Cf. JUSTINO, *Dialogus cum Triphone Iudaeo*, 5, Patrologia Grega, vol. VI, edição Migne, p. 488. Tradução de Maria Manuela da Conceição Dias de Carvalho, Dissertação em Teologia à Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia de Lisboa, 1977, p. 57.

¹⁵ Foi com *Orígenes* que o pensamento neoplatónico se infiltra definitivamente no pensamento cristão. *Orígenes*, (c. 185-254), nasceu em Alexandria de pais cristãos, destacou-se pelas suas ideias como erudito ao serviço da Igreja, primeiro em Alexandria depois em Cesareia. A sua teoria acerca do destino da alma, a questão do bem e do mal, do livre arbítrio e do pecado original, será retomada mais tarde por Pelágio que também este será confrontado pelo mesmo assunto no Século V, por Santo Agostinho.

¹⁶Cf. Mircea ELIADE, *História das Ideias e Crenças Religiosas*, III Vol., *De Maomé à Idade das Reformas*, Rés- Editora Lda., Paris, 1983, pp. 43-46.

os vivos e nunca as almas, ou seja, o espírito é sempre mau e a alma é sempre boa, nunca se reza por intenção de um espírito, mas sempre por uma alma, por isso os populares invocam-nas nas suas acções diárias: “*que as santas almas me acompanhem*”.¹⁷

Todas as dúvidas que rodeavam a alma do homem, começaram por ser esclarecidas logo desde os primeiros séculos da cristandade. A classe dos oprimidos terá sido a primeira a aderir à nova religião, aceitou e abraçou a doutrina que estava a ser difundida, mesmo apesar de proclamar igualdade para todos os homens, a nova religião não pretendia libertar os escravos do jugo dos seus senhores e donos, mas sim, prometia um reino de Deus para todos, independentemente da sua origem e condição social, colocava a tónica nessa mesma igualdade, de “*todos em Cristo*”, judeus, gregos, homens livres, escravos. Estes particularmente, através da mensagem desta nova religião sentiam-se iguais aos homens livres nas comunidades cristãs. Dessa forma, e segundo a nova doutrina, os homens só eram iguais entre si por serem todos pecadores, e desse modo, prometia-se o fim da opressão e da escravidão não neste mundo, mas no outro. A alma começava a adquirir protagonismo.

Sustem-se a teoria da existência de uma realidade comum a todo o ser humano que é a esperança de viver após a morte. Nesse sentido, foi preciso não facilitar essa ilusão de graça, e recorreu-se ao pecado para impedir a entrada livre num lugar que se estipulou como uma antecâmara para chegar ao Céu. Será aí que se passará a situar o Purgatório, melhor, compondo a visão numa esfera teológica, segundo a escatologia da doutrina católica: “*sofrer é um acto de amor*”, logo, para o cristão a dor física é vivida com paixão à semelhança do que aconteceu com Cristo, pois o que purifica é o amor não a dor, e por isso, o Purgatório vai receber as almas de todos os homens para aí poderem purgar as suas culpas, e através do sofrimento das suas penas purificam-se e ascendem ao Céu, como um processo de libertação. Nada fácil para quem morre (**Fig. 1**).

O Purgatório, à medida que se desenhava na sociedade, era tido como um lugar de passagem onde a alma estava apenas a purificar-se para se encontrar com Deus, não deveria ter a eternidade do Inferno ou do Paraíso, por isso, foi dos três lugares, o

¹⁷ Sobre os hábitos religiosos na cultura popular, consultar Moisés Espírito SANTO, *A Religião Popular Portuguesa*, Assírio & Alvim, Lisboa, 1990, pp. 184-188. A tradição e a cultura popular acredita na errância dos espíritos, que possuem o corpo dos vivos, e assombram os caminhos e as casas.

que levou mais tempo a definir-se na mentalidade do crente, atendendo que a sua estruturação se arrastou durante séculos.

Muito antes da existência do conceito e do dogma do Purgatório estarem definidos, sabemos que os primeiros cristãos acreditavam na eficácia das suas preces pelos mortos. Nas catacumbas romanas, onde os cristãos se reuniam e enterravam os seus mortos, foram encontradas inscrições funerárias feitas depois do século III, e nelas podemos testemunhar algo parecido com a primeira representação do futuro Purgatório através de registos baseados na história da “*Paixão de Perpétua e de Felicidade*”. Durante a prisão de Perpétua, e antes de ser lançada às feras, diz ter tido visões do seu irmão Dinocrates que estava em sofrimento com sede, pelo que, através das suas preces constantes, Dinocrates conseguiu ir beber água à fonte. Note-se que o seu irmão já tinha morrido antes desta visão. Esta visão “*Vidi Denocraten...refrigerantem(...)translatum esse de poena*”, terá tido um papel importante na formatação do futuro Purgatório, a expressão *refrigerantem* ou outras análogas, começaram a aparecer nas legendas funerárias, aludia-se a um lugar fresco e de conforto.¹⁸

Seguindo um contemporâneo da dramática história da visão de Perpétua, Tertuliano, apelava na sua obra *De Baptismo* (XVII, 5) para um “*refrigerium interim*”, o refrigério intermédio, nesta altura, apenas um lugar mais agradável para fugir ao Inferno, por sua vez Jacques Le Goff chama-lhe “*um lugar de consolo*” porque ainda não havia a noção de julgamento nem castigo para a alma, era sim uma alusão ao Purgatório e seria este o lugar a que chamavam o Limbo, lugar primeiramente criado por Jesus e destinado às almas inocentes.¹⁹

Tertuliano, Imperador adepto da teologia grega, ainda defendia uma concepção idêntica ao *Sheol* dos judeus. Ele acreditava que as almas iam parar ao Inferno para

¹⁸Cf. A VACANT, E. MANGENOT, *Dictionnaire de Théologie Catholique*, Volume 13 – 1ª parte, Librairie Letouzey et Ané, Paris, 1936, col. 1212-1213.

O episódio da “*Paixão de Perpétua*”, passou-se em Cartago, no ano de 203. O Imperador Romano Sétimo Severo perseguiu e condenou à morte perante as feras na arena, cinco cristãos africanos, duas mulheres, Perpétua e Felicidade, e três Homens, Saturo, Saturnino e Revocato. Este texto foi considerado verídico, redigido por algum cristão testemunha que foi, e que narra a morte dos futuros mártires. Devido a acontecimentos destes durante a afirmação da nova religião cristã, muitos homens e mulheres sofreram perseguições às mãos dos romanos pelo que, após serem apelidados de Santos mártires, eram por conhecimento da causa, os mais procurados para interceder pelas almas perante Deus.

¹⁹ Cf. Jacques Le GOFF, *O nascimento do Purgatório*, Editorial Estampa, 1995, p.p. 65-69. Sobre o assunto do “*refrigerium*”, o autor sintetiza para um fácil entendimento, e remete para outros autores que se dedicaram ao mesmo assunto mas sem uma conclusão ou uma certeza pela complexidade do tema.

aí esperarem a ressurreição, ou melhor, subirem ao Céu. No entanto, a alma ao estar separada do corpo não era capaz de se encontrar feliz ou de sentir dor, a alma apenas podia receber ajuda Divina, por isso, a alma tinha de prestar contas pelos actos cometidos quando estava junto com o corpo. Logo, para a alma, o Inferno significava aquela prisão que fala o Evangelho segundo S. Mateus (v, 25-26) em que ele diz: “lá, a alma terá de pagar até ao último cêntimo, quer dizer, prestar contas antes de subir ao céu, mesmo os que julgam que não pecaram”²⁰

Foi somente no Século IV em Roma, aquando da surpreendente atitude do Imperador Constantino de converter-se ao Cristianismo no ano 312 d.C., que se produziram uma série de actos e tomadas de decisões, as quais, vieram alterar sobremaneira a forma e a estrutura de vida da sociedade romana e dos primeiros cristãos. Constantino, acometido por uma grande fé tornou-se cristão convicto, culminou o seu propósito de ajudar na divulgação da nova doutrina com a realização do Édito de Milão em 313 d.C. para um pleno reconhecimento do Cristianismo.²¹

Consequentemente, esta passagem do mundo pagão ao mundo cristão revelou transformações nas consciências das populações e exerceu algumas desagregações ao nível do contexto social estabelecido.

Assistimos, juntamente com as invasões dos povos bárbaros, a uma aculturação nem sempre fácil, com alterações sociais significativas, primeiro porque culminou na deposição do último Imperador do Ocidente *Rómulo Augústulo* em 476 d.C. depois, porque daqui assinala-se tradicionalmente a passagem da Antiguidade à Idade Média, ou o começo de um novo mundo.²²

Paralelamente, esse mundo novo que estava a ser criado politicamente, era acompanhado por outro factor não menos importante, a difusão da nova religião que tentava afirmar-se no meio de muitas outras diferentes religiões oriundas dos povos

²⁰ Cf. MANGENOT, *op. cit.*, Vol. 13-1ª parte, 1936, col. 1213.

²¹ Sobre este assunto, J. de la TORRE FERNANDEZ, GARCIA y GARCIA, *Constantino I, el Grande*, GER VI, Rialp, Madrid, 1979, pp. 309-312.

Também, sobre os primeiros cristãos e o panorama religioso que se vivia na altura de Constantino, consultar Michael GOUGH, *Os Primitivos Cristãos*, Editorial Verbo, 1969, pp. 101-115.

²² Sobre o início e o trajecto que os bárbaros fizeram até chegar a Roma, veja-se Pierre RICHÈ, *Grandes invasões e impérios (séc. V a X)*, Vol. V da História Universal, Lisboa, D. Quixote, 1980. Houve uma sequência de temas inspirados pelo mundo cristão, a par das situações criadas pelas invasões bárbaras quando estas irromperam pelas fronteiras do Império, literalmente para fugir dos Hunos, gerando uma mudança na estrutura social que estava montada e que se julgava inabalável, contudo, a maneira drástica e violenta do derrube do Império em algumas zonas, contrastou com uma perfeita aculturação dos povos recém chegados, a sua contribuição a nível cultural, político e religioso, deu origem a um novo mundo.

recém chegados. Foi aqui que renasceu uma vez mais a polémica sobre os pecados dos homens, a salvação da alma e o advento de um lugar para onde ela iria antes de alcançar o Céu. Punha-se a questão das crianças que morriam à nascença sem terem recebido o sacramento do baptismo, não podiam participar da graça divina, ou seja, não poderiam entrar no céu porque carregavam em si o pecado original de Adão e Eva, mas também não mereciam ser condenadas ao inferno por não terem cometido nenhum pecado grave. Falava-se então numa estreita franja territorial o *Limbus*, um lugar neutro para onde as crianças iriam onde não se sofria nenhum castigo e não havia tormentos físicos, mas também não se poderia ter o benefício da visão de Deus.

Pelo meio, entra em cena Pelágio, um monge britânico e de idade avançada. Quando chega a Roma no ano 400, vê que o comportamento e a moral dos cristãos (a maioria os recém convertidos bárbaros), está longe de alcançar a perfeição, pois defendia que o homem era o único responsável pelos seus pecados, já que dispunha da capacidade de fazer o bem e de evitar o mal, ou seja, gozava do livre arbítrio. Dessa forma, não concordava com o facto de que o pecado original fosse transmitido aos descendentes de Adão. Mais, achava que o baptismo das crianças não servia para lavar o pecado original, mas sim, santificar o recém-nascido por Cristo. Claro que foi excomungado.²³

O seu maior opositor foi Santo Agostinho que reforçou o conceito de Limbo. A base do seu raciocínio era fundamentada no platonismo e na certeza de que o homem é uma alma que se serve de um corpo, sendo também uma unidade de alma e corpo. A questão do bem e do mal, derivava do pecado original, era um tema absolutamente fulcral para o fortalecimento da ortodoxia. De acordo com Santo Agostinho, todos nasciam com o pecado original (como resultado do episódio ocorrido no Paraíso entre Adão e Eva) e só pelo baptismo e pela Redenção, podiam alcançar o estado de graça, estado esse, que se podia fortificar pelos sacramentos.²⁴

²³ Principalmente, a negação da doutrina do pecado original, como um legado dos nossos pais, foi o ponto de partida para uma afirmação do Purgatório já que punha em dúvida toda a eficácia da Redenção. Pelágio, foi excomungado e considerado inocente diversas vezes. Lembramos o Concílio de Éfeso em 431, sendo apenas em 579, que o pelagianismo foi definitivamente condenado no Sínodo de Orange, com base nas refutações de Santo Agostinho, mas de um modo geral, ainda hoje exerce uma influência considerável.

²⁴ A razão da prática do baptismo na infância, tem a ver com o facto de que os meninos ainda não serem voluntariamente pecadores antes do baptismo, mas sim por natureza da sua própria humanidade, ou seja, por causa do pecado original cometido no Paraíso.

A origem do mal estava no livre arbítrio concedido por Deus: se o homem possui as faculdades de ter vontade própria, da liberdade e do conhecimento, ele é capaz de entender os sentidos existentes em si mesmo e na natureza, pode portanto conseguir escolher entre fazer o bem, que segundo Santo Agostinho provém da vontade de Deus, ou fazer o mal, que provém do facto de ter em si mesmo a carga do pecado original de Adão e Eva, e por isso ter tendências para satisfazer as suas paixões, o que significava, segundo Santo Agostinho uma ausência de Deus na sua vida.

Neste século V e com a lembrança do saque da cidade de Roma por Alarico em 410, o choque perante a fragilidade da cidade de Roma: “*Urbs aeterna, sacratíssima, venerabilis, templum totius mundi*”, gerou medos numa aristocracia ainda pagã, porquanto, acreditava que Roma fora grande enquanto nela foram reconhecidos e adorados os seus deuses, mas ao adoptar o cristianismo debilitou-se e ruiu. Esta fiel relação com o antigo mundo pagão, levou os romanos pagãos a apontar os cristãos como os responsáveis da fraqueza instalada, e antecipavam senão o fim do império, pelo menos o fim de uma ordem que estava há muito estabelecida.

A reacção não se fez esperar, a ortodoxia estava em causa, e uma vez mais, Santo Agostinho aproveitou para responder aos pagãos de Roma na sua obra *De Civitate Dei*, adoptando uma postura moral.²⁵ Contrapõe à cidade terrena envolvida nos seus pecados (aqui os homens que nela habitam, segundo ele, desprezam Deus), e a cidade celeste que é a mesma, mas onde os homens amam a Deus até ao desprezo de si mesmos, o que significa que foi purificada, depois de Cristo ter escolhido nascer como cidadão de Roma.²⁶

²⁵ Santo AGOSTINHO (354-430), *De Civitate Dei* ou a “Cidade de Deus”, obra do Século V e impressa em 1467. Esta obra reage ao declínio do Império Romano com a tese de que a este se deverá substituir um Estado teocrático permeado pela Igreja cristã. Santo Agostinho descreve o curso da História como uma luta entre duas comunidades, a *civitas coelestis* (cidade celeste) e a *civitas terrena* (cidade terrena). Aqui, ambas se encontram interligadas nas instituições reais da sociedade, mas a História pode ser interpretada como desenvolvimento da intenção de Deus de salvar os humanos por intermédio da sua graça. Deste modo, S. Agostinho tornou-se o fundador da Filosofia que confere à História um sentido e um objectivo.

²⁶ Cf. SALVADORI, *História Universal*, vol. 4, 2005, p. 504.

Logo após ter sido consagrado bispo de Hipona em 397, Agostinho redige as *Confissões*, apontado por alguns como uma autobiografia espiritual e uma longa prece onde tenta redimir-se e reconciliar-se consigo mesmo: “*profundamente atemorizado pelo peso dos seus pecados*”(X, 43, 10). Foi um dos últimos grandes filósofos da Antiguidade e contribuiu para uma rigorosa identidade doutrinal no âmbito do Cristianismo. As suas primeiras polémicas tiveram como alvo os maniqueístas e os donatistas. Consultar os textos traduzidos por Claude TRESMONTANT, *La Métaphysique du Christianisme*, pp. 528-49. A sua teoria colocava Deus como onnipotente, tudo o que ele criou é real,

Foi o momento certo para induzir os governantes para as noções cristãs: só quando adoptarem os princípios morais do cristianismo, conseguirão alcançar uma verdadeira justiça.

Era notório o estado debilitado que o poder militar do Império Ocidental tinha neste século V (e não só de Roma, note-se), as províncias cada vez menos podiam contar com a protecção romana, a Igreja, essa, ganhava vitalidade e maturidade.

O monge Agostinho defendia que a santidade da Igreja não dependia da perfeição do clero e dos fiéis, mas da graça transmitida pelos sacramentos, isto traduzia-se numa enorme adesão à doutrina que obtinha entretanto êxito devido ao impulso evangelizador, destacava-se sobretudo a presença activa dos primeiros pregadores na vida dos crentes, os quais ajudaram a desenvolver paulatinamente um processo de cristianização da sociedade laica baseada num magistério diário, prático e perseverante. De notar, que sem o apoio dos romanos pagãos, os cristãos foram quem apoiaram os povos bárbaros, deram-lhes uma nova sociedade e uma nova religião. Clérigos, bispos e monges, tomaram as rédeas da desorganização deixada pelos romanos, foram um pouco de tudo, políticos, guerreiros, religiosos, estes homens da nova Igreja cristã cuidaram da ordem social protegendo os pobres. Na verdade, tudo realizavam pela vontade de Deus ou mesmo em nome de Deus. Pregava-se sobretudo a fé em Deus e falava-se num lugar para onde as almas passariam antes de chegarem ao céu.²⁷

Se o tema evoluiu e se a discussão acerca das almas se manteve viva, muito de deve aos teólogos orientais, os “pais do Purgatório” segundo Le Goff, com Clemente de Alexandria (c. 215) e Orígenes (c. 253), muito embora reconheça que o verdadeiro pai do Purgatório tenha sido Santo Agostinho, este refere-se ao Purgatório, na *Civitate Dei*, (XXI e XIII): “*Poenae purgatoriae*” como penas purgatórias, ou ainda, “*Poenae expiatoriae*” como penas expurgatórias, deixa pelo menos claro ser um lugar onde se purgam as penas. Uma vez mais, merece-nos aqui uma especial atenção os pensamentos de Santo Agostinho, pelo facto de ter sido o

participa do ser, e portanto é bom. O mal em si, não é uma substância, pois não contém o menor vestígio de bem.

Sobre a questão do livre arbítrio, Cf. Michael GOUGH, *Os primitivos Cristãos*, Editorial Verbo, 1969, pp. 107-108.

Ainda, ver a doutrina de Santo Agostinho acerca da doutrina da graça e da predestinação, Mircea ELÍADE, *op. cit.*, Vol. III, 1983, pp. 40-50.

²⁷ Cf. Ferdinand LOT, *O fim do Mundo Antigo e o Princípio da Idade Média*, Edições 70, Lisboa, 1968, p.p. 171-195. Sobre a questão dos povos bárbaros em Roma por altura do Século IV.

primeiro a afirmar a eficácia dos sufrágios pelos mortos, embora já numa fase posterior.²⁸ Segundo o Bispo de Hipona, os sufrágios são inúteis por aqueles que estão condenados ao inferno, ou seja, pelos infiéis e ímpios. Somos todos pecadores mas há um certo escalão de pecadores, uns mais pecadores, outros nem tanto assim. Se consultarmos as escrituras, a alusão ao perdão é também ele objecto de triagem, segundo o evangelho S. Mateus, (XII, 31-32): *“Também vos digo que todo o pecado e blasfémia serão perdoados aos homens, mas a blasfémia contra o Espírito não será perdoada. E quem disser uma palavra contra o filho do homem, isso ser-lhe-á perdoado, mas quem falar contra o Espírito Santo, isso não lhe será perdoado nem neste mundo nem no outro.”*²⁹

Continuando a caminhar no sentido de encontrar indícios para justificar a crença nas almas do purgatório, sabemos que passado o período conturbado das invasões, e só quando entramos na Idade Média temos a noção de que os conflitos derivaram maioritariamente nas diferenças existentes entre a visão dos povos bárbaros e do Cristianismo. Tinha ficado para trás o tempo em que o Cristianismo pregava o perdão e a esperança, já não interessava mudar as consciências. A Igreja agora caminhava para um outro patamar.³⁰ Controlava as massas e exigia devoção total, perseguindo os que não se alistavam ao cristianismo ou a ele faziam frente. Estávamos perante uma religião que era portadora de valores universais e, ao mesmo tempo, estava ligada à autoridade política, era inspirada por atitudes cosmopolitas e, ao mesmo tempo, inseria-se nos contextos específicos das realidades.

Nesta altura a Igreja já tinha poder, a mensagem cristã estava no seu apogeu, progressivamente os vestígios de cultos a monumentos ditos “pagãos” (os altares de culto aos deuses dos romanos), começaram a ser progressivamente apagados, a Igreja adaptava-os muito subtilmente, renovando-os para as suas práticas cristãs, dando-lhe ao local ou ao monumento, nomes de santos, se necessário fosse, destruía-os se o culto se mostrasse muito arreigado na tradição de um lugar.

Deu-se início a uma época de fé extrema, onde o Cristianismo teve um papel determinante na configuração da sociedade e na formação do homem. Assistiu-se a

²⁸ Cf. LE GOFF, *op. cit.*, 1995, p.p. 75-81.

²⁹ No Novo Testamento ver o Evangelho segundo S. Mateus, XII, 31-32. Cf. *A Bíblia Sagrada*, tradução de João Ferreira de Almeida, edição revista e corrigida da Sociedade Bíblica, Lisboa, 1986, p. 118. Algumas edições não têm esta tradução, mas sim: *“Isso não lhe será perdoado nem agora nem no futuro.”*.

³⁰ CF. Ferdinand LOT, *op. cit.*, 1968, pp. 337-355.

uma decadência dos valores da Igreja nos finais do século IX com a ruptura efectiva em 1054 entre a Igreja romana e a igreja bizantina, foi grande a crise nas esferas do papado no século X, e até meados do século XI viveu-se um período sombrio, ao mesmo tempo que a Igreja era trocada e colocada nas mãos dos laicos, incentivados pela grande confusão e depravação dos costumes do clero. As mudanças estavam à vista de todos, a ideologia cristã era totalitária, a religião e a política embora unidas, não reparavam nos crentes que se sentiam abandonados espiritualmente. Entre clérigos e leigos estabeleceu-se um abismo e o resultado revelou-se em conflitos que passaram a ser frequentes.

Durante este período, o conceito de Purgatório parece ter ficado num estado de aparente hibernação, mas enganemo-nos, este espaço de tempo serviu para a incubação do conceito, um trabalho paulatinamente realizado pelos monges no interior dos mosteiros que queriam preservar o pensamento antigo, traduziram através dos documentos de obras árabes para o latim do Ocidente os longos estudos que exploravam os recantos do “Além”, um legado que hoje nos é precioso e que foi fundamental para instalar definitivamente o Purgatório na crença da cristandade ocidental entre 1150 e 1250.

Uma célebre obra escrita na Idade Média “*A Visão do cavaleiro Tundalo*”, lenda de origem irlandesa dos meados do século XII, descreve já em pormenor a iconografia de um futuro lugar que viria a chamar-se Purgatório, onde vêm referidos anjos que acolhem as almas já purificadas encaminhando-as para o Céu,³¹ contudo, foi somente com a introdução do feudalismo ao estabelecerem-se novas condições sociais e políticas, que gerou na mente e na vida da maioria dos crentes temor aos castigos de Deus, principalmente o Inferno e o dia do juízo Final.

Todas as crenças religiosas a partir do Século XI estiveram em evidência, o momento da aproximação da morte em que o moribundo revê os seus pecados e a

³¹ Cf. Biblioteca Nacional de Portugal, cód. Alc. 211, fls. 90v-104v; ou IANTT, cód. Alc. CCLXVI, fls. 155-169v. Esta lenda de origem irlandesa, foi traduzida para latim no século XII, e inseriu-se no *Chronicon* do monge Helinando (PL 212, 1038-1055, livro 48, ano 1149). No século XIII, entrou na obra de Vicente de BEUVAIS, *Speculum Historiale*, livro 28, caps. 88-104. Foi traduzida em medievo-português por M. Esteves PEREIRA, *A Visão de Tundalo*, *Revista Lusitana*, Volume III, Porto, 1895, pp. 103-109; a segunda versão por, José Joaquim NUNES, *A Visão de Tundalo ou O Cavaleiro Tungullo*, *Revista Lusitana*, vol. VIII, Lisboa, 1903-1905, p.p. 205-255.

necessidade de remissão dos mesmos, formaram um ciclo vicioso na vida do crente (Fig. 2).³²

1.1 Evolução do conceito de Purgatório no Século XII

As tentativas de esclarecimento sobre um lugar que se estava a formar e se chamava Purgatório, resultaram conseqüentemente no levantamento de inúmeras questões que sobressaíram desde os inícios do Cristianismo, questões essas que se tornaram fulcrais para que a crença evoluísse, inevitavelmente proporcionaram o momento certo para o advento do Purgatório construído sobre uma base e uma forte estrutura no século XII, altura em que a sociedade europeia começou a mudar as mentalidades.

Foi um longo caminho que o Purgatório teve de percorrer até à sua existência como dogma da doutrina Católica, este ficou várias vezes conotado como um conceito que provocou algumas celeumas, desde a sua fase embrionária, (e note-se que não afirmamos desde o seu nascimento, porque não existiu um momento único para o seu aparecimento), conseguiu atravessar a “difícil adolescência” até à sua inevitável aceitação a que poderemos chamar de “fase adulta”, não só pela constante dualidade entre a razão e a fé que levava os teólogos e os filósofos a intermináveis discussões sem conclusões práticas, mas também, pelo interesse óbvio que a Igreja Católica acabou por descobrir, muitos séculos mais tarde, ao definir e espalhar o dogma pela sua tamanha importância.

Analisando a questão, o Purgatório e tudo o que tenha a ver com o pecado e com o sufrágio das almas significava uma esmola que se traduzia sempre em dinheiro e

³² Cf. Emile MÂLE, *L' Art Religieux de la fin du moyen âge en France*, 6ª ed., Paris, Armand Colin, 1969, p. 382. A fórmula adoptada pelo povo era a de se entregarem aos piores excessos e devassidões ao mesmo tempo que mostravam uma fraca devoção. A observância da prática religiosa, como a assiduidade aos ofícios, caridade em relação aos pobres, veneração dos santos e das relíquias era considerada uma protecção contra a vingança divina e o castigo eterno. Desenvolveram-se práticas carregadas de superstições, como os ordálios aprovados pelos concílios, (os acusados eram postos à prova pelos tribunais por duelos, ferro em brasa, água a ferver), mas, era a Satanás que se recorria quando Deus não se manifestava clemente. Invocava-se o demónio, faziam-se-lhes oferendas, as feiticeiras desempenhavam as funções de novas sacerdotisas da magia negra, frequentemente punidas com vergastadas e expulsadas da paróquia. Enfim, a angústia do “Além”, os receios amplamente desmesurados de uma eternidade dramaticamente incerta, eram fruto da imaginação popular que na hora da morte devia rever os seus pecados, a religião e o feudalismo, a sociedade e a visão dos crentes na Idade Média, consultar, A. H. OLIVEIRA MARQUES, *A sociedade medieval portuguesa*, Sá da Costa, Lisboa, 1974; Ferdinand LOT, *op. cit.*, 1968.

em rezas (sendo estas muitas vezes pagas, e por isso convertidas em proventos para Igreja), é afinal, dos três lugares para onde supostamente os mortos vão, o único que sempre sustentou a Igreja Católica, podendo dizer-se que é, e sempre foi, a sua principal fonte de rendimento. Esta afirmação poderá ser sustentada na crença judaica onde o formato do futuro Purgatório se desenhava, como se vê no Antigo Testamento pela passagem do livro dos Macabeus “*Naqueles dias, lê-se aí, o varão forte chamado Judas, havendo feito um peditório, recolheu a quantia de doze mil dracmas, que enviou para Jerusalém, para ser oferecido um sacrifício pelos pecados dos mortos; pois, ele possuía bons e religiosos sentimentos acerca da ressurreição. (...) assim, acreditava que abundante misericórdia estava reservada para aqueles que morressem piedosamente; pois na verdade, é um santo e salutar pensamento orar pelos mortos, para que sejam livres dos seus pecados.*” (II Mat. 12, 42-46)³³

É durante o período conturbado da Idade Média, embora de grande relevo na evolução social da Europa, que o conceito de Purgatório como um ponto intermédio (o tal terceiro lugar para onde as almas vão depois da morte sofrer, mais ou menos conforme os pecados agregados e traduzidos na pena a expiar), passa a ter relevância, porquanto este é acompanhado paralelamente por todas as mutações profundas das realidades sociais, mentais e religiosas e onde vai ganhar consistência. O Purgatório apresentado como um lugar de expiação pelos teólogos foi através dos tempos consideravelmente respeitado e temido, o sofrimento das almas no Purgatório começou a ganhar a atenção dos fiéis, e o discurso aos fiéis apresentava o sofrimento das almas no Purgatório como a maior das penas: a chamada “*pena do dano*”, que tinha a ver com a desesperante espera das almas no Purgatório até conseguirem entrar no Céu, ou ainda uma outra punição que era a “*pena dos sentidos*”, que se traduz nas angústias que a alma sofre juntamente com o corpo quando neste mundo as almas não fazem a devida penitência, será então no Purgatório que através da punição as almas serão purificadas. Para que isso aconteça parte-se da premissa, segundo a Igreja católica, ser nosso dever aliviar o sofrimento das almas e ir em seu auxílio, apressar a hora da sua libertação e da sua entrada no Céu. Um dos meios definidos para auxiliar as Almas do Purgatório passa pela

³³ A Igreja passou a incluir esta passagem nas missas de *Requiem* que se celebra em ocasiões de aniversário. Cf. *Bíblia Sagrada*, Difusora Bíblica, Imprimatur, 1992, p.654.

eficiência da oração, “*todo aquele que pede, recebe; e o que busca, encontra; e ao que bate, se lhe abrirá*” (Luc. XI- 10), é o chamado “valor impetratório”, segundo a doutrina católica, Deus pode conceder por meio da oração, quer a nós que a fazemos, quer aos padres ou aos santos, as suas graças.³⁴

É nesta perspectiva que a crença funciona, segundo a qual, após a morte deverá haver para a alma que se separa do corpo, uma lavagem de impurezas espirituais, e dessa forma, nós os vivos, podemos contribuir e ajudar sob a forma de caridade, sem esquecer que, também aqui existem vantagens e regalias a retirar, pois neste caso, os créditos servem os terrenos que ao rezarem pelas almas, mais aliviados dos pecados irão na hora da morte.

Esta lógica, de tão simples a sua aplicação na prática, e aliás, em nossa opinião, bastante mais erudita que popular, foi estudada, pensada e formatada pelos grandes filósofos e doutores da Igreja, contribuição que apenas poderia ser no futuro transportada para a massa do povo que a recebeu com devoção.

Durante o período entre 1054 e 1274, assistimos ao apogeu da Igreja do Ocidente, numa Idade Média que intercalava tentativas de melhoramento da sociedade e reformas religiosas. Entre as modificações religiosas apontadas, as mais importantes pertencem à história do papado *versus* império, uma celeuma que atravessou o século XI até meados do XIII.

Lembremos que quando Santo Agostinho no século V, deixou escrito que havia distinção entre o poder espiritual e o poder temporal, embora o poder espiritual como existia primeiro estava acima do poder temporal, confundiram-se poderes, e até chegar ao entendimento houve a necessidade de refazer a concepção da sociedade.³⁵ O que se passou muito sucintamente, teve a ver com uma Europa dividida no poder entre o Papa e o Imperador. O poder Imperial na Europa foi entretanto esmorecendo, dentro da Igreja o verdadeiro poder era o monárquico devido ao poder pontifício ser demasiado poderoso, o rei afirmou o seu poder enquanto o imperador diminuía o seu, e assim o papado manteve-se, o mundo passou a ser governado por *Sacerdos e rex*, papado e rei.

³⁴ A ideia passa pelo exemplo que Nosso Senhor deu quando passava as noites em oração *pernoctans in oratione Dei* segundo o Evangelho (Luc. 6.12), esta é uma observação do Bispo do Porto D. Agostinho de Jesus e SOUSA, *Exortação Pastoral sobre a Devoção às Almas do Purgatório*, Tipografia Porto Médico, Lda., 1943, p.p. 10-11.

³⁵ Cf. Maria Alegria MARQUES, *O Poder Civil e Religioso na Europa Medieval: vantagens e desvantagens de uma aliança*, *Estudos Teológicos*, Série 9, Coimbra, 2005, pp. 3- 19.

Deste modo, a Igreja favorecia a realeza, sacralizava o seu poder ao mesmo tempo que a obrigava a executar as suas ordens, e isto significava que, quando o rei não estava do lado da Igreja, ou não concordava ou acatava as ordens impostas por esta, a excomunhão era iminente, o Papa imediatamente redigia a condenação em forma de castigo que significava retirar o carácter sagrado ao rei, o qual ficava diminuído no seu prestígio perante o seu povo.³⁶

Por outro lado, a Idade Média deixava-nos a visão de um Cristianismo que elevava a sociedade em direcção ao Céu, tudo na Terra era remetido para o Céu, privilegiavam o sistema “Alto-Baixo”, um sistema aceite que passou a orientar os valores dos cristãos: Deus colocou os homens na Terra, e, enquanto norma social, isso indica que devemos ficar nesse lugar, contudo, a norma da vida espiritual e moral era elevar, subir o mais alto possível, nessa época, apenas acessível aos puros. Os papas principalmente.³⁷

Foi nesta época de intensas manobras políticas e religiosas que a primeira definição pontifical do Purgatório como um lugar ficou registada. O Papa Inocêncio IV antes de morrer, por volta de 1254, interessado que estava em encontrar pontos comuns entre gregos e latinos, ordenou aos gregos para que se pronunciassem sobre uma definição do Purgatório. Como não tivesse obtido uma resposta conveniente, escreveu ao Bispo de Túsculo uma carta sob o título “*Sub catholicae professione*” na qual, o Papa decide agir e enfrentar de vez a questão do Purgatório: “(...) Nós, de acordo com a tradição e autoridade dos Santos Padres, chamamos-lhe “*Purgatório*” e queremos que de futuro assim seja chamado” **(Doc. 1)**.³⁸

³⁶ Nas representações na Idade Média, confundia-se várias vezes o Deus em Magestade com o rei sentado no trono, mas na verdade, a intenção da mensagem estava lá expressa servindo de utilidade como leitura didáctica para o crente.

³⁷ Cf. Le GOFF, *op. cit.*, 1995, p. 17. O grande exemplo foram as catedrais construídas, segundo a visão do homem medieval, nos séculos XI, XII, porque a partir de meados do XIII, o homem já estava preparado para receber a ideia de que havia um lugar especial para as almas purgarem as suas culpas, lugar esse que seria o Purgatório.

³⁸ Cf. A. Vacant E. MANGENOT, *op. cit.*, “*Purgatoire*”, Vol. 13- 1ª parte, col. 1248, está traduzida em português: LE GOFF, *op. cit.*, 1995, p. 329. O autor revela-nos o conteúdo desta carta em grego e francês. O Papa Inocêncio IV, reinou no Vaticano entre 25 junho de 1243 e 7 Dezembro de 1254. Após o I Concílio de Leão (13º ecuménico), realizado entre 28 de junho e 17 de Julho de 1254, o Papa escreveu a carta em 6 de Março de 1254, ao Bispo de Túsculo, legado da Sé Apostólica da ilha de Chipre junto dos gregos, determinando os ritos e doutrinas que os gregos deviam adoptar. Esta passagem tem a ver com a sorte dos defuntos onde fica explicito o purgatório.

A definição do Purgatório, vem assim, acrescentar os mortos ao quadro geral da sociedade que cada vez mais tomava partido pela ordem Franciscana e no seu exemplo o ideal de inspiração no conceito de pobreza de S. Francisco de Assis.³⁹

Faziam-se as primeiras reformas, difundindo a esperança numa Igreja renovada o que poderia ter acontecido com a eleição do novo Papa Celestino V, monge em *Santo Spirito del Morrone* e que tinha levado uma vida ascética e eremítica.⁴⁰

Foi somente, mediante a bula *Unam Sanctam* em 1302,⁴¹ que o Papa Bonifácio VIII expressou a sua concepção da unidade espiritual de todos os fiéis de Cristo, ou seja a unidade da Igreja: “*Instados pela fé, somos obrigados a crer e a afirmar que há uma só Igreja, santa, católica e que esta mesma é apostólica, e com firmeza cremos e sinceramente confessamos que fora dela não há nem salvação nem remissão dos pecados...e ela representa um só corpo místico, e deste corpo a cabeça é Cristo, e a de Cristo é Deus. Nela há “um só Senhor, uma só fé e um só baptismo.”*, ao mesmo tempo que afirmava a realeza do próprio Cristo, “*rex regnum et dominus dominatum*”, (rei de reis e senhor de senhores), deixando devidamente registado que o vigário era o Papa, e o único que estava dotado de uma autoridade ante a qual o rei de França se devia inclinar (**Doc. 2**).⁴²

³⁹ Georges DUBY, *O Purgatório*, Editorial Estampa, Lisboa, 1992. A Ordem de S. Francisco era considerado um organismo previsto providencialmente por Deus para ajudar a igreja de Cristo nos seus momentos de perigo; mas Duby, acusa os Franciscanos por terem sido os primeiros a lançar a “*invenção do purgatório*”.

⁴⁰ Porém, tanto os cardeais que o elegeram como os fiéis, esperavam do novo Papa uma renovação do mundo eclesiástico, no entanto, este não conseguiu fazer frente à actividade da cúria e aos problemas políticos e religiosos da Igreja, sentindo-se impotente para tal tarefa. Foi então substituído por Bonifácio VIII, perito em direito e um experto em política, além de jovem e enérgico. Tentou em primeiro lugar conseguir a Paz no conflito que opunha Franceses, Aragoneses e os Anjou pela questão da Sicília, mas, principalmente quis afirmar a primazia do poder espiritual sobre o temporal a fim de que a dignidade papal fosse considerada a mais elevada dentro da sociedade cristã. Esta vontade levou-o ao confronto com o rei de França, Filipe IV, o Belo.

⁴¹ Cf. Henrich DENZINGER-HUNERMANN, *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*, da versão original *Enchiridion Symbolorum definitionum et declarationum de rebus fidei et morum*, traduzido por José Marino e Johan Konings, São Paulo, Paulinas, Edições Loyola, 2007, p.p. 870-875. A ocasião da Bula *Unam Sanctam*, promulgada por Bonifácio VIII em 18 de Novembro de 1302, teve a ver com a controvérsia entre o Papa e o rei Filipe IV de França acerca dos direitos do rei em relação aos bens temporais do clero. Pretende ilimitado e imediato o direito do Papa em relação ao rei, também no domínio temporal, a bula causou múltiplas reacções espanto e escândalo. Na bula falta a distinção que Bonifácio VIII tinha feito, expressamente na presença de legado da França, em 24 de Junho de 1302: o rei, como qualquer outro crente, fica sujeito ao poder espiritual do Papa somente: “*no que concerne ao pecado*”, (*ratione peccati*).

⁴² Cf. SALVADORI, *op. cit.*, Volume 6, 2005, pp. 398-399.

1.2. O Fogo do Purgatório e a definição do dogma

Dava-se especial atenção aos textos bíblicos, os teólogos divulgavam abertamente a sua mensagem alertando que os pecados dos homens só seriam perdoados após uma expiação extra-terrena, expiação essa que realizar-se-ia no Purgatório pelo fogo depois da morte do corpo: “*a qualidade da obra de cada um será provada pelo fogo*” (...) “*aquele cuja obra for queimada receberá a punição, mas ele mesmo será salvo como que através do fogo*” (I Cor. 3, 13-15). Seguramente influenciados pelo sermão nº 104 de Santo Agostinho onde ele afirma: “*Aquele fogo do purgatório será mais duro do que qualquer outra pena que se possa sentir, ver ou imaginar neste mundo.*”⁴³

Santo Agostinho no (*Enchiridion*, 69), referia-se ao *ignis purgatorius*: fogo purgatório, também utiliza a expressão *ignis emendatorius*: fogo correctivo, mas deixa claro que a salvação no “além” se merece primeiro na vida terrena,⁴⁴

Encontramos a referência ao fogo do purgatório como um vulgar tema da época usado frequentemente pelos escritores, Hugo de S. Victor no seu “*De Sacramentis*”, fala do fogo onde as almas ardem, “*(...) in eo ardent(...)*”, e num local de penas onde as almas sofrem: “*(...) Locis poenarum(...)*”.⁴⁵

Cada vez mais a existência de um Purgatório era uma realidade que se mantinha na concepção do crente como um julgamento para os mortos, como um intervalo no destino escatológico de cada ser humano: o primeiro, no momento da morte, e o segundo no fim dos tempos - o tal lugar, onde se dá um processo de mitigação das penas ou de encurtamento dessas penas.

Surge então o Purgatório como um lugar de purgação dos pecados, passa a ser uma responsabilidade individual, ligada ao livre arbítrio do homem, culpado por natureza por causa do pecado original, mas julgado segundo os pecados cometidos sob a sua responsabilidade.

⁴³ Cf. PATROLOGIA LATINA XXXIX, nº 39, ed. Migne, p. 1947. “*Ille ignis purgatorii durior erit quam quidquid in hoc saeculo poenarum aut sentire aut videre aut cogitare quis potest.* », tradução de CARVALHO, op. cit., Patrologia Grega VII, edição Migne, p. 1209. Tradução de Maria Manuela da Conceição Dias de CARVALHO, op. cit., 1977, p. 57.

⁴⁴ Cf. Le GOFF, op. cit., p. 89. A preocupação de Santo Agostinho com a alma ficou expressa no seu salmo XXXVII, quando pede a Deus por si próprio, que o corrija nesta vida para que não tenha de suportar, depois da morte, o fogo correctivo.

⁴⁵ CF. PATROLOGIA LATINA, CLXXXVI, ed. Migne, p.p. 585-586.

Se o Purgatório purifica através do fogo, de igual modo este fogo rejuvenesce e immortaliza, é um fogo que expurga e do qual S. Paulo fala nas Escrituras: “*O fogo porá à prova a obra de cada um*” (Coríntios III, 13), tem como função salvar os mortos que devem, segundo o seu comportamento na terra, ser-lhe ou não submetidos, e os sufrágios dos vivos pelos mortos através das orações podem amenizar esse sofrimento e até alterar-lhes a duração, com maior ou menor zelo.⁴⁶ Iniciava-se aqui o futuro culto às almas do purgatório que sem o fogo não podiam ser salvas porque precisavam de sofrer.

Ainda, numa altura em que se desenrolavam contínuas querelas entre os teólogos orientais, que negavam a pena do “fogo” do Purgatório, (embora não negassem a purificação) e até mesmo a ideia do Purgatório, e os teólogos ocidentais que defendiam a existência do mesmo, sem vista a uma solução de união entre os cristãos do oriente e os do ocidente, o papa Gregório X, decidiu convocar o 2º Concílio de Leão em 1274, no qual se confirmou uma vez mais a existência do Purgatório, mas onde desta vez se determinou a eficácia dos sufrágios pelas almas.

Oficializava-se assim a devoção, enquanto as orações pelas almas do Purgatório iam adquirindo no Ocidente europeu uma grande vitalidade. Toda a questão circulava à volta da união dos cristãos sempre com a envolvente do Purgatório em todas as suas frentes: o fogo, o lugar, o nome, as orações.⁴⁷

O programa estabelecido para atingir o objectivo e chegar a uma explicação lógica da existência de um purgatório continuava. Como os teólogos do Ocidente, continuavam a defender com veemência a existência do fogo do Purgatório, os artistas nesse ponto foram influenciados, acompanharam e usaram as directrizes da Igreja para fazer coincidir a lição oral e a escrita com as suas representações. Com efeito, por esta altura, as penas do Purgatório consideravam-se iguais às penas do Inferno, os artistas da Idade Média identificavam as chamas que aludiam ao Inferno e representavam-nas para aquecer as caldeiras que continham as almas, sempre com a cabeça do Leviatão presente de molde a criar um ambiente ainda mais aterrador,

⁴⁶ Cf. LE GOFF, *op. cit.*, 1995, p. 22.

⁴⁷ IDEM, p.p. 330-331. De notar que este 2º concílio de Leão em 1274, foi convocado pelo Papa Gregório X, porque, além de desejar a união entre latinos e gregos, tinha igualmente interesses por razões políticas, via nesta união, uma das condições prévias necessárias ao êxito da cruzada que pretendia organizar à Terra Santa. O autor revela-nos o conteúdo desta carta que foi promulgada com ligeiras alterações de redacção em 1 de Novembro de 1274.

ambas iconografias inspiradas no Livro de Job. Num futuro próximo, as labaredas seriam o principal modelo inspirador para a iconografia do Purgatório (**Fig. 3 e 4**).⁴⁸

Mas foi o dominicano S. Tomás de Aquino que veio fortalecer esta ideia e deu uma ajuda ao afirmar na “*Summa Theologica*”, obra escrita entre 1267 e 1274, na III parte que trata especificamente do Purgatório (questão 52, art.º 8), que Cristo com a sua descida aos Infernos, não concedeu o benefício da libertação aos condenados, mas sim, libertou as almas que penavam no Purgatório.⁴⁹

Exemplo que no séc. XVI ficou registado por Mestre Nicolau Chanterene no célebre Retábulo de alabastro da capela de Nossa Senhora da Pena em Sintra, onde na predela esculpiu uma descida de Cristo ao Inferno para salvar as almas (**Fig. 5**). Num relevo de traço muito fino, vê-se Cristo a salvar algumas almas das “fauces” abertas do Leviatão representado por um leão. O escultor consegue transmitir a urgência do acto pela dinâmica do movimento na figura de Cristo que apressadamente retira das chamas uma figura feminina e um homem, ambos de mãos postas. Do lado oposto vêem-se a sair de uma caverna dois pequenos diabos alados inconformados, no entanto um terceiro tenta atacar Cristo. Na paisagem de fundo o sol brilha em Jerusalém⁵⁰

As almas que sofriam nas chamas com labaredas explícitas ainda não eram representadas na arte, mas a figura do Orante como uma personagem de braços

⁴⁸ Cf. MANGENOT, *op. cit.*, Vol. XIII, 1ª parte, “*O Purgatório*”, col. 1247.

⁴⁹ Cf. Tomás de AQUINO, *Summa Teológica*, Volume 8, Parte III- Questões 1-59, Edições Loyola, S. Paulo, 2002, p. 750. A Ordem de S. Domingos, esta foi orientada para a difusão da palavra de Deus e centrada no ideal da pobreza vivida num regime democrático, note-se, adaptado às estruturas urbanas, neste final do século XIII. Tomás, filho de Aquino, nascido no castelo de Roccasecca na Itália do Sul. Após a fundação da Ordem religiosa dos Irmãos Pregadores por S. Domingos em 1215, Tomás de Aquino, ingressou nos dominicanos em Nápoles em 1244, faz os seus estudos em Nápoles, em Paris e em Colónia com Alberto, o Grande. É quando é bacharel de Máximas em Paris, entre 1252 e 1256, que elabora não um verdadeiro comentário aos Quatro Livros de Máximas de Pedro Lombardo mas um escrito (*Scriptum*), uma série de perguntas e debates sobre esse texto. Nele fala evidentemente do Purgatório nas questões XXI e XLV no livro IV. Definiu-se o plano do *Sriptium* de Tomás como resultante de uma organização “totalmente centrada em Deus”. É composto por três partes: “Deus no seu ser, as criaturas como vindas de Deus, as criaturas como regressadas a Deus”. A terceira parte, dedicada ao regresso (*redditus*), desdobra-se. É no segundo painel desta terceira parte que se trata do Purgatório.

⁵⁰ CF. Fernando Jorge GRILO, *Nicolau Chanterene e a afirmação da escultura do Renascimento na Península Ibérica (c. 1511-1551)*, Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Vol. I, Lisboa, 2000, p. p. 894-904. O autor fez um estudo sobre a vida, o percurso e a obra de Nicolau Chanterene como escultor régio em Portugal.

O retábulo em questão encontra-se na igreja do mosteiro de Nossa Senhora da Pena em Sintra e foi realizado entre 1529-c. 1532, esculpido integralmente em alabastro. Foi um retábulo encomendado por D. João III para celebrar o nascimento da infanta Dona Maria em 1527. As grandes cenas apresentam Maria como interveniente: Anunciação; Nascimento e Adoração dos Pastores; Adoração dos magos; Apresentação ao templo; Fuga para o Egipto, relegando para a predela as cenas da paixão de Cristo em 4 relevos: A última Ceia, Cristo salvando as Almas, Cristo no Horto e a Ressurreição.

erguidos que implora ao céu a protecção divina, estava já implantada entre os cristãos que as representaram nas catacumbas em Roma (**Fig. 6**).

Noutros exemplos, embora não se trate da representação do Purgatório, as representações baseiam-se nos acontecimentos ocorridos segundo o evangelho, como o da vida do profeta Daniel. Recorde-se a história dos três jovens judeus que se negaram a adorar um ídolo de ouro mandado construir por Nabucodonossor, e como tal foram condenados e atirados para dentro de um forno em chamas, mas nada de mal lhes aconteceu porque tiveram a protecção de Deus que os protegeu das chamas. (Daniel, 3, 1-23). Trata-se de um fresco do princípio do Século IV na Catacumba de *Priscila* em Roma, onde aparecem representados como orantes no meio das chamas três figuras “*três jovens na fornalha ardente*” (**Figs. 7 e 8**).⁵¹

Também a parábola de Daniel atirado aos leões por ter matado o dragão (Daniel, 14, 32), foi um dos motivos pintados na catacumba de Calixto em Roma onde aparece Daniel como Orante (**Fig. 9**).

Nesta perspectiva, foi projectada na mente dos fiéis, uma imagem dolorosa visualizada pelas chamas, inserida num estado de passagem a um outro nível ou a uma zona intermediária entre o céu e o inferno, onde a alma, está a ser punida e a purgar os seus pecados terrenos aliviados somente se tiverem a ajuda dos vivos, dependendo a sua eficácia da quantidade de rezas e orações que se fizer pelas almas. Estas sobem então ao céu e deixam o suplício do fogo, não obstante, sempre estarão almas a arder nas labaredas, porque como todos os homens são pecadores, também, todos os que morrem terão que passar inevitavelmente pelo mesmo suplício, salvo os puros que nesta altura são considerados os homens da Igreja.

A crença e a sua representação artística nem sempre andaram juntas pelo que só num período tardio da Idade Média excepcionalmente, o Purgatório como dogma e com todos os componentes associados aparece figurado. Estávamos ainda numa época em que os artistas usavam a série de “Juízos Finais” do século XII e XIII, onde se representam os condenados, como no Pórtico central da fachada ocidental da

⁵¹ Se considerarmos um dos aspectos da espiritualidade dos primeiros cristãos era manifestada através da oração, esta era feita com um gesto significativo, que se conserva ainda hoje nos gestos litúrgicos do celebrante: erguer os braços em direcção ao céu para oferecer uma súplica a Deus e esperar a sua graça. É ao mesmo tempo considerado um gesto de oferta e de acolhida.

Catedral de Saint-Étienne em Bourges, França, as almas antes de seguirem para o registo superior passam tormentos até ao julgamento final. **(Fig.10).**⁵²

Talvez, uma das mais antigas representações da ideia de um futuro Purgatório poderá estar presente num relevo escultórico dos finais do século XII, inserida no tímpano do Pórtico central da fachada da Catedral de Saint-Lazare d'Autun em França, realizado cerca de 1130 pelo escultor Gislebertus, onde aparece uma primeira alusão simbólica ao Purgatório esculpida no meio das cenas do “Juízo Final”. Aqui, de maneira historiada manifesta-se do lado direito do tímpano cenas de terror com Satanás, os diabos e o inferno, e ao centro S. Miguel pesa as almas ao lado de Satanás **(Fig. 11).**⁵³

Referências concretas ao Purgatório, no entender de Flávio Gonçalves poderão encontrar-se num fresco dos finais do século XIII, na capela de S. Martinho da Sé Velha de Salamanca em Espanha, incluída também numa representação do Juízo Final: “(...) *sob o Cristo, entre o reino do Céu e o Inferno, nota-se um enorme rochedo com reentrâncias de onde saem grupos de almas, envergando túnicas que os anjos retiram e conduzem ao céu*”.⁵⁴

A iconografia do Purgatório no século XIII, estava formada e decidida, época em que os papas e a cúria andavam demasiadamente ocupados em resolver os problemas políticos, os fiéis eram “deixados nas mãos” das ordens mendicantes, principalmente dos dominicanos e franciscanos. O próprio Papa Nicolau IV escreve aos padres que estavam no 2º concílio de Leão, denunciando os abusos que então havia na Igreja: “*Das solas dos pés ao cocuruto da cabeça, não há no corpo da Igreja uma única parte sã*”.⁵⁵

Porém, os crentes esperavam uma participação mais intensa na vida da Igreja, mas o que o futuro lhes trazia era sofrimento com as catástrofes que começavam a assolar a Europa, dessa forma faz todo o sentido que só a partir do século XV o tema do Purgatório tenha evoluído na arte cristã.

⁵² Cf. Émile MÂLE, *L'art Religieux du XII Siècle*, Armand Colin, Paris, 1986, ilustração nº 2- 3- 4.

⁵³ Cf. Denis GRIVOT, George ZARNECKI, *Gislebertus-Sculpteur D'Autun*, Editions Trianon, France, 1960, estampa nº 1-2-3. Sobre este pórtico consultar, Flávio GONÇALVES, *op. cit.*, 1959, p. 8.

⁵⁴ Cf. GONÇALVES, *op. cit.*, 1959, p. 8.

⁵⁵ Cf. Jean DELUMEAU, *A Civilização do Renascimento*, Volume I, Editorial Estampa, Lisboa, 1984, Volume I, 1984, p. 124.

Lembremos que na célebre obra “*A Divina comédia*”, escrita por Dante Alighieri nos começos do século XIV, e que inclui uma 2ª parte dedicada ao Purgatório, já avisava: “*Por aqui não se passa sem que se sofra pelo calor do fogo*”.⁵⁶

Domenico di Michelino pintou em 1460 o que seria a imagem completa da vida após a morte. O inferno está à direita de Dante que se encontra ao centro segurando a “*Divina Comédia*”. Atrás encontra-se a montanha do Purgatório e no plano superior o Paraíso (**Fig.12**).

Também Sandro Botticelli, a partir da célebre obra *A Divina Comédia* de Dante Alighieri (1265-1321) criou uma iluminura para um manuscrito encomendado por Lorenzo di Pierfrancesco de Medici, por volta de 1482-1490, em Florença, representando os planos sucessivos por onde as almas passam desde o inferno até chegar ao Paraíso (**Fig.13**).⁵⁷

Luca Signorelli inspirou-se na *Divina Comédia* e seguiu a passagem onde Dante descreve a chegada do anjo ao Purgatório “*O anjo que chega ao purgatório*” c.1499-1502, imortalizado num fresco para a capela de São Brízio, no Duomo da Catedral de Orvieto. Seguramente influenciado pelo sucesso desta obra, o artista deu largas à sua imaginação e conseguiu demonstrar o pânico dos pecadores que após a morte ficam a conhecer o seu destino, explorou a temática ao ilustrar o sofrimento e a agonia dos crentes que tentavam atingir o Paraíso realizando para o mesmo local um outro fresco, desta vez sobre a passagem do Inferno, os “*Condenados no Inferno*” c. 1499-1504 (**Fig. 14 e 15**).⁵⁸

⁵⁶ Cf. Dante ALIGHIERI, *A Divina Comédia- O purgatório*, Canto XXVII, 10.

⁵⁷ Cf. Ingo F. WALTHER, Norbert, WOLF, *Masterpieces of Illumination*, Taschen, 2001, p. 381. Este manuscrito ainda mantém 92 das 102 folhas originais, e todo o poema da *Divina comédia* de Dante, está escrito em italiano. Estas iluminuras foram feitas por Botticelli, 92 a carvão a maioria por terminar, entre elas 4 são coloridas. Estas iluminuras foram para Roma em 1689, após terem estado na posse da Rainha Cristina da Suécia. No momento estão no Museu Preussischer Kulturbesitz, Berlim, e 7 folhas do manuscrito encontram-se na Biblioteca Apostólica do Vaticano desde 1986.

⁵⁸Cf. Giullia MARRUCCHI, Riccardo BELCARI, *A Grande História da Arte*, Grupo Scala, Florença, 2006, p. 201. Somente a partir do século XVII aparecem grandes labaredas a subir do solo e a encobrirem os corpos dos condenados deixando-os ver de meio corpo nu em tremendas aflições.

2. O culto das almas do Purgatório

O século XIV não esteve isento do protagonismo papal, e os teólogos orientais e ocidentais continuavam com as divergências nos domínios canónicos e litúrgicos, a polémica à volta do Purgatório era ponto de honra para os católicos.

Um novo Papa chegou ao Vaticano, homem já idoso e obstinado, João XXII (1316-1334),⁵⁹ aceitou entrar na discussão de definir o lugar para onde as almas iam após a morte do corpo, a localização dos *receptacula animarum* morada das almas entre a morte e a Ressurreição. Afirmava no primeiro dos seus sermões, que depois da morte e até à Ressurreição havia um lugar purgativo para todos,⁶⁰ questão que tinha sido já levantada muito antes por S. Bernardo.⁶¹

O Papa faz uma analogia entre o seio de Abraão e um lugar igual ao do inferno tenebroso e sem luz, no qual sofrem as almas: “(...) o país das trevas, a sombra da morte.” (Job. 10, 21), e um lugar onde a esperança da vinda do salvador permanece, pois essa esperança foi prometida a Abraão. A parábola do homem rico e do pobre Lázaro (S. Lucas 16:19-30) foi representada numa iluminura de c. 1030, demonstra no segundo registo o corpo jacente e abandonado de Lázaro, mas como a sua alma é pura, ela é representada como um pequeno corpo nu que sai da sua boca e é levada por anjos para o colo de Abraão que a vai reconfortar, e rodeados de santos demonstra-se que Lázaro acabou de entrar no Paraíso. Por outro lado, no registo inferior aparece o contraste de uma alma impura como a do homem rico na hora da morte sugerindo que o seu destino será o abandono nas chamas do inferno tendo que enfrentar Satanás onde pálidas almas estão rodeadas por demónios e pedem clemência em vão (**Fig. 16**).⁶²

⁵⁹ Este Papa que escolheu Avinhão como residência, governou a Igreja com severidade. Não aceitava a pobreza absoluta como a única realmente evangélica, e tentou disciplinar de imediato os espirituais e conventuais, intimidando-os à obediência sob pena de serem condenados com um prévio processo inquisitorial e a morrer na fogueira. Teve mesmo uma atitude drástica em relação à magia, deixando nas mãos dos inquisidores o assunto, mandando fazer caça aos magos e bruxas, iniciando assim a diferenciação entre práticas mágicas e demoníacas.

⁶⁰ Cf. M. DYKMANS, *Les Sermons de Jean XXII sur la vision béatifique, Sermo in Festivitatem Omnium Sanctorum, factus per Dominum Iohannem PP XXII anno Domini Millesimo CCCXXXIº*, Roma, 1973, pp. 85-99. O texto latino segue o Mss. C. ff. 1-3, ed. Prados.

⁶¹ Referimo-nos ao: *In Festivitatem Omnium Sanctorum*, “Sermão, 2, 1”, *Obras completas de San Bernardo*, Edição espanhola da BAC., Madrid, 1953, p. 772ss.

⁶² Cf. Ingo F. WALTHER, Norbert WOLF, *Masterpieces of Illumination*, Taschen, 2005, p.p. 128-129. O *Codex Aureus Epternacensis* ou *Codex Aureus of Echternach* contém 136 iluminuras de c. 1030 e é todo em Latim. Pertenceu à abadia beneditina de Echternach até à Revolução francesa altura

A teoria do Papa de que Cristo terá descido a esse lugar chamado “Limbo” dava a entender que os que aí se encontravam eram apenas as crianças, os bebés ou fetos sem baptismo, um lugar afastado da presença de Deus, considerado pelo Papa o seio de Abraão e conduzia os que aí se encontravam “*sob o altar de Deus*”, para o Céu. Esta teoria contrariava a concepção teológica então já comum, o Papa João XXII sustentava a opinião de que as almas dos defuntos que moravam “debaixo do altar” de Deus, deveriam ter apenas a visão da natureza humana de Cristo e serem admitidas à plena beatitude unicamente depois de passarem pelo juízo universal.

Esta diferença entre o Céu e o seio de Abraão foi representado pictoricamente por El Greco que colocou uma passagem *de São João*”, representando a passagem apocalíptica em que o Cordeiro convida São João a que venha ver a abertura dos sete selos: “*Quando ele abriu o quinto selo, eu vi sob o altar as almas daqueles que foram mortos por causa da palavra de Deus e do testemunho que tinham dado. (...) então, a cada um deles foi dada uma vestidura branca, e lhes disseram que repousassem ainda por pouco tempo, até que também se completasse os números dos seus irmãos que ser mortos como igualmente eles foram.*” (Apocalipse, VI, 9-11). As figuras nuas são os mártires que recebem as vestes brancas. (Fig. 17).⁶³

Para corroborar as suas teorias sobre o destino das almas, em 1322 o papa João XXII, revela na *Bula Sacratissimo uti culmine*, que a Virgem lhe aparecera e lhe prometera livrar do fogo do Purgatório todas as almas dos que pertencessem à Confraria do Santo Escapulário do Carmo, se rezassem no primeiro sábado que se seguisse ao dia da morte dos confrades.

em que a abadia foi encerrada em 1795/96. Passou depois a pertencer a em 1801 ao Duque Ernst II of Saxe-Coburg e em 1955 foi vendido ao Germanisches National museum, Nuremberga.

A versão apresentada é um facsimile do original obtido por S. Fisher Verlag, Frankfurt am main/Muller und Schindler Verlag, Stuttgart, 1982.

⁶³Cf. Ernst H. GOMBRICH, *A História da Arte*, Phaidon, 16ª ed., 2ª ed. portuguesa Público 2006, p. 372-373. As vestiduras brancas aqui mencionadas, eram as túnicas que deveriam ser vestidas para que se soubesse que estavam em graça de Deus e limpos de qualquer mancha ou pecado, pois para o Céu iam apenas os que tinham a alma limpa. Dessa forma, como diz o Evangelho: “*Bem-aventurados os puros de coração porque verão a Deus*” (Mateus 5,8).

A pintura em questão foi pintada a óleo por *Doménikos Theotokópoulos*, conhecido por el Greco (1541-1614), esta pintura é uma versão de 1610-1614 e encontra-se no Metropolitan Museum of Art. Contém expressões iconográficas de grande teatralidade em que a personagens são pintadas com os braços estendidos para um céu turbulento e tempestuoso, destaca-se uma figura principal, o santo, quase em êxtase olhando o firmamento com ambas as mãos abertas para o céu e ao seu lado, figuras nuas contorcem-se em gestos de medo e pedido de clemência a Deus pelos seus pecados. Ao mesmo tempo são lançadas ao espaço algumas vestes que flutuam agarradas por figuras que serão os santos mártires, os bem-aventurados e os escolhidos para subir ao Céu..

A introdução desta bula, vulgarmente chamada *Bula Sabatina*, teve grande influência no desenvolvimento do culto da Virgem do Carmo. É esta figura da Virgem com o Escapulário pendurado numa mão e com o menino ao colo, que aparece repetidamente, com uma iconografia muito precisa e de fácil leitura para o crente, o qual, a partir desta altura, fica a conhecer a Virgem como uma das entidades mais piedosas pelas almas do Purgatório, suporte que vai alimentar os painéis que constituem as futuras Alminhas.

Com esta bula, o Papa João XXII defendia dois princípios: o da salvação das almas do Purgatório e o dos confrades do Santo Escapulário.⁶⁴

Um século mais tarde, no concílio de Florença⁶⁵ os padres apelaram à Igreja para promover a iconografia da Virgem com o Escapulário do Carmo juntamente com as almas no purgatório, insistiram na sua concretização plástica, reafirmando dessa forma a sua acção didáctica (o acompanhamento entre a ideologia e a imagem, tão característica e necessária para a promoção da religião), esta imagem passa a ser representada na pintura começando a ter perante o crente um significado especial⁶⁶

Mesmo antes de morrer o Papa João XXII redigiu a 4 de Dezembro de 1334, um texto que fez parte da bula “*Ne Super His*”, onde declara e confirma a sua certeza sobre o Purgatório: “ *Confessamos, pois, e cremos que as almas purificadas separadas dos corpos estão no céu, no reino dos céus e no paraíso, recolhidas junto a Cristo na comunhão dos anjos, e que conforme a lei comum, vêem claramente a Deus e à divina essência, face a face, tanto quanto o permite o estado e a condição de alma separada* ”.⁶⁷

⁶⁴ Cf. GONÇALVES, *op. cit.*, 1959, p. 9. Segundo o autor, a Confraria do Santo Escapulário do Carmo que estava em ascensão, e que foi fundada no século XIII, teve como fundador S. Simão Stock e também ele teve a visita da Virgem recebendo dela um Escapulário em 16 de Julho de 1251 no seu convento de Cambridge.

⁶⁵ O concílio de Florença realizou-se entre 1439 e 1445, iniciou-se em Ferrara e terminou em Roma. Abordou novamente a questão da união das Igrejas, publicou alguns documentos teológicos como o Decreto aos Ormienses e o Decreto aos Jacobitas. Igualmente neste concílio, esteve relacionada a União de Brest (1596).

⁶⁶ Foi reforçado o papel da Virgem quando em 1409 o Papa Alexandre V na *Bula Tenore cuiusdam privilegii*, transcreve na íntegra a célebre bula de João XXII.

⁶⁷ Cf. DENZINGER-HUNERMANN, *op. cit.*, 2007, p.p. 321-322. Trata-se de uma passagem da bula “*Ne super his*”, de 3 de Dezembro de 1334, com a retratação do Papa João XXII sobre o destino das almas. O rei Felipe VI e o Papa convocaram uma comissão de cardeais e de teólogos, que a 3 de Janeiro de 1334 em consistório o induziu a declarar que revogaria a sua opinião, se esta fosse encontrada contrária à doutrina comum da Igreja. Em 3 de dez. de 1334, um dia antes da sua morte, ele revogou solenemente na presença do colégio dos cardeais, a sua opinião, com as palavras colocadas nesta bula que foi divulgada pelo seu sucessor Bento XII.

Esta bula foi publicada “*post mortem*” pelo seu sucessor o Papa Bento XII assim que chegou ao Vaticano em 1336. Mais, este Papa apressou-se a escrever sobre o destino da morte do homem na bula “*benedictus Deus*” (**Doc. 3**) e não ficando satisfeito, reforçou a imagem do inferno e do juízo Final sobre o crente: “*Definimos também: Que, segundo a geral disposição de Deus, as almas dos que morrem em pecado mortal actual, logo depois da sua morte descem ao inferno, onde são atormentadas com suplícios infernais; e que, todavia, no dia do juízo, todos os homens com os seus corpos comparecerão “diante do tribunal de Cristo” para prestar contas das suas acções, para que cada um receba o que lhe toca segundo o que fez quando estava no corpo, seja de bem ou de mal (2Cor 5,10).*”⁶⁸

Foi com a chegada de Bento XII (1334-1342) ao Vaticano, que se tentou levar a efeito uma reforma na Igreja, em especial a das ordens religiosas que eram as mais ricas. Este Papa tentou resolver as questões e divisões internas do franciscanismo ante a decadência moral e espiritual e reorganizou as ordens monásticas e as mendicantes.⁶⁹

O declínio da vida monástica era indiscutível. Os padres seculares dados ao concubinato eram pouco instruídos e muito pobres, os locais de culto estavam sujos ou em mau estado de conservação, e as bases da religião eram mal ensinadas. Havia a necessidade de voltar às verdadeiras normas de vida cristã, e daí nasceu a “*observância franciscana*” que se difundiu por muitos conventos principalmente na Itália. Foi esta vontade de regressar à pureza primitiva que deu lugar a uma grande crítica contra a Igreja institucional, aos seus abusos e aos seus defeitos.⁷⁰

Os crentes tinham alguma razão no seu descrédito perante o comportamento de certos membros da Igreja, prova disso, foram os vinte anos que se seguiram entre 1342 e 1362, com o esplêndido nível de vida que os cardeais ostentavam e que eram uma ofensa ao exemplo da vida de Cristo. Além do luxo e da pompa que os Papas

⁶⁸ Cf. DENZINGER-HUNERMANN, *op.cit.*, 2007, p.p. 324.

⁶⁹ Note-se que as ordens mendicantes e sobretudo os Franciscanos passavam por uma profunda crise-depois da condenação de tese da pobreza absoluta dada por João XXII – o qual, sob uma aparente ortodoxia e profunda religiosidade era considerado pelos fiéis de Anti- Cristo, reprovando-se ao Papa, o haver abandonado a autêntica pobreza de Cristo, a única válida para toda a Igreja. Desde já algum tempo, as massas aspiravam a um papa verdadeiro que fosse um exemplo de Cristo e, na sua ideia, os verdadeiros fiéis e pastores eram aqueles que a Igreja oficial atacava e condenava injustamente. Esta rebelião franciscana, chamados os “*fraticelos de opinion*” foi a origem da dura crítica à hierarquia da Igreja.

⁷⁰ Cf. Jacob, BURCKHARDT, *A Civilização do renascimento italiano*, Lisboa, Ed. Presença, 1983, p. 380.

sucessores Clemente VI e Inocêncio VI adoptavam como estilo de vida, também a sua obsessão com os problemas políticos os levavam a colocar para segundo plano os assuntos religiosos que alimentavam os crentes.

Uma das preocupações do Papa Clemente VI era a definição de alguns dogmas que queria deixar clarificados com os orientais de modo a poder utilizá-los como um meio político. Antes de conceder aos arménios o auxílio pedido contra o sultão, escreve uma carta ao *Katholikós* dos arménios, onde utiliza entre outros temas o Purgatório para testar a pureza da sua fé: “(...) Perguntamos se tens crido e crês que existe o Purgatório, ao qual descem as almas daqueles que morreram na graça e ainda não cumpriram a satisfação dos seus pecados por uma penitência completa. Igualmente, se tens crido e crês que elas são atormentadas pelo fogo por um certo tempo e que, uma vez purificadas, mesmo antes do dia do Juízo, chegam à verdadeira e eterna felicidade, que consiste na visão face a face de Deus e no amor.”⁷¹

Para este mau estar instalado, também contribuía o afastamento do Papa em relação a Roma, (afinal de contas era considerada a cidade dos mártires), caracterizava-se negativamente a sede em Avinhão, interiorizava-se uma noção de que a decadência moral da Igreja estava ligada precisamente à permanência dos papas em Avinhão.

Os problemas no seio da Igreja acentuam-se, os concílios ecuménicos da Igreja passaram a ter mais autoridade do que o Papa e instalou-se o conciliarismo.⁷²

⁷¹ Cf. DENZINGER-HUNERMANN, *op. cit.*, p. 333. Esta carta “*Super quibusdam*” foi escrita em 29 de Setembro de 1351 pelo Papa Clemente VI (7 de Maio 1342 - 6 de Dez. 1352), a Mekhithar, pois antes tinha-lhe enviado um símbolo da fé para que o acatassem. Dado que a resposta da hierarquia arménia não lhe satisfazia totalmente, o Papa com esta carta pediu outras especificações sobre a sua fé, onde incluía o tema do Purgatório.

⁷² O Papa Urbano VI, voltou-se contra os cardeais e exigiu-lhes uma reforma total dos seus costumes. Formou-se imediatamente uma oposição dos cardeais ao Papa. Resultado, uns meses depois da sua eleição, era unânime a recusa da obediência e até se negava a validade da sua eleição, o que de facto aconteceu em 20 de Setembro 1378, passando a eleger-se um novo Papa. A intenção do novo papa Clemente VII era, tomar Roma e eliminar Urbano VI que, fracassando no seu intento refugiou-se então em Avinhão. Deste modo, passaram a existir duas obediências e fizeram-se trocas de excomunhões levando os cardeais a dividirem-se pelos dois papas, desorganizando e dividindo a Igreja. Este desmembramento da Cristandade resultou em duas facções na Europa: a França, Nápoles, Espanha, Sabóia, Chipre e Escócia a favor de Avinhão e do novo papa Francês Clemente VII, a Inglaterra, Flandres, Escandinávia, Itália Central e Norte, Alemanha, Hungria e Polónia optaram por Roma e por Urbano VI, o papa que já lá estava. De notar que Portugal afirmou-se tardiamente urbanista em 1385. Desta forma estava instalado o Grande Cisma na cristandade da Europa que se prolongou por trinta e nove anos (1378-1417).

2.1. A prática da *Devotio Moderna* à *Imitatio Christi*

O ambiente religioso decadente e intolerante que se vivia na Europa, resultou numa procura de outras formas de religiosidade destinadas a estabelecer uma relação mais estreita entre Cristo e os fiéis, traduzia-se na aspiração por parte dos fiéis de uma vida simples fortemente inspirada na “*Philosophia Perennis*” de Santo Agostinho do Século V, tratava-se de aplicar na prática um cristianismo simples, generoso e tolerante.

Este modelo de espiritualidade interessava-se no aprofundamento da fé, num contacto mais íntimo e directo com Deus através do diálogo interior, na prática das virtudes evangélicas como a humildade a caridade e pobreza em detrimento das práticas monásticas.⁷³

Estas ideias que despontaram nos Países Baixos na segunda metade do Século XIV, deram origem a várias correntes espirituais e culturais, concretizadas pela então denominada prática da *Devotio Moderna*. Todas estas correntes seguiam uma linha de pensamento concebida por leigos instruídos, alimentada por uma elite intelectual orientada e promovida pelo clero secular.

Os traços característicos da *Devotio Moderna* foram dados a conhecer alguns anos mais tarde por Tomás a Kempis, quando no século XV (provavelmente entre 1420 e 1430), terá sido ele o autor de um livro de meditações: “*De Imitatio Christi*”, baseado nos preceitos morais do Antigo e Novo Testamento: “*Quem me segue não anda em trevas. São palavras com que Jesus Cristo nos exorta à imitação da Sua vida e dos Seus costumes, se quisermos ser verdadeiramente esclarecidos e livres de toda a cegueira do coração. O nosso empenho deve, portanto, consistir em meditar profundamente a vida de Nosso Senhor*”.⁷⁴

⁷³ Cf. José Manuel CUENCA TURÌBIO, *História Universal*, Lisboa, Grupo Editorial Oceano, 1992, p. 424.

⁷⁴ Cf. Tomás de KEMPIS, *A Imitação de Cristo*, Editorial Verbo, Lisboa, p. 9.

Tomás de Kempis nasceu em Kempen, perto de Colónia na Alemanha em 1379, e faleceu em Zwolle, diocese de Utreque em 1471. Foi a este Tomàs Hemerken cónego regrante de Santo Agostinho, e mais tarde subprior do mosteiro do monte de Santa Inês, perto de Zwolle, na Holanda que se atribuiu esta obra, dividida em quatro livros e considerada uma das mais notáveis literaturas de meditação escrita numa época de transição da Idade Média.

Esta edição tem a tradução de Frei António de Pádua e Belas, tendo sido publicada pela primeira vez em 1791.

Depois da *Bíblia Pauperum*, um dos incunábulos que circulava no séc. XV,⁷⁵ terá sido a obra mais lida naquela época onde relatava a experiência pessoal do autor e ensinava a ter uma relação mais próxima com Deus. A paz interior, o conhecimento de si mesmo, os diálogos entre Deus e a alma chegavam a um público mais vasto e menos culto. Delumeau especifica: “(...) associava as Ave-Marias do rosário aos mistérios gozosos ou dolorosos; recorreu ao suporte das letras do alfabeto; estabeleceu correspondências entre as chagas de Cristo e as rosas da “coroa de Maria”.⁷⁶

A religião de que falava a *Imitatio Christi* de Kempis ajudou a alastrar a *Devotio Moderna* para um meio urbanizado, superpovoado, insistindo mais na valorização interior pessoal do que na liturgia: “A missa da *Devotio moderna* é uma missa curta, uma missa à qual as pessoas se associam através de uma oração pessoal que não adere estreitamente aos temas litúrgicos.”⁷⁷

Ao mesmo tempo, a meditação sobre a morte e o julgamento dos pecadores não foram esquecidos e são ensinados com zelo na Imitação de Cristo: “(...) Melhor é purgar agora os pecados e cortar os vícios do que deixá-los para purgar em outra vida.”, ou ainda “(...) que outra coisa há-de consumir aquele fogo senão os teus pecados? Quanto mais aqui te poupas e segues os teus apetites, tanto mais cruelmente serás atormentado e tanto mais lenha guardas para te queimares.”,⁷⁸ por outro lado adverte: “O reino de Deus consiste na paz e alegria do Espírito Santo, o que não é concedido aos ímpios.”⁷⁹

Esta nova devoção afastava-se da doutrina clássica cheia de regras espalhada pela Igreja, principalmente numa época de crise provocada pelo Cisma. O povo adere e precisa desta nova corrente religiosa, há um encontro com o verdadeiro Deus e com o exemplo de Cristo que sofreu na cruz, mostra-se uma dor que pode ser até a dor do verdadeiro homem. Contudo, havia também os livros de oração destinados para uma elite. Os “Livros de Horas” eram indispensáveis nas famílias mais

⁷⁵ Referimo-nos aqui à “Bíblia dos pobres” assim chamada porque, e segundo Réau: “ (...)oferecia um resumo da Bíblia a bom preço, não aos laicos que não sabiam ler, mas aos “povres cleres” que não podiam oferecer-se o luxo de uma Bíblia completa.” CF. Luis RÉAU, *Iconographie de L'Art Chrétien*, Paris, PUF, Vol. I, 3 Tomos, 6 Vols., 1955, p. p. 196-197.

⁷⁶ Cf. Jean, DELUMEAU, *op. cit.*, 1984, p. 142.

⁷⁷ Cf. Pierre, CHAUNU, *O Tempo das Reformas-1250-1550-I. A crise da cristandade*, Lugar da História, Edições setenta, 1975, p.218.

⁷⁸ Cf. KEMPIS *op. cit.*, p.p. 36-38.

⁷⁹ IDEM, p. 47.

abastadas e continham orações a serem ditas a cada hora canónica do dia. O livro de Horas “*Les Très Riches Heures*”, todo ele repleto de iluminuras encomendadas pelo Duque de Berry em 1410, é um exemplo onde as almas no purgatório não faltam **(Fig. 18)**.⁸⁰

2.2 A angústia da Peste negra, os horrores da morte

O período mais difícil que o povo teve de enfrentar, foi o aparecimento da peste negra em 1348, a qual desencadeara o medo do castigo de Deus e a iminência da morte. Imbuídos por uma forte religiosidade, os fiéis recorriam à penitência. Grupos de flagelantes percorriam a Europa em procissões, exagerava-se nos cultos e nos ritos pelo desespero. Deu-se início em grande escala ao fervor para assegurar exéquias condignas pelos familiares mortos juntando a recitação de preces pelo repouso das almas. Nas cidades, existia um cristianismo de massas movimentos populares com procissões de flagelantes pelas ruas, vias-sacras colectivas, cortejos e procissões como a do (*Corpus Domini*), e autos de Paixão guiados por um “mestre da cerimónia”, e tinham como intenção expiar os seus pecados e os do mundo, demonstrando uma grande ignorância teológica.

Mais do que nunca consagrou-se o culto ao Cristo da Paixão. A contemplação do crucifixo desenvolveu práticas de piedade, mas deixava a esperança da salvação eterna através do resgate das almas. As procissões arrolavam milhares de crentes que chegavam às portas das Catedrais cantando hinos no meio de prantos, os penitentes invocavam Deus, Cristo e a Virgem ao mesmo tempo que se flagelavam violentamente até ficarem com o corpo em chaga.⁸¹

Por toda a Europa a angústia da morte favoreceu principalmente as mentes mais individualistas, a morte impressionava dando lugar à obsessão pelo sofrimento, representava-se na pintura com precisão mórbida o cadáver que passou a estar exibido em toda a parte **(Fig. 19)**.

⁸⁰ Este livro de Horas do século XV, foi encomendado por João, duque de Berry, em 1410. É composto por 416 páginas com iluminuras em miniatura. Foi pintado entre 1412 e 1416 pelos irmãos Limbourg, A partir de 1416, após a morte destes o trabalho foi continuado na década de 1440 por Barthélemy van Eyck. Mas só quarenta anos mais tarde, Carlos I, duque de Sabóia, atribuiu a Jean Colombe a tarefa de terminar as pinturas, algo entre 1485 e 1489.

⁸¹ Cf. ELÍADE, *op. cit.*, 1983, p. 187. Sobre os flagelantes do século XIV, foram considerados hereges pelo papa Clemente VI desde 1349.

Formularam-se pensamentos individuais que conduziram inevitavelmente para uma crítica às instituições da Igreja, por vezes também à sua doutrina. Alguns pregadores aproveitaram para levar a cabo movimentos de reforma, outros, criavam atmosferas apocalípticas, como o dominicano Jerónimo Savonarola que em 1490 aterrorizou os habitantes de Florença com as suas premonições encorajando os fiéis a converterem-se sob pena de serem amaldiçoados por um Deus vingador, gritava pelo juízo Final, semeava o terror junto daqueles que já por si temiam o fim do mundo e o inferno eterno.⁸²

Atitudes como estas foram julgadas pela Igreja Católica que considerava estar perante uma nova onda de heresias. Os heréticos eram aqueles que simplesmente reprovavam a atitude do clero e a hierarquia que a rodeava, acusando-a de não saber transmitir a mensagem cristã. Por essa razão, herege, era, o que preferia o seu próprio juízo à autoridade da Igreja. Citando Guignebert: *“Desobedecer à Igreja, mudar seja o que for, acrescentar ou subtrair à sua regra de fé, ou apenas contrariar os seus costumes sobre qualquer ponto, é, na Idade Média, cair em pecado de heresia, a qual, no entanto, é apenas propriamente a obstinação em manter um parecer contrário a um dogma de fé.”*⁸³

A Ordem Dominicana foi chamada a desempenhar um papel importante na luta contra a heresia. No século XIV estava já em grande expansão - note-se, que por volta de 1390 rondava os 10.000 membros, entre eles, Tomás de Aquino, era veemente, condenava os que não acreditavam na existência do Purgatório considerando essa atitude uma heresia, por ser o pecado mais grave contra a virtude da religião.⁸⁴

Por outro lado, na Ordem dominicana também existiam opiniões diferentes. Mestre Eckhart, filósofo alemão, embora tivesse seguido a tradição, enunciou uma

⁸²CF. SALVADORI, *op. cit.*, 2005, pp. 305-311. Savonarola, levou ao extremo a sua pregação quando afirmou o carácter sobrenatural de que era imbuído, por isso e para atestar a sua veracidade, ofereceu-se para ser submetido à prova pelo fogo. Foi levado à letra pelo povo que queria ver com os seus próprios olhos o fenómeno. Mas Savonarola recuou e decidiu não enfrentar a prova em pessoa, colocando no seu lugar um confrade. Este episódio valeu-lhe a morte na fogueira em Maio de 1498.

⁸³ Cf. Maria Margarida BRANDÃO, *Aspecto social das Heresias Medievais*, in Revista da Faculdade de Letras de Lisboa, Tomo XV, 2ª série, nº1 e 2, 1949, p. 100. Citação retirada do artigo da autora.

⁸⁴ Cf. Vários autores, *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Volume 9, Lisboa, Verbo, 2000, p. 1867. Citamos: *“No Novo Testamento dá-se o nome de heresias a diversas seitas ou facções entre os judeus, mais tarde aplicado também a grupos de cristãos que se separaram da verdadeira fé”*.

Sobre este assunto, consultar Jacob Abramovitch, LENTSMAN, *A origem do cristianismo*, S. Paulo, Editora Fulgor, 1963, p. 152. O autor refere que antes destas heresias do Século XIV, existiram as heresias judaico- cristãs, desde a ideia formada de Didaqué, (a Doutrina dos doze apóstolos), que remonta ao cristianismo primitivo, além das montanista e das gnósticas.

teoria peculiar ao dizer que a alma tinha “algo” susceptível de pôr o homem em contacto com Deus, o homem podia tornar-se místico e estar em estreita ligação com o seu criador, e assim se gerava uma afinidade da alma com a essência divina. Claro que as concepções de mestre Eckhart constituíram um perigo de heresia, pois não se devia acreditar na identidade completa da alma com Deus.⁸⁵

Ideias como estas, diferentes à doutrina da Igreja sempre existiram já desde o início do Cristianismo, lembremos os chamados hereges que não acreditavam no purgatório, mas no século XIV na Europa, estava-se perante uma sociedade fortemente veiculada à religião cristã, onde era obvio que alguém ficava de fora - os que se tornaram aos olhos da Igreja heréticos, sobre eles caía a intolerância, não praticavam a ortodoxia da fé, representavam aliás, um perigo para outros cristãos, daí, as perseguições que se seguiram para combater os opositores da Igreja, tudo isto demonstrava que a unidade da crença estava longe de ser atingida.⁸⁶

Ultrapassado o século XIV na Europa, os perseguidos passaram a ser os albigenses, os valdenses e os cátaros, apelidados de heréticos nas suas mais diversas manifestações, fosse na contínua crítica ao papado, fosse porque todos eles repudiavam a ideia de Purgatório, e em oposição acreditavam na reencarnação.

Mas a literatura religiosa, mostrava e ilustrava as verdades: a igualdade dos homens perante a morte. Até à invenção da imprensa no séc. XV, circulavam manuais sobre a melhor forma de encarar a morte, incunábulo como as *Ars Moriendi* davam uma ajuda ao ensinar o fiel a resistir aos assaltos do demónio na hora da morte.⁸⁷ Pode afirmar-se que o discurso passava mais pelo tema da possessão da alma, assunto escabroso mas perfeito na intenção final pois, conforme

⁸⁵ Sobre a doutrina de Eckhardt suspeita de heresia distinguimos vinte e oito proposições que lhe eram atribuídas e que foram condenadas depois da sua morte. O texto destas proposições pode-se encontrar em Mestre ECKHARDT, *Traités et Sermons*, Aubier-Montaigne, 1942.

⁸⁶ Cf. LE GOFF, *op. cit.*, 1995, pp. 324-325. Falamos dos hereges de Arras, que já em 1025 recusaram as orações pelos mortos, os sufrágios. De igual modo em 1143-1144, os sufrágios foram recusados pelos hereges de Colónia, contra quem o prelado Eberwin de Steinfeld pede a ajuda a S. Bernardo: “*Eles não admitem que existe um fogo purgatório depois da morte, e ensinam que as almas vão imediatamente para o repouso ou para o castigo eternos no momento em que deixam a terra segundo as palavras de Salomão: “se uma árvore cai para o Sul ou para o Norte, a árvore fica onde caiu”* (Eclesiastes, 11, 3)”.

⁸⁷ Cf. MÂLE, *op. cit.*, 1969, p.p. 381-387. A *Ars moriendi* é obra de um religioso do início do século XV, um pequeno livro com gravuras vulgarmente utilizado para a educação do clero, certamente inspirado num outro opúsculo de Gerson, *Opusculum Tripartitum*. Gerson, foi nomeado Chanceler da Universidade de Paris em 1345.

escreveu Émile Mâle: “(...)este texto patético, estas gravuras terríveis, comoviam profundamente as almas, sempre ocupadas com o pensamento da morte.”⁸⁸

Eram então as edições xilogravadas, com gravuras e texto, que completavam a mensagem das *Ars moriendi*, e quando começaram a aparecer as edições tipográficas as mensagens também variavam, sendo adaptadas a cada país que tinha a sua própria edição. As *Ars Moriendi* foram traduzidas nas principais línguas da Europa, francês, alemão, inglês e espanhol. É notório o exemplo que apresentamos em anexo, pelo poder da mensagem agregada ao desenho, enquanto o moribundo está a ver os seus pecados, ou a alma do morto é levada ao céu por um anjo, completa-se a mensagem com *filacteras* que registam o acontecimento (**Fig. 20**).

Foi a este medo do desconhecido na hora da morte e depois da morte, que se acrescentou a ideia de que a salvação da alma ou a imortalidade da mesma podia ser alcançada, a qual rapidamente se transformou num tema quotidiano, assunto que estava profundamente incutido na mente do homem e que se vai arrastar até ao século XVI.⁸⁹

2.3 As “missas de S. Gregório”- Liturgia popular

Um dos factores que serviu de instrumento para a divulgação da prática do sufrágio pelas almas, foi, desde os finais da Idade Média, a lenda de origem italiana sobre a aparição de Cristo ao Papa S. Gregório Magno.

Segundo a lenda, Jesus Cristo havia aparecido ao Papa Gregório Magno e anunciou-lhe que as almas se salvariam do fogo através das orações dos vivos. A aparição deu-se no momento em que o Papa celebrava missa na igreja de Santa Cruz de Jerusalém em Roma. Precisamente no momento da elevação da hóstia, Cristo surgira sobre o altar, com aspecto cadavérico e ensanguentado como após a descida

⁸⁸ CF. Émile MÂLE, *L'Art Religieux de la fin du Moyen Âge en France*, Armand Colin, 2ª ed., Paris, 1925, p. p. 383-388.

⁸⁹ Apareceram outros livros de devoção, livros técnicos e manuais para o clero como o *Breve ricordo* escrito em vulgar, em 1530 por Gian Matteo Giberti dirigido aos padres de Verona; O *Modus Confitendi*, do beneditino português André de Escobar que só em Roma no século XV teve catorze edições; assim como uma série de obras ressurgiram com a invenção da imprensa, como as pequenas obras de piedade: a *Biblia pauperum*, a *Legenda Aurea*, o *Fior de la Virtú*, as *Vidas dos Padres do Deserto*, o *Speculum Humanae Salvationis*, além da já referida *Imitatio Christi*.

da cruz. Daqui poderão ter nascido as primeiras imagens pintadas e esculpidas em Itália nos séculos XIII e XIV, onde Cristo aparece com um aspecto dolorido.⁹⁰

Esta lenda nunca foi confirmada por S. Gregório Magno, mas é certo que antes de surgir a lenda já o Papa se tinha pronunciado nos “*Diálogos*”, sobre os sufrágios das almas do Purgatório.⁹¹ Foi um curto passo para que a lenda fosse vulgarizada em Itália no século XIV e levada pelos peregrinos por toda a Europa e fora dela, onde alcançou grande popularidade nos séculos XV e XVI.

É possível que esta lenda tenha dado origem a um novo tipo de representação: um Cristo de meio corpo desnudo, sangrento, cadavérico, coroado de espinhos que emergia dum sarcófago, projectando no crente uma emoção propositada, que terá ficado conhecido como o Cristo da cana verde ou da Paixão.

Foi esta imagem dolorosa muito bem aceite por toda a Europa no século XV, as indulgências concedidas também acompanhavam para a sua divulgação pois quem rezasse diante daquela imagem de Cristo, sete *Pater*, sete *Ave* e sete curtas orações (as de S. Gregório), teria seis mil anos de perdão.⁹²

O “Cristo da piedade”, juntamente com a acção dos Papas, tiveram um impacto forte e produziram um efeito poderoso na vida dos crentes. Esta súbita aparição de Cristo a S. Gregório, originou um surto de missas pedidas nos testamentos que eram feitos antes de morrer, a alma alcançava dessa forma, milhares de anos de perdão no Purgatório, apenas porque S. Gregório obtivera de Cristo esse grande privilégio de perdão e como tal, logo a partir da 2ª metade do Século XIV, até ao século XVIII, os Trintários foram considerados indispensáveis na hora da morte. Ainda hoje se realizam as missas gregorianas, são 30 missas seguidas que se mandam dizer pela salvação do defunto. Jacques Chiffolleau escreve sobre o assunto e descreve esta

⁹⁰ Cf. GONÇALVES, *op. cit.*, 1959, p. 12. O autor remete-nos para Emile Mâle, que defende o aparecimento daquelas imagens talvez copiadas de um quadro Bizantino que havia na igreja de Santa Cruz de Jerusalém em Roma, servindo provavelmente como suporte de toda a fantasia posterior. Confirmámos que esta crença, não é mencionada na *Legenda Áurea* de Jacques Voragine.

⁹¹ Cf. Segundo S. Gregório todas as missas rezadas revertiam para salvar os condenados que precisavam sair do purgatório, assegurava ele que quando celebrou 30 missas pela alma do monge Justo, este se salvou, pois no último dia do Trintário, Justo apareceu ao seu confrade Copioso, anunciando-lhe que acabava de entrar no céu. “*Dialogos*” (IV, 55).

⁹² Cf. MÂLE, *op. cit.*, 1969, p. 100.

“*contabilidade do além*”, como uma forma de justificar as quantidades de missas que os crentes mandavam rezar.⁹³

O tema das missas de S. Gregório começa a ser preferido por alguns artistas europeus a exemplo do retábulo de Jaime Cirera do século XV, “*S. Miguel e S. Pedro*”, que está no Museu de Arte da Cataluña em Barcelona, onde inclui na parte inferior da pintura a libertação das almas por anjos, ao mesmo tempo que o Papa S. Gregório celebra o sacramento da hóstia durante a missa (**Fig. 21**).⁹⁴

Na igreja de S. Paulo de Bolonha, encontra-se uma obra de Le Guerchin, a “*Libertação das Almas*” do século XVII, onde além da Virgem, estão incluídos o Pai Eterno e S. Gregório com anjos a recolher as almas. O papa Gregório Magno aparece à esquerda com o braço levantado a tomar decisões por vontade de Deus que está presente no plano superior (**Fig. 22**).

O momento da grande difusão das missas de S. Gregório em França foi no final do século XV e começos do século XVI, tema que passou a ser muito frequente nos Livros de Horas manuscritos e impressos. Circularam estampas com as missas de S. Gregório executadas tanto por artistas populares como eruditos representando o Papa a celebrar missa, eram vendidas pelas cidades e pelas terras do interior divulgando a mensagem. Damos o exemplo de uma gravura flamenga do final do século XV ou começo do século XVI, de uma “*Missa de S. Gregório*”, do Gabinete de Estampas da Biblioteca Nacional de Paris. Esta gravura mais nos parece querer evidenciar o “*Cristo da Piedade*”, relegando as almas para o fundo da gravura apenas como um apontamento, que aliás, passou a ser um modelo para as futuras estruturas pictóricas (**Fig. 23**).⁹⁵

Os artistas portugueses durante o século XVI seguiram provavelmente esta gravura, e o tema foi profícuo pois existem em Portugal um número razoável de pinturas alusivas à missa de S. Gregório onde no entanto, não se insere a representação do Purgatório.

Notámos uma especial preocupação da parte do artista em realçar a presença de Cristo na Eucaristia, desse modo, o tema iconograficamente alude sobretudo ao aparecimento de Cristo ao Papa durante a celebração da missa que rodeado de outros

⁹³Cf. GONÇALVES, *op. cit.*, 1959, p. 11. Segundo o autor, se mandar rezar uma missa por um defunto no altar de S. Gregório Magno na Abadia do Monte Célio em Roma, essa missa vale por trinta, e por isso se chama o *privilegio do altar gregoriano*.

⁹⁴ IDEM, p.16.

⁹⁵ Cf. MÁLE, *op. cit.*, 1969, p. 103.

eclesiásticos, e no momento da elevação da hóstia, aparece sobre o altar e diante de S. Gregório, um Cristo da Piedade, ora ensanguentado, ora coroado de espinhos e rodeado pelos instrumentos da Paixão.

Francisco de Campos, pintou uma Missa de S. Gregório entre 1560-1570, encontra-se na Arquidiocese de Évora (**Fig. 24**).

De Gregório Lopes existe uma tábua de c. 1539, na igreja de S. João Baptista em Tomar (**Fig. 25**) além de uma outra que lhe foi atribuída, um óleo sobre madeira existente no Museu Regional de Beja (Museu Rainha D. Leonor), onde aparece uma “*Missa de S. Gregório*” em tudo idêntica à anterior (**Fig. 26**).⁹⁶

Uma outra tábua com a missa de S. Gregório atribuída ao Mestre da Lourinhã, do primeiro quartel do séc. XVI, faz parte do retábulo do altar-mor da Sé do Funchal, considerado único conjunto do tempo de D. Manuel que se encontra no local para onde foi pintado (**Fig. 27**).⁹⁷

A enumeração destas obras apenas revela a importância do tema sendo obras de encomenda, era certo que as “missas de S. Gregório” foi um tema pictórico de preferência.

3. A Reforma Católica

Grande e definitiva no séc. XV foi a influência do Renascimento e do Humanismo nas mentalidades dos europeus, nas artes em geral, e no futuro da religião católica. Os “novos intelectuais”, nascidos de melhores condições económicas, sociais e culturais trouxeram um indiscutível relevo cultural, as ideias dos humanistas consideradas como uma nova corrente de pensamento, proporcionavam não só um conjunto de métodos e valores renovados, como a

⁹⁶ Temos conhecimento que o pintor Fernão Gomes também se interessou pela temática deixando-nos três pinturas pertencentes a um retábulo que existiu na Igreja da Graça de Lisboa. São elas, um “*Milagre de São Gregório Magno no Castelo de Santagelo*”, par de um “*São Gregório orando pelas almas do Purgatório*” (Museu Nacional de Arte Antiga), e uma “*Missa de São Gregório*” (Cardiga, col. Particular).

Existem ainda duas tábuas guardadas, por estudar, no Museu Nacional de Arte Antiga sobre as missas de S. Gregório, no entanto, sem a presença do Purgatório.

⁹⁷ Cf. Manuel BATORÉO, *Pintura Portuguesa do Renascimento, O Mestre da Lourinhã*, Caleidoscópio, Novembro 2004, Lisboa, p. p. 119-124. O autor refere que a organização espacial desta tábua aproxima-se da do retábulo na igreja de S. Francisco de Évora, onde se encontra uma outra missa de S. Gregório pintada por Francisco Henriques c. 1509.

afirmação dos valores humanos, a defesa dos direitos e da dignidade da pessoa. Os humanistas iriam olhar o passado e o Mundo com novos olhos encontrando valores morais e sociais, elevar a dignidade do Homem fazendo dele senhor do seu destino, usavam frequentemente o tema da liberdade humana e do livre arbítrio.⁹⁸

A Reforma da Igreja só irá ocorrer no início do século XVI, mas certas facções da Igreja já discutiam a reforma desde o seu interior.⁹⁹

Sem dúvida o empurrão chegou em 1444, quando Johannes Gutenberg inventou a imprensa e imediatamente os textos clássicos começaram a ser divulgados pelos humanistas, primeiro em Florença com Marsílio Ficino a ler e a comentar os textos antigos na sua academia, depois inevitavelmente com o platonismo a espalhar-se por toda a Europa, despertava-se o interesse de se regressar às fontes, nesse sentido, a tradução da Bíblia para as línguas europeias e a sua interpretação dispensando a escolástica para ler directamente os textos sagrados, tornaram-se urgentes.

Foi assim que muitas vezes se caminhou em direcção ao paganismo, embora estivesse presente uma preocupação cristã, a filologia desenvolveu-se tendo como principal meta interpretar da maneira mais exacta possível os textos bíblicos e evangélicos, levando os humanistas cristãos a perseguir o objectivo de purificar as Escrituras das traduções defeituosas e de revelar o verdadeiro texto da Bíblia.¹⁰⁰

Todo este processo que decorria, era no entanto um fenómeno alheio ao povo que apenas aspirava a que a sua fé fosse confirmada na prática da vida do clero, mas isso não veio a acontecer, pelo contrário, degenerou num abismo ainda maior entre a

⁹⁸ Cf. L. SALVADORI, *op. cit.*, Volume 7, 2005, p. 592. Durante todo o século XV, continuamos com uma Europa mergulhada em crises dinásticas, conflitos internos e lutas entre soberanos e papas, dando lugar a movimentações de novos poderes políticos. Assistimos na Europa ao regresso a Roma dos papas, e à queda de Constantinopla nas mãos dos turcos em 1443. Formava-se o Estado Moderno. A modernização da Europa caminhava para uma realidade e a ideia de Estado começava a aplicar-se, resultando para a Igreja num esforço extra, pois teve de reparar alguns pontos menos positivos, era urgente a organização da sociedade política respeitando o dogma e a moral cristã. Formavam-se Estados de grandes dimensões com exércitos devidamente apetrechados e que já nada tinham a ver com a Idade Média, os territórios eram fraccionados internamente por múltiplas jurisdições, variados costumes, leis e línguas começaram a ser governados por autoridades centrais que estabeleceram regras unitárias e uniformes para acabar com os senhorios feudais e fracções políticas da Idade Média.

⁹⁹ A Igreja iniciou um período mais positivo quando colocou no trono de S. Pedro personagens humanistas como Nicolau V, entre 1447 e 1455. Este Papa apoiou humanistas e artistas e fundou a Biblioteca Vaticano, foi considerado o primeiro Papa do Renascimento.

¹⁰⁰ Cf. Carlos Moreira AZEVEDO, *História Religiosa de Portugal - Humanismos e Reformas*, Vol. 2, Circulo de Leitores, Lisboa, 2000. Lourenço Vala foi um crítico aos textos sagrados quando descobriu na *Vulgata* erros, que alteravam o texto bíblico.

religiosidade popular, esquecida e descuidada pela Igreja e a religiosidade dita “cultura” e erudita.

Paralelamente, produziram-se formas locais de religiosidade popular com o fim de amenizar a falta de atenção pastoral, pelo que era inevitável que cada indivíduo tendesse a construir uma religião para si ou para melhorar e corrigir os fiéis que, não só se queriam salvar, mas que se esforçavam por conseguir as mais amplas garantias de o conseguir através da sua conduta pessoal.¹⁰¹

Como a cultura popular provinha de uma cultura oral, produto de uma herança medieval e como tal imbuída de magia, credices e fanatismo de certos usos com uma base cristã, mas ainda com restos de religiões pagãs, supostamente naquela época terá sido um meio necessário e o mais fácil para entender o mundo e a natureza com os seus elementos maléficos e benignos, compreende-se que a magia tivesse sido a única maneira de defesa para o homem que vivia numa permanente angústia. De igual modo, como a vida humana estava continuamente ameaçada pelas epidemias, fome e violência, e era incapaz de compreender os fenómenos naturais associados a forças malignas, ter-se-ão desenvolvido uma série de ritos para esconjurar as forças do mal e conciliar as forças benéficas.

Daí que a cultura popular tivesse resultado essencialmente na tradução visual e na deturpação da mensagem cristã por uma forma de pensamento mágico, assente numa cultura ritualizada, que se ficou a dever à redescoberta da herança antiga por parte da cultura erudita contemporânea, a qual veio adicionar elementos simbólicos, alegóricos e mitológicos às antigas imagens, constituídas com o recurso a símbolos religiosos e profanos. Este facto poderá explicar a tradição nos ritos religiosos populares: as procissões, os gestos, as velas, a popularidade da *Pietá*, o culto das relíquias e as peregrinações a Santiago de Compostela, a devoção da Virgem, do Rosário, a importância atribuída ao Purgatório e ao culto das almas, as penitências da Quaresma, tudo passou a funcionar como uma tradição popular.

Com este despertar de novas ideias e com a descoberta do indivíduo, os homens do Renascimento proclamavam contra toda a autoridade estabelecida as suas convicções, colocavam em causa as práticas e as crenças tradicionais, os usos e costumes, a tradição, todo um trabalho de séculos que a Igreja tinha desenvolvido.¹⁰²

¹⁰¹ Cf. BURCKHARDT, *op. cit.*, 1983, p. 380.

¹⁰² Cf. LE GOFF, *op. cit.*, 1995, p. 34.

O próprio Miguel Ângelo assombrado com o clima cultural que nessa altura se vivia em Florença, e com as reformas religiosas de Savonarola, voltou a Roma, mais de vinte anos depois de pintar o tecto da Capela *Sistina*, para pintar o “*Juízo Final*” entre 1536-1541 na parede do fundo da mesma Capela, numa altura em que a Europa sofria a crise espiritual e política da Reforma. Ele regista divinamente como se sentia a humanidade naquela altura, conseguindo demonstrar a aflição dos justos e dos pecadores, os que sobem ao Céu e os que caem que amontoados numa mancha compacta, suplicam clemência a um Deus zangado que do alto decide quem merece absolvição (Fig. 28).¹⁰³

As ideias do Renascimento vieram acrescentar à Europa agitação social e a religião católica caminhava ainda lerda em todos os sentidos, cega do cimo do seu pedestal. Foi em consequência das atitudes da Igreja, pela sua postura de onipotência e pela alteração da doutrina dos princípios do cristianismo que supostamente deveria defender, abandonando-se à imoralidade, corrupção e ao mundanismo, que assistimos no começo do século XVI, a uma Europa imersa numa crise moral aliada a uma crise geral da fé.

Esta crise veio recolocar na ordem do dia o relacionamento do homem com Deus, encarada num contexto social especial, tendo em conta todas as forças económicas, políticas e ideológicas que marcaram este momento histórico. Um dos factores relevantes foi a presença contínua de catástrofes que criou nas consciências dos homens de maneira quase obsessiva, o sentimento da transitoriedade da vida e da ameaça da morte, de forma que, para grande número de fiéis o tema da salvação e da vida eterna converteu-se em prioritário.

3.1. O fenómeno das indulgências no século XVI

Por toda a Europa, o mal e o diabo estavam instalados na vida dos crentes, estes receavam a punição divina que os levava a uma eternidade de suplícios. Era preciso preparar-se para morrer porque não queriam comparecer perante Deus sem terem recebido a absolvição e a única salvação era escapar às penas do Inferno. Este surto de pânico perante a morte, desequilibrou as mentalidades da época, principalmente

¹⁰³ Cf. H. W. JANSON, *História da Arte*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998, p. 454.

as mais religiosas, a sua salvação implicava a crença nos sufrágios, e a profunda necessidade popular de segurança abraçou a imposição pela Igreja das indulgências que geravam no crente, a falsa convicção de poder obter a redenção fugindo às penas, induzindo-o assim, a perder o temor a Deus.

Na tradição católica, a indulgência constitui a remissão total ou parcial das penas temporais devidas a Deus por parte do pecador sendo concedida através de um acto sob a jurisdição eclesiástica. Maneira simplista de definir um hábito religioso que se mantém desde há séculos na prática dos católicos.

Esta forma de piedade, tem no seu propósito “(...)comprar a felicidade das almas dos seus queridos antepassados.”,¹⁰⁴ adquire um interesse económico sem contudo deixar de ser puramente religioso, em nossa opinião, com largas consequências sociais, no sentido em que a relação que existe entre as indulgências papais e o culto das almas baseia-se num compromisso pelos sufrágios necessários para salvar as almas do purgatório

As primeiras indulgências terão sido concedidas por Alexandre II em 1063 aos soldados cristãos que combatiam contra os sarracenos. Este acto foi reafirmado no decorrer do Concílio de Clermont em 1095 convocado pelo Papa Urbano II, que estabeleceu: “(...) para quantos se pusessem a caminho de Jerusalém só por devoção, não para obter honra e dinheiro, mas para libertar a Igreja de Deus, a este caminho fosse atribuída a penitência completa.”¹⁰⁵

Também a bula *Antiquorum habet*, que o Papa Bonifácio VIII promulgou a 22 de Fevereiro de 1300, tratava no seu conteúdo da possível existência de um documento antigo digno de fé atribuindo àqueles que fossem à venerável Basílica do príncipe dos Apóstolos na Urbe (Roma) a concessão de copiosas remissões e indulgências dos pecados. Assim diz na bula: (...) *Nós portanto...considerando válidas e aceitas tais remissões e indulgências, todas e cada uma singularmente, as confirmamos e aprovamos em virtude da autoridade apostólica...Confiando na misericórdia de Deus omnipotente e nos méritos e na autoridade dos seus próprios apóstolos, pelos conselhos dos Nossos irmãos e em virtude da plenitude do poder apostólico, a todos...os que visitam de modo respeitoso estas basílicas e fazem realmente penitência e se tiverem confessado...neste presente e em qualquer um dos*

¹⁰⁴ Cf. Pierre CHAUNU, *O Tempo das Reformas (1250-1550) - II. A Reforma Protestante*, edições 70, Lisboa, 1975, p. 126.

¹⁰⁵ Cf. DENZINGER-HUNERMANN, *op. cit.*, p.p. 304-305.

*seguintes centenários, concederemos e concedemos não só a plena e mais ampla, mas também a pleníssima indulgência de todos os seus pecados.”*¹⁰⁶

Como se constata, as indulgências faziam mover os interesses sociais e religiosos, eram concedidas em forma de bulas papais que traziam alguma força de lei para cumprir, sem obrigação na intenção mas definitiva para a salvação dos fiéis.

A bula *Salvator noster* que o Papa Sisto IV promulgou em 1476, traz alguma novidade ao aplicar uma indulgência plenária em favor dos defuntos à maneira de sufrágio: “(...) *se parentes, amigos ou outros fiéis cristãos, levadas pela piedade para com as almas do purgatório, expostas ao fogo em expiação das penas que pela divina justiça lhes cabem, durante o dito decénio pela restauração da igreja de Saintes, enquanto visitam a dita igreja, doarem uma determinada quantia de dinheiro ou um capital, segundo a disposição do decano ou do capítulo da supradita igreja ou do nosso colector, ou ainda o mandarem por meio de mensageiros a serem por eles designados, sempre durante tal decénio, queremos que esta indulgência plenária a modo de sufrágio valha para a remissão das penas e para proveito das mesmas almas do purgatório em prol das quais - como é pressuposto - desembolsaram a supradita quantia de dinheiro ou de capital.”*¹⁰⁷

O fenómeno a que nos referimos consiste pois, na remissão total ou parcial dos pecados dos homens. O Papa Sisto IV define bem este conceito e demonstra a simplicidade de tão importante “arma eclesiástica”: “(...) *Nós, a quem foi atribuída do alto da sua plenitude do poder, desejando oferecer auxílio e sufrágio às almas do purgatório do tesouro que resulta dos méritos de Cristo e dos seus santos, a Nós confiado pela Igreja universal, concedemos a supradita indulgência, mas de tal modo que os fiéis ofereçam por aquelas almas o sufrágio que as mesmas almas dos defuntos, não são capazes de cumprir em vantagem própria.”*¹⁰⁸

¹⁰⁶ IDEM, p.p. 304-305. Com esta bula foi enunciada a primeira celebração de um “ano santo”, à qual era associada uma indulgência plenária. Um tal perdão de todas as penas dos pecados não era, porém, coisa nova.

¹⁰⁷ Cf. DENZINGER-HUNERMANN, *op. cit.*, p. 378. O Papa Sisto IV esteve no trono de S. Pedro entre 9 de Agosto de 1471 e 12 de Agosto de 1484. Dedicou-se afincadamente ao assunto das indulgências e da sua validade, aplicação e compreensão por parte de todos, religiosos e leigos. Logo, após ter concedido esta bula a conceder indulgências para defuntos em 3 de Agosto de 1476 a favor da igreja de S. Pedro de Saints.

¹⁰⁸ IDEM, p. 376-378. Esta passagem refere-se à resposta do Papa Sisto IV sobre as indulgências dadas à igreja de s. Pedro de Saints, e porque tenha sido mal interpretada e mal aplicada viu-se na obrigação, um ano depois, de a esclarecer na Encíclica “*Romani Pontificis provida*” em 27 de Novembro de 1477.

Esta consciência por parte da Igreja de que existia uma extensão do poder delegado por Deus à Igreja através da concessão de indulgências, levou o Papa Leão X em 1516 a reforçar o seu poder sobre os bispos e a afastar os laicos dos assuntos eclesiásticos, por outro lado, com o poder que lhe fora atribuído aproveitava e canalizava para si os proventos da Igreja.¹⁰⁹

Tudo começou quando na Alemanha foi proclamada uma campanha de indulgência plena para a construção da Catedral de São Pedro em Roma. O então arcebispo de Mogúncia, Albrecht de Brandeburgo, estando fortemente endividado junto de grandes banqueiros alemães da época (os Fugger de Augsburg) aos quais tinha pedido emprestadas quantias colossais para adquirir junto de Roma os seus dois últimos cargos, e necessitado de recolher fundos para pagar a dívida, lembrou-se de vender indulgências, aproveitando a conjuntura religiosa da época, na certeza de que os crentes aderiam à salvação da alma a qualquer custo. A saída das almas do purgatório era assim assegurada *per modum suffragii*: “*Aqueles que pagam uma quotização não têm necessidade de se penitenciar ou de se confessarem pois esta graça supõe que o defunto morreu em estado de graça (...) Tetzl não ultrapassa as suas instruções ao proclamar que a alma abandona o purgatório no momento em que a doação entra na caixa de esmolas.*”¹¹⁰

O negócio funcionava e era rentável, através de quantias sonantes ou de bens materiais, resgatava pecados: “ (...) *por dez marcos do banco de Hamburgo ou doze*

¹⁰⁹ Cf. DENZINGER-HUNERMANN, *op. cit.*, p. 386. Entre 11 de Março de 1513 e 1 de Dezembro de 1521, reinou no Vaticano o Papa Leão X, filho de Lourenço o *Magnífico*. Personalidade forte e adepto do nepotismo além de importante mecenas em Itália, não admitia que os concílios se impusessem ao Papa, pelo que, deve-se a ele na 11ª sessão do V Concílio de Latrão (18º ecuménico) realizado entre 3 de Maio de 1512 e 16 de Março de 1517, ter posto termo ao *Conciliarismo etenat* quando promulgou a bula “*Pastor aeternus gregem*”, pondo fim à superioridade que os concílios tinham em relação aos Papas, principalmente desde o Concílio de Basileia onde o conciliarismo atingiu a sua máxima expressão. O Papa com esta bula foi claro na qual afirma que só ele tem o poder de convocar, adiar ou dissolver um concílio: “(...) *somente o Romano Pontífice do momento, enquanto tendo autoridade superior a todos os concílios, possui pleno direito e poder de convocar transferir ou suspender os concílios, como testemunham claramente não só a sagrada Escritura, as sentenças dos santos Padres e dos outros Romanos Pontífices, nossos predecessores, e os sagrados cânones, mas também o que confessaram os próprios concílios...*”, desta forma confirma as enormes pretensões de Bonifácio VIII e da célebre Bula *Unam Sanctam*.

¹¹⁰ Cf. CHAUNU, *op. cit.*, p. 126-128. O negócio para avançar com as obras de S. Pedro em Roma, foi realizado secretamente entre Alberto de Bradenbourg e o Papa Leão X, sendo a operação Médicis-Brandebourg financiada pelos Fugger, banqueiros judeus e alemães os quais colocaram como supervisor das cobranças das indulgências Johann Tetzl, o qual, aproveitando a proibição por Frederico II, o *Sábio* e outros príncipes da venda de indulgências concorrentes e papais nos seus territórios, canalizava os fiéis para a sua agência noutra cidade arquitetando um esquema de venda de indulgências à sua maneira.

*marcos de Aix-la-Chapelle, perdoa-se a um adúlter; por cem marcos banco, um assassinato, em suma, o arcebispo hipoteca o céu”.*¹¹¹

A Igreja por sua vez, pela autoridade do Papa Leão X, não só tolerou estas credices, mas também introduziu a prática das concessões das indulgências mediante o pagamento de uma esmola, levando assim a se considerar a indulgência como uma verdadeira “venda” da remissão dos pecados. Havia magistraturas civis que procuravam obter bulas de indulgência para financiarem obras públicas, pode dizer-se que as indulgências suportavam a manutenção do património, fosse ele eclesiástico ou não.¹¹²

Desde esta altura até ao século XIX, a concessão de indulgências Papais tornaram-se num instrumento fundamental para dominar a sociedade católica, factor indispensável para a sobrevivência espiritual desenvolver um bom funcionamento, além de ser um negócio bastante conveniente para a Igreja, as indulgências acabaram por ser um instrumento de poder político (Fig. 29).¹¹³

3.2. Lutero divide a Igreja – Protestantes e Católicos

Precisamente no ano de 1517 na Alemanha, o monge dominicano Martinho Lutero decide insurgir-se contra a prática instalada das indulgências pelo arcebispo Alberto de Brandebourg. Segundo ele, só o Papa podia dispensar as penitências impostas pela sua própria autoridade ou pela do direito canónico, e só Deus podia perdoar os pecados através do arrependimento. Sem ter consciência do abalo que iria provocar na estrutura da Igreja Católica, afixou na porta da catedral em Wittemberg, noventa e cinco teses com o título *Disputatio pro declaratione virtutis indulgentiarum*, para debate público, na época, uma prática comum.¹¹⁴

¹¹¹ Cf. Gerald MESSADIÉ, *História Geral de Deus*, Publicações Europa- América, Lisboa, 2001, p. 284.

¹¹² Cf. CHAUNU, *op. cit.*, 1975, p. 126.

O requinte do esquema montado pela venda das indulgências passava pela existência de um agente de câmbios ou o chamado “corrector de indulgências”, neste caso a agência Tetzl.

¹¹³ Cf. A CATILLA, A GRILLO, *Indulgências: História e Significado*, tradução de José Maia, Paulus, 1999. Sobre as implicações nas várias áreas sociais, económica, política e religiosa.

¹¹⁴ Cf. CHAUNU, *op. cit.*, p.p. 126-127. Desde 1398 que em Wittenberg havia a tradição de se conceder indulgências especialmente a *Portioncule*, a “*remissio pena et culpa*”, destinada aos fiéis que em peregrinação queriam ver as relíquias acumuladas e ao mesmo tempo comprar indulgências, sabendo que podiam obter até 127 799 anos e 116 dias de indulgência.

A intenção de Lutero era simplesmente tornar pública a sua posição contra as indulgências: “(...) *prática em que ele reprovava ao dar aos fiéis uma “falsa segurança” religiosa.*”,¹¹⁵ esta prática levava o cristão a preocupar-se mais com a pena do que com a culpa, além de que, não se devia exigir aos pobres um dízimo suplementar, para o resgate dos seus pecados.

Lutero acusava directamente a Igreja, considerando-a responsável de corromper a moral do cristão na medida em que era concomitante com esta prática, exigia efectivamente uma reforma extraordinária da Igreja. Deixou claro a sua posição na Tese nº 84 quando refere: “(...) *o que é esta nova de Deus e do Papa, pela qual se concede a um homem ímpio e pecador a redenção à força de dinheiro tornando-se uma alma pia e amiga de Deus e, todavia, não se redime por gratuita caridade a tal alma pia e dilecta?*”.¹¹⁶ Contudo, não avaliou bem o peso desta prática que se começava a enraizar na sociedade, estando longe de se resolver com a sua denúncia, teve mesmo de enfrentar os Dominicanos que imediatamente o acusaram de heresia quando perceberam que as suas teses traziam à luz denúncias mais profundas que não só a venda das indulgências.¹¹⁷

Martinho Lutero, na sua tese nº 37 deixava claro não acreditar no dogma do Purgatório: “*O Purgatório não pode ser provado pela sagrada escritura que esteja no cânone (...) qualquer cristão verdadeiro, vivo ou morto, participa de todos os benefícios de Cristo e da Igreja, que são dons de Deus, mesmo sem carta de indulgência.*”, esta terá sido a gota de água que levou o Papa Leão X em 1518 a responder e a enumerar os erros de Lutero, justificando que não era obrigatório encontrar nas escrituras uma revelação explícita e pontual do dogma do purgatório.

A celeuma estava instalada com o Papa a enviar um Decreto em forma de bula “*Cum postquam*”, ao Cardeal Caetano de Vio seu legado, visando repor e esclarecer o direito da Igreja sobre as indulgências: “(...) *O Romano Pontífice, sucessor de*

¹¹⁵ Cf. DELUMEAU, *op. cit.*, Vol. I, 1984, p. 135.

¹¹⁶ Cf. SALVADORI, *op. cit.*, Vol. 8, Planeta De Agostini, 2005, p. 61. Tese nº 84 de Lutero.

¹¹⁷ Cf. MESSÁDIE, *op. cit.*, p. 285. Após este episódio, Lutero conseguiu exercer uma grande influência na cristandade alemã. Dizia-se que em cada mil pessoas, não havia uma que não fosse tocada pela sua doutrina. Como nessa altura a Alemanha estava em ebulição social, com os camponeses e os fidalgos rurais a exigirem uma reforma do sistema feudal e a abolição dos privilégios exorbitantes dados aos príncipes, com a pregação de Lutero gerou-se quase um levantamento social quando se soube do levantamento da excomunhão a Lutero. A pressão para aplicar a bula da excomunhão a Lutero é tema de conflito entre o poder temporal e o espiritual, em 1529 a Alemanha é dividida em estados luteranos e em estados papistas. O protestantismo instalou-se a partir dessa altura na Alemanha, e a Reforma tinha começado.

Pedro, detentor das chaves e vigário de Jesus Cristo na terra, em virtude do poder das chaves que servem para abrir o reino dos céus, livrando os fiéis de Cristo dos impedimentos (a saber, a culpa e a pena devidas pelos pecados actuais(...))tem o poder de conceder, por causas razoáveis, haurindo da superabundância dos méritos de Cristo e dos Santos, indulgências aos fiéis Cristãos(...) quer se encontrem em vida, quer estejam no Purgatório.”¹¹⁸

A lógica da Igreja ao conceder indulgências, era segundo a própria, legitimada pela doutrina dos “méritos acumulados” por Jesus e pelos santos, aos quais a Igreja podia chegar.

Lutero não se retratou dos seus erros e ao fim de sessenta dias foi excomungado com a bula *Exsurge Domine et iudica*, promulgada pelo Papa Leão X em 1520. ¹¹⁹

Pode aferir-se que as indulgências foram estendidas da culpa à pena, das penas temporais àquelas que eram para serem descontadas no purgatório, e das culpas pessoais às dos parentes dos defuntos.

Os argumentos utilizados por Lutero, baseavam-se unicamente na salvação do homem justo através da fé em Deus e defendia que, a penitência do cristão devia coincidir com toda a sua vida: só pela mortificação e pela profunda contrição podia ter início a salvação. Defendia por isso a doutrina da justificação pela fé, aqui explicada por Delumeau: “(...) *Deus salva-nos, apesar de nós próprios; foi tão grande o pecado original e são tão pesados os nossos pecados de todos os dias, que merecemos o inferno; mas Deus não é Juiz, é pai, e prometeu-nos a salvação por intermédio do Filho.*”¹²⁰

Negava assim, qualquer eficácia das indulgências para a salvação e a mesma faculdade da Igreja em as dispensar, ou seja, o Papa só podia perdoar as penitências por ele próprios impostas na terra, enquanto que não havia nenhuma jurisdição no purgatório. Juntamos algumas teses de Lutero:

Tese nº 6. “ *O Papa não pode perdoar nenhuma pena, a não ser as que impôs por vontade própria ou dos cânones.*”; Tese nº 21. “*Enganam-se, portanto, os pregadores de indulgências, os quais, dizem que pelas indulgências papais o homem*

¹¹⁸ Cf. DENZINGER-HUNERMANN, *op. cit.*, p. 387. Lutero, redigiu em 1520 as quatro obras fundamentais que iriam servir de base à teologia reformada: *O Papado em Roma; O Apelo à Nobreza Cristã da Nação Alemã; O Cativo Babilónico da Igreja e o Tratado Da Liberdade do Cristão.*

¹¹⁹ Cf. Pierre CHAUNU, *O Tempo das Reformas (1250-1550), II A Reforma Protestante*, Lugar da História Edições 70, Lisboa, 1975, p.p. 142-143.

¹²⁰ Cf. DELUMEAU, *op. cit.*, 1984, p. 145.

é liberto e salvo de toda a pena.”; Tese nº 22. “O Papa, melhor, não perdoa às almas no purgatório nenhuma pena que deveria ter sofrido nesta vida segundo os cânones.”¹²¹

A decisão de por em discussão a instituição da indulgência e o poder da Igreja de banir os pecados, desencadeou o início de uma luta que dividiu a Europa religiosamente, sendo talvez, o maior repto que a Igreja Católica na época Moderna teve de enfrentar, deixando sequelas que ainda hoje não sararam.

A partir do momento em que Lutero despoletou uma situação tão óbvia, denunciando a tirania exercida pelos papas sobre as consciências, já não havia retorno possível, desencadeou-se a divisão da Igreja de Roma e da Europa, o Protestantismo iniciou a Reforma, e vamos assistir daqui para a frente, a um grupo de intelectuais, os chamados futuros reformadores do século XVI, a tomarem as rédeas da religião no Ocidente.

Toda esta situação veio abanar um sistema estabelecido pela Igreja de modo que movimentou a instituição para a recuperação da sua credibilidade, incluindo os dogmas como o Purgatório, que no fundo sofreu um grande abalo por causa da denúncia da venda das indulgências, pondo em causa a sua legitimidade. A consequência desse episódio manifestou-se numa chamada de atenção à Igreja para reforçar a sua doutrina desde o interior, aproveitando num acto de propaganda para reforçar também o dogma do Purgatório, apelando à sua difusão nos crentes que estavam ainda do lado de Roma.

Lutero denunciou: “(...) inevitável que a maior parte do povo seja enganada por essa indiscriminada e pomposa promessa de libertação dos pecados.”,¹²² mas o povo precisava de algo em que acreditar, precisava de saber o destino da sua alma após a morte e de se sentir confortado, precisava de ver grandes obras em honra de Cristo porque ele era o Pai e era nele que acreditavam.

¹²¹ Cf., SALVADORI, *op. cit.*, 2005, p.p. 60-61.

¹²² IDEM p. 60. Tese nº 24 de Martinho Lutero, *Resolutiones disputationum de indulgentiarum virtute*.

3.3. A Contra-Reforma: reflexos em Portugal

A divisão religiosa da Europa deveu-se sobretudo aos abusos cometidos pela Igreja de Roma que eram cada vez mais denunciados pelos laicos. Entre 1517 e 1570 vastas regiões abandonaram a submissão à Igreja de Roma. Porém, e certamente não constituirá novidade, a anunciada crise religiosa iniciada no século XIV adensou-se de tal forma que acabou por se manifestar em pleno século XVI, resultado que a curto prazo passaria por uma qualquer transformação no seio da cristandade, neste caso assistiu-se à divisão da Europa em diversas confissões e Igrejas.¹²³

A chamada Contra-reforma identifica-se com a consciência católica no sentido de se reformular desde a sua hierarquia quando se tornou claro que a divergência entre os protestantes e os católicos era irreversível. Realizou-se o colóquio de Ratisbona em 1541 como uma última tentativa para encontrar um acordo entre católicos e protestantes, mas a solução encontrada foi a contínua separação de ideias, e em 1542, a Igreja num acto de desespero por não conseguir controlar os crentes que protestavam com a doutrina aplicada, e com intenção de dominar as consciências dos fiéis, deu início à instituição da Congregação da Santa Inquisição.

A partir destes acontecimentos, os países europeus onde a religião católica era mais forte: Itália, Espanha e França, organizaram-se para responder ao desafio protestante, agendando para 13 de Dezembro de 1545, a reunião de uma assembleia no coro da Catedral de Trento, composta quase exclusivamente por eclesiásticos que representavam a Cristandade, dando-se início ao Concílio de Trento que se prolongou até 1563, sendo interrompido por duas vezes.¹²⁴

O grande objectivo inicial do concílio de Trento, era combater a reforma protestante, mas as decisões saídas deste concílio dezoito anos após o seu início, acabaram por resultar numa reforma interna profunda que levou ao reforço do catolicismo e a declarar aquilo em que os protestantes se separavam da ortodoxia católica.

¹²³ A tradução da Bíblia do latim para as linguas vernáculas, por Lutero, Calvino Tyndale, desencadeou nos intelectuais da época, a convicção da possibilidade de que cada um podia tornar-se o seu próprio sacerdote. O protestantismo significou uma democratização da religião.

¹²⁴ Cf. SALVADORI, *op. cit.*, Vol. 8. 2005, p. 111.

Portugal esteve presente neste concílio por decisão do rei D. João III que numa carta ao Papa Paulo III diz mandar três teólogos ao Concílio,¹²⁵ consciente que estava da importante contribuição dos teólogos dominicanos para clarificar matérias tão importantes como com a questão da “*Justificação, da fé e do mérito*” (Doc. 4).¹²⁶

Nessa linha, a Igreja de Roma clarificou a sua doutrina, conservou os sete sacramentos; afirmou a presença real na eucaristia; iniciou a redacção de um catecismo; obrigou os padres a residir nas suas paróquias; orientou os padres para a pregação; decidiu a criação de seminários, opôs-se ao casamento dos padres; à comunhão sob as duas espécies; aproveitou para afirmar definitivamente todas as formas de tradição; acentuou todas as formas de culto, como o culto às relíquias e aos santos; decidiu-se pela *Vulgata* de S. Jerónimo como o texto autêntico da Escritura; manteve o latim como língua do culto, e, no final dos trabalhos do concílio precisamente na terceira e última fase da sua 25ª sessão realizada nos dias 3 e 4 de Dezembro de 1563, confirmou a existência de um Purgatório e o valor dos sufrágios pelas almas, acentuando-se o tom numa maior difusão desta doutrina.¹²⁷

Foi sob a supervisão do Papa Pio IV que se chegou a uma decisão e se decretou sobre o dogma do Purgatório: “*Já que a Igreja católica, instituída pelo Espírito Santo, a partir das sagradas Escrituras e da antiga tradição dos Padres, nos sagrados concílios e mais recentemente neste Sínodo ecuménico, ensinou que o Purgatório existe e que as almas aí retidas podem ser ajudadas pelos sufrágios dos fiéis e sobretudo pelo santo sacrifício do altar, o santo Sínodo prescreve aos bispos que se empenhem diligentemente para que a sã doutrina sobre o purgatório, transmitida pelos santos Padres e pelos sagrados Concílios, seja acreditada, mantida, ensinada e pregada por toda a parte.*”¹²⁸

¹²⁵ Cf. José de CASTRO, *Portugal no Concílio de Trento*, Vol. II, Lisboa, 1944, p. 459.

¹²⁶ Cf. Celestino PIRES, S. J., *Os Teólogos portugueses e a Graça no Concílio de Trento, Separata da Revista Lusitana Sacra*, Tomo III, Lisboa, 1958, p. 5. *Concilium Tridentum. Diariorum, Actorum Epistolarum, Tractatum Nova Collectio. Edidit Societas Goerresiana promovendis inter Germanos Catholicos Litterarum Studiis. Friburgi, Brisgoviae* 1901. CTr 5, 818,25;819, 13 sq.,

Os escolhidos para se deslocarem a Trento foram Baltasar Limpo, Carmelita e Bispo do Porto e depois Arcebispo de Braga; Frei Jorge de Santiago; Frei Jerónimo de Azambuja e Frei Gaspar dos Reis (os três últimos pertencentes à Ordem de S. Domingos).

¹²⁷ Cf. Hubert JEDIN, *Concílios Ecuménicos-História e Doutrina*, Trad. de Nicolas Boér, Editora Herder, São Paulo, 1961, pp. 137-139.

Sobre os acontecimentos da 3ª reunião do Concílio (1562-1563, sessões 17ª- 25ª), consultar Jean-Louis SCHONBERG, *Verdadeira História dos Concílios*, Publicações Europa-América, pp. 233-239.

¹²⁸ A questão do Purgatório já tinha sido ligeiramente tratada juntamente com as das indulgências pela 1ª vez em 19 de Junho a 25 de Jul. de 1547 em Bolonha (SGTr 6, 223-229); mas foi só em

Para a Igreja Católica, a salvação das almas estava acima de tudo, e este reforço dogmático veio ajudar a desenhar o futuro de um património em Portugal que se virá a chamar de Alminhas e que se disseminará na mesma proporção da devoção às almas.¹²⁹

Por sua vez, a Reforma protestante respondeu também com sucesso aos numerosos cristãos decepcionados com a Igreja institucional. Apesar de não ter conservado a sua unidade inicial fragmentando-se em várias tendências religiosas, ultrapassou as fronteiras da Alemanha e todas as Igrejas reformadas foram unânimes em vários pontos: repudiaram a autoridade pontifícia, a ideia da existência de um lugar chamado Purgatório, assim como o culto à Virgem e aos Santos.¹³⁰

Após a presença dos nossos teólogos: “*Varões de boa e sã doutrina*”, terem representado em Trento a fidelidade à tradição e à fé,¹³¹ em Portugal, as decisões saídas do Concílio de Trento, tornaram-se lei do reino por Alvará de D. Sebastião em 12 de Setembro de 1564 (**Doc. 5**).¹³²

Juntamos em anexo o “*Alvará determinando às justiças régias que dêem todo o favor e ajuda ao cumprimento dos decretos do Concílio de Tridentino*”.¹³³

As consequências da Contra-reforma em Portugal na arte foram muito diferentes daquelas que a Europa experimentava. As novas ideias e mesmo as novas directrizes que se pautavam não directamente pelo gosto dos artistas, mas sim pela catequese pós-tridentina orientava o rumo da representação plástica principalmente nos fundamentos mais urgentes a fixar na ideia dos crentes. Portugal, pacificamente recebeu as ordens, quase como um estímulo para os seus artistas que cumpriram o estipulado pelo Concílio de Trento sob a vigilância do Papa Pio IV que assistiu à redacção do Decreto sobre a invocação, a veneração e as relíquias dos santos e sobre as imagens sagradas a 3 de Dezembro de 1563. “*Os bispos ensinem diligentemente que, por meio das histórias referentes aos mistérios da nossa redenção expressas*

Trento no fim de Novembro de 1563 o assunto foi retomado e formularam o decreto com alguma pressa para terminar o concílio.

¹²⁹ Cf. LE GOFF, *op. cit.*, 1995, p. 27. O autor diz que deixaram de fora do dogma a localização do Purgatório e a natureza das penas que lá se sofrem pelo que, foram deixadas à liberdade das opiniões. Por isso, para a teologia católica moderna, o Purgatório não é considerado um lugar mas um estado.

¹³⁰ Cf. DELUMEAU, *op. cit.*, 1984, pp. 126-127.

¹³¹ Cf. PIRES, *op. cit.*, 1958, p. 30.

¹³² Cf. Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, Vol. II, Portucalense, Barcelos, 1968, p. 335.

¹³³ Cf. Marcelo CAETANO, *Recepção e Execução dos decretos do Concílio de Trento em Portugal*, Separata da “*Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*”, Vol. XIX, Lisboa, 1965, p. 57.

em pinturas ou de outros modos, o povo é instruído e confirmado na comemoração e na assídua contemplação dos artigos da fé(...) e os exemplos salutares de Deus por intermédio dos Santos, para que agradeçam a deus por eles (...)”(Doc. 6).¹³⁴

Foi assim que a partir do século XVII, por ordem clerical: “(...)todas as sagradas imagens tire grande fruto, não só porque o povo recorda o benefícios e os dons que lhes foram concedidos por Cristo, mas também porque entram pelos olhos dos fiéis os milagres(...)”e se a pintura se baseava maioritariamente em temas religiosos era fruto das orientações saídas de Trento, geralmente agregavam um apontamento das almas do purgatório no plano de fundo das telas, assim como, nos registos hagiográficos de azulejos que começaram a proliferar nesta altura pelas cidades, apresentam as almas acopladas como remate final em cartelas no painel do santo representado.

Acreditamos que o poder da imagem para a grande massa de crentes era alimento para a alma, em Portugal encontramos uma iluminura sobre pergaminho de um “Julgamento das almas” de finais do século XVI, c. 1568, aqui encontram-se todas as personagens intervenientes das almas do purgatório, no alto Cristo sobre as nuvens levanta o braço direito ordenando e de ambos os lados estão a Virgem e S. João Baptista a assistir e a interceder, em baixo o anjo orienta as almas que no último plano pedem clemência para sair do fogo (**Fig. 30**).

Convém destacar e fazer uma comparação da vivência de uma Europa no tocante a crises, lutas ideológicas e pressões porque passou, com um Portugal que se mantinha inalterado na sua ideologia e crenças profundas, ainda decorrendo num *modus operandi* religioso com total observância da ortodoxia católica. As práticas das liturgias, os sacramentos as tradições religiosas quase não foram abaladas, os meios rurais eram praticamente intocáveis e impermeáveis ao que se passava na Europa. Nesse sentido, as directrizes do concílio de Trento, vieram encontrar um terreno fértil em Portugal, sem oposições nem contratempos onde o campo social e artístico simplesmente aceitou e absorveu a catequese imposta.

¹³⁴ Cf. DENZINGER-HUNERMANN, *op. cit.*, p. 460.

4. As Ordens religiosas, Confrarias e Irmandades na solidariedade às almas

Após o Concílio de Trento, a Igreja recorreu e contou com uma grande ajuda das Ordens Religiosas para se recuperar na Europa. Instituições organizadas, leis e decididas a combater o protestantismo, aliaram-se para aumentar o espírito religioso da época e por todos os meios estiveram na primeira linha da divulgação da nova doutrina que se impunha.

Desde que S. Bento de Núrsia fundou a primeira ordem religiosa em Monte Cassino no século VI, aos beneditinos, seguiram-se-lhe os cartuxos, os cistercienses, a ordem de santo Agostinho, os carmelitas, e as ordens mendicantes: dominicanos e franciscanos, mais vocacionados para a evangelização e assistência aos mais desprotegidos.¹³⁵

Em Portugal, os dominicanos desde o século XIII, desenvolveram uma intensa actividade missionária, contam-se mesmo, como uma das principais ordens responsáveis na propagação do culto às almas.¹³⁶

Na Ordem de S. Francisco, e após a sua morte, o Papa Gregório IX, (antes, cardeal Ugolino e amigo pessoal de S. Francisco), canonizou-o de modo a vincular a ordem franciscana à Igreja.¹³⁷ O espírito papal foi generoso com os franciscanos, eram os mais afortunados ao receberem indulgências¹³⁸

¹³⁵ Cf. Pedro DINIS, *Das Ordens Religiosas em Portugal*, Typographia de J. J. Silva, Lisboa, 1853, p. 99. Segundo o autor, “(...)as Ordens religiosas de Portugal são uma instituição mais velha que a monarquia”. Quando os beneditinos chegam à Lusitânia, fundam o Mosteiro do Lorvão, o primeiro convento beneditino em Portugal. Mais tarde, as ordens mendicantes substituíram o clero diocesano no “cuidado das almas”. Como o clero regular não era capaz de dar instrução religiosa aos fiéis, o clero secular e as ordens franciscanas e dominicanos aumentaram as suas funções. Na Europa, a reforma católica estendeu-se também à reforma das Ordens antigas.

¹³⁶ O exemplo de Santo António como santo protector, torna evidente a sua popularidade encontrando-se espalhado tanto nos painéis das alminhas como nos inúmeros painéis de azulejos em quintas, casas, fontanários, chafarizes, conventos ou igrejas.

¹³⁷ Cf. ELÍADE *op. cit.*, 1983, p. 172. S. Francisco de Assis quis seguir à letra um trecho do Evangelho S. Mateus: “*Curai os doentes, ressuscitai mortos, purificai leprosos, expeli demónios; de graça recebeste, de graça dai. Não vos adorneis de ouro, nem de prata, nem de cobre nos vossos cintos; nem de alforje para o caminho, nem de duas túnicas, nem de sandálias, nem de bordão; porque digno é o trabalhador do seu alimento.*” (Mateus, 10: 7-10). Os papas franciscanos Sisto IV (no trono de S. Pedro 1471 e 1484), e Sisto V (entre 1585 e 1590) quiseram enaltecer a ordem que se esforçava por seguir a regra de S. Francisco pelo mundo, pregavam o seu exemplo de pobreza absoluta, lembravam que recebeu os estigmas da paixão e distribuíam uma imagem que foi encorajada a ser reproduzida plasticamente por muitos pintores.

¹³⁸ Cf. Leite de VASCONCELOS, *Enografia Portuguesa*, Volume IX, reimpressão fac-similada da edição de 1985, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007, p. 392. Juntamos em anexo um documento pertencente à colecção particular do autor: uma pagela de concessão de indulgências da 2ª metade do Século XVIII, pelos papas Benedito XIV e Pio VI, à ordem de S. Francisco.

No salvamento das almas, S. Francisco foi indispensável na visão dos crentes. **(Fig. 31)**. O célebre cordão que ajuda as almas a saírem das chamas foi representado por vários artistas e as suas obras espalhadas por conventos, misericórdias, capelas, igrejas.

As primeiras Confrarias igualmente apelidadas de “fábricas”, apareceram por volta do século XV em toda a Europa, mercê do incansável trabalho dos mosteiros beneditinos que têm na altura uma cultura mais evoluída em relação a outras ordens. Havia por isso um alargamento do seu papel no culto e na vida religiosa. Em Portugal as Confrarias estavam vocacionadas para a caridade em torno da morte, colmatavam uma necessidade que estava a nascer com a piedade popular - a assistência espiritual na hora da morte - primeiramente nas grandes cidades, depois no interior do país, situadas nas paróquias caracterizavam-se por serem associações voluntárias de laicos que formaram sociedades de socorro mútuo.

Antes do aparecimento das Confrarias, começou por se fazer uma reforma nas instituições de assistência que operaram ao longo da Idade Média dando origem às Misericórdias, centralizaram-se nesta nova instituição os serviços efectuados pelas albergarias, hospitais e gafarias.¹³⁹ A primeira Misericórdia terá sido fundada pela Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia em Lisboa, em 1498 sob o patrocínio da rainha D. Leonor,¹⁴⁰ muito embora, a sua difusão juntamente com as primeiras confrarias, se deva a D. Manuel, a julgar pela carta régia de 14 de Março de 1499, na qual recomenda aos homens bons da cidade do Porto: “(...) em todas as cidades, vilas e lugares principais do nosso reino se estabeleçam confrarias(...)”¹⁴¹

¹³⁹ Cf. André Fernando de ALMEIDA, “As Misericórdias”, *No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, coord. Joaquim Romero Magalhães, *História de Portugal*, dir. José Mattoso, Vol. III, Editorial Estampa, Lisboa, p. 185. Também sobre o assunto generalizado, consultar, Fernando da Silva CORREIA, *Origem e Formação das Misericórdias Portuguesas*, Henriques Torres- Editor, 1944, Livros Horizonte, Lisboa, 1999.

¹⁴⁰ Cf. Joaquim Veríssimo SERRÃO, *A Misericórdia de Lisboa, quinhentos anos de história*, Livros Horizonte e Misericórdia de Lisboa, Lisboa, 1998, pp. 25-28. D. Leonor nasceu em Beja a 2 de Maio de 1458, filha de D. Fernando e D. Beatriz. D. Leonor casou com o seu primo D. João II, herdeiro de D. Afonso V.

Mais acerca da genealogia da sua família consultar, Conde de SABUGOSA, *A Rainha D. Leonor (1458-1525)*, Portugal Editora, Lisboa, 1921;

¹⁴¹ Cf. Artur de Magalhães BASTO, *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Vol. I, Santa Casa da Misericórdia, Porto, 1934, pp. 164-165.

Porque a assistência na hora da morte foi um dos mais importantes papéis das Confrarias, estas tinham a sua sede numa igreja, permitindo-lhes através delas exercer um auxílio aos pobres e desse modo realizar um trabalho de caridade.¹⁴²

Não se dispensava contudo, a obediência ao cumprimento estipulado pelas obras de misericórdia, das quais sete eram espirituais - ensinar os simples, dar bons conselhos a quem o pede, castigar com caridade os que erram, consolar os tristes desconsolados, perdoar a quem nos ofendeu, sofrer as injúrias com paciência, rogar a Deus pelos mortos. Devemos contudo estabelecer uma diferença entre as intenções na época de orar pelos mortos *in memorium*, não ser o mesmo que rezar pelo resgate das almas do purgatório. Desta última premissa, nasceram as Confrarias das Almas, desde que o Purgatório ficou finalmente definido por Pio IV na bula “*Iniunctum nobis*” em 1564 após o Concílio de Trento: “*Sustento com constância que existe o purgatório e que as almas ali prisioneiras são ajudadas pelos sufrágios dos fiéis; e igualmente que os Santos, que reinem com Cristo, devem ser venerados e invocados, e que eles oferecem orações a Deus por nós, e que as suas relíquias devem ser veneradas.*”¹⁴³ Delas, podia-se esperar principalmente obrigações para com o defunto que incluía o acompanhamento dos preparativos religiosos do cerimonial fúnebre, um trabalho que a partir do século XVII até à actualidade se mantém, encabeça mesmo todas as obras de caridade.¹⁴⁴

¹⁴² Estas confrarias, tinham e ainda hoje têm, além de um compromisso devocional, o cuidado da igreja como edifício, retirando do património paroquial os fundos necessários para a sua manutenção, tratam da igreja no que respeita à iluminação de velas e lâmpadas, vigiam o cemitério, levam o pendão em procissão, participam em honras fúnebres dos confrades rezando por eles, promovem a fundação de hospitais e orfanatos, dirigem obras de assistência aos presos e aos condenados à morte, tendo os fabriqueiros importante papel social e económico para a gestão laica do património paroquial. Há o exemplo da Confraria da Misericórdia de Almada que foi uma iniciativa laica e cristã, iniciou-se em 1555. Sobre a Misericórdia de Almada, consultar, Alexandre M. FLORES, Paula A Freitas COSTA, *Misericórdia de Almada- Das Origens à Restauração*, Santa Casa da Misericórdia de Almada, 2006.

¹⁴³ Cf. DENZINGER-HUNERMANN, *op. cit.*, p. 467.

¹⁴⁴ Juntamos, como um exemplo do século XX, alguns artigos dos Estatutos da Confraria do S.S. Sacramento e Almas, impressos em 1984, da freguesia do Sobral- concelho de Mortágua, pertencente à Diocese de Coimbra, onde podemos auferir o propósito de uma confraria: “*1º promover a adoração e culto do SS. Sacramento e a devoção das almas; 2º acompanhar à sepultura os cadáveres dos irmãos, das mulheres destes, filhos e pais quando vivam no mesmo lar e tenham enterro religioso; 3º mandar celebrar, de harmonia com as suas possibilidades, o maior número de missas em sufrágio dos irmãos falecidos e em benefício espiritual dos irmãos vivos pertencentes a esta confraria.*” No respeitante aos direitos dos confrades, os estatutos são muito claros: “*(...) art.º 6 Cada irmão tem direito: 1º a lucrar com as muitas indulgências plenárias e parciais concedidas à respectiva Arquiconfraria de Roma, a que esta confraria fica agregada(...); 2º ao maior número de missas que dentro de um ano depois do seu falecimento, os recursos da confraria permitam mandar rezar em sufrágio da sua alma; 3º a beneficiar de toda a protecção material e espiritual que a mesma confraria lhe possa proporcionar.*”

As Irmandades, eram uma outra forma de instituição, tal como o seu nome indica, delas faziam parte os irmãos de uma mesma profissão e devotos a um mesmo santo que era o seu patrono. Inicialmente vocacionadas para a ajuda entre os seus membros, dedicavam-se a uma intensa actividade de ajuda ao próximo como modo de alcançar indulgências papais. Os pintores por exemplo, escolheram S. Lucas como seu patrono, dessa forma criaram uma organização de defesa dos interesses dos artistas formada pela Irmandade de S. Lucas em Lisboa.¹⁴⁵

Como a piedade popular era sensível a estas associações, pensadas e destinadas a “(...) manter, e lograr hũa tão sancta claridade que para com as almas do purgatório se há de ter (...)”,¹⁴⁶ o sentimento era o mesmo por todo o reino, a devoção ao culto das almas do purgatório era uma obrigação em todas as manifestações religiosas. Não havia (nem há) capela ou igreja que não fizessem lembrar as almas, marcando presença a caixa de esmolas para as almas do purgatório logo à entrada do templo (**Fig. 32**).

As Irmandades funcionavam nas cidades onde era mais necessário o trabalho de misericórdia, trabalho esse realizado pelas respectivas confrarias na ajuda aos mais pobres. De notar que as Irmandades por estarem relacionadas com a devoção a um santo, sempre acoplavam as confrarias das almas para garantir a assistência dos seus irmãos. Uma das mais antigas referências ao hábito do sufrágio das almas na cidade de Lisboa, ficou registado em 1523 aquando da sagração do Convento do Carmo e do adro envolvente, numa lápide que ainda hoje está aposta na frontaria da igreja à esquerda do portal com esta inscrição: “*Na era de 1523, aos 30 do mez de Agosto foi sagrado este Mosteiro por D. Ambrósio, Bispo de Rossiona, que concedeo a todos os visitantes desta casa, quarenta dias de remissão dos pecados, e pela Ordem são concedidos quatrocentos annos, e oitenta e cinco quarentenas de perdão. A qual Sagração se fez pela Alma de Branca Rodrigues Telheira, que deixou sua fazenda ao Mosteiro de Nossa Senhora.*” (**Fig. 33**).¹⁴⁷

¹⁴⁵ Cf. Francisco Augusto Garcez TEIXEIRA, *A Irmandade de S. Lucas, corporação de artistas, estudo do seu arquivo*, Imprensa Beleza, Lisboa, 1931.

A história dos inícios da irmandade desde 1656, e os estatutos que a regeram. Sobre os direitos dos artistas no século XVII, Vítor SERRÃO, *O maneirismo e o estatuto social dos pintores portugueses*, Lisboa, 1983, p.p. 157 e seguintes.

¹⁴⁶ Cf. Carlos AZEVEDO, *História Religiosa de Portugal*, Volume 2, Circulo de Leitores, 2000, p. 591. Pedido feito pelo procurador do povo do lugar micaelense de Capelas ao ouvidor eclesiástico em 1634, para que se criasse a Confraria dos Fiéis de Deus, segundo ele, necessária ao culto das almas do purgatório.

¹⁴⁷ Cf. Gustavo de Matos SEQUEIRA, *O Carmo e a Trindade, Subsídios para a História de Lisboa*, Vol. I, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1939, p. 363.

Destas instituições, temos conhecimento de que em 1610 a Irmandade de S. Miguel e Almas estava estabelecida no Convento do Carmo em Lisboa¹⁴⁸ em 1634 já existia na igreja de S. João Novo no Porto a Irmandade de S. Nicolau Tolentino e Almas; em 1642, na igreja de S. Paio em Guimarães, fundava-se a Irmandade das Almas; em 1663 a Confraria de S. José e Almas de Alvarães em Viana do Castelo; em 1668 a Irmandade das Almas e Chagas de S. Francisco na Capela das Almas na cidade do Porto, durante o pontificado do Papa Pio VI, recebe em 26 de Agosto de 1795, um Beneplácito Régio da Rainha D. Maria I a conceder “(...) *uma indulgência plenária a todos os fiéis de ambos os sexos, que com as devidas disposições receberem o santíssimo sacramento da eucaristia no dia em que entrarem para Irmãos da Venerável Irmandade das Almas do Purgatório erecta na Capela das Almas de Santa Catarina desta cidade.*”¹⁴⁹, nesta mesma capela podemos observar em pormenor as almas do purgatório esculpidas no altar de Nossa Senhora do Carmo (**Fig. 34**).¹⁵⁰

Foi esta vasta camada social culta e erudita, que girava em torno das Irmandades, envolvida neste ambiente excessivamente virado para um quotidiano religioso apanágio do século XVII, a principal fonte no incremento e na divulgação fervorosa do culto das almas do purgatório. Encontrámos umas Alminhas em Lisboa, no Largo D. Fradique, ao Castelo de S. Jorge, discretamente isoladas no interior do actual Palácio Belmonte que foi recentemente transformado em Hotel (**Fig. 35**). Seguramente colocadas ao modo dos postigos colocados sobre os arcos nas principais entradas da cidade desde o séc. XVII,¹⁵¹ este oratório é todo de madeira com porta de vidro com um cristo no interior, está aplicado na parte superior do arco que antes dava acesso pelo interior do Palácio a uma capela das Almas, perfeitamente assinalada com uma placa de pedra onde consta a inscrição: “*Esta capela e jazigo é da Irmandade das almas que os irmãos mandarão fazer à sua custa como consta da escritura que fizeram com o re...(?) .e benditos da dita igreja*

¹⁴⁸ Cf. M. J. Cunha BRANDÃO, *As Ruínas do Carmo, Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, 4ª Série, tomo XI, Lisboa, s. d. p. 401.

¹⁴⁹ Cf. BROCHADO, Alexandrino, *Capela das almas - uma jóia da azulejaria portuguesa*, Litografia Nacional, Porto, 1985, p. 49. A festa principal nesta Capela é a que se realiza pelo aniversário da Instituição do Sagrado *Lausperene* (no dia da “Ascensão do Senhor”) painel a que corresponde na fachada da autoria de Joaquim Rafael. O *Lausperene* realiza-se todas as quintas feiras durante o ano autorizado por Breve Pontifício de 1804.

¹⁵⁰ Cf. BROCHADO, *op. cit.*, 1985, p. 49.

¹⁵¹ Cf. Vieira da SILVA, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, Vol. I, Lisboa, 1987, p.p. 63-65.

que está nas notas do tabelião Manuel Machado na era de 1671. PN AV M Pelas Almas” (Fig. 36).

As indulgências papais recebidas pelas Irmandades e confrarias ou pelas igrejas sob a invocação de um determinado santo, eram uma mais-valia e um método para conseguirem atrair a confiança daqueles que se sentissem pecadores e portanto, decidissem comungar, assistir à missa em determinadas igrejas, ou ainda doar uma quantia à irmandade respectiva. Damos o exemplo das indulgências que o Papa Pio VI, concedeu à igreja do Loreto (ao Chiado) paróquia da “nação italiana” em Lisboa que deve o seu culto a Santa Catarina de Génova (**Fig. 37**).

A devoção às almas após o concílio de Trento, alcançou primeiramente as zonas onde era mais profunda a religiosidade, principalmente no norte de Espanha, zona de forte peregrinação. Descendo a Portugal, estendeu-se a todos concelhos onde a crença entrou para manter-se activa até hoje, incentivada pelo catolicismo fervoroso do domínio Filipino.

A difusão das Confrarias das Almas em Portugal a partir do século XVII, contribuiu igualmente para a divulgação das pinturas com o Purgatório. Após a Restauração, e graças aos chamados ”quintos” do Brasil, erguem-se a um ritmo alucinante, inúmeras capelas e altares dentro das igrejas. Há um enriquecimento da sociedade, um novo gosto europeu entra em Portugal e as Confrarias, Irmandades e Misericórdias, aproveitam a conjuntura e decoram as suas igrejas com pinturas e talha dourada. Cada confraria era devota a um Santo, concorriam entre si para ter o melhor painel que o dinheiro podia comprar consoante o seu poder económico. Encomendavam frequentemente a pintores, retábulos específicos para capelas, sempre com a preocupação de ter as almas acopladas num registo de fundo no painel, hábito recorrente na pintura e nos painéis de azulejos do século XVIII.

Quanto aos trabalhos de talha em retábulos que incluem as almas do purgatório geralmente destinados para capelas laterais ou altares -mor, são em nossa opinião os melhores exemplos que se traduzem pela criatividade e pelo seu exuberante volume e movimento dramático que sobressai do espaço.

No seguimento do pensamento religioso do devoto, além das almas do purgatório, havia ainda espaço para ter devoção profunda a todos os outros Santos, principalmente porque a intercessão dos Santos significava um tempo de espera no purgatório mais curto para alcançar o Céu, através deles a prece seguramente chegava mais rápido a Deu. Isto significou uma maior disseminação de oratórios

levantados, pois cada paróquia, pelas regiões e terras do interior do país, tinha o seu orago especial, contando com os particulares devotos a um santo pessoal, resolviam por sua iniciativa levantar nichos com Alminhas nas paredes de suas casas ou perto delas ou mesmo nas imediações das suas terras agrícolas para onde todos os dias se dirigiam.

A superstição aliava-se à religiosidade compulsiva, e o discurso eclesiástico não parava de recordar as advertências evangélicas: “*que importa ganhar o mundo inteiro se a alma se vai perder*”, importava sim, segundo o mesmo discurso, transformar as riquezas em “bens da alma”, e que as últimas vontades dos vivos se traduzissem em testamentos com força jurídica, que por lei, era imperioso cumprir, porque os fiéis de Deus penavam nesse lugar de expiação. Estas, e outras pregações eram insistidas junto dos crentes. Deste modo, se entendia o Purgatório em Portugal, e o que se poderia esperar das Confrarias das almas e do seu dinamismo confraternal de que todos beneficiavam: os vivos asseguravam o descanso eterno e os mortos a garantia de serem recordados *in perpetuum* pelos sufrágios dos membros da igreja, que assim tinham uma constante fonte de rendimento.¹⁵²

4.1. Sermões e literatura às Almas do Purgatório

Acompanhava todo este aparato de devoção, uma importante vertente literária que reproduzia as pregações dominicais feitas pelos eclesiásticos com sermões dedicados a importantes figuras do reino, paralelamente a uma continuidade do trabalho das Irmandades que na ajuda das almas era acompanhado por um conjunto de catecismos próprios, havia uma circulação de livros orientados e organizados por cada confraria: breviários em formato de “livrinhos” de bolso com orientações nos modos correctos de orar, folhetos com sermões, petições, registos, pagelas, libelos, e todo o tipo de impressos eram distribuídos pelo reino, faziam parte do quotidiano dos crentes. Estávamos perante uma corrente de profundo sentimento religioso, com práticas espirituais e devotas que funcionava no seu diário cumprimento através das leituras. A literatura portuguesa ajudava a manter o assunto das almas em voga em 1642, no “*Auto do fidalgo aprendiz*” de D. Francisco Manuel de Melo diz o refrão:

¹⁵² Cf. AZEVEDO, *op. cit.*, p. 590.

“*Fiéis cristãos/ amigos de Jesus Cristo.../...lembrai-vos das almas que/ estão no fogo.../...do Purgatório e as que estão em pecado mortal!*”¹⁵³

As Alminhas neste momento manifestavam-se numa fase embrionária, era ainda uma pequena semente no subconsciente do crente porquanto, iriam também fazer parte integrante desta corrente espiritual. As Irmandades estavam à cabeça desta corrente, mandavam imprimir livros que circulavam por seu mecenato, os quais eram promovidos por folhas impressas podendo ler-se nelas: “*Para remedio efficaz de aliviar as Almas que estão no purgatório, e tresladadas para o Ceo, com tanta facilidade, que não custa mais que bulir com os beijos, e de tanto bem para as almas, que não he menos que tirallas de hum lugar de tantas penas, para hum de tantas glórias, como he o Ceo, mediante Deos, e os devotos que são instrumentos, certissimo acharão, o prêmio no Tribunal Divino, e as benditas Almas por oradores em todos os seus particulares, assim, temporaes, como espirituaes, como consta de hum Livrinho de pouco custo, com o titulo de Gritos das Almas, que faz compungir o mais duro coração, ainda que seja de bronze.*”¹⁵⁴

Nada era deixado ao acaso, pela importância e pela necessária eficácia na divulgação para o sufrágio das almas, orientava-se o cidadão na maneira como se deviam distribuir e divulgar as pagelas pelo sufrágio das almas, as quais eram incluídas nos próprios textos, e desta forma recomendava-se: “*Se algum destes irmãos tomar algum destes papeis para o fazer manifesto dará a isto cumprimento com a brevidade possível, fechando-os nas partes publicas livres de chuvas em lugar alto aonde se não tire facilmente, e o lugar mais próprio será o guarda-vento das igrejas, e o que a isto faltar sem legitima causa, será obrigado a mandar dizer, ou dizer, sendo sacerdote, huma missa pelas Almas, porque haverá quem presuma que tendo hum papel destes na sua gaveta, tem huma relíquia, o que não deve fazer, por ser hum prejuízo de terceiro, e tal terceiro como são as benditas Almas, que estão padecendo tantas penas*” (Fig. 38).¹⁵⁵

Haviam livros com formato de bolso, a exemplo de um “livrinho” impresso em 1656, “*Advertencias Spirituais para mais agradar a Deos N. S. com hum exercicio,*

¹⁵³ Cf. Francisco Manuel de MELO, *O Fidalgo Aprendiz*, ed. José Camões, 1676, Centro de Estudos de Teatro da Faculdade de Letras de Lisboa, estr. 910-920.

¹⁵⁴ Cf. José Maria dos SANTOS, *Catálogo da Coleção de Miscelâneas*, Tomo 8º (Vols. DCLI a DCXCV), Publicações da Biblioteca Geral da Universidade, Coimbra editora, Lda., 1976.

Existe também um estudo sobre este folheto de Maria Gabriela Gomes de OLIVEIRA, *Uma Irmandade Volante do Século XVIII, o folheto “Lágrimas das almas”, Revista da Faculdade de Letras do Porto, II Série, Vol. IX, 1992, p. p. 394 -353.*

¹⁵⁵ IDEM, p. p. 349-353.

pera depois da sagrada comunhão”, escrito por Luís Alvares de Andrade e acrescentado por seu filho Lucas de Andrade, onde inclui logo na 2ª página, um recado papal: “*O Papa Clemente Oitavo a instancia da Infanta Dona Catherina Duqueza de Saboia concedeo, que todas as vezes, que se disser esta oração em louvor do Sancto Sudario se tire huma alma do Purgatorio. ORAÇAM (...)*”¹⁵⁶

Era hábito destinar ou dedicar os guias de oração, os sermões pregados ou os “livrinhos” com a vida dos santos a um público feminino, mais sensibilizado para a caridade que se pretendia motivar e com provas dadas nas obras realizadas. A

Assim, os sermões ditos nas missas eram simultaneamente aproveitados como uma alternativa usada pela Igreja para divulgar a sua doutrina, geralmente dedicados a alguém que tivesse feito uma larga doação para uma Irmandade ou Confraria do reino, havia a pretensão de se verem publicados. Chegaram até nós exemplares em bom estado, de modo que se pode apreciar o relacionamento da sociedade da época com a Igreja e vice-versa.¹⁵⁷

O público masculino não era de todo esquecido ou colocado de parte nesta corrente devota. O interesse e a necessidade de protecção política, religiosa, ou de apoio material, levavam as dedicatórias a escolher certas figuras públicas para serem os protectores de obras que se pretendiam realizar. Neste âmbito existia uma relação integrada entre clérigos e figuras da política e da nobreza da época, sem ignorar o facto de a maioria delas serem as femininas. O caso de um monge que ofereceu os seus três sermões das Almas a D. Luís de Sousa, Bispo Capelão mor de S. Alteza em 1672, “*TRES SERMOENS DAS ALMAS DO PURGATÓRIO PREGADOS Pello P. Doutor Fr. JORGE DE CARVALHO, Monge de S. Bento, Qualificador do S. Officio, & c., procurava apoio na esperança de os imprimir: “(...) pera que a dedicatoria, dé*

¹⁵⁶ Este livro tem as peculiares dimensões 12,5 x 0,60. Ainda sobre as petições impressas “*com todas as licenças necessarias*” e distribuídas pelo Reyno, encontrámos a referência a um outro exemplar que na época teve uma grande divulgação. Escrito pelo sacerdote e teólogo aragonês Joseph Boneta Y Laplana (1638-1714), e traduzido em português “*Gritos das Almas no Purgatório e meios para as aplacar*”, Saragoça, 1689, Lisboa, 1702. Fazemos referência a outras obras do género como, *Socorro das Almas do Purgatório*, de Amaro de Reboredo, 1620-1627, Lisboa. *Devocionário da Virgem N. S. Socorro das Almas do Purgatório* de António Cardoso do Amaral, 1627, Lisboa; *Rosário das Almas do Purgatório* de Nicolau Maria de Azevedo, 1643, Lisboa.

¹⁵⁷ Biblioteca Nacional de Portugal, “*Sermam das Almas que pregou o M.R.P.Fr. ANTÓNIO DE S. MARIA, Visitador geral da Congregação dos Descalços de S. Agostinho em Portugal. Na Parochial de S. Estevam de Alfama desta Cidade de Lisboa. DEDICADO A SENHORA D. MARIA DE LIMA, Condessa de Mesquitella*”.

alma a estes tres Sermoens; que os Senhores, são a alma, de todas as acçoens de seus cativos (...)”.¹⁵⁸

As próprias almas tinham direito a fazer circular folhas soltas com textos onde faziam o seu pedido através da propaganda, onde se podia ler:

”Petição que fazem as almas do purgatório aos fiéis, pedindo-lhes o socorro dos sufrágios. Piedosos, e fiéis cristãos:

Nós as aflitas Almas do purgatório vos fazemos presente, como estando longe de própria pátria, que é o Paraíso, em uma tenebrosa prisão, e havendo-se esquecido de nossos parentes, e amigos de nos fazer os devidos socorro de piedade, nos achamos necessitadas de todo o bem, e impedidas para aliviar nossas penas, e poder seguir com brevidade a ditosa viagem da felicidade eterna; antes com divida de grossas partidas, que à força de fogo havemos de pagar à Divina Justiça. Por tanto com toda a segurança recorreremos à vossa piedade Christã para receber alguma caridade, segundo a vossa grande liberalidade, com que brevemente possamos livrarnos das terríveis penas, e chegar aquele ditosissimo Reyno, que é a herança, que nos deixou nosso Redentor em o Testamento escrito com seu próprio sangue; prometendo-vos por devida correspondência, que se por vossa industria, uma, ou mais de nós-outras entrar em a glória tão desejada, aonde será dotada de imensas riquezas, e de soberano poder; aplicará todos os seus pensamentos para vos favorecer. Oferecemos”

A propaganda popular andava assim a par dos sermões distribuídos pelas Confrarias e Irmandades no século XVII, além da Oficina Régia, nas oficinas de João da Costa; Pedro Craesbeeck; ou de Luís Seco Ferreyra, todas elas imprimiram vasta literatura sempre “*com todas as licenças necessárias*”, mais tarde editoras e livrarias também elas proliferavam com o negócio das almas.

Esta actividade religiosa ajudou a difundir o uso da gravura, de notar, que nos inícios do século XVII em Portugal há um impulso significativo na actividade editorial, não só da literatura em geral, mas muito contribuíram os guias de oração mandados editar por particulares, Irmandades, confrarias e padres.

¹⁵⁸ Cf. Biblioteca Nacional de Portugal, “*Três Sermoens das Almas do Purgatorio pregados Pello P. Doutor Fr. Jorge de Carvalho, Monge de S. Bento, Qualificador do S. Officio, & c., em Lisboa, Na Officina de Joam da Costa, M. DC. LXII., Com as Licenças necessarias.*”

4.2. Os Jesuítas, pregadores do culto das almas

A própria Companhia de Jesus começou por ser uma confraria, formada pelo seu fundador Inácio de Loyola, e seis companheiros de estudos por volta de 1536.¹⁵⁹

Ardentes defensores da ortodoxia católica, primavam nas suas intenções por dar uma resposta católica ao protestantismo, nessa vertente, exerceram um trabalho missionário que veio compensar em ganhos apostólicos de novos crentes, as perdas religiosas na Europa de vastas regiões que aderiram à reforma Protestante.

Se Lutero baseava a sua crença e a sua salvação na fé, Inácio de Loyola não quis atribuir a mesma virtude salvadora. Reconheceu antes, o valor dos sacramentos e da liturgia. Além disso, os reformadores protestantes, haviam instituído como princípio que só Deus pode salvar ou condenar o Homem, Inácio de Loyola inverteu o movimento: só o ser humano que beneficia da graça pode elevar-se até Deus.

Os Jesuítas estavam em Portugal desde 1540 a pedido de D. João III que tinha a intenção de cristianizar os Índios do Brasil.¹⁶⁰

O rei, convicto do trabalho que estes padres poderiam realizar especialmente porque estavam vocacionados para o apostolado da pregação e para o domínio da educação e da cultura, apoia a Ordem que se instala e funda o Colégio de Jesus em Coimbra, com vastas rendas eclesiásticas, de onde iriam sair o Padre Manuel da

¹⁵⁹ Inácio de Loyola descendente de uma família aristocrática do país Basco, abandonou a sua carreira de oficial da sequência de um ferimento grave. A leitura de obras devotas durante a sua doença levava-o a empreender uma vida rigorosa, feita de austeridade, de preces e de penitências. De 1528 a 1535, foi para Paris para prosseguir os seus estudos em filosofia e Teologia e obteve em 1535 o grau de Mestre.

Na antiga capela de Notre-Dame de Montmartre, a 15 de Agosto de 1534, fez voto, juntamente com seis companheiros, de pobreza, de castidade e de ir a Jerusalém para se dedicar à pregação junto dos Infiéis.

Em 1537, Inácio foi ordenado padre com os seus amigos. Foi no final desse ano que chamaram à sua confraria “Companhia de Jesus”, para servir Deus com um espírito combatente. Através de uma bula de 27 de Setembro de 1540, o papa Paulo III aprovou a criação da Companhia, que se viu reconhecida como uma ordem de clérigos regulares.

Os Jesuítas deviam proferir, para além dos três votos normais - castidade, pobreza e obediência - um quarto voto especial de obediência ao papa. Para se ser Jesuíta era preciso ter quinze anos de formação e sólidos conhecimentos de filosofia e teologia, além de que, só eram admitidos homens de elevado valor moral

¹⁶⁰ Cf. Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, Nova Edição preparada e dirigida por Damião Peres, Volume II, Porto - Lisboa, Livraria Civilização - Editora, 1968, pp. 169-170.

Foi em 1539, quando El-Rei D. João III, por intermédio de Diogo de Gouveia (reitor do colégio de Santa Bárbara em Paris), teve conhecimento de frades que estudavam em Roma, e que tinham como propósito converter os infiéis, logo escreveu a D. Pedro Mascarenhas seu embaixador naquela cidade, para que lhe enviasse informações daqueles homens, convidando-os a exercerem o apostolado nas conquistas de Portugal. Estes homens eram os “clérigos reformados” que fundariam a Companhia de Jesus em 1540, após a aprovação canónica. Os primeiros a chegar foram dois dos fundadores da Companhia de Jesus: Simão Rodrigues e Francisco Xavier.

Nóbrega e todos os primeiros Jesuítas que rumaram ao Brasil, incluindo toda a formação dos Jesuítas em Portugal.¹⁶¹

A missão dos jesuítas em Portugal durante e após a Reforma, esteve fortemente direccionado para a propagação e divulgação das decisões de Roma acerca do Purgatório. Começaram por incentivar e apoiar juntamente com os frades da Ordem do Carmo a constituição de Confrarias das Almas que já se tinham difundido em grande número por toda a Europa, simultaneamente actuavam no combate diário à heresia protestante por onde ela estivesse.¹⁶²

O percurso do seu trabalho foi enriquecido pela erudição dos seus membros com a ajuda da literatura religiosa que teve um papel chave no trabalho evangélico dos Jesuítas e nas suas intenções do “salvamento das almas”. Embora não fosse o primeiro livro impresso em Portugal sobre ensinamentos na hora da morte, o padre jesuíta Estevão de Castro editou em 1621, o “*Breve aparelho e modo fácil para ajudar a bem morrer hum cristão com recompilação da matéria de testamentos e penitencia, varias orações devotas, tiradas da scriptura sagrada e ritual romano de N. S. P. Paulo V.*”, livro que teve posteriormente onze edições, e continha ensinamentos destinados ao clero, com os métodos correctos para confessar, para ajudar os enfermos acamados, descrevendo ainda as inúmeras orações que se devem aplicar a cada caso particular e em cada momento preciso, como a maneira de redigir os testamentos e como se devem aplicar na prática, enfim, era um manual a ser seguido por todos os jesuítas do século XVII, e espelhava bem a seriedade da classe religiosa e o seu propósito¹⁶³

Na mesma linha, o Jesuíta Manuel Bernardes, vai fundamentar que o socorro das almas dos defuntos é uma obrigação dos vivos pela caridade. Interessou-se pelo purgatório quando escreveu “*Exercícios espirituais e meditações da vida purgativa*”,

¹⁶¹ Cf. Charles, E. O'NEILL, S.I., MARIA DOMINGUEZ, Joaquin, S.I., *Diccionario Histórico De La Compañia de Jesus*, Biográfico-Temático, Vol. IV, *Institutum Historicum*, S.I., Roma, 2001, Universidad Pontificia, Comillas, Madrid, 2001, p. 3197.

¹⁶² Cf. Emile MÂLE, *L'Art Religieux de la fin du XVI siècle, du XVII siècle et du XVIII siècle. Étude sur l'iconographie après le Concile de Trente*, Paris, 1951. pp. 62 –68.

¹⁶³ Cf. Sara Maria Cerqueira da SILVA, “*Breve aparelho e modo fácil para ajudar a bem morrer hum cristão com recompilação da matéria de testamentos e penitencia, varias orações devotas, tiradas da scriptura sagrada e ritual romano de N. S. P. Paulo V.*”, Dissertação de Mestrado em História da Cultura Portuguesa, Época Moderna, Porto, 1996. Segundo a autora que estudou a fundo este tema, diz-nos que o livro de Estevão de Castro é o terceiro do género em Portugal. O primeiro livro impresso em Portugal é de Jácomo Carvalho do CANTO, *Horas da Cruz de Cristo, Arte e Aparelho santo para bem morrer*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1613.

O segundo livro é do beneditino António ALVARADO, *Arte de bien morir Y Guia del Camiño de la muerte*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1615.

inclusive tinha dados acerca da duração e da natureza das penas do Purgatório, “(...) a privação da vista de Deus, o fogo e o remorso da consciência são as consequências.”, entusiasmado pelo trabalho de um outro jesuíta alemão Athanasius Kircher, ambos “acharam” o Purgatório debaixo da terra em grandes cavernas onde os mortos habitavam,¹⁶⁴ representada por alguns artistas como Miguel Ângelo, quando em 1536-1541 executou para a capela Sistina o fresco do “Juízo Final” (atrás referido), que pintou na parede do fundo da dita capela, encontrando-se na parte inferior e registado bem em evidência uma caverna de onde espreitam as almas que esperam para subir ao céu. A ideia de Limbo ou da privação de Deus cena com grande dramatização envolvente, tem uma sequência feliz porque no registo seguinte, as figuras de Miguel Ângelo são homens e não anjos, embora voem e flutuem, levando corpos de feições angustiadas para junto de Deus, que do alto, decide quais as almas devem ser resgatadas (**Fig. 39**).

Na cidade de Évora os jesuítas abrem um colégio no século XVI, aí se forma um centro de cultura por excelência, aí se concentraram também os intelectuais e a corte. Uma das figuras que merece destaque pela sua grande erudição é D. Miguel de Castro, defensor da religiosidade da contra-reforma ao mandar traduzir em português o *Catecismo Romano do Papa Pio V*, impresso em 1590.¹⁶⁵

É muito possível, que o pintor Amaro do Vale tenha incluído a figura de D. Miguel de Castro no quadro “*A adoração da Corte Celestial*”, a figura magra e com barba de mãos postas situa-se na primeira linha de uma apoteótica adoração a Felipe II de Portugal, onde as almas do purgatório estão presentes como um apontamento de fundo (**Fig. 40**).¹⁶⁶

¹⁶⁴ Cf. *Enciclopédia Universal Ilustrada Europeu-Americana*, Barcelona, Hijos de Espasa Editores, 1926, Tomo XXVII, 2ª parte, p. 3454.

Athanasius Kircher, nasceu na Alemanha em 1601 e faleceu em Roma em 1680. Era jesuíta, filósofo e matemático, perito em línguas orientais, foi catedrático em matemáticas e línguas hebraicas, ocupando-se ainda de arqueologia, interpretação de hieróglifos nos monumentos da Antiguidade. Escreveu obras importantes de rara erudição, entre as quais *Mundus Subterraneus* (Roma 1664). É tido como o inventor da “lanterna mágica”.

¹⁶⁵ D. Miguel de Castro (1536-1625), seguiu a carreira eclesiástica e doutorou-se em teologia pela Universidade de Coimbra em 1556, foi nomeado inquisidor do Santo Ofício, Bispo de Viseu em 1579, e arcebispo de Lisboa em 1585. Editou outras obras importantes como o *Cerimonial dos Sacramentos da Santa Madre Igreja de Roma Conforme o Catecismo Romano* (1589 e 1598), as *actas do Sacrum Provinciale Concilium Olysiponense*, realizado em 1574, e o *Ordo Missae Secundum ritum sanctae Romanae ecclesiae* do Padre Joanne Burcado de 1588.

¹⁶⁶ Cf. Joaquim Oliveira CAETANO, José Alberto Seabra CARVALHO, *Frescos quinhentistas do Paço de S. Miguel*, Fundação Eugénio de Almeida, Évora, 1999. Pertence ao autor a afirmação, No entanto sabemos que os itinerários régios mostram que a corte de D. João III se manteve em Évora sem interrupção de Dezembro de 1534 a Maio de 1536 reunindo Cortes em 1535. Também D. Sebastião residiu em Évora no antigo Palácio dos Condes de Basto, entre 1573 e 1575, onde hoje

O apoio dos jesuítas na luta contra o domínio espanhol em Portugal definiu-se quando assumiram a responsabilidade de tenderem para a casa de Bragança as aspirações portuguesas. Como inspiração recorreram à devoção mariana antes promovida pelos franciscanos, dessa forma, foi graças aos jesuítas que os temas marianos se disseminaram por Portugal. Deram início ao movimento para proclamar padroeira do reino a Virgem da Conceição, ficando conhecida a imagem da mãe de Deus como Imaculada Conceição de Portugal, o tema preferido do pintor Bento Coelho da Silveira, que nos deixou uma “Imaculada Conceição” bem portuguesa, em 1670, um óleo sobre tela que se encontra na igreja de Santiago em Sesimbra,¹⁶⁷ a partir desta altura a devoção mariana ganhou contornos piedosos e a imagem da Virgem proliferou sob várias iconografias (**Fig. 41**).¹⁶⁸

Mais uma vez recordemos as famílias do início do cristianismo a depositarem as suas esperanças no salvamento da alma e na intercessão da Virgem Maria pelos mortos, a partir do Século IV, os frescos nas paredes com imagens sugestivas lembrando aos vivos que devem recomendar à protecção da Mãe de Deus, os que já partiram, tanto no ocidente como no oriente, encontramos epitáfios que invocam explicitamente a protecção de Maria para os defuntos.¹⁶⁹

Os sermões e preces medievais, nomeadamente no início das litánias compostas por S. Pedro Damião, referem frequentemente a confiança na posição especial de Maria: “(...) *pelos seus filhos que repousam em Cristo*”,¹⁷⁰ sem esquecer que em

alberga a fundação jesuíta: Fundação Eugénio de Almeida. O período do domínio Filipino (1580-1640), foi fértil para a cidade de Évora em estadas de visitantes ilustres, destacam-se a preparação da chegada de Felipe II no início de 1583, dez anos depois chegou Felipe III, a Duquesa de Mântua, Margarida de Sabóia no ano de 1634. D. João IV, instalou-se em Évora entre 1643-1651, e a Rainha de Inglaterra D. Catarina de Bragança em 1699.

¹⁶⁷ Cf. Luís de Moura SOBRAL, *Pintura e Poesia na época barroca*, Editorial Estampa, 1994, pp. 112-113, fig. 51.

Mais sobre esta pintura consultar Eduardo da Cunha SERRÃO, Vitor SERRÃO, *Sesimbra Monumental e Artística*, Câmara Municipal de Sesimbra, 2ª ed., Festival do Mar, 1997.

¹⁶⁸ Cf. Domingos MAURÍCIO, *Iniciativa da consagração de Portugal a Nª Senhora da Conceição*, Brotéria, XLIII, 1946, pp. 626-627. Foi o jesuíta Nuno da Cunha, reitor do colégio de Coimbra que em 1644, tenta convencer o rei de que as vitórias conquistadas naquela altura nas linhas de Elvas, foram devidas à protecção da virgem Imaculada Conceição que dos Céus estava protegendo o monarca, assim como já tinha feito anteriormente com outros monarcas, de modo que ela deveria ser protegida pela corte e declarada protectora de Portugal.

A tipologia da imagem da Imaculada Conceição provocou alguma controvérsia na altura não sendo bem aceite pelos dominicanos. A sua iconografia poderá ter partido do pintor espanhol Murillo, que nos meados do século XVII, estabeleceu a tipologia definitiva da Imaculada, livre de atributos apenas envolta nas nuvens, céu e terra acompanhada por anjinhos. Só em 1854, o Papa Pio IX a transformou num artigo de fé.

¹⁶⁹ Cf. M. de la VISITATION, «Marie et le Purgatoire », *Maria*, V, Paris, 1958, p. 891.

¹⁷⁰ Cf. *Missal Quotidiano e Vespéral*, Lisboa, 1957, p.p. 1964-1966. A prece *Languentibus* é o hino a Maria mais conhecido da Idade Média, aqui se implora auxílio para os que sofrem no Purgatório: “*Dos que no Purgatório sofrem/ e com fogo são purgados/ feridos de grave dor/ tende compaixão/ Ó*

Portugal, D. Afonso Henriques terá pedido à Virgem”(...) *que defendesse este Reino contra os seus inimigos, e que conservasse esta coroa livre de sujeição estranha(...)*”.

A importância que a Virgem adquiriu na devoção dos cristãos, terá sido porque foi escolhida desde sempre para ser mãe de Deus, assim como foi igualmente escolhida para ser a única criatura sem pecado original, ou pelo menos foi preservada desse acto. Por isso, não deixa de ser interessante que iconograficamente a Igreja tenha colocado a Virgem no céu, normalmente sustentada por cima das nuvens rodeada de anjos, embora sem lhe dar um papel divino apesar de todas as suas virtudes, colocou-a antes junto do filho. Ela deverá ser a figura que mais perto está de Jesus Cristo e o valor da sua intercessão é maior do que de qualquer outro santo.

O pintor Enguerrand Charonton em 1454, realizou uma das primeiras pinturas do Purgatório assistido pela Virgem. Assistimos à coroação da Virgem pelos anjos sobre a cidade de Avignon, em baixo, as almas são retiradas do Purgatório por anjos. Como mãe de Deus, a Virgem demonstra um carácter protector para o crente, a sua intercessão é por isso poderosa e a ela se recorre normalmente pelas suas virtudes, seja na pureza como virgem imaculada ou como mãe. Além disso, a auréola brilhante com que Maria aparece rodeada é um sinal divino que emana luz, e portanto, sugere que Deus está presente ou pelo menos perto (**Fig. 42**).¹⁷¹

A figura da Virgem primava entre todas as devoções, já existia uma grande divulgação na Europa católica antes e durante a contra-reforma, embora no Concílio de Trento se tenha decretado que o pecado original não afectava a Virgem, tornando-a perfeita aos olhos da cristandade sem mácula nem defeitos. Para os católicos ela tornou-se uma força e uma protecção: “*frente a los ultrajes de los reformados, ella vencerá al protestantismo com su gran poder de seducción (...)*”.¹⁷²

Sobreveio contudo, alguma controvérsia sobre os temas mariológicos com duras críticas à devoção mariana por parte de Erasmo de Roterdão, que embora professasse o culto católico, tentou lançar a descrença por parte do protestantismo, e assim desenvolveu uma verdadeira campanha contra o culto da Virgem Maria.

Maria!”. Recorde-se as Cortes de Lamego de 1143 onde o poder de D. Afonso Henriques foi juridicamente assegurado. A Virgem Santa Maria esteve sempre presente a abençoar estes tempos do início de Portugal.

¹⁷¹ Cf. Eugenio BRIFFAULT, *Misterios da Igreja ou o segredo de Roma no XIX Séc.*, Vol. I, Escriptorio da Empresa – Imprensa de Silva, Lisboa, 1854, p. 226.

¹⁷² CF. Sebastián SANTIAGO, *Contrarreforma Y Barroco*, Madrid, Alianza Editorial, 1981, p. 195.

Criticava o carácter divino exageradamente enaltecido que fazia da Virgem uma personagem mais importante que o seu próprio filho. Apoiado por Lutero, foi também ele um dos primeiros reformadores que pôs em causa o culto mariano, onde se incluía pôr em causa a reza Ave-Maria, e a veracidade das palavras do Arcanjo Gabriel: “*Ave Maria gratia plena*”.

Entrados no século XVIII, os Jesuítas formaram a Confraria de S. Roque ou Congregação e continuaram com a protecção real, desta vez de D. José I.¹⁷³

Os congregados distribuíram-se em múltiplas tarefas de caridade ao próximo, a assistência que davam nos hospitais, nas prisões, os últimos sacramentos aos moribundos e as missas pelas almas, a presença dos jesuítas foi sem dúvida uma instituição fundamental no país em todos os sectores da vida social, sendo reconhecida mas também criticada pela mesma razão.

O trabalho dos jesuítas, além de administrar os sacramentos na Casa Professa, era o de converter e a baptizar os muitos pagãos que chegavam a S. Roque, ou ainda, sair em procissão pela cidade três vezes por semana, e ao toque de uma campainha iam reunindo os jovens e pregavam o catecismo nas praças públicas. Celebravam constantemente missas na igreja de S. Roque, sede da congregação: “(...) *com o maior aparato que pudessem, e a expensas comuns, os officios da semana Santa.*”¹⁷⁴ este era o quotidiano e ambiente da cidade de Lisboa, multiplicando-se paralelamente as confrarias congregações e irmandades.¹⁷⁵

Este século XVIII, foi crucial para a Companhia de Jesus que testemunhou o terremoto de 1755, Lisboa em ruínas sobreviveu e levantou-se já sem muitas das

¹⁷³ Cf. José CAEIRO, S. I., *História da Expulsão da Companhia de Jesus da Província de Portugal (séc. XVIII)*, Vol. I, Editorial Verbo, 1991, p. 40. A Companhia de Jesus sempre foi muito apoiada por reis e rainhas. No entanto, quando D. José I subiu ao trono, dizia-se que já não via com muito bons olhos os jesuítas, e que a amizade de seu irmão o Infante D. Pedro com os jesuítas era demasiada, e que no Paço reinavam demasiados jesuítas”. A celeuma criada nos bastidores da corte tinha a ver com o facto de que D. João V, quando dava dinheiro aos dois filhos, não era tão generoso com D. José como o era com D. Pedro; e justificava-se: “(...) *que este afinal só viria a possuir o que ele, seu pai, lhe desse em vida; e que D. José, mais cedo ou mais tarde, seria senhor de todo o reino.*”

¹⁷⁴ Cf. *História da Companhia de Jesus na Assistência em Portugal*, Tomo 4 - A Província Portuguesa no século XVIII-1700-1760, Vol. I, Livraria Apostolado da Imprensa, Porto, 1950. p. 35. “(...) *é espectáculo agradável aos homens e aos anjos, e que se dá com frequência na igreja dessa Casa, a conversão de pessoas de várias seitas, de modo que no espaço destes dez anos mais de 380 convertidos receberam aqui a graça do santo baptismo, muitos dos quais dispuseram a obstinação judaica, e muitos também renegaram as torpíssimas leis de Mafamede.*” Em 1733, no dia da Imaculada Conceição de Nossa Senhora: “(...) *dava-se também a donzelas pobres o dote de 60 escudos a cada uma para se poder colocar em matrimónio honrado.*”

¹⁷⁵ Cf. *História da Companhia de Jesus na Assistência em Portugal*, 1950, pp. 31-45.

Muitas outras congregações de Nossa senhora se erigiram nos colégios e Casas da Companhia. Em 1752 existia na Casa Professa de S. Roque a Congregação de Nossa Senhora da Piedade; a Congregação de Nossa Senhora da Doutrina; a Congregação de Nossa Senhora da Boa Morte.

igrejas e capelas onde a comunidade católica funcionava diariamente. O prolongamento dos danos em muitas zonas do interior e litoral do país, ajudou sem dúvida, a aprofundar ainda mais a devoção principalmente à Virgem a quem se pedia constantemente a protecção na vida para os que sobreviveram ao terramoto, e às almas e santos para entregarem os mortos no Céu.

Nesta altura regista-se um aumento do culto mariano em Lisboa, revela-se um esforço da parte dos homens da Igreja que tentaram dar rápida ajuda às “almas vivas” que estavam desoladas e perdidas perante a desgraça, foi o empurrão final para a difusão do culto e muitas capelas e igrejas foram construídas de novo com invocação à Virgem em substituição de ermidas e capelas destruídas pelo terramoto, levantamentos realizados após 1755, demonstram que Lisboa era o local do culto mariano por excelência.¹⁷⁶

4.3. Os Testamentos e a encomendação da alma

Após os acontecimentos ocorridos estabeleceu-se ao redor da morte todo um aparato saído de uma raiz urbana que seguia o ritual das missas, orações e boas obras, os vivos dirigiam-se a Deus pedindo pelos mortos o perdão das penas, os moribundos faziam questão de escreverem as suas últimas vontades com o propósito de ainda irem a tempo de se redimirem na terra. Os testamentos tornaram-se um meio para salvar a alma.

Nas cidades, os testamentos tornaram-se um meio para salvar a alma, nas zonas rurais por outro lado recorria-se ao costume de fazer “resposos” que se tinham por orações eficazes para salvar do inferno o pecador na hora da morte: “*Alma, aspecto do corpo/ Vai ver a facia divina/ Vai dar contas ó Senhor/ Da sua santa doutrina (...)* Almas que fostes nascidas/ No Pergatório afligidas/ Peço-vos, ó meus Jesus/ que lhe queiras dar a luz.(...)”.¹⁷⁷

¹⁷⁶ Cf. Luís CHAVES, “*Culto Mariano em Lisboa- capelas, ermidas, oratórios e nichos na cidade de Lisboa, dedicados a Maria*”, *Separata da Revista Guimarães*, Vol. LXX, nº 1-2, Guimarães, 1961, pp. 11. O autor neste pequeno livro, tem um levantamento das ermidas, capelas, nichos e oratórios que se perderam e que foram repostos com novos nomes ou invocações, assim como a localização e as ruas onde se situavam.

¹⁷⁷ António Lourenço FONTES, *Etnografia Transmontana- I Crenças e Tradições de Barroso*, 2ª ed., Vilar de perdizes, Montalegre, 1979, p. p. 65-66.

A difusão da encomendação das almas do Purgatório desde meados do Século XVI, partiu das confrarias do Escapulário do Carmo e Confrarias das Almas, na verdade, deveu-se aos padres Jesuítas e aos frades da Ordem do Carmo que pelo Século XVII e XVIII, mercê do empenho particular das constituições de bispados que as tornavam obrigatórias, punham a tónica nas orações, sufrágios de missas e ofícios pelos defuntos, por essa razão, as confrarias mandavam celebrar missas pelas almas, e as constituições sinodais recordavam essa obrigação aos fiéis.¹⁷⁸

Deve-se ter em conta, que os testadores quando não deixavam os seus bens aos parentes, no intento e na esperança de uma passagem rápida pelo purgatório, deixavam-nos aos conventos, à Santa Casa da Misericórdia, às Confrarias, aos párocos ou aos religiosos, como prova da realização em vida de uma boa obra de caridade.¹⁷⁹

Os testamentos eram considerados um salvo-conduto para a alma e uma ajuda para sufragar as almas daqueles que morriam, o moribundo, ao aperceber-se da hora da morte, mandava fazer o seu testamento principiando com uma invocação em nome de Deus e da Santíssima Trindade: “(...) *estando na cama de doença que Nosso Senhor foi servido dar-me, temendo a morte e desejando por minha alma no caminho da salvação ordeno e faço este testamento*(...),¹⁸⁰ casos como este, revelam como os comportamentos religiosos e as manifestações públicas traduziam a mentalidade espiritual da época, todos viviam e circulavam num sistema integrado à volta da salvação da alma, incluindo os próprios padres e os párocos.¹⁸¹

Eram os nobres, os leigos mais abastados e os clérigos, que faziam testamentos. Os mais pobres, esses não tinham sequer dinheiro para pagar aos tabeliães, pelo que cingiam-se a simples notas deixadas, na certeza porém, de que eram cumpridas as suas últimas vontades. Esta preocupação para fazer cumprir os testamentos, e a sua execução honesta das obrigações por parte dos sacerdotes era um tema preocupante,

¹⁷⁸ Cf. AZEVEDO, *op. cit.*, 2000, p. 589.

¹⁷⁹ IDEM, p. 592.

¹⁸⁰ IANTT, *Provedoria de Setúbal*, Maço 97, nº 12. O exemplo de Luísa de Sousa, uma viúva doente que pensa estar a morrer e manda fazer o seu testamento em 28 de Fevereiro de 1702.

¹⁸¹ IANTT, *Provedoria de Setúbal*, Maço 97, L.º 5. Aqui vemos registado o testamento do Padre-cura da freguesia do Monte da Caparica Francisco Gil Ribeiro que ao fazer o seu testamento a 10 de Setembro de 1702, nele mandou celebrar 3000 missas por sua alma o mais breve possível, mais 100 missas por seu pai, 100 pelas almas de sua irmãs e por sua intenção, outras 100.

até porque, a validade dos testamentos tinha honras legais, pelo que, após a sua feitura, eram selados, cosidos e lacrados.¹⁸²

Frequentemente para os parentes herdeiros, o cumprimento destas obrigações tornava-se um fardo pesado, pelo tempo que precisavam de despender ou pelo dinheiro a gastar para pagar as missas, muitas eram as vezes, em que não haviam condições para satisfazer as últimas vontades do morto. Os testadores mais abonados faziam os seus testamentos deixando explicitamente descritas as quantidades de missas a celebrar, quantas mais missas fossem celebradas mais as suas almas tinham a garantia de se salvarem.¹⁸³ O exagero de missas pedidas podia ir até 41.000 por uma alma rezadas no momento da morte ou perpétuas. Os herdeiros que não conseguiam fazer o trabalho, pagavam e acordavam o ordenado a dar como prestação de serviços às mulheres que faziam o serviço.¹⁸⁴

A invenção dos “*Trintários*”, valeu uma continuidade aos clérigos para trabalharem ininterruptamente, eram módulos de missas que alguns defuntos mandavam dizer nos seus testamentos e nas igrejas onde se “*sepultam ou são fregueses*”, o que significava, a permanência durante trinta dias quem estivesse encarregado de fazer cumprir esta promessa não saía da igreja, aí comia e dormia sem comunicar com o exterior, “*gastando todo o mais tempo em rogar a Deus pelo defunto*”.¹⁸⁵

Tudo se traduzia numa fonte de rendimento para as igrejas, os quantitativos eram significativos, os conventos, ermidas, capelas, hospitais, fervilhavam de vida activa à custa dos mortos, ligados a este consumo de missas que a piedade e a devoção das almas do Purgatório alimentava, o culto disseminava-se pelo interior do

¹⁸² Cf. Aires dos Passos VIEIRA, *Conheça o passado Histórico da região onde vive, sociedade, População, Saúde e Mentalidade dos Concelhos de Almada e Seixal no Século XVII*, Edições Colibri, 2006, p. 197. Os alvarás de 1634 e de 1647 proibiam as fraudes no cumprimento dos testamentos pelos testamenteiros que não os cumpriam.

¹⁸³ IANTT, Provedoria de Setúbal, Maço 97, Doc. 30. Nestes testamentos, os defuntos, José de Figueiredo e Bárbara da Fonseca, ambos de Almada, marido e mulher, deixaram expressamente escrito a celebração de milhares de missas. D^a Bárbara da Fonseca, no testamento feito a 6 de Agosto de 1692 mandou celebrar além de milhares de missas pela sua alma, também, milhares de missas pelo 1^o e 2^o marido falecidos, como comprovam as certidões passadas pelos celebrantes.

¹⁸⁴ Cf. Moisés Espírito SANTO, *op. cit.*, p. 187. Temos o exemplo na Confraria dos Clérigos de Montemor-o-Velho no século XV em que se prescrevem os ofícios e as missas a celebrar pelos confrades acabados de falecer. Era este um ponto prioritário dos testamentos que se pressionava os fiéis a fazerem. Por isso, era necessários existirem “visitadores” que controlavam estes desejos porque muitas vezes os herdeiros e eclesiásticos mostravam-se negligentes em cumpri-los.

¹⁸⁵ Cf. AZEVEDO, *op. cit.*, 2000, p. 588. O autor fala em Trinário, outros referem-se a Trintários. Mas o significado de “*Trinário*” aberto celebrava todos os trinta dias pela alma do finado, rematando o sacrifício com um responso, cruz e água benta sobre a sua sepultura, conforme se estava no cemitério ou no adro da igreja em que o dito “*Trinário*” ou “*Trintário*” se cumprisse.

país, a mensagem circulava, a doutrina espalhava-se e a catequese moldou-se às regiões.¹⁸⁶

Henry Levêque em 1814, dedicou-se a pesquisar os costumes do povo português. O relato do costume diário das missas pelas almas nas igrejas de Lisboa e a figura do “andador” representado por um homem à porta da igreja (o desenho sugere-nos possivelmente o portal do convento do Carmo), com uma taça na mão e com uma túnica de cor vermelha, que na maioria das vezes indicava a que confraria pertencia, é um vivo testemunho e um retrato do quotidiano no séc. XIX (Fig. 43).¹⁸⁷

Também no meio rural, alimentadas pelas confrarias das almas e pelas Irmandades, cada povoação dispunha de um “andador” ou “campeiro” com a obrigação de tocar a campainha pelos lugares do povoado, normalmente às quartas e sextas-feiras a lembrar a oração pelas almas.¹⁸⁸

A tradição popular da encomendação das almas nos meios rurais tomou outras formas mais adequadas à vida e às necessidades do quotidiano das populações. Nas tradições das aldeias transmontanas, em Barroso ainda se lembram da figura de um homem a quem chamavam o “sereno”, que na quaresma à meia-noite tocava uma campainha pelos caminhos do povo principalmente esquinas e encruzilhadas e cantava três vezes: “*Morte certa, hora incerta juízo rigoroso Inferno para sempre, ai do preguiçoso. Rezem um Padre-nosso e uma Ave Maria pelas benditas almas do purgatório, principalmente aquelas que não têm quem por elas peça.*”¹⁸⁹

Desde o dia 2 de Novembro, considerado o dos fiéis defuntos, até ao meio da Primavera pela Páscoa, há por hábito assistir ao toque das Ave - marias à tarde para se rezar pelas Almas. As badaladas são seis e compassadas, e cada casa tem por hábito rezar seis Pai - nossos e seis Ave-marias antes de se deitarem. Igualmente, as Constituições do Bispado de Miranda de 1565, ordenavam que ao ouvir-se cinco

¹⁸⁶ IDEM, p.p. 591-592. Na cidade do Porto, os homens de negócio eram os que mais participavam, embora todas as outras classes como o clero, nobreza, letrados e oficiais, proprietários, lavradores, assalariados e até soldados, tivessem a sua oportunidade de participar para o sufrágio das almas. Na diocese de Lisboa (conforme uma informação enviada para Roma em 1726), tinha 1660 clérigos havendo 72 conventos masculinos e 18 femininos e ainda 80 ermidas, metade com cura das almas e 7 hospitais

¹⁸⁷ Henry Levêque, *Portuguese Customs*, Londres, 1814, ed. fac-similada do exemplar da Biblioteca Nacional, introd. De Martin de Albuquerque, Edições INAPA, Lisboa, 1993.

¹⁸⁸ Cf. AZEVEDO, *op. cit.*, 2000, p. 591 Era o caso da Misericórdia de Guimarães em 1574, que pagava ao seu “andador”, e no concelho de Penafiel, o ferreiro Afonso Barbus falecido em 1579, introduziu o costume que foi mantido pelos seus filhos, e onde é recordado no Agiólogo Lusitano de Jorge Cardoso.

¹⁸⁹ Cf. António Lourenço FONTES, *Etnografia Transmontana, I-Crenças e Tradições de Barroso*, 2ª ed. do autor, Vilar de Perdizes, Montalegre, 1979, p. 118.

toques, seguidos do toque da torre da igreja, um quarto de hora após as trindades, todos rezassem um pai-nosso e uma ave-maria pelas almas do Purgatório e pelos que estivessem em pecado mortal, tradição que fazia parte em meados de quinhentos do quotidiano português, medida que acabou por ser alargada a outras dioceses do país.¹⁹⁰

O costume da encomendação das almas é uma manifestação que vem desde os finais da Idade Média até à actualidade, ajudou a manter a crença viva em forma de cantilenas partilhadas, é hoje uma tradição popular que escolhe as encruzilhadas para rezar pelas almas.¹⁹¹ São várias as tradições mantidas vivas por altura da quaresma. No Distrito de Bragança, por terras de Mogadouro, Miranda ou Moncorvo, encomendam-se as almas com contornos algo pagãos. Há por costume, de modo a tornar as sementeiras mais produtivas, “chamarem-se as almas”, uma tradição com alguma forma de magia ancestral, resultando em cerimónias nocturnas organizadas, vigílias de pessoas que dizem ir “amentar as almas” ou “cantar as almas”. Consiste em repetir de casa em casa um cântico que assimila as almas e pessoas adormecidas, ou seja, a intenção é chamar as almas para que elas despertem no momento da germinação.¹⁹² Em Arouca, junta-se um grupo de pessoas (embora só um é que actue), o chamado “ementador”, que bate à porta da igreja com três pancadas e grita: “*sem olhar patrás, tanto na ida como à porta da igreja*”, daí seguem para um lugar elevado onde o “ementador” declama: “*Alerta pecadores alerta/a vida é curta/a morte è certa*”. Em seguida canta-se uma música específica com os versos a condizer com as almas, intercalando o pedido de Padre- Nossos e Ave-Marias pelos mortos.¹⁹³ De igual modo em Sendim, há o costume e tradição de se reunirem um grupo de homens e mulheres embuçados à meia-noite de sábado para atravessar a aldeia a cantar. Quando param, cantam uma melodia a vozes em diferentes pontos da aldeia. Pelo caminho, alguém também embuçado, oferece pão, aguardente, nozes ou figos aos cantores. Termina-se sempre à porta da igreja da povoação.¹⁹⁴

¹⁹⁰ Cf. AZEVEDO, *op. cit.*, p.592.

¹⁹¹ Cf. Adolfo COELHO, *Costumes e Crenças Populares*, Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, nº 9, 2ª série, Lisboa, 1881.

¹⁹² Cf. SANTO, *op. cit.*, 1990, p. 187.

¹⁹³ Cf. Manuel Rodrigues Simões JUNIOR, *A encomendação das almas em Arouca*, Separata do Vol. XIX do arquivo Distrital de Aveiro, Aveiro, 1953, p.p. 19-21.

¹⁹⁴ Cf. Maria Eduarda FERNANDES, *O culto das almas em Terras de Miranda*, *Revista Brigantia*, 1979, p.p. 65-68.

Também o piedoso culto popular da “encomendação” ou do “amentar” das almas, persiste no concelho de Castanheira de Pêra, preservado pelo povo da freguesia do Coentral que sai pelos lugares para cantar em forma de ladainhas uma oração pelas almas do Purgatório. “(...) *Á porta das Almas Santas/ bate Deus a toda a hora/ Dizem as Almas Benditas/ Ó meu Deus que quereis agora? / Quero que deixeis o mundo/ nós iremos para a Glória/ Ó meu Deus, ó meu (...)*” (Doc. 13).¹⁹⁵

Na actualidade, não esmoreceu o hábito religioso de uma qualquer família católica lembrar os seus mortos com uma missa, são os chamados “resposos” nas missas de corpo presente que se realizam no 3º, 7º e 30º dia, além das missas mandadas dizer nos aniversários anuais pela alma do defunto. Implicitamente estão a ajudar a sufragar as almas de quem partiu.

5. Da doutrina tridentina ao nascimento das Alminhas

As diferentes formas de viver a relação com Deus, e a série de definições dogmáticas saídas do concílio de Trento, acompanharam a vida dos crentes espalhados por toda a Europa. Das elites eruditas ao povo todos sentiram na pele a mensagem religiosa que dominava o ambiente social.

Nos princípios do século XVII em Portugal, o caminho para o nascimento das Alminhas estava finalmente aberto, tinha sido desbravado durante séculos e o momento era agora propício. Após ultrapassada a barreira das questões, já não havia sequer questões. O Purgatório era um terceiro lugar, o fogo expurgava os pecados, as almas precisavam de orações para subirem ao céu, os vivos faziam a remissão dos pecados em vida através dos sufrágios às almas, os santos e a Virgem ajudavam a interceder pelas almas, os pintores e os escultores traduziam esse sentimento na arte com devoção, ora por encomenda para as capelas das igrejas, ora para os particulares confrarias e Irmandades.

De um culto pensado e elaborado desde o cristianismo por homens eruditos religiosos e laicos, teólogos, filósofos e pensadores, para a prática real de uma devoção nos grandes centros urbanos europeus onde se inclui Portugal, resta perceber de que forma se manifestaram as Alminhas. Em primeiro lugar entendemos

¹⁹⁵ Cf. Kalidás BARRETO, *Monografia do concelho de Castanheira de Pera*, Edição comemorativa do 75º Aniversário da Fundação do Concelho, 1989, p. 261.

que não se deve desvalorizar as atitudes beatíficas de crentes extremosos que de tudo fizeram para merecer o Céu e conseqüentemente disseminaram à sua maneira o culto e a devoção pelo interior e litoral de Portugal. Em segundo lugar, foi graças à intensa catequese paroquial e às missas de domingo que o culto das almas do purgatório que há muito impregnavam as vidas dos crentes se tornou decisiva faltando a forma adoptada em oratórios e chamadas de Alminhas.

5.1 Luís Alvares de Andrade - O Pintor Santo e mentor das Alminhas

Uma figura incontornável quando se aborda o tema das Alminhas, é a de Luís Alvares de Andrade, natural de Lisboa. Pintor e dourador de profissão, teve um percurso de vida totalmente dedicado à vida religiosa. Aos 25 anos fundou a irmandade de Vera Cruz, e apresentam-no como o instituidor da procissão dos Passos anualmente celebrada na cidade de Lisboa pela irmandade da Vera Cruz e Passos na igreja da Graça.¹⁹⁶

Devoto paroquiano de S. Nicolau, foi pela primeira vez nomeado por ofício em 22 de Setembro de 1599, pintor régio da corte de Filipe II de Espanha, I de Portugal “(...) pintor de tempara, dourado e estofado(...)com o qual (ofício) não averá mantimento algum, mas serlhehã pagas as obras que fizer(...)”¹⁹⁷ (Documento 6).

Mais tarde, e porque terá perdido a carta referente a esse ofício foi novamente nomeado por Alvará de 29 de Junho de 1601 cujo teor deixa explicito o pormenor de “(...) e desta merce se lhe passou portaria ao dito Luis Alvarez a Xxij de Setembro de noventa e nove, pela qual se lhe fez carta do dito officio, que diz se perdeo e se não acha: cumprirseha hu delles somente, e eu Manuel Godinho de Castello Branco a fíz escrever.”

¹⁹⁶ Cf. Jorge CARDOSO, *Agiolégio Lusitano dos Sanctos e Varoens illustres em virtudes do Reino de Portugal, e suas conquistas*, vol. II, Lisboa, 1657, pp. 413-414. Sobre a vida e obra de Luís Alvares de Andrade, sabemos que quando sua mãe ficou viúva, foi entregue aos cuidados dos dominicanos Frei Francisco de Bovadilha, (confessor da Rainha D^a. Catarina), e Frei Luís de Granada, com quem aprendeu a ler e a escrever no convento de S. Domingos, tornando-se um discípulo muito afeiçoado e um acérrimo voluntário e devoto da S. S Trindade e do Santíssimo Sacramento. Foi o instituidor da Via -Sacra e um dos principais fundadores da procissão dos Passos realizada na segunda 6^a feira da Quaresma, na Graça, onde se fundou a 1^a Irmandade, que se dedicou a essa devoção. Confirmada por D. Miguel de Castro, Arcebispo de Lisboa, em 1587, depressa se estendeu a todo o país.

¹⁹⁷ IANTT, Torre do Tombo, *Chancelaria Filipe II*, L^o 7, fls. 222 e v., sobre este pintor consultar igualmente Sousa VITERBO, *Noticia de Alguns Pintores Portuguezes e de outros que, sendo estrangeiros exerceram a sua arte em Portugal*, Lisboa, Typographia da Academia Real da Sciencias, 1903, p. 31.

Ficou célebre pela sua religiosidade extrema e por se dedicar às belas-artes, aplicou-se a pintar e a distribuir à sua custa, painéis de madeira avulsos, primeiro da S. S. Trindade, e depois, com as almas do purgatório com a usual legenda PN/AM. Tornou-se um asceta, visitava frequentemente os doentes nos hospitais a quem consolava e dava de comer por sua própria mão, aos demais, não perdia a oportunidade de os alertar para os sufrágios devidos aos mortos. Como leigo, exerceu um trabalho incansável na difusão das devoções saídas da reforma Católica.¹⁹⁸

O contributo deixado pelo cronista e especialista em santos portugueses, Padre Jorge Cardoso no seu “*Agiológico Lusitano*”¹⁹⁹, onde, além dos santos canonizados, dos beatos e dos mártires, inclui pessoas “(...) *de esclarecida virtude, e acreditadas no céu com maravilhas*”, e as de “(...) *conhecida e exemplar vida, dignas de se proporem para imitação*”, *descreve o papel de Luís Álvares de Andrade, chamado de “pintor santo”, que pelos finais do século XVI princípios século XVII, divulgou e difundiu de maneira tão peculiar o culto às almas do Purgatório, ajudando a uma maior proliferação das alminhas. “(...) mandou imprimir mais de vinte mil papéis com a Oração do santo Sudário, indulgência o Papa Clemente VIII, que distribui pelo reino, e fora dele, procurando despejar o Purgatório, recitando-se em graça. Invenção foi sua o retrato das almas a óleo, que no meio das chamas estão ardendo, pelas portas da cidade, e lugares públicos, despendendo nestas tábuas grande soma de dinheiro, e nas muitas cópias que para todo o reino, e suas conquistas, mandou suspender pelas paredes com esta letra: Irmãos lembraivos das almas que estão no Purgatório, com hum Pater Noster e Ave- Maria*”²⁰⁰

Este pequeno parágrafo retirado do *Agiológico Lusitano*, livro escrito poucos anos após a morte de Luís Álvares de Andrade e portanto com alguma veracidade, ao ser citado por Leite de Vasconcelos, celebrizou a figura de Luís Álvares de Andrade como o introdutor das Alminhas em Portugal nos finais do Século XVI.²⁰¹ De facto, uma outra referência ao mesmo assunto ficou escrita pelo próprio filho de

¹⁹⁸ Cf. Diogo Barbosa MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, Tomo II, Lisboa, 1752, p. 54. O autor assim fala dele: “*Teve grande devoção à S. S. Trindade, fizera muitos quadros onde representava as 3 Divinas Pessoas e os colocara em diversos templos, assim como grande devoção tinha pelo Santíssimo Sacramento.*”

¹⁹⁹ Cf. Joaquim Fernandes da CONCEIÇÃO, *Espiritualidade e religiosidade no Portugal Moderno - O Agiológico Lusitano do Padre Jorge Cardoso*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, Porto, 1996. Estudo sobre a vida e a obra do Padre Jorge Cardoso, autor do *Agiológico Lusitano*.

²⁰⁰ Cf. CARDOSO, *op. cit.*, Vol. II, 1657, pp. 408-411.

²⁰¹ Cf. VASCONCELOS, *op. cit.*, Tomo VII, p. 59.

Luís Alvares de Andrade, Lucas de Andrade, onde confirma a iniciativa de seu pai: *”Se diz não havia della noticia neste Reyno, o meu pay fez imprimir muitas milrepartindoas por todos, pera que ajudassem a sahir as almas das penas do purgatório de quem era particular devoto, alem das lembranças que fez por nas portas, e partes publicas huas taboas com as almas pintadas, pera que os fieis Christãos tivessem memoria dellas, pera as socorrerem com suas oraçoens (...)”*.²⁰²

Como pintor e dourador, Luís Alvares de Andrade executou trabalhos em igrejas da Ordem de Santiago, podemos apreciar a sua arte de douramento, num retábulo de invocação mariana, que se encontra na capela da Santa Casa da Misericórdia de Almada.²⁰³ Efectuou também obras de pintura e decoração em navios da armada Real.²⁰⁴ Muito estimado entre os seus confrades, foi um dos quatro que assinaram o compromisso da Irmandade de S. Lucas em 1602 e compraram a capela do dito santo.²⁰⁵

Luís Alvares de Andrade, está também associado ao incremento da difusão da Via-Sacra na cidade de Lisboa, aliás, muito acarinhada pelos Jesuítas. Este tema da morte do corpo e da ressurreição do corpo e da alma foi recorrente em pregações e retábulos, não esqueçamos o tema de base da *Via Crucis* – principalmente a sua

²⁰² Cf. Ernesto SALES, *Nosso Senhor dos Passos da Graça (de Lisboa)*, Estudo Histórico da sua Irmandade com o título de “*Santa Cruz e Passos*”, Imprimatur, Lisboa, 1925, p. 14. Esta edição é um Livrinho de bolso usado como guia de orações escrito por Luís Alvares de Andrade e acrescentado pelo seu filho Lucas de Andrade com dedicatória ao Conde de Odemira datado de 1656. Após a exposição, lê-se: “*O Papa Clemente Oitavo, a instancia da Infanta Dona Catherina Duqueza de Saboia concedeo, que todas as vezes, que se disser esta oração em louvor do Sancto Sudário se tire hua alma do purgatório. ORAÇAM. Senhor Deos, que deixastes os sinaes(...)”*.”

A primeira edição traduzida das *Advertências Espirituais para mais agradar a Deus*, por Luís Alvares de Andrade foi em 1625, um pequeno folheto dedicado a D. Mariana de Lencastre e onde não falta o painel das Alminhas.

.Sobre esta obra deixada por Luís Alvares de Andrade, “*Advertencias espirituas para mais aggradar a Deos N. Senhoor com hum exercicio para depois da Sagrada Comunhão*” (de D. Luís de Velasco), Lisboa, 1625, 1639, 1645, 1647, 1656 (acrescentado por seu filho Lucas de Andrade), 1670, 1674.

²⁰³ Cf. Vitor SERRÃO, *Giraldo do Prado, Cavaleiro-Pintor do Duque de Bragança D. Teodósio II*, in Callipoli, Vila Viçosa, nº 12, 2004, p.p. 248-274. O retábulo, da autoria de Giraldo Fernandes do Prado foi executado por encomenda do provedor Francisco de Andrada, em 1590. A obra de marcenaria foi encomendada ao mestre Henrique Antunes e finalizada no douramento pelo nosso “Pintor Santo” em comunhão com Francisco Rodrigues.

²⁰⁴ Cf. António Alberto Banha de, ANDRADE, *Dicionário da História da Igreja em Portugal*, 1º Volume, Editorial Resistência, 1980, p. 235. Em 1616, pagaram-se-lhes “(...)las pinturas, flocaduras, brolas e cordones de seda carmesi(...)”, do estandarte grande de damasco destinado à *Capitania Real* (3\$979rs);

²⁰⁵ Vários autores escreveram sobre a vida e obra de Luís Álvares de Andrade, consultar, Arsénio Sampaio de ANDRADE, *Dicionário Histórico e Bibliográfico de Artistas e Técnicos Portugueses*, Lisboa, 1959, p.17. ; Fernando PAMPLONA, *Dicionário de Pintores e Escultores Portugueses*, Vol. I, 3ª Edição, Livraria Civilização, 1991, p.104. ; Cyrillo Volkmar MACHADO, *Colecção de memórias relativas às vidas dos pintores*, Lisboa, 1823, pp. 72-73.; Vitor SERRÃO, *O maneirismo e os estatutos social dos pintores portugueses*, Lisboa, 1983, pp. 157 e seguintes.

sequência sacrificial de “Pilatos ao calvário”, aliada à presença constante da Virgem Maria.

É da sua autoria, assim como de outros, em 1587, a instituição da Irmandade do Senhor dos Passos da Graça, organizadora da respectiva procissão ainda hoje em vigor, que partia da igreja dos Jesuítas de São Roque e recolhia à de Nossa Senhora da Graça do convento dos Agostinhos percorrendo as 7 estações.²⁰⁶

Luís Álvares de Andrade, padeceu de gota nas mãos e pés, durante 14 anos, falecendo após muito sofrimento em Lisboa a 3 de Abril de 1631.²⁰⁷

O seu filho seguiu a vida religiosa, Lucas de Andrade foi ordenado de presbítero e obteve um benefício na igreja de S. Nicolau em Lisboa, sendo depois promovido a Capelão de Sua Majestade, prior de Nossa Senhora dos Anjos, matriz da extinta Vila de Villaverde do patriarcado de Lisboa.

Muito versado nos ritos e cerimónias litúrgicas, era sempre consultado nas maiores dúvidas que surgiam entre os “mestres-de-cerimónias” sendo a sua opinião muito respeitada. Deixou uma vasta bibliografia, e dedicou-se a escrever manuais e tratados religiosos: “*Acçoens Episcopaes, tiradas do Pontifical Romano & ceremonial dos Bispos, com hum breve compendio dos poderes, & privilegios dos Bispos*”, em 1671, assim como, acrescentou uma obra de seu pai de 1656, “*Advertencias spirituais para mais agradar a Deos N.S: com hum exercicio, pera depois da sagrada comunhão*”, dedicado ao Conde de Odemira.²⁰⁸

Terá sido desta forma, e pela iniciativa de Luís Álvares de Andrade, fervoroso religioso e conhecido por “Pintor Santo”, que pelos finais do século XVI, princípios do século XVII, se divulgaram e difundiram de maneira tão peculiar as Alminhas.

²⁰⁶ Cf. Diogo Barbosa MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, Coimbra, Atlântica Editora, 1965-1967, 4 vol.

²⁰⁷ Cf. ANDRADE, *op. cit.*, Dicionário, pp. 235. Os Jesuítas consideravam-no entre os benfeitores da Casa de S. Roque, e deram-lhe carta de Irmandade e sepultura na cova 12 da 1ª ordem da Igreja, onde jaz com sua mulher Beatriz Cabral falecida em 1650.

²⁰⁸ Cf. ANDRADE, *op. cit.*, Dicionário, 1980, pp. 233-234.

II CAPÍTULO
As Alminhas na arte portuguesa

6. Reminiscências pagãs das Alminhas - Arte como função social.

Apesar de ancestral, o percurso que o culto às almas do purgatório realizou, embora lógico e lento foi determinante para gerar uma forma de arte. Mas para entender o aparecimento das Alminhas, há que ter em conta uma compreensão antropológica muito antes de seguirmos a via religiosa para decifrar o fenómeno, adiantamos no entanto que foi de rápida assimilação

Em primeiro lugar, questionamos a razão porque o homem desde sempre levanta santuários. Imaginamos que a relação da procura de um lugar seguro para meditar seja importante, além disso, supomos que o homem precise de ter a sensação que pertence a algum lugar que identifique como seu e onde se sinta bem, senão poderá sentir-se perdido. Sob este conceito, aceitamos que o homem precise de ter uma referência, é o encontro com o sagrado, a devoção em algo e a fé que funciona como uma motivação diária, traz paz e serenidade à alma do homem que é crente, podemos resumir tudo na procura de um Deus que lhe dá a segurança.²⁰⁹

Igualmente, levamos em consideração o pormenor do santuário poder ter uma função mediadora, a mesa, o altar, o monumento, proporcionam uma relação com o sagrado. O mesmo santuário, quando inscrito num contexto natural no meio de um campo em plena natureza, transmite ao crente um equilíbrio efectivo entre a sua humanização e a paisagem, entre o homem e a natureza, entre a terra e o céu.²¹⁰

O acompanhamento que realizámos seguindo a curiosa disseminação das alminhas pelo país, litoral, centro e interior em meios rurais, e zonas fronteiriças, verificámos, que além do principal factor que move o crente ser o medo de morrer cheio de pecados, igualmente subsiste a preocupação e a busca do homem pelo seu equilíbrio natural o qual, em momentos chave de desgraças sociais ou pessoais, julga ter perdido. Daí o local do encontro com o Deus.

Se recuarmos aos primórdios do Cristianismo, em Roma, o *templum* era a casa da divindade, e só isso, tanto para os gregos como para os romanos não significava religiosidade, mas sim, a morada do deus ou da deusa. Era o local onde os deuses se

²⁰⁹ Cf. João Paulo HENRIQUES, *Peregrinações*, *Revista do Instituto Superior de Estudos Teológicos*, Ano 10 (2006), Janeiro/Dezembro, Coimbra, p.p. 451-471. Interessa-nos uma compreensão antropológica, perceber o santuário como uma função mediadora, hierofânica.

²¹⁰ Cf. Luís, MALDONADO, *Introducción a la religiosidad popular*, Sal Terrae, Santander, 1985, pp. 147-150.

manifestavam, não tendo a ver com o local de culto de religião. Nessa época, venerar uma divindade romana era identificar-se com a elite dominante, composta por altos funcionários, militares, proprietários das *villae*.

A massa do povo não tinha acesso aos templos dos Senhores, pelo que, possuíam os seus *edículos* rústicos nos lugares escolhidos por eles e onde preferiam celebrar as suas festas e as suas superstições perto dos campos agrícolas onde trabalhavam. A estes chamaram *Lares Compitales* que eram os deuses das encruzilhadas, venerados sobretudo pelos camponeses que lhes levavam oferendas e faziam sacrifícios com o intuito de obterem boas colheitas. Posteriormente, o culto rural dos *Lares*, adaptou-se aos centros urbanos erguendo-se altares, primeiramente nos cruzamentos das povoações e seguidamente nas margens das estradas dedicados aos *Lares Viales* que eram as divindades protectoras dos viajantes. Ou seja, as divindades que eram originalmente protectoras dos campos e das colheitas, estenderam-se progressivamente às povoações e aos caminhos, para defender os homens dos perigos: “*Nas encruzilhadas levantavam os Romanos uma aedícula (...) em honra dos lares compitales, divindades que em algumas inscrições se chamam Bivii, trivii, quadrivii, conforme o número de caminhos convergentes num sítio; o nosso povo alça ahi uma cruz, ou erige umas Alminhas*”.²¹¹

Deste modo, a origem das Alminhas esteve durante algum tempo ligada à descendência directa desses altares que eram dedicados aos *Lares Viales* e aos *Lares Compitales*, erguidos junto dos caminhos e nas encruzilhadas, embora com intenções religiosas que diferem umas das outras: dos deuses *Lares*, venerados divinamente, esperava-se a protecção agrícola das searas e culturas e a protecção dos viandantes que estavam expostos aos perigos dos caminhos, quanto às Alminhas, estas limitam-se à oração pelas almas do Purgatório, com uma diferença considerável de mil anos entre os altares romanos e o aparecimento das nossas alminhas.

Sabemos à partida que a matriz poderá ser pagã, não deixando de ter em consideração que alguns marcos romanos, ou mesmo santuários de antigas religiões que existiram dentro da Península Ibérica, tenham sido facilmente adaptados ao cristianismo.²¹²

²¹¹ Cf. VASCONCELOS, *op. cit.*, 1913, p. 595.

²¹² Cf. Jerónimo Contador ARGOTE, *Memórias para a História Ecclesiásticas do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas, dedicadas a El Rey D. João V nosso Senhor*, 1º e 3º Volumes, Lisboa Ocidental. Na officina de Joseph António da Silva impressor da Academia Real, 1724.

Os conceituados autores que trabalharam esta temática, são unânimes na teoria: “(...) o Cristianismo veio modificar o sentido dos cultos primitivos que se ligavam às divindades gentílicas dos caminhos e encruzilhadas, diminuindo dessa maneira o paganismo junto dessas zonas.”²¹³

6.1. As Alminhas - arte erudita versus arte popular

A “*arte do povo*” traduz um modo de expressão regional com as suas próprias tradições locais, que mesmo num país tão pequeno como Portugal são bastante variadas. Ainda persiste o hábito de chamar “arte popular”, uma arte relacionada com um povo simples, ingénuo e pobre, subentendendo-se que se está perante uma peça sem valor artístico, rústica ou de menor importância estética e até comercial. Mantém-se igualmente a referência, de que a arte popular é uma arte feita apenas por gente do povo com o intuito de imitar a arte de classes mais cultivadas ou eruditas. Não podemos sequer acusar os artistas menos dotados, afirmando que é o reflexo rústico de arte de gente afectada, ainda menos quando a arte que nasce das mãos de um artesão, vai ter uma função social para um conjunto de pessoas ávidas de encarar melhor o seu quotidiano. Vejamos, o camponês pobre, confrontado pela simplicidade do seu meio e pela vida simples, parece nunca ter considerado que a arte servisse o seu propósito, que é à partida, o de tornar o seu mundo num lugar mais agradável para viver. Prefere sim, acrescentar algo à sua vida, servir-se da arte, dar-lhe um uso funcional e prático, em vez de servir de simples espelho à sua realidade mesquinha.

O termo “arte popular”, não deveria sequer limitar-se àqueles objectos criados por povos de acordo com uma tradição nativa e que nada deva a influências externas, porque estão integradas no meio, quer urbano quer rural, as influências verticais de outras classes sociais são inevitáveis, sem esquecer as influências laterais de outros países que passaram, habitaram e deixaram a sua cultura

Confrontámos as teorias de alguns autores que se dedicaram ao estudo de outras civilizações que passaram pela Península antes do Cristianismo, consultámos, Moisés Espírito SANTO, *Origens Orientais da Religião Popular Portuguesa*, Assírio & Alvim, Lisboa, 1988, p.p. 235-243.

²¹³ Cf. Virgílio CORREIA, *op. cit.*, 1916, pp. 10-20. Também sobre este assunto consultar Moisés Espírito SANTO, *A Religião Popular Portuguesa*, Assírio & Alvim, Lisboa, 1990; consultar ainda Mircea ELÍADE, *História das Ideias e Crenças Religiosas*, III Volume, Rés-Editora Lda., Paris, 1983.

impregnada nos locais e nas pessoas, colocaram a sua semente e passaram a tradição de geração em geração.

As cartas de perdão registadas nas chancelarias régias ou as acusações encontradas nas diferentes visitas diocesanas, dão uma ideia da vida religiosa praticada nesta época, aferindo que os pecados salientados são de forte incidência urbana. Sabemos que no século XVII, a cidade era considerada o local de todas as perdições e pecados, assim pregavam as ordens religiosas mendicantes que estavam instaladas nos centros com maior número populacional. A existência de uma religião urbana e elitista, a que outrora Santo Agostinho se refere como: *rusticitas versus urbanitas*, serve o propósito ao comparar a vida estabelecida nas cidades com os meios rurais. Da cidade saía o drama, os excessos, a calamidade, aos meios rurais chegava a mensagem já adulterada, o povo levava essa interpretação a sério e misturava-a com as suas tradições e rituais de natureza mágica, embora não tivessem essa noção muito menos essa intenção, traduziram uma arte inicialmente erudita para a sua forma rústica de viver. A falta de rigor, de técnica ou escola, faz também com que, de todas as formas de arte, a arte popular seja a mais difícil de datar com qualquer esperança de exactidão.

Muitas das preocupações com os pecados e com os diferentes vícios encontravam-se representadas nas artes plásticas, os pintores com escola e técnica regiam-se por gravuras europeias, só assim podemos compreender que a tradição religiosa popular sem acesso a essas gravuras, (pelo menos até as directrizes emanadas do Concílio de Trento chegarem), tratasse a seu modo os temas das almas.²¹⁴

Resulta bem patente a passagem do erudito ao modo popular confirmando-se num pormenor curioso encontrada numa Caixa de esmolas pertencente ao acervo do Museu de Arte Sacra do Arcebispado de Vila do Conde na Póvoa do Varzim, que inclui uma curiosa legenda: “*LEMBRAI-VOS DE NÓS, QUE /JÁ FOMOS COMO VÓS E CED.../ VÓS SEREIS COMO NÓS./ P. N. A M.*” (Fig. 44).²¹⁵

Esta inscrição lembra o fresco da “*Trindade*” na igreja de Santa Maria Novella em Florença, que Masaccio (Tommaso di ser Giovanni Cassai), pintou em 1425,

²¹⁴ Cf. Agiológio Lusitano, Tomo II, p.p. 350-354. SANTO AGOSTINHO no *Agiológio Lusitano* referências que associam as almas à luz.

²¹⁵ Cf. Deolinda Maria Veloso CARNEIRO, José Manuel Flores GOMES, (coord.), CATÁLOGO DE EXPOSIÇÃO- *OPERA FIDEI- Obras de Fé num Museu de História*, Arte Sacra do Arcebispado de Vila do Conde- Póvoa do Varzim, Câmara Municipal da Póvoa do Varzim, Póvoa do Varzim, 2003, pp. 163-167.

onde, no registo inferior do fresco uma base representando um altar marmoreado, debaixo do qual se encontra um esqueleto jacente representando a morte, colocou porém uma legenda em italiano muito similar na intenção: “*O QUE ÉS; JÁ EU FUI; O QUE SOU, TU VIRÁS A SER*” (Fig. 45).²¹⁶

Neste momento podemos já falar na existência concreta de uma devoção às Alminhas. Estas terão partido das cidades onde ainda hoje estão activas, principalmente nas ruas de Braga, Matosinhos, Porto, espalhando-se por todas as províncias do Reino, irradiando em todas as direcções tanto pelo interior como pelo litoral do país, disseminação que acompanhou a proliferação dos pintores dos painéis chamados populares. Contrariando a qualidade erudita que se queria fazer dominar com directrizes estéticas próprias, o artista popular demonstrou que o factor predominante estava no culto e na devoção, continuando a representar um determinado santo com as características tradicionais contornos regionais e locais, resultando numa pintura votiva muito peculiar, imagem que se queria tradicional pela sua acção miraculosa e não ao preceito erudito que a Igreja pregava. Dessa forma, continuou a verificar-se que as cores dos mantos da Virgem divergiam, os mistérios divinos continham erros narrativos e os santos, segundo Félix da Costa: “*causavam mais horror que devoção*”.²¹⁷

A partir do momento em que a disseminação das Alminhas se tornou contínua pelos meios rurais foi a associação entre religião e cultura popular que resultou numa feliz forma de arte, muito característica, com evidentes contornos de pretensa erudição, é em nossa opinião, uma arte mais local que popular, considerando que afinal, o artesão até soube transmitir a intenção da Igreja de Roma.

²¹⁶ Cf. JANSON, *op. cit.*, 1998, p. 413.

²¹⁷ Cf. Félix da COSTA, *Antiguidade da Arte da Pintura*, fl. 134-135.

6.2. Estampas e Registos de Santos - difusão da devoção das Alminhas

Anteriormente à invenção da imprensa, as primeiras estampas conhecidas que circulavam de modo volante eram religiosas ou devocionais, tinham principalmente temas relacionados com a Virgem e o menino, figuras de santos ou cenas da vida de Cristo, crucifixos ou calvários. Chamados os “fazedores de santos” ou “fazedores de Jesus”, os autores destas estampas eram artífices que trabalhavam em oficinas conventuais embora em regime independente, ou seja, estavam instalados em propriedades monásticas mas trabalhavam por conta própria, entregando o fruto do seu trabalho aos mosteiros que utilizavam essas imagens votivas para seu consumo como ilustrações para livros religiosos ou para serem distribuídas e vendidas pela Europa por monges pregadores com o principal objectivo de difundir a fé em locais estratégicos onde se aglomeravam os crentes, fosse no término das rotas das peregrinações, em mercados, feiras ou portas das igrejas.²¹⁸

Este modo simples de chegar a um grande número de fiéis, foi de grande ajuda para os pregadores que nas missas ou pelas ruas pregavam a sua doutrina, conseguindo-se conservar como o melhor método e aliado ao longo dos séculos para a difusão da fé, adaptando-se sempre às mudanças sociais e culturais da época.²¹⁹

A gravura foi assim, durante quatro séculos, o único meio de difusão de imagens tendo o seu grande cliente na religião que soube tirar partido da sua eficácia pois cada vez mais a procura de imagens por parte dos crentes era uma realidade. A mensagem estava nas expressões de piedade gravadas na face dos santos devotos, nas vestes, nos atributos, nas orações que apareciam como legendas, e nas figuras

²¹⁸ Cf. Manuel Luís Violante BATORÉO, *Moda, Modelo, Molde. A gravura na pintura portuguesa do Renascimento (c.1500-1540)*, Tese de Doutoramento em História de Arte, Universidade de Lisboa, Faculdade de letras, Departamento de História, 2004, p.p. 75-80. As primeiras técnicas de gravura existem desde inícios do século XIV já existia a técnica da gravura em madeira assim como a gravação em metal com estilete ou buril, os chamados “abridores de buril”, processo usado pelos ourives ou artífices de metal.

²¹⁹ Cf. Catálogo da Exposição *de Estampas, cinco siglos de imagen impresa, Deziembre 1981-Febrero 1982*, Madrid, Ministério da Cultura- Direccion General de Bellas Artes, Archivos e Bibliotecas, estampa da colecção “*Arte de bien morir*”, e estampa 188, p. 77.

Recordemos que se recorria ao incunábulo *Ars Moriendi* que teve numerosas edições no séc. XV, o tema geral refere a morte e as atitudes do moribundo perante as cinco tentações terrenas principais no momento final da sua vida, deixando a mensagem de que Deus nunca abandona o moribundo enviando-lhe sempre anjo para o confortar. São 11 as xilografias que compõem o livro (o incunábulo) para assim fazer entender melhor a mensagem, muitas vezes aos que não sabiam ler. Nas edições xilogravadas, gravuras e texto completavam a mensagem das *Ars moriendi*, quando começaram a aparecer as edições tipográficas as mensagens variavam, adaptadas a cada país que tinha a sua própria edição, as *Ars Moriendi* foram traduzidas nas principais línguas da Europa, francês, alemão, inglês e espanhol.

das almas que lutavam em vão nas chamas do purgatório, que estava orientada a finalidade da estampa, ajudava a completar a imaginação do crente. Foram aliás, identificadas em pinturas das primeiras três décadas do séc. XVI ilustrações contidas em alguns incunábulo que circulavam antes e durante o séc. XV como a *Bíblia Pauperum*, a *Ars Moriendi* ou o *Speculum Humanae Salvationis* livros.²²⁰

Com a introdução da imprensa a partir de meados do séc. XV, passa a existir uma maior preocupação na qualidade da produção das gravuras. Destaca-se o papel do “pintor-gravador” que foi definitivo no resultado eficaz que as imagens estampadas tiveram no contexto artístico e social. Muitos pintores que se dedicaram a produzir imagens para gravar com grande produção foram entre outros, Albrecht Durer (já nos finais do séc. XV) numa ordem que segundo estudos de Manuel Batoréo: “A produção de imagens no novo contexto prioritariamente dependente da edição livreira conduz à consciencialização por parte dos gravadores do facto de estarem perante um meio de expressão de direito próprio.”²²¹

Os artistas gravadores activos em Portugal foram contemplados a partir do século XVIII, com a entrada de muitas gravuras flamengas pela via comercial das editoras de Antuérpia, um grande número de estampas e livros impressos: “(...) a gravura antuerpiana circulou, sem a menor dúvida, em condições excepcionais em Portugal, cerca de 1600”²²², eram aproveitadas de várias maneiras pelas oficinas que formavam os artistas, ou pelos chamados “copistas” que apenas se dedicavam a essa prática e reproduziam vezes sem conta a mesma gravura sem criatividade particular acrescentada.²²³

O resultado da arte da gravura degenerou no fenómeno de disseminação de estampas e consequentemente numa feroz concorrência aos “santinhos”, acção

²²⁰ Cf. BATORÉO, *op. cit.*, p.p. 91-93. O autor faz uma observação entre a *Bíblia Pauperum* e o *Speculum* que ajuda a revelar a distinta mentalidade da época: “(...) a *Bíblia* tornou-se popular graças às ilustrações da vida de Cristo, destinada a largas camadas de fiéis, no que respeita ao *Speculum*, era uma obra mais erudita onde as imagens apenas tinham uma mera função ilustrativa sendo os textos longos e os comentários dos Padres da Igreja mais importantes.”

²²¹ Cf. BATORÉO, *op. cit.*, p.p. 81-82. Outros nomes de gravadores como Martin Shongauer, Mestre E. S. , Mestre Zwolle, Israhel van Meckenem, Wenzel Von Olmutz, foram importantes na técnica da gravura.

²²² Cf. Marie Therese MANDROUX-FRANÇA, *L'image ornamentale et la littérature artistique*, Paris, 1983, p. 153.

²²³ Cf. SOBRAL, *op. cit.*, 1996, p. 133. Sobre as editoras em Portugal, o autor explica que o movimento editorial passou a ser representado por Christophe Plantin em 1566. Sobre esta questão consultar Jorge PEIXOTO, *Relações de Plantin com Portugal*, Coimbra, 1972.

Nos finais do século XVI, em 1590, Pierre Van Craesbeck, formado em Antuérpia, instala-se na capital portuguesa, dando início a uma importante dinastia de editores que exercerão a sua actividade até ao final do século XVII. Sobre esta editora consultar, N. Daupias, d' ALCOCHETE, *L'oficina Craesbeeckiana de Lisbonne, Arquivos do Centro Cultural Português*, 1975, IX, pp. 601-637.

desencadeada pelos crentes na obtenção de imagens que vinham inseridas em livros impressos mas porque não estavam ao alcance de todos, logo se começaram a reproduzir apenas *Sancti imago*, pequenas folhas soltas onde a figura do santo devoto subentendia uma indulgência que se podia levar para casa. Os tais “registos de santos”, traziam inerentes as gravuras aplicadas a estampas religiosas, distribuídas pelos lugares dos martírios dos Santos depois mártires, onde os peregrinos ou romeiros, se deslocavam no dia da Festa que era, o da morte do santo. Os chamados romeiros iam em romaria, orar ante o túmulo do santo e colocavam os “registos de santos” no meio dos palmitos de flores de papel, usados ao peito ou nos chapéus para identificarem a romaria ou festa a que pertenciam.

A diferença entre bons e maus gravadores também era uma realidade em Portugal: as xilografias coloridas de santos como S. Sebastião ou S. Roque que protegiam da peste, da Virgem com o Escapulário ou das Dores cravada com os sete punhais, estavam vulgarizadas e deviam ser destinadas a um público rural ou à camada social de menos recursos, deixavam espaço para as estampas abertas por gravadores de prestígio (os que assinavam o trabalho) e que serviam um público mais erudito, contudo, encontramos também pequenas comunidades rurais que encomendavam estampas a conhecidos e reputados gravadores com a pretensão de participar do prestígio que se supunha ter com a encomenda. As estampas religiosas trouxeram ao mercado um enorme dinamismo entre os artistas nacionais, um trabalho até aqui feito por artistas gravadores, mas que foi enriquecido quando o rei D. João V decidiu trazer a Portugal os “abridores de buril” e “impressores de estampas”, os quais vieram colocar a diferença na riqueza decorativa das estampas: Quillard, Debrie, os Rochefort e Bartholozzi nos começos do século XIX. Artistas como Vieira Lusitano, Domingos Sequeira ou Vieira Portuense, dedicaram-se a inventar registos para “santinhos” para serem gravados (**Fig. 46**).²²⁴

²²⁴ CATÁLOGO da EXPOSIÇÃO de *Francesco BARTOLOZZI, desenhos de um gravador*, Museu Nacional de Arte Antiga, 27 de Junho a 29 de Setembro 1996, pp. 49-56. Francisco Bartolozzi, nasceu em Florença, veio a Lisboa trazido por Vieira Portuense e chamado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em 1802 a cargo da Oficina Régia, o qual pretendia fazer uma edição dos Lusíadas com desenhos de Vieira e gravuras de Bartolozzi. Encontramos neste catálogo desenhos de estudos efectuados por Bartolozzi, sobre a Virgem com o menino p. 49 e 55, da Assunção e da SS. Trindade p. 54, assim como vários estudos de motivos e composições religiosas que outros pintores recorreram. Temos igualmente conhecimento da contribuição de desenhos para este tipo de registos feitos por Vieira Lusitano, António Joaquim Padrão, Joaquim Manuel da Rocha Assis Queirós, Manuel da Silva Godinho, Domingos Sequeira, Vieira Portuense, entre outros.

Quando o processo litográfico a uma dada altura suplantou a gravura, litógrafos estrangeiros como José Possolo, Lecoingt, Macphail, Maurin, Michellis e outros, considerados excelentes litógrafos, ensinaram a arte aos artistas portugueses.²²⁵

Reconhecemos por este processo, muitos registos de santos realizados numa repetição incessante por autores sem escola ou medíocres no traço, nota-se nos muitos casos de Nossa Senhora da Conceição que era inspirada em modelos de litografias populares que copiavam quadros a óleo do pintor espanhol Murillo, 1617-1682, dando origem a registos com distorções iconográficas e de fraca qualidade artística. Havia mesmo os chamados gravadores populares, Luís Chaves aponta alguns sem deferência: “(...) *genuinamente popular, daqueles artistas populares dos quadros dos milagres, das alminhas, dos nichos, das estampas rústicas. Assinou como tantos dêsses santeiros.*”, “(...) *tão medíocre e ignorado como eles*”; “(...) *os registos deste gravador são por vezes muito sofríveis.*”²²⁶

O arranque desta arte de gravar estampas terá tido alguma responsabilidade na difusão das Alminhas, além de ter igualmente degenerado numa indústria e num comércio profícuo, deu uma grande ajuda para a divulgação da fé do povo para sufragar as almas, a qual passou a ser divulgada como se tratasse de uma “campanha de Marketing da era moderna”, e por todo o lado eram afixadas estampas onde a iconografia do Purgatório estava sempre presente, numa clara intenção e divulgação da crença alimentada pela Igreja, as oficinas aproveitavam o espírito religioso e nos registos de santos mencionavam os editores, fabricantes, oficinas e casas de vendas com a localidade. A sua influência ficou patente nas primeiras Alminhas que seguiram o mesmo princípio, estampas de santos com as almas do purgatório foram penduradas nas árvores, nas portas, nas paredes ou mesmo nos cruzeiros, de modo a lembrarem aos fiéis o dever de sufragar as almas, como não resistiam às intempéries

²²⁵ Cf. Luís CHAVES, *Subsídios para a História da Gravura em Portugal*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1927. O autor faz uma nota para o facto de ter sido Aloysio Senefelder, por volta de 1795 ou 1796, quem introduziu e iniciou a litografia em Portugal, possivelmente por influência da presença das invasões francesas, além disso, confia que Domingos Sequeira foi dos artistas que mais privou com os franceses. Sobre este assunto, consultar também Xavier da Costa SENDIM, *A Obra Litográfica de Domingos António de Sequeira*, Lisboa, 1925, p. 14.

²²⁶ Cf. CHAVES, *op. cit.*, 1927, p. 165.

Consultar também sobre a gravura, Cardoso Marta, “*Gravura Popular Portuguesa- em Terra Portuguesa*”, Vol. I, e Teófilo Braga “*Sobre as Estampas ou Gravuras dos Livros Populares Portugueses, em Portugália*”, Vol. I.

A gravura está hoje reduzida à função de arte plástica, pois aparte da expressão artística, hoje esta técnica só se utiliza no papel moeda e em pequenos trabalhos tipográficos artesanais. Devemos recordar que a gravura sobre madeira ou metal foi o único método para reproduzir imagens em séries e idênticas até ao século XIX quando foi substituída pela litografia e mais tarde pela fotografia.

o que as tornavam efémeras, posteriormente, e porque as estampas e mesmo os pequenos painéis de madeira pintados se deterioravam rapidamente, passaram a colocar-se dentro de nichos ou oratórios de pedra, para serem preservados e conservados por mais tempo.

Desenvolveu-se também por aquela altura uma prática que acabou por ser comum nos séculos XVII e XVIII, as estampas feitas pelos gravadores eram dedicadas a pessoas influentes. Juntamos um registo de santo da Nossa Senhora do Cabo dedicada a D. João Príncipe do Brasil com desenho de Domingos António Sequeira e gravada por Gregório Francisco de Assis e Queiroz. Havia por parte dos gravadores, entidades e particulares uma política com a finalidade de participar dos favores do poder por meio destas dedicatórias, semelhantes em tudo, às que se escreviam nos livros (Fig. 47).²²⁷

6.3. A intercessão dos Santos preferidos na Alminhas

Nas Alminhas, as almas do purgatório podiam estar acompanhadas nos seus nichos por mais do que um santo protector e intercessor. Existia, pela sua procura e devoção, um rol determinado de santos destinados à intercessão pelas almas. Serão, segundo os crentes, aqueles que mais bem vistos estarão perante Deus, se é que existe essa hierarquia. Os santos começam por ter a sua especialidade própria, contudo, a protecção dos fiéis e a salvação das suas almas eram comuns a todos, e dessa maneira, venerados nos seus santuários locais.

O Papa Bento XII definiu na bula “*Benedictus Deus*” em 1336, a importância dos santos na ajuda pelo sufrágio às almas: “(...) *Nós em virtude da autoridade apostólica, definimos: que, segundo a geral disposição de Deus, as almas de todos os santos que deixaram este mundo antes da paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo, bem como a dos santos Apóstolos, mártires, confessores, virgens e de outros fiéis que morreram depois de terem recebido o santo baptismo de Cristo, nos quais nada havia a purificar quando morreram, nem haverá se no futuro morrerem, ou se neles tiver havido ou houver alguma coisa a purificar e tiverem sido purificados depois*

²²⁷ Cf. CHAVES, *op. cit.*, 1927, Estampa I. Registo de Santo, Nossa Senhora do Cabo, desenho de Domingos António de Sequeira, gravada por Gregório Francisco de Assis e Gregório Francisco de Queiroz, pertencente à Colecção de Aníbal Fernandes Tomás, em 1927 fazia parte do Museu Etnológico Português em Lisboa, Belém.

da sua morte (...). E assim, em virtude de tal visão e fruição, as almas dos que já faleceram são verdadeiramente bem-aventuradas e têm a vida e a paz eterna, como também as dos que mais tarde hão de falecer verão a essência divina e gozarão dela antes do juízo universal; E definimos, que tal visão da essência divina e a sua fruição fazem cessar nelas os actos de fé e de esperança, enquanto a fé e a esperança são propriamente virtudes teológicas.”²²⁸

A orientação dos fiéis no culto dos santos e o caminho que se pretendia seguir do catolicismo, foi entregue aos Jesuítas, de formação intelectual e universitária, organizaram pesquisas sobre os cultos mais antigos e adaptaram-nos a: “*exemplo da vida de...*”, porém fizeram-nos numa versão mais popular e com função didáctica de modo a divulgar a catequese, não esquecendo que também eles, tiveram uma acção decisiva durante a reconstrução da cidade de Lisboa e arredores, quando difundiram e propuseram o levantamento de muitas capelas de devoção mariana, não deixando de incluir as almas do Purgatório.

Uma das características que a partir desta altura se acentuou, foi a questão de manter sempre a ligação entre os naturais de uma região e o seu santo devoto, pois desde o seu nascimento até ao momento da morte do paroquiano, o seu santo fazia parte da sua vida protegia e intercedia por ele.²²⁹

Um dos Santos que vingou na devoção dos portugueses foi S. Sebastião, inúmeras vezes encontrado como santo padroeiro, talvez pela peste Bubónica que assolou o país no início do século XIX. Juntamos uma estampa que circulou desde 1767, realizada por um desenho de Vieira Lusitano e gravada por Salvador Carmona, se compararmos com um outro S. Sebastião, escultura processional da

²²⁸ Cf. DENZINGER-HUNERMANN, *op. cit.*, p.p. 322-323. Bento XII foi Papa entre 20 de Dezembro de 1334 e 25 de Abril de 1342. Esta bula foi promulgada em 29 de Janeiro de 1336 e fala da sorte do defunto.

²²⁹ O primeiro *MARTYROLOGIO*, de âmbito nacional onde inclui a lista dos Santos, foi realizado pelos padres da Companhia de Jesus e impresso em 1590.

Alguns santos foram simplesmente “aportuguesados”, ou seja, sem pertencer ao reino de Portugal antes da fundação deste, fora justificada a sua nacionalidade portuguesa por serem de Portugal todos os santos que se ligaram a ele pelo nascimento, seja pela morte ou pela presença de relíquias.

Quando Jorge Cardoso em 1652 escreveu o “*Agiologio Lusitano dos Sanctos e Varoens illustres em Virtudes do Reino de Portugal, e suas conquistas.*” Alargou amplamente a lista dos Santos, actualizou e acrescentou mesmo aqueles que não eram santos: “(...) *peçoas de esclarecida virtude, e acreditadas no céu com maravilhas(...)*”. Os três primeiros volumes escritos sucessivamente em, 1652-1657-1666, foram consagrados aos gloriosos S. Vicente e Santo António, o quarto e último volume foi concluído por D. António Caetano de Sousa, após a morte de Jorge Cardoso que deixou o trabalho a meio, desta vez consagrado à Imaculada Conceição da Virgem Maria. Sobre a vida de Jorge Cardoso, ver Joaquim Fernandes da CONCEIÇÃO, *Espiritualidade e Religiosidade no Portugal moderno- o Agiologio Lusitano do Padre Jorge Cardoso*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, Porto, 1996.

região de Leiria, demonstra bem que o meio rural assimilou a iconografia e as formas redondas que vinham do século XVII (**Figs. 48 e 49**).²³⁰

Também ele salvava as almas da fogueira como ficou registado num desenho à pena dos estatutos da Irmandade das Almas do Convento da Costa em Guimarães datado de 1668.²³¹

6.3.1. Santo António - o Santo protector das Almas no Purgatório

Um santo intercessor das almas, e como tal, com bastante relevância pictórica nos painéis das Alminhas é o Santo António, aliás, muito acarinhado pelo povo com mostras dadas pela forte devoção que os lisboetas por ele sempre nutriram. Canonizado por Bula do Papa Gregório IX, a 30 de Maio de 1232, foi em Lisboa, cidade onde nasceu (mas onde não morreu), que mais se fez sentir a devoção ao santo, agregada a um carácter vincadamente popular, que incompreensivelmente contrastando com S. Vicente o padroeiro da cidade, nos registos hagiográficos espalhados pela cidade e mesmo pelo país, não se revela tão popular, pelo menos em termos quantitativos não encontrámos o S. Vicente em nenhum painel.

Existe um estudo de Carlos Cardoso sobre o eventual “sucesso popular” de Santo António nas Alminhas. Sugere o autor, que pode estar ligado às indulgências papais concedidas aos frades menores, expressas num folheto de 1613 onde se regista a recompensa e o benefício de tal graça, e citamos:“(…) *as quais ganhavam também, todas as pessoas de qualquer religião mendicante, ou não mendicante, que trouxessem o cordão de S. Francisco*”, faz reparo às indulgências que reportavam às confrarias do Cordão o que sugere uma analogia de papéis entre os dois santos (**Fig. 50**).²³²

²³⁰ Cf. CHAVES, *op. cit.*, 1927, Estampa IV, Registo de Santo, S. Sebastião num desenho de Francisco Vieira Lusitano, e gravura de Emmanuel Salvador Carmona. Pertencente à colecção de Aníbal Fernandes Tomas e encontrava-se em 1927 segundo o autor no Museu de Etnologia de Lisboa em Belém.

²³¹ Cf. Luís CHAVES, “*Capelas, Ermidas, Oratórios e Nichos dedicados ao culto dos Santos, em Lisboa Setecentista e seus arrabaldes*”, *Separata do Boletim da Junta Distrital de Lisboa*, nº LIX-LX-II série, Lisboa, 1963.

²³² Cf. Carlos Lopes CARDOSO, *Santo António e as alminhas populares*, *Separata do Boletim Cultural da assembleia Distrital de Lisboa*, III Série-nº87-1º Tomo, Lisboa, 1981, pp. 6-9. Segundo as *Chronicas* de Frei Marcos de Lisboa, “*Terceira Parte de las Chronicas de la Orden de los Frayles Menopres del Seraphico Padre S. Francisco* (...)”, Salamanca, 1570. Vários papas concederam indulgências ao cordão de S. Francisco, o Papa Sisto IV (também ele franciscano) entre 1471 e 1484, decretou a bula com a “Estação do cordão” que consistia na recitação de cinco pais

Ambas ordens mendicantes foram representadas por vários artistas a tirar as almas do purgatório. Em Fronteira, na Capela de Vila Velha, ao lado do altar de S. Miguel, há um fresco com Santo António e São Francisco, ambos a retirar as almas do fogo (**Fig. 51**).

Por esse Portugal fora, as referências a Santo António com as almas do Purgatório estão por todo o lado, numa clara demonstração que o santo António afinal não pertence só a Lisboa, ou a Pádua. Costume era exibirem-se nas bandeiras processionais as indulgências papais concedidas a alguma Irmandade que venerasse o dito santo (**Fig. 52**). Mas é nos painéis das Alminhas que se aprecia a devoção ao Santo sendo preferido em quase todas as povoações de Portugal e não só em Lisboa como no início julgámos. Fazemos nota de dois exemplos, um na aldeia das freiras em Vila Facaia, concelho de Pedrógão Grande, Distrito de Leiria, há uma tábua de Alminhas com traço artístico muito medíocre, onde se vê um buraco feito no painel para pendurar na parede, o que em princípio significa que não terá pertencido a nenhum nicho. A pintura está dividida em três registos, no registo superior, o Santo António do lado direito com o menino ao colo, uma virgem com o menino ao colo ou uma *Pietá* ao centro, uma outra santa de mãos postas do lado esquerdo, no registo logo abaixo estão cinco almas alinhadas no meio do fogo de mãos postas em frente do peito, e no último registo, a colocação da legenda que permite entender a importância maior pelo espaço que ocupa. Assim reza, literalmente: “*Ó vós que passais porese portorio lenbraivos de nos que assim sereis vos com as vosas ismolas ao menos com hum P. N. A M.*” (**Fig. 53**).

O segundo exemplo, pertence ao extinto Museu de Arte Popular de Belém, espólio que se encontra actualmente no Museu de Etnologia em Belém, está uma tábua pintada de alminhas tem o Santo António com o menino ao colo, Cristo na cruz, S. Miguel com as balanças, a virgem, neste caso aos pés da cruz e no fogo, duas almas de cada lado de mãos postas, tão sincronizadas que quase sugerem movimento, com a legenda: “*Vós que ides passando/lembraibos de nós que estamos penando*” (**Fig. 54**).

nossos e cinco avé-marias, Papa Leão X, entre 1513 e 1521 alargou a reza das estações para seis vezes, um outro franciscano e Papa Sisto V entre 1585 e 1590, deve-se-lhe a criação em 1585 da Arquiconfraria do cordão de S. Francisco. Paulo V entre 1605 e 1621, todos eles concederam indulgências aos padres, freiras e frades que trouxessem o cordão de S. Francisco. Cf. Angelo MERCATI, Augusto PELZER, *Dizionario Ecclesiastico*, v. Cingolo, Turim, 1973.

6.3.2. Nossa Senhora do Carmo - a Virgem do Escapulário

Recuando aos séculos XII e XIII, lembramos a fé extrema que se vivia na época, dava créditos a alguns homens que se diziam imbuídos de profecia e milagres. Desde o início, os religiosos Carmelitas, ainda no monte Carmelo, foram acarinhados e protegidos, devido a uma visão que o Papa Honório III teve de Nossa Senhora, apressando-se a aprovar a regra da Ordem.²³³

Desta forma, a Ordem de Nossa Senhora do Carmo, a partir do momento em que foi colocada sob a protecção da Santa Sé, começou a ter uma aceitação invulgar no mundo católico. Para isto, concorreu poderosamente a Irmandade do Escapulário que deve a sua fundação a Simão Stock, o qual propagou no mundo inteiro o culto mariano. No ano de 1245, a ordem teve nova aprovação do Papa Inocêncio IV.²³⁴

Segundo a biografia de Simão Stock, este terá tido uma visão, provavelmente influenciada pela sua acérrima devoção a Maria Santíssima e pela vontade de querer materializar visivelmente a benevolência e a protecção maternal da Virgem.

Inclusive, foi formulada uma data para a aparição de Nossa Senhora, 16 de Julho de 1251, a qual, segundo a lenda, no momento da aparição, estava rodeada de espíritos celestes, veio trazer-lhe um Escapulário. E disse: *“Meu dileto filho - disse-lhe a Rainha do Céu- eis o escapulário, que será o distintivo de minha Ordem. Aceita-o como um penhor de privilégio, que alcancei para ti e para todos os membros da Ordem do Carmo. Aquele que morrer vestido deste escapulário, estará livre do fogo do inferno”*.

Houve uma extraordinária aceitação a esta instituição, em 1237 a Ordem possuía em Inglaterra 40 conventos. Inscreveram-se na Ordem, papas, bispos e cardeais, príncipes como Eduardo III da Inglaterra, os Imperadores da Alemanha, Fernando I e II, reis de Espanha, Portugal e França, além rainhas e princesas de várias nações. Mas o Escapulário entrou na vida do povo cristão através dos privilégios concedidos

²³³ A documentação existente sobre a Ordem do Carmelo orienta-nos para um entendimento da verdadeira religiosidade que se vivia no século XII. O calabrés Bertoldo e mais alguns monges, estabeleceram-se no Monte Carmelo, fundaram a congregação dos servos de Maria. Por seu lado, nesta época de cruzadas, divulgaram esta congregação e convidaram alguns religiosos do Carmelo para fundar conventos em Inglaterra. Entretanto no condado de Kent, vivia um eremita há mais de vinte anos num tronco de uma árvore. Era Simão Stock. Animado pela vida mortificada dos carmelitas recém – chegados a Inglaterra, assim como, pela devoção Mariana que a Ordem cultivava, pediu para ser admitido na Ordem. Passou a ser noviço da Ordem de Nossa Senhora do Carmo, e em 1225 foi eleito coadjutor Geral da Ordem, nessa altura já bastante conhecida.

²³⁴ Cf. Luís CHAVES, *“O culto Mariano em Lisboa- capela, ermidas, oratórios e nichos na cidade de Lisboa, dedicados a Maria”*, Separata da Revista Guimarães, Vol. LXX-nº1-2, Guimarães, 1961.

pela Virgem, aquele que protege na hora da morte, qualquer pecador por mais miserável que seja, pondo a confiança em Maria Santíssima e vestindo o seu hábito, (querendo sair do estado de pecado, claro está), pode contar com o apoio da Nossa Senhora a qual lhe alcançará a graça da conversão e perseverança. Era esta a crença do povo e a Irmandade do Escapulário foi grandemente elogiada pelo papa Benedito XIV.

Se por toda a Europa os crentes andavam confundidos com as desavenças religiosas e ideias controversas, acrescentando a existência anunciada de um lugar para as almas expurgarem os seus pecados, lugar esse chamado Purgatório, e onde, pela eficácia do sufrágio das almas se ajudava na salvação do homem, em Portugal no século XVII, a situação era bem mais calma e passiva na aceitação dos dogmas. Os portugueses receberam a Virgem como uma das entidades mais piedosas pelas almas do Purgatório. A Virgem enviada pela *Bula Sabatina*, iniciou aos olhos da Cristandade o culto da Virgem do Carmo ou do rosário, e assim rezava o texto: “*O povo cristão pode crer no auxílio que experimentarão as almas dos Irmãos e membros da Irmandade de Nossa Senhora do Carmo, auxílio esse, segundo o qual todos aqueles que morrerem na graça do Senhor, tendo em vida usado o escapulário, conservado a castidade própria do estado, recitado o Ofício Parvo de Nossa Senhora, ou se não souberem ler, tiverem observado fielmente o jejum eclesiástico, bem como a abstinência nas quartas-feiras e sábados (excepto se a festa de Natal cair num destes dias), serão socorridos por uma protecção extraordinária da Santíssima virgem, no primeiro sábado que se lhe seguir ao trânsito, por ser sábado o dia da semana consagrado a Nossa Senhora*”.²³⁵

Neste decreto, está também incluído um ofício que revela o poder da intercessão da Virgem pelas almas do purgatório: “*(...) A bem-aventurada Virgem, não se limitou a cumular de privilégios aqui na terra e na Ordem Carmelita. Com carinho verdadeiramente maternal, ela, cujo poder e misericórdia em toda a parte são muito grandes, consola também, como piedosamente se crê, aqueles filhos do purgatório, alcançando-lhes o mais breve possível a feliz entrada na Pátria Celestial*”.²³⁶ Foram poderosas mensagens que também ficaram registadas numa placa de pedra que hoje

²³⁵ Cf. Santiago SEBASTIAN, *Contrarreforma y Barroco*, Madrid, Alianza Editorial, 1981, p. 145. O autor descreve a doutrina da respectiva Bula (*Bula Sabatina de João XXII, 3, Vol. III, p.1322*). O privilégio Sabatino era um decreto da Santa Inquisição romana, datado de 20 de Janeiro de 1613, que dava autorização aos sacerdotes da Ordem Carmelita para divulgar a doutrina.

²³⁶ Ofício da Festa de Nossa Senhora do Carmo, aprovado pelo Papa Clemente X e Benedito XIII.

se encontra do lado direito do portal do Convento do Carmo juntamente com a referência a uma cruz que terá servido para a sagração do dito convento, pode ler-se: “*Todo o Fiel Christão que beijar esta cruz ganha quarenta dias de perdão. Clemente VII e Pio V, concederão aos Fiéis Christãos, que visitarem as igrejas de Nossa Senhora do Carmo, as indulgências das Estações de Roma, dentro, e fora dos muros, tendo Bulla de Santa Cruzada.*”.²³⁷

O alívio das almas pelos sufrágios dos vivos ficou patente numa obra de Pedro Machuca, “*Virgem e as almas do Purgatório*” datada de 1517, do Museu do Prado, Madrid, vê-se a Mãe de Jesus a verter leite dos seios ajudada pelo Menino Jesus sobre os condenados para que lhes sirva de refrigério, imagem sugestiva, pois é uma representação metafórica do alívio que provocam as orações rezadas pelas almas, e que foi banida pela Reforma (**Fig. 55**).²³⁸

A imagem da Virgem em Portugal foi sofrendo alterações ao longo dos séculos, e a influência das ordens mendicantes ao exultarem a mãe de Deus, geraram um surto da devoção mariana a partir dos Século XIV e XV.²³⁹

No século XVI, a Virgem foi “*Santamente vestida e ornada*” por ordem das Constituições de 1588, D. Miguel de Castro cuida da imagem da Virgem em pormenor deixando escritas orientações a ter num especial cuidado ao pintar as vestes da virgem que depois de Deus: “*nam tem igual em santidade e honestidade*”. Mais uma vez, os registos de Santos fortaleciam qualquer acção religiosa, estampas distribuídas pelo país fora, neste caso apresentamos um exemplo da vila do Barreiro, indicavam as indulgências concedidas pela Senhora do Rosário: “*(...) o Cardeal Patriarca concede 100 dias de Indulgências a todas as pessoas que rezarem uma salve Rainha diante desta imagem*” (**Fig. 56**).²⁴⁰

Um óleo sobre tela do século XVII de Bento Coelho, “*Nossa Senhora do Rosário com S. Domingos e S. Francisco*”, cerca de 1670, está em Évora, no Convento de Santa Helena do Monte Calvário (**Fig. 57**). O mesmo tema é tratado por Francisco Vieira de Matos (Vieira Lusitano), no séc. XVIII, apresenta Nossa

²³⁷ Cf. SEQUEIRA, *op. cit.*, 1939, p. p. 362-363.

²³⁸ Cf. GONÇALVES, *op. cit.*, 1959, p. 10.

²³⁹ Cf. MARQUES, *op. cit.*, 1974, p. 161.

²⁴⁰ Cf. CHAVES, *op. cit.*, 1927, estampa VI, Registo de Santo da Nossa Senhora do Rosário da Vila do Barreiro, desenho de Manuel de matos ou de José Pinheiro de Matos, com gravura de Matos Cardini. Pertencente à colecção de Aníbal Fernandes Tomás, à data de 1927, no Museu de Etnologia em Lisboa, Belém.

Senhora do Rosário com S. Domingos e S. Francisco e encontra-se no Museu Nacional de Arte Antiga em Lisboa (**Fig. 58**).

Nos painéis das caixas de escolas espalhadas pelas igrejas, dá-se uma certa preferência a esta santa Nossa Senhora do Carmo que exhibe os rosários e protege as almas do purgatório (**Figs. 59 e 60**).

Destacamos uma obra datada de 1597, da autoria de Simão Rodrigues e/ou Domingos Vieira Serrão, pertencente ao retábulo da capela-mor da Igreja do Carmo em Coimbra, onde aparece o Purgatório à esquerda e o Papa João XXII à direita da Virgem com o menino ao colo, que do alto abençoa com a mão direita o Papa. Os responsáveis pela encomenda deste retábulo foram os frades Carmelitas que na época eram grandes defensores das almas do Purgatório (**Fig. 61**).

Fruto de mutações da devoção, a Virgem passa também a assumir várias identidades: Nossa Senhora da Misericórdia, das sete Dores, do Rosário, o sofrimento da Virgem, da saúde, e no meio desta corrente espiritual, a Imaculada Conceição que viria a ser a padroeira de Portugal, privilegiada pela realeza desde os começos da Nação. Esta relação com a piedade mariana por parte dos crentes e pelos sufrágios das almas, vê-se no facto de mandarem celebrar missas em altares dedicados a Nossa Senhora do Carmo, do Rosário, da Silva (na Sé do Porto) a quem ainda hoje gente das freguesias de Gaia, Feira e Gondomar procuram que se mantenha a tradição: “Logo após o falecimento do adulto, uma missa a Nossa Senhora da Silva para que ela seja psicopompa, e guie a alma e lhe retire as silvas do caminho que tem de empreender para o Além”, o que pela procura destes altares indulgenciados, beneficiavam certos templos e capelas paroquiais e conventuais.²⁴¹

Um dos muitos artistas que se dedicaram a pintar a temática mariana, foi André Gonçalves, considerado um dos melhores pintores do último quartel do Século XVII e primeiro do século XVIII, o chamado período joanino. A partir de 1720 recebia encomendas religiosas destinadas à corte ou para as novas capelas das igrejas. Destacam-se o conjunto de telas executadas, para os altares laterais da igreja do

²⁴¹ Cf. AZEVEDO, *op. cit.*, 2000, Vol. 2, p. 592.

menino Deus por volta de 1730.²⁴² Na sua obra existem uma série de telas marianas, Virgens com o menino, acompanhada por Cristo, santos e S. Jorge.²⁴³

6.3.3. O Arcanjo S. Miguel – Juiz e defensor das almas

Outro elemento indispensável à iconografia do Purgatório, é a figura do Anjo.

A menção mais antiga de um anjo aparece em Ur, cidade do Oriente Médio há mais de 4.000 a C. Os Caldeus e outros povos, acreditavam no génio bom e mau, assim como os romanos não dispensavam as entidades chamadas “*genius*”.

Os Gregos chamavam aos seus anjos “*Daimones*”, seriam os seres sobrenaturais. Na Odisseia, *Hermes* transporta as almas (canto XXIV). Estes anjos auxiliares e servidores de Deus têm portanto origem oriental, foi criada à semelhança da corte Persa, mas a iconografia da arte é mais devedora à arte antiga grega do que Persa. Vai receber influência dos *Eros* e cupidos pagãos, mas os “anjos adultos” vão ser influenciados pelas *Nikes* e Vitórias gregas.

Para os judeus, a palavra hebraica para anjo é *Malakl*, que significa “mensageiro”. Quando o povo judeu esteve em cativeiro no Egipto, houve uma assimilação e influências dos egípcios, dos babilónicos e dos persas. No Egipto os anjos seriam Deuses - a deusa *Ísis* tem asas.

Na arte cristã os anjos aparecem em 312 d.C., quando o Imperador romano Constantino, antes de uma batalha importante, pensou ver uma cruz no céu, levando-o a converter-se ao cristianismo. Em 325 d. C., no Concílio de Nicéia, a crença nos anjos foi considerada dogma da Igreja, contudo, em 343 d.C., foi determinado que reverenciá-los era uma idolatria e que os anjos hebreus eram demoníacos.

As primeiras descrições sobre anjos apareceram no Antigo Testamento. A auréola que circunda a cabeça dos anjos é de origem oriental, o Nimbo (*nimbus*), é o

²⁴² Cf. José Alberto MACHADO, “A pintura de André Gonçalves na igreja do menino Deus”, *Reabilitação Urbana- intervenção de conservação e restauro*, coord. Rui MATOS, Publicação da Direção Municipal da Conservação e Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Lisboa, 2005, p. 117.

²⁴³ Cf. José Alberto Gomes MACHADO, *André Gonçalves - Pintura do Barroco Português*, Editorial Estampa, Teoria da Arte, Lisboa, 1995, pp. 143-247. Inclui todo o *corpus* das obras deste pintor. André Gonçalves nasceu em Lisboa em 1685, tendo como mestre aos 18 anos, António de Oliveira Bernardes, o famoso pintor de azulejos. Desde os 26 anos integrou a irmandade de S. Lucas. Completou os seus conhecimentos de pintura com o genovês Júlio César de Fémine. Em 1720 trabalhava em muitas encomendas religiosas, deixando-nos um espólio bastante grande de pinturas. Sobre as telas marianas encontram-se em Coimbra na igreja de S. Lourenço p. 234, na Figueira da Foz na capela da Quinta da Almeira p. 235.

nome dado ao disco ou aura parcial que emana da cabeça das divindades. No Egípto, a aura da cabeça foi atribuída ao deus solar *Rá* e mais tarde na Grécia ao deus *Apolo*. Na iconografia cristã, o nimbo ou diadema é o reflexo da glória celeste e sua origem ou lar, o céu. As asas e os halos apareceram no século I. As asas, representam a rapidez com que os anjos se movem.

Até finais da Idade Média, na arte ocidental, os anjos eram homens jovens de aspecto andrógono, surgindo depois no Renascimento os anjos bebês, nus e com asas. Outra característica da iconografia dos anjos, tem a ver nos primeiros séculos cristãos com anjos que vestiam de branco e conduziam as almas para o reino da Glória (S. João no Apocalipse VI, 9-11).

Reparamos também, que nas pinturas quatrocentistas e quinhentistas, surgem os primeiros anjos femininos no tema do Purgatório, apresentam no entanto a mesma iconografia, acrescentando o elemento etéreo ao anjo. Assim, os anjos descem ao Purgatório para levarem ao Paraíso as almas já purificadas e por isso vestidas de branco, estendem as mãos aos condenados e voam levando as almas nos seus braços: os aspectos iconográficos vindos da Idade Média foram mantidos.

Com este tema foram realizadas várias gravuras, Albert Durer introduziu no “Apocalipse” anjos com roupa branca nas mãos; outras gravuras a imitar Durer são as colocadas nas margens do livro de horas de Hardoyn (1507), aqui os anjos dão roupa branca aos condenados, igualmente nos vitrais da Capela de Vincennes, os anjos transportam roupa branca que entregam aos condenados.²⁴⁴

Mas a razão de serem os anjos a tirarem as almas do Purgatório está relacionada com uma proibição do Papa V por decreto de 11 de Fevereiro de 1613, que no seguimento da confirmação do privilégio Sabatino, (em que a Virgem descia ao Purgatório para salvar ela própria as almas), decidiu aprovar o privilégio exigindo que a Virgem deixasse de ir corporalmente ao Purgatório, e na sua vez fossem antes os anjos (**Fig. 62**).²⁴⁵

²⁴⁴ Cf. Émile MÂLE, *L'art Religieux de la Fin du Moyen Âge en France*, 1969, p.p. 446-449-451. Segundo a iconografia cristã, a túnica branca significa pureza, assim como, do mesmo modo, a privação da túnica significa a perda da dignidade humana, seguindo-se o suplício do corpo posto a nu, tal como na Paixão, quando Cristo é despojado das suas vestes, a túnica passa a assumir uma função simbólica.

²⁴⁵ A intervenção do Papa teve a ver com as acusações por parte do Tribunal da Inquisição portuguesa que em 1609, duvidou do privilégio Sabatino e interrogou o Papa V sobre o assunto.

Tal como há uma hierarquia na Corte, também os homens conceberam uma hierarquia celeste. S. Paulo falou de cinco ordens de anjos, no entanto, são conhecidas 9 ordens angelicais.²⁴⁶

Isoladamente, o mais representado é o Arcanjo S. Miguel, o que combate e luta contra os anjos caídos precipitando-os no abismo, luta contra o demónio ou dragão, pesa as almas na balança, julga os condenados e até está presente como anjo da guarda. Na série onde o Arcanjo aparece a combater ele é sempre o vencedor da luta e as batalhas dão-se no Céu. A iconografia baseou-se no Apocalipse (quando o anjo vai salvar uma mulher com o seu filho das garras do dragão), neste caso o dragão é substituído pelo demónio, este registo que identifica o São Miguel está mais próximo dos textos sagrados: “*Michael & Angeli eius proeliebantur cum dracone, & draco pugnabat, & angelieius.*” (Fig. 63).²⁴⁷

Existem muitos exemplares distribuídos pelo nosso país com o S. Miguel a combater o demónio. Iconograficamente é representado quase sempre com uma armadura brilhante, lança e espada, em voo investindo precipitadamente sobre um dragão infernal, colocando um pé vitorioso na cabeça do dragão para o enviar para as profundezas do inferno. Um S. Miguel muito interessante cumprindo a iconografia foi realizado pelo pintor André Gonçalves cerca de 1730, pintado por encomenda para uma das capelas laterais da igreja do menino Deus em Lisboa. Esta pintura situada no lado da Epístola foi inspirada num original de Rafael (Raffaello Santi) de 1518, actualmente exposto no Louvre e muito divulgado através de

²⁴⁶ Cf. MÁLE, *op. cit.*, 1947. Também sobre este assunto consultar PSEUDO-DINIZ o Aeropagita, Hierarquia Celeste.

As ordens angelicais distribuem-se por Serafins, Querubins e Tronos; Dominações, Virtudes e Potências; Principados, Arcanjos e anjos.

Os contributos relativos a estas ordens têm vários níveis. Num primeiro nível, os Serafins e querubins, são os que estão mais perto de Deus, distinguem-se pelo número de asas e pelas suas cores. Os serafins têm 3 pares de asas, uma tapa o corpo, uma tapa a cabeça e uma ultima tapa a parte de trás do corpo. São representados a vermelho. Os querubins, têm 2 pares de asas, uma tapa a cabeça e a outra tapa o resto do corpo. São representados a azul. Os Tronos, são geralmente representados por duas rodas pretas com 3 raios e duas asas, por vezes cobertas de olhos.

No segundo nível, onde se encontram as Dominações, são representados por um ceptro e uma coroa ou armadura e espada, como símbolos de poder, ora militar ora civil. As Virtudes são habitualmente representadas com um livro, e as Potências são iguais às Dominações.

No terceiro e último nível, os Principados, costumam estar vestidos de guerreiros ou de Diáconos com a flor de Liz. Os Arcanjos são sete, os mais conhecidos são Miguel, Gabriel e Rafael.

²⁴⁷ Cf. Luís, CHAVES, *São Miguel na terra portuguesa e na alma dos portugueses*, Guimarães, 1956, pp. 28-30.

estampas, a partir daí todos os registos de S. Miguel apresentam a mesma iconografia (**Figs. 64 e 65**).²⁴⁸

O nome *Michael* em hebraico significa “*Quis ut Deus?*” ou “Quem é como Deus”, frase que frequentemente acompanha a imagem do anjo, como num exemplo escultórico que está na igreja do Loreto ao Chiado.²⁴⁹ Neste caso, S. Miguel pode assumir funções de conduzir as almas ao Paraíso, como podemos apreciar numa pintura em tábua dos finais do séc. XVI, residente na capela das Almas em Évora, atribuída ao poeta, músico e pintor Jerónimo Côrte-Real, aqui o S. Miguel assiste às almas.²⁵⁰

A função de São Miguel no julgamento das almas, tal como o Cristo do “Juízo Final”, está representado a benzer com a mão direita os eleitos, e a punir com a mão esquerda os recusados. Aos pés do anjo, estão as almas na fogueira do Purgatório. Existe nesta pintura, uma clara mensagem que o artista pretende passar pelo facto de ter incluído entre os condenados personagens perfeitamente identificadas, como um frade tonsurado, um rei coroado, um bispo com a sua mitra, um papa com a tiara e uma mulher sensual (**Fig. 66**).

Igualmente se conhece a sua intercessão como o anjo do “Juízo Final”, com a tarefa de julgar as almas e contabilizar o valor dos actos dos pecadores, intervindo na selecção das almas.²⁵¹ No painel do “*Juízo Final*”, pintura do Séc. XVI atribuída a Gregório Lopes, o São Miguel está em primeiro plano ao centro a decidir se a alma está destinada ao Céu, na mão esquerda segura a longa haste rematada em cruz e na outra tem a espada bem do lado de Satanás. Estão ambos em busca das almas, e vê-se dois livros abertos bem em evidência: S. Miguel dá as ordens ao anjo à sua esquerda que regista no livro a alma que passa ao Paraíso, e Satanás regista ele

²⁴⁸ Cf. Helena Pinheiro de MELO, “*Reabilitação Urbana- Intervenção de conservação e restauro na igreja do Menino Deus*”, *Conservação e Restauro do Trono e oito Retábulos com suas pinturas*, Publicação da Direcção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Lisboa, 1995, p. 52.

²⁴⁹ Cf. CHAVES, *op. cit.*, 1956, p. 23.

²⁵⁰ Cf. GONÇALVES, *op. cit.*, 1959, p. 22. Évora foi um centro que estava desde 1553 dominado culturalmente pelos Jesuítas que incrementaram e aumentaram a actividade religiosa e cultural nessa cidade tornando-se num dos maiores centros da Contra-Reforma. Esta igreja em questão, foi consagrada em 1563, coincide portanto com o fecho do Concílio de Trento, pelo que esta obra pode ser uma das primeiras sob as ordens Tridentinas a iniciar em Portugal a iconografia com o Purgatório orientada pela Igreja.

²⁵¹ Cf. Deolinda Maria Veloso CARNEIRO, *OPERA FIDEI, Obras de Fé num Museu de História*, Catálogo da Exposição da Arte Sacra do Arciprestado da Vila do Conde e Póvoa do Varzim, Póvoa do Varzim, 2002-2003, p. 164.

próprio a alma que vai para o inferno. Tal como descreve S. Mateus, esta é uma visão do Juízo Final. (Evangelho, XXV, 31-46) **(Fig. 67)**.²⁵²

Numa outra tábua do século XVII da Capela de Santo André de Aver-o-Mar na Póvoa de Varzim, encontra-se pintada a Santíssima Trindade, tendo Cristo a seu lado, Nossa Senhora a interceder pelas almas penadas e S. Miguel com as balanças vai encaminhando-as levadas pelos anjos.²⁵³

Segundo Deolinda Carneiro, no retábulo da capela das Almas da antiga igreja Matriz da Póvoa de Varzim existia um painel da segunda metade da era seiscentista, em parte ainda salvo por ter sido transferido em 1757 para o actual templo, onde se viam figuras de almas a arder “*esculpidas em madeira e encarnadas*”, a Santíssima Trindade e S. Miguel hoje substituído por outro esculpido em madeira estofada da primeira metade de Setecentos.²⁵⁴

A balança do Arcanjo foi herdada de Cristo que como sabemos é o “juiz” no cumprimento da tradição: no Antigo Testamento, “*Iavé*” é a balança perfeita que denuncia as falsas medidas e sabe reconhecer os méritos do Justo. (Jb 31:6).²⁵⁵

Numa cena do “Juízo Final” do século XIII, no tímpano da fachada da Catedral de Notre-Dame em Reims, França, está o anjo S. Miguel a pesar as almas na presença do diabo sugerindo entre eles uma luta pela posse das almas **(Fig. 68)**.

Já num outro “Juízo Final” também do século XIII desta vez do Pórtico da Catedral de Saint-Etienne em Bourges, França, o S. Miguel pesa as almas na balança ao lado de Satanás, mas com a balança afastada, ao mesmo tempo que protege uma criança que se encontra entre ele e o Diabo. Há aqui uma nítida mensagem que induz o arcanjo à segurança e à confiança **(Fig. 69)**.²⁵⁶

Também os vitrais historiados pela sua beleza e efeito de luz e cor, serviram como um método eficaz para catequizar os crentes na Idade Média. Na Catedral de Saint-Étienne de Bourges, no centro do grande vitral está um S. Miguel a pesar as almas, assim como, na Catedral Saint-Julien du Mans, juntamos um pormenor de um São Miguel a pesar as almas no século XIII **(Fig. 70 e 71)**.²⁵⁷

²⁵² Cf. CHAVES, *op. cit.*, 1956, p.p. 28-30.

²⁵³ Cf. CARNEIRO, *op. cit.*, 2002-2003, p. 589.

²⁵⁴ IDEM, 2002-2003, p. 589

²⁵⁵ Cf. Michel FEUILLET, *Léxico dos Símbolos Cristãos*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2005, p. 21.

²⁵⁶ Cf. Émile MÂLE, *L'Art Religieux du XIII siècle en France*, Armand Colin Editeur, Paris, 1986. p. 361.

²⁵⁷ IDEM, p. 361.

O primeiro exemplo de um S. Miguel com as balanças integrado num painel pintado com as almas do purgatório para umas Alminhas, surge na igreja do Convento de Refoios junto de Ponte de Lima, concelho de Amares. Nesta representação o arcanjo com as balanças é ladeado por anjos que arrancam das labaredas almas já vestidas com a túnica branca dos eleitos.²⁵⁸ O mesmo registo está numa tábua pintada, que um dia feito terá feito parte de um painel de Alminhas, encontra-se no Museu de Etnologia em Belém onde se vê o S. Miguel com as balanças mas com plumas na cabeça sugerindo o elmo de guerreiro (**Fig. 72 e 73**).

Em Évora numa das edículas da porta do coro da Sé, data de 1562, encontra-se um S. Miguel com as balanças (**Fig. 74**).²⁵⁹

Na colecção de Ernesto de Vilhena, há um S. Miguel com as balanças da época medieval, realizado por Diogo Pires, "O moço" (**Fig. 75**).²⁶⁰

Em relação ao arcanjo S. Gabriel - aquele que faz a anunciação a Maria - é apresentado iconograficamente com túnica branca, bordão de viajante e na mão, uma flor de liz ou uma açucena. É costume, por uma *filacteria* incluir a oração: "Ave Maria...". Por último e não menos importante, o Arcanjo S. Rafael está associado à lenda de Tobias. O Livro de Tobias é uma espécie de conto Persa, transformado, Rafael guia Tobias e cura-o, é considerado o conselheiro e o curandeiro do espírito e do corpo.

Os crentes sempre recorreram à ajuda de S. Miguel para auxiliar na salvação das almas, sendo a figura do anjo uma constante presença nos retábulos pintados das Alminhas. Considerado mensageiro de Deus e de espírito guerreiro, desempenha uma função em nosso favor, além de ser o defensor do corpo e da alma nos perigos, principalmente na hora da morte. Este anjo virá a ser uma das personagens mais frequentes nos painéis das Alminhas de Portugal. Neste sentido, o povo tem por hábito pedir a S. Miguel para guiar as almas dos defuntos para o Céu.²⁶¹

²⁵⁸ Cf. AZEVEDO, *op. cit.*, 2000, p. 589.

²⁵⁹ Cf. Reinaldo dos SANTOS, *A Escultura em Portugal*, Vol. II, Lisboa, 1950, p. 49.

²⁶⁰ CF. SANTOS, *op. cit.*, 1950, estampa IX, pertencente à colecção de Ernesto de Vilhena.

²⁶¹ A difusão do culto a S. Miguel, vem dos Persas que já tinham um anjo ancestral, definiram a sua iconografia com as asas e o seu poder de transportar os mortos, crenças vindas dos egípcios, relaciona-se igualmente com as aparições ao Papa Gelásio I no Monte Gárgano, e ao Papa S. Gregório, o Grande, no mausoléu de Adriano em na altura da peste em Roma.

7. Os painéis das Alminhas – arte e centro da devoção

O painel é o meio para chegar a Deus, resulta da intenção do crente para sufragar as almas. Todo o propósito do culto e da devoção é depositado nas imagens que servem de intermediárias entre o crente na terra e o Divino no Céu, objecto físico, indispensável na sua forma plástica ou em escultura, sem ele, as almas do purgatório a arder nas chamas, continuavam dentro das igrejas e capelas.

As actuais Alminhas que sobreviveram ao longo dos séculos, muitas delas já não têm o painel, continuaram assim mesmo a ser reconhecidas por Alminhas numa clara imposição do culto. Ao analisar vários painéis de regiões diferentes e épocas também elas diferentes, conseguimos obter uma sequência de factos com bastantes referências documentais que nos indicam estar na presença de um fenómeno de cariz religioso com todas as mudanças políticas e sociais que lhe foram impostas em cada época, na certeza de que, à semelhança da História dos Homens também ela formada por mutações constantes, o trajecto das Alminhas foi bastante linear, polémico mas contínuo.

Fazemos aqui nota e referência rápida, de uma outra forma artística a que os painéis de madeira foram dotados no nosso país, os ex-votos, conhecidos pela forma de devoção destinada ao agradecimento de favores, promessas concedidas e milagres realizados a um santo específico.²⁶² Estes painéis de madeira oferecidos aos santos, colocados estrategicamente em locais específicos nas igrejas, não se devem confundir com os painéis das Alminhas. Em primeiro lugar, pela sua diferença de intenção na devoção na medida em que neste caso específico, estamos perante o agradecimento de uma graça que foi pedida (para se curar de uma doença ou sair ileso de um acidente), tendo sido concedida tal graça, a pessoa agradece em pormenor deixando na pequena tábua votiva o tipo de milagre concedido, expresso por desenho, pintura e palavras, tudo fica registado. Em segundo lugar, pelo facto de se terem conservado em boas condições durante muito tempo, deve-se ao facto de estarem acondicionados em recintos fechados ao terem sido oferecidos aos seus santos padroeiros nas igrejas que os conservaram, detêm também uma originalidade expressiva, podendo apreciar em alguns belos exemplares de ex-votos, o cuidado deixado de um registo pictórico o mais descritivo possível do acontecimento, uma

²⁶² Cf. Mafalda Soares da CUNHA, (coord.) Catálogo da Exposição “*Estórias de dor esperança e festa- o Brasil em ex-votos portugueses (séculos XVII- XIX)*”, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1998.

linguagem que nos painéis das Alminhas não existe. Em ambos os casos, a técnica e a qualidade artística está longe de ser de alguma maneira considerada como tal, sugerindo-se que os painéis serviam uma clientela de fracos recursos pela fraca qualidade pictórica e técnica que apresentam.

Questionamos mesmo esta lacuna de técnica na feitura de painéis. Segundo se sabe, os pintores activos no século XVII e XVIII, estavam espalhados por todo o país, não se centravam só na capital, eram inclusive, requisitados para todo o tipo de trabalhos necessários à arte, incluía-se aqui os pequenos serviços. Consideramos, que muito provavelmente outros artesãos sem oportunidade de escola, curiosos ou devotamente dedicados à causa religiosa inseridos no contexto regional e local, fossem reclamados para realizarem este tipo de painéis. Tiramos esta conclusão porque desde o século XVI, sabemos existir distinção entre os pintores de imaginária de óleo e os pintores de têmpera, dourado e estofado, isto traduzia-se em trabalhos de qualidade inferior feito por artistas considerados menores na técnica.²⁶³

Nada disto impedia que os sermões e as pregações nas igrejas e capelas nos meios rurais se aliassem aos costumes locais. Os padres das paróquias pregavam o catecismo orientados pelas dioceses, os pintores de província com falta de técnica e de escola apressaram-se a cumprir fielmente a doutrina que era pregada aos domingos na missa. Não havia falta de trabalho para os pintores nos meios rurais, realizavam trabalhos pequenos como o douramento, a pintura de bandeiras de procissões, restauros, repintes de quadros, estofos e dourado de imagens e pequenos painéis. Eram chamados os artistas de têmpera porque se dedicavam a actividades decorativas enquanto os pintores de imaginária a óleo executavam os painéis figurativos.²⁶⁴ Os outros pintores com condições, rumavam a Lisboa para aprenderem a arte com os melhores. Aqui, as importantes arquidioceses das regiões do interior e do litoral desempenharam o papel fulcral para uma rápida disseminação das Alminhas.

Apesar desta distinção à categoria, os pintores a tudo recorriam para se manterem activos, e estes pequenos trabalhos ajudavam na sua sobrevivência, eram assim mesmo solicitados para trabalhos a nível local em pequenas ermidas com programas definidos pelos mecenas que pediam imagens e decorações ao seu gosto.

²⁶³ Cf. Duarte Nunes de LEÃO, *Livro de Regimento da Oficinas Mecânicas da cidade de Lisboa*, 1572.

²⁶⁴ Cf. Distinção estipulada desde 1572 no Livro de Regimento dos Oficiais Mecânicos da cidade de Lisboa, reorganizado por Duarte Nunes de Leão.

A importância dada à estética nas imagens para uma devoção eficaz não era importante nem se fazia sentir nos meios rurais, localmente na base do costume e da tradição local que os mecenas mandavam executar as obras.

Durante o século XVI, decorreu mesmo entre a classe dos pintores um mal-estar por algumas produções serem de tão má qualidade, ao ponto de recearem e colocarem em causa o seu propósito de reivindicação para o estatuto do artista porque há tanto tempo lutavam.²⁶⁵

Chamavam-lhe a “*má pintura*”, corroborado diplomaticamente pelo poder religioso que começou a considerar essas produções quase populares.²⁶⁶

As Constituições do Bispado de Miranda saídas em 1565 dedicam especial atenção a este assunto e decretam: “*Que nam se pintem imagens por pintores nam conhecidos & aprovados por nós, ou pelo provisor ou visitador*”,²⁶⁷ sobravam então os pintores de província sem escola ou sem categoria ou os que praticavam artes decorativas porque não sabiam pintar melhor, estavam bem referenciados na Carta Apologética em defesa da Pintura:“(…) *eu fallo do Pintor conspícuo, e não do abjecto, humilde e borrador, que não está em gradação de Artífice distincto*”.²⁶⁸

Será que estamos perante os executantes dos painéis das Alminhas? Ou melhor, a fusão do mau pintor e de uma clientela devota mas inculta terá originado uma forma de arte a que chamam popular?

Quisemos ir ao encontro do que era popular até ao século XVIII e verificámos que a forma para entender a evolução do culto das almas, passou primeiramente, por deixar entrar lentamente na mentalidade religiosa e política da época a ideia de uma crença, não foi portanto obra exclusiva dos artistas porque estavam sujeitos a regras e mecenatos, mas sim, passou pela analogia da construção de uma pirâmide, onde na base se desenvolve uma evolução social dividindo-se em classes que vai convergir num único propósito: o sufrágio das almas.

²⁶⁵ Cf. Vítor SERRÃO, *O Maneirismo e o Estatuto Social dos pintores Portugueses*, Lisboa, CM, 1983, pp. 145 e seg.

²⁶⁶ Cf. P. Varela GOMES, Cyrillo Volkmar MACHADO, “*História da Arte em Portugal na transição do século XVIII para o século XIX*”, *A Cultura Arquitectónica e Artística em Portugal no século XVIII*, Lisboa, Caminho, 1988, pp. 149-173.

²⁶⁷ Cf. *Constituições Sinodais do Bispado de Miranda*, em Lisboa, em casa de Francisco Correa, 1565, fl. 86vº, Biblioteca Nacional, reservados 142 A.

²⁶⁸ Cf. José Gomes da CRUZ, *Carta Apologética em defesa da Pintura*, Lisboa, 1751, p. 45.

7.1. O Purgatório na pintura

Em Portugal a pintura seguiu os cânones da Europa embora com uma temporização diferente, apoiada nas gravuras de cariz erudito já amplamente divulgadas por toda a Europa, foram estas as principais fontes de inspiração para a iconografia a partir do séc. XVI. A Igreja de Roma decidiu no Concílio de Trento e na base da reforma da Igreja, que a atenção dos fiéis devia ser dirigida para o altar principal onde era celebrada a eucaristia, dando então início a um processo de depuração do imenso património iconográfico da tradição cristã, banindo os temas que se prestavam a interpretações profanas. Entre eles, o tema iconográfico da Virgem a deitar o leite sobre os condenados que foi considerado assunto escabroso pelas autoridades da Contra Reforma e logo a sua representação proibida. Também o tema das missas de S. Gregório desapareceu da iconografia cristã com a Contra Reforma, e o caso mais flagrante foi a censura moral após o Concílio de Trento, ao “Juízo Final” que Miguel Ângelo pintou para a capela Sistina do Vaticano em Roma, 1534, e em que Volterra ganhou o epíteto de “*il Braghettone*” por cobrir as figuras nas partes do corpo consideradas obscenas.²⁶⁹

Em Portugal a doutrina após Trento endureceu e exigiu dos fiéis mais empenho. Pois se antes da Reforma, a sorte dos homens depois da morte e a visão beatífica de Deus tinha ficado bem explícita na bula “*Benedictus Deus*” que Bento XII promulgou em 1336, aludia ao Inferno e ao Juízo universal: “*Definimos também: Que, segundo a geral disposição de Deus, as almas dos que morrem em pecado mortal actual, logo depois da sua morte descem ao inferno, onde são atormentadas com suplícios infernais; e que, todavia, no dia do juízo, todos os homens com os seus corpos comparecerão “diante do tribunal de Cristo” para prestar contas das suas acções, para que cada um receba o que lhe toca segundo o que fez quando estava no corpo, seja de bem ou de mal (2Cor 5, 10)*”,²⁷⁰ nas pinturas do século XV e XVI as labaredas acentuam-se e sobem do solo encobrendo os corpos nus dos condenados: o momento do Pentecostes, é sob a forma de linguas de fogo que se manifesta o Espírito de Deus (Ac 2:3), os pintores pintaram com ênfase o pormenor

²⁶⁹ Cf. SOVERAL, *op. cit.*, 1996, p. 49.

²⁷⁰ Cf. DENZINGER- HUNERMANN, *op. cit.*, p. 324.

do fogo do Purgatório.²⁷¹ Entende-se que as representações do Inferno nos vários “*Juízos Finais*”, tenham dado lugar ao Purgatório pela acção da Contra-Reforma empenhada como estava em recordar aos fiéis a existência de um mundo transitório de purificação. Por outro lado, as representações do Purgatório não iam além de um apontamento no fundo no enquadramento da pintura, como um pormenor de um tema central, mas a partir do século XVI, o tema vai começar timidamente a aparecer isolado.

Uma pintura do Purgatório em que Pinho Brandão afirma ser: “talvez a primeira” pintura portuguesa do Purgatório em quadro independente pertencente à primeira metade do século XVI, mostra na face onde está representado o Purgatório, tem na parte inferior entre as chamas que surgem do solo, sete figuras em tamanho natural, de que se vê apenas a metade superior dos corpos, um religioso e pessoas comuns de ambos os sexos, traduzindo um ar sofredor. Na parte superior, um anjo eleva para o Céu uma alma já purificada de corpo nu que representa talvez uma mulher (**Fig. 76**).²⁷²

Os artistas da Contra-Reforma seguiram a tradição desde o Século XVI, com a Virgem a dominar o tema do Purgatório, ou mesmo aparecendo isolada como a Senhora da Misericórdia, protegendo todos com o seu divino manto aberto, sempre com dois anjos a segurar as pontas do mesmo.²⁷³

Os pintores tinham ordens e instruções rigorosas para respeitarem determinada iconografia. Havia regras, ou pelo menos formas de trabalhar, o modo de colocar as

²⁷¹ Cf. FEUILLET, *op. cit.*, 2005, p. 66.

Também sobre a iconografia dos santos, consultar Tiago de VORAGINE, *Legenda Áurea*, Tomo I, Civilização, Porto, 2004; Juan CARMONA MUELA, *Iconografia Cristiana*, ISTMO, S. A., Madrid, 1998;

²⁷² Cf. Domingos de Pinho BRANDÃO, *Para a História da Arte: algumas obras de interesse, Adeus à Virgem- séc. XVI, Purgatório- séc. XVI*, Volume II, Porto, Edições Maranus, 1961, p. 14.

Esta pintura que pertence à colecção particular do autor, de autor desconhecido mas pertencente ao século XVI, segundo Pinho Brandão, estava inserida numa tábua pintada nas duas faces: uma delas representa a cena do “*Adeus de Jesus a sua Mãe; a outra, o tema do Purgatório*”. As tábuas foram divididas e hoje as duas faces são independentes.

²⁷³ Cf. Flávio GONÇALVES, *História da Arte, iconografia e crítica*, Lisboa, 1990, p. 111. O autor faz referência à legislação sinodal e tridentina sobre a arte religiosa, transcrevendo parte da sessão XXV do Concílio de Trento. As “*bandeiras*” que aqui se fala, tem a ver com o modelo apresentado pela Misericórdia de Lisboa a todas as outras Misericórdias pelo país fora. Desse modo, tinha-se acordado a 15 de Setembro de 1576, que “*(...) no pintar das bandeiras esteja de uma parte a imagem de Christo nosso Redemptor, e da outra a Santíssima Virgem, mãe da Misericórdia. À sua mão direita um Papa, um cardeal e um bispo, como cabeça da Igreja militante, e um religioso da Santíssima Trindade, grave, velho e macilento, de joelhos e mãos levantadas, com estas letras, FMI, que querem dizer Frei Miguel Instituidor; e da parte esquerda da mesma Senhora um rei e uma rainha, em memória do incluíto rei D. Manuel e da rainha D. Leonor, como primeiros irmãos desta irmandade: mais dois velhos graves e devotos, companheiros do venerável instituidor, e aos pés da Senhora algumas figuras de miseráveis, que representam pobres.*”.

figuras numa pintura em meados de Quinhentos eram formalmente controladas. Em 1548, quando Francisco D' Holanda escreveu "*Da pintura Antiga*", descreveu o modo como a imagem divina, as virtudes ou os vícios, o Purgatório ou o Inferno, deveriam ser pintadas. Citamos: "(...) *Cristo será de proporção alta, o rosto e o vulto sereno, modesto, formoso, grave, gracioso, benigno e justo (...)*".²⁷⁴

Seguir as regras das "bandeiras" era uma questão fulcral quando mandavam pintar os retábulos da Senhora da Misericórdia. Foi por alvará de Filipe II, datado de 1627, relativo às bandeiras da Misericórdia, que se implantou e até se modificou alguma outra iconografia a que estávamos habituados.²⁷⁵

Quando os críticos do século XVII acusaram os artistas do século XVI de não terem qualidade nas suas pinturas, e de utilizarem: "(...) *artifício e imitação superficial (...)*", comparando-os a outros artistas (como Rafael), estavam sem se aperceberem, a ditar um estilo e a referir-se a um período que foi notável. Período que se desenrolou na Europa entre 1520 e 1580, em que o termo Maneirismo, aplicado primeiramente à pintura, deveu-se a uma geração de pintores que decidiu romper com os cânones clássicos da arte, após terem imitado os grandes mestres da Renascença.²⁷⁶ Francisco Venegas grande pintor maneirista deixou-nos um desenho de um "Juízo Final" c. 1580, que pertence ao espólio do Museu Nacional de Arte Antiga,²⁷⁷ mas a temática do Purgatório como produção independente chega já no fim do período maneirista. Por essa razão, e ainda dentro da série de pinturas com o "Juízo Final", Bento Coelho da Silveira, c. 1697, apresenta Nossa Senhora do Carmo, à direita de S. Miguel, levantando um escapulário onde vêm puxados do fogo do purgatório um homem e uma mulher despidos, tela que está no museu de Beja, pertencente à desaparecida Igreja da Misericórdia de Beja.²⁷⁸

²⁷⁴ Cf. Francisco HOLANDA, *Da pintura Antiga*, p.p. 76-80.

²⁷⁵ Cf. Arménio TOJAL e Paulo PINTO, *Bandeiras da Misericórdia*, Lisboa, 2002, p. 29.

²⁷⁶ Cf., GOMBRICH, *op. cit.*, 2006, p. 387.

As características do Maneirismo pautam-se por uma maior diversidade de temas, poses, perspectivas e cor que os impostos pela linha clássica, à harmonia e à perspectiva. Em relação à figura humana, os maneiristas deformaram o idealizado na Alta Renascença. As figuras nas pinturas maneiristas, frequentemente, parecem ter sido apanhadas a meio do movimento, em poses desastradas e com características desproporcionadas, enquanto o observador, por outro lado, é encorajado a identificar uma história que se desenrola na pintura. A moral e as emoções da pintura maneirista são menos heróicas que a da Alta Renascença.

²⁷⁷ Cf. Vitor SERRÃO, *A Pintura Maneirista em Portugal*, Biblioteca Breve, 1982, Fig. 12.

²⁷⁸ Cf. AZEVEDO, *op. cit.*, 2000, p. 589.

Na igreja Paroquial de Nossa Senhora da Expectação da Estela, existe uma pintura a óleo sobre tela na zona do nártex no lado da epístola com as almas do purgatório, um crucifixo, Nossa Senhora e S. Francisco do século XVII-XVIII.²⁷⁹

Numa tábua do século XVII, da capela de Santo André de Aver-o-mar (Póvoa do Varzim), encontra-se pintada a Santíssima Trindade com Cristo a seu lado, Nossa Senhora a interceder pelas almas penadas, e São Miguel com as balanças vai encaminhando-as levadas pelos anjos.

A motivação dos muitos artistas durante e após a Contra-Reforma na criação de inúmeras pinturas onde o tema do purgatório começa a despontar, foi encarada pelos crentes como prova real da sua importância, não era discutível, a crença pode mesmo ter sido construída sobre a égide de uma devoção que fulminou os próprios artistas plásticos, pintores, escultores, gravadores e até arquitectos, que quiseram deixar o seu contributo para a disseminação deste património. A fé intensa do povo para sufragar as almas começou a ser divulgada como que numa “campanha de Marketing da era moderna”, e por todo o lado eram afixadas estampas onde a iconografia do Purgatório estava sempre presente, numa clara intenção e divulgação da crença alimentada pela Igreja.

Artistas vocacionados para tal efeito ficaram célebres, celebrizando as pinturas do Purgatório que saíram do interior das igrejas e passaram para as ruas. Grandes pintores portugueses contribuíram com a sua arte para divulgar as almas do purgatório, Vieira Lusitano, António Joaquim Padrão, Joaquim Manuel da Rocha Assis Queirós, Manuel da Silva Godinho, Domingos Sequeira, Vieira Portuense, entre outros, também deixaram expressa a sua fé em desenhos para registos destinados a impressos volantes e a todo o tipo de panfletos a distribuir pelo reino.

²⁷⁹ Cf. CARNEIRO, *op. cit.*, 2002-2003, p. 163.

7.2. Os altares em talha e as almas no fogo

Muitos altares de talha com as almas do purgatório foram feitos para as capelas das igrejas ou mesmo para os altares -mor das Catedrais ou Sés. A arte do retábulo em Portugal, tornou-se numa das expressões mais originais da arte portuguesa, prolongando-se a sua produção por mais de três séculos.

O mundo católico descobriu a importância do retábulo quando viu que a arte da pintura e da escultura podia servir a religião, não só ensinar a doutrina a pessoas do povo que não sabiam ler, como também conseguir converter um maior número de pessoas através do impacto visual de cenários grandiosos, produzidos pelas mãos de arquitectos, escultores e pintores que passaram a trabalhar para uma decoração teatral.

Se nos séculos XV e XVI, o retábulo foi concebido e destinado a transmitir uma mensagem para atrair a atenção do crente e orientá-lo na fé católica, no século XVII e XVIII, converteu-se num indispensável meio de expressão da própria fé. De uma maneira geral, o trabalho da talha em Portugal ficou mais tempo do que na Europa - séculos XVI, XVII atravessou toda a época Filipina, até princípios do século XVIII já em pleno período do Barroco.

Inicialmente, o trabalho em talha de estilo maneirista português absorveu os modelos de influência italiana, depois desenvolveu o modo de trabalhar (*à maniera*) italiana, e por fim, defendeu os valores espirituais da Contra-reforma alargando-se assim ao barroco. Quando Portugal recebeu no século XVI as novas formas arquitectónicas do renascimento, quer por via dos escultores e arquitectos estrangeiros que aqui se estabeleciam, quer por via dos pintores que pintavam literalmente nos fundos dos retábulos, fachadas com perspectivas, ou ainda por via da divulgação de tratados de arquitectura, como os de Serlio ou de Palladio, houve, inevitavelmente um desenvolvimento arquitectónico do retábulo, tendo a sua importância artística a ver com todas as transformações que se operaram na Europa. Não podemos dissociar o retábulo da arquitectura, mas as Alminhas como oratório não seguiram nenhum tratado de arquitectura, seguiram pelo menos orientações de estruturas de retábulos das igrejas ou das suas capelas dedicadas às almas de traço simples.²⁸⁰

²⁸⁰ CF. GOMBRICH, *op. cit.*, 2006, p.p. 361-362.

As propostas que Francisco de Holanda trouxe para Portugal, acrescentaram novos e modernos pensamentos e deram o empurrão decisivo para a entrada desse estilo novo que começara em Florença, um: “(...) *vocabulário artístico feito de irrealismos, tensões deliberadas, ambiguidades, bizarria, desconstrução das ordens, terribilitá, teatralidade, nostalgias, caprichos*”.²⁸¹

No século XVI, os retábulos nas igrejas eram essencialmente uma estrutura desenhada assumindo-se como fachada, onde albergava os santos da própria igreja. As imagens esculpidas e presentes em alguns retábulos desempenharão neles um papel fundamental uma vez que residirá em si a função de guardiãs da entrada desse templo. Assim, na entrada, adquirindo a forma de edícula ou nicho central, estará a imagem do orago.

Houve uma evolução nas estruturas retabulares nos últimos anos do século XVI começaram a adquirir grandes proporções físicas e estéticas, o entalhador está mais subordinado aos trabalhos de pintores e imaginários de acordo com o gosto ou objectivo do encomendante ou cliente.

Quanto aos trabalhos de talha em retábulos que incluem as almas do purgatório geralmente destinados para capelas laterais ou altares -mor, são em nossa opinião os melhores exemplos em Portugal, pela criatividade e pelo seu exuberante volume e movimento dramático que sobressai do espaço. Deve-se a uma produção artística que foi buscar um novo gosto, pautado por critérios europeus, após a Restauração, denota bem as alterações na classe dirigente a sua formação cultural e ideológica. Graças aos chamados “quintos” do Brasil, erguem-se a um ritmo alucinante, inúmeras capelas dentro das igrejas. Há um enriquecimento da sociedade, as Confrarias, Irmandades e Misericórdias, aproveitam a conjuntura e decoram as suas igrejas com talha dourada, com arquitecturas arrojadas, grinaldas e estatuária ondulante como que em movimento.

É o novo conceito de retábulo que aparece, evolui de uma estrutura arquitectónica segundo os princípios maneiristas, mas agora, com mais espaços reservados a relevos, sendo a imagem esculpida localizada, e o próprio retábulo vai ser todo virado para fora. Dá-se lugar a uma nova composição, teatral e faustosa.

²⁸¹ Cf. Vitor, SERRÃO, *História da Arte em Portugal - O Renascimento e o Maneirismo*, Editorial Presença, Lisboa, 2002, p. 168.

É o retábulo do “*estilo nacional*”, fase barroca da talha portuguesa que se inicia no último quartel do século XVII, e constitui um ponto de viragem, um momento de charneira para Portugal que representa a transição do século XVII para o XVIII.²⁸²

No seguimento da doutrina pós-tridentina, o tema do Purgatório cada vez mais ganhava um lugar de primeira linha no imaginário do crente, o assunto sendo também da preferência da grande massa dos fiéis, levou os artistas a idealizarem altares e a inserir o Purgatório em talha policromada ou dourada para as capelas das igrejas. Com o advento do século XVIII e com a proliferação das Confrarias e Irmandades das almas, o culto alcança uma aceitação extraordinária dando-se preferência às representações do Purgatório e da Virgem, elementares na iconografia religiosa portuguesa.²⁸³ A procura de altares indulgenciados beneficiava certos templos e capelas paroquiais e conventuais, como no caso da igreja de Santa Clara do Porto na Rua de Santa Catarina, o altar a N^a S^a do Carmo da primeira metade de seiscentos vêem-se as almas do Purgatório, o Padre Eterno, a pomba do Espírito Santo, Cristo e S. Francisco de Assis a envolver a fonte do Paraíso em destaque ao centro (**Fig. 34 ver atrás**)²⁸⁴

Na igreja de S. Cristovão de Rio Mau, na nave, encontra-se no altar lateral com almas, é uma escultura de vulto e de alto-relevo em madeira policromada e dourada, do séc. XVII-XVIII, “*A Nossa Senhora das Dores sobre a Barca das Almas do Purgatório*”.²⁸⁵

No retábulo da capela das Almas da antiga igreja Matriz da Póvoa de Varzim existia um painel da segunda metade da era seiscentista, em parte ainda salvo por ter sido transferido em 1757 para o actual templo, onde se viam figuras de almas a arder

²⁸² Cf. António Filipe PIMENTEL, “*O Tempo e o Modo: O Retábulo enquanto Discurso*”, in Maria Dolores VILA JATO, *El Retablo, Tipología, Iconografía y Restauración*, Xunta de Galicia, Santiago de Compostela, 2002, p. 246. O retábulo vai assumir-se mais como uma arquitectura que tem menos espaços abertos mas mais elementos escultóricos. Com uma estrutura própria, identifica-se por colunas torsas (pseudo-salomónicas), que se encontram a ladear o espaço detrás do altar e terminam em capitéis coríntios ou compósitos, nos quais se costumam apoiar arquivoltas de arco redondo. Forma-se deste modo, uma moldura em torno da tribuna, onde se coloca uma imagem sagrada. No entanto, o retábulo de estilo nacional obedecia a uma gramática estética com influências românicas e manuelinas: abundante decoração naturalista e figurativa (folhas de acanto e de videira, cachos de uva, caules finos, anjos, *putti*, aves.), policromada ou totalmente dourada. Consultar assim mesmo, Vitor SERRÃO, *História da Arte em Portugal, O Renascimento e o Maneirismo*, Editorial Presença, Lisboa, 2001; José Eduardo Horta CORREIA, *Arquitectura Portuguesa, Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão*, Ed. Presença, Lisboa, 1991; George, KUBLER, *A Arquitectura portuguesa chã*, Vega, Lisboa, 1988.

²⁸³ Cf. NEVES, *op. cit.*, 1996, p. 37. O autor faz referência à Confraria de Nossa Senhora do Rosário que embora existisse desde 1470 sobretudo em Roma, foi a piedade religiosa posterior ao Concílio de Trento que a incentivou.

²⁸⁴ Cf. GONÇALVES, *op. cit.*, 1959, p. 24.

²⁸⁵ Cf. CARNEIRO, *op. cit.*, 2002-2003, p. 163.

“esculpidas em madeira e encarnadas”, a Santíssima Trindade e S. Miguel hoje substituído por outro esculpido em madeira estofada da primeira metade de Setecentos.²⁸⁶ Continuámos a procurar exemplos e encontramos no coro do Mosteiro de Santos-o-velho em Lisboa, um altar de S. Miguel com as balanças e num dos pratos estão figurinhas humanas de mãos postas e com a parte superior do abdómen cercada de chamas.²⁸⁷ Dos retábulos das igrejas para os painéis das alminhas foi um curto passo, também eles funcionavam como retábulos em miniatura e algum artista anónimo, seguramente um artesão local através da sua arte, deixou-nos um exemplar talhado em madeira com a sua visão das almas no purgatório (**Fig. 77**).²⁸⁸

As ilhas estão bem representadas, em Ponta Delgada e na Horta- Faial, existem alguns exemplos de retábulo em talha com as almas e S. Francisco (**Figs. 78 e 79**).

Em Torre de Moncorvo, na igreja Matriz está um retábulo em talha pintado, de criatividade excepcional e único no género, com as almas a arder no fogo do Purgatório mas saindo para fora do altar iludindo movimento e dramatismo. As labaredas sobressaem e são pintadas de vermelho vivo onde no meio saem os corpos nus das pessoas (**Fig. 80**).

7.3. Os painéis hagiográficos com as Almas do Purgatório

Qual relíquia, os painéis em azulejo com as almas do purgatório como tema principal não são muito abundantes na cidade de Lisboa, sobrando apenas alguns com o pormenor das almas em cartela de fundo.

Comprovámos a existência de três painéis com as Almas do Purgatório, exemplares que estão bem referenciados no Museu do Azulejo, em qualidade e estado de conservação (**Figs. 81, 82 e 83**).

Espalhados pelos bairros de Lisboa, apenas escassos exemplares foram encontrados notando o estado de abandono e de indiferença. Contámos com o apoio

²⁸⁶ Cf. AZEVEDO, *op. cit.*, p. 589.

²⁸⁷ Cf. VASCONCELOS, *op. cit.*, 1980, p. 42.

²⁸⁸ Sabemos que actualmente esta tábua encontra-se no Museu de Etnologia em Belém, embora sem estar em exposição ao público pelo facto de ter pertencido ao Museu de Arte Popular para onde o seu espólio foi reencaminhado após ter sido extinto. Segundo apurámos, pelo interesse óbvio, todo o acervo de Alminhas, painéis e caixas de esmolos estão sem autorização de visita ou estudo e por isso não podemos aqui revelar dados que seriam sobremaneira importantes para esta dissertação.

dos núcleos históricos da cidade de Lisboa, imprescindível e importante ajuda na medida em que nos proporcionaram encontrar bons exemplares de painéis de azulejos colocados em interiores de igrejas e palácios, fachadas de prédios e fontanários, apostos nas frontarias das casas ou pátios com registos de santos e das almas do purgatório, como já referimos, sempre com a componente da cartela no remate do painel, como no caso de um exemplo que está patente na parede oeste da igreja de S. Miguel em Alfama, destacando-se isolado a meio da enorme parede branca (**Fig. 84**).

De notar, que esta busca serviu igualmente para confirmar a existência “*in situ*”, dos já referenciados painéis de azulejos, visto que o mau costume de serem roubados não sendo novidade para ninguém é pelo menos motivo de preocupação e como tal, revelou-se desta forma a já não existência de alguns registos, não se conhecendo o seu destino (**Fig. 85**).

De igual modo aproveitamos e fazemos aqui um reparo para um dos grandes painéis independentes com referência às Almas do Purgatório, dotado ao abandono e com os azulejos vandalizados embora recuperável, o Chafariz das Almas, totalmente revestido a azulejos azuis e brancos com a Virgem do Carmo e o Purgatório, situado ao fundo das escadinhas da igreja de Santo Estevão (**Fig. 86**).

Saindo de Lisboa os painéis multiplicam-se e uma nova tipologia representando as almas aparece em exemplares de um só azulejo. Apenas com duas figuras de meio corpo, um homem e uma mulher de mãos postas e no meio das chamas, com uma legenda diferente “P.N.AV.M.”, que o especialista em azulejaria José Meco diz ser do final do século XVIII, encontra-se aplicada em frente da igreja de S. Lourenço em Azeitão junto da entrada do Cemitério (**Fig. 87**).²⁸⁹ Dentro do mesmo registo, com um apontamento idêntico e na mesma zona, está um só azulejo com uma figura e a respectiva legenda “P.N.AM.”, na igreja da Senhora da Atalaia (**Fig. 88**).²⁹⁰

Continuando na senda de painéis perdidos, os registos de painéis com a inclusão das almas do purgatório são mais numerosos na cidade de Coimbra. No Inventário Artístico de Portugal, e tendo em conta que não foram arrancados e deslocados para outros locais, ou mesmo vandalizados, foram referenciados doze painéis. Dois foram dedicados à Nossa Senhora do Carmo, três à Nossa Senhora da Conceição, um a Santo António, e um outro painel com o registo da Trindade já referenciado há cerca

²⁸⁹ Cf. MECO, *op. cit.*, 1989, p. 171

²⁹⁰ Cf. Isabel PIRES, Rosário Salema de CARVALHO, *O Património Azulejar do Concelho do Montijo*, Ed. Colibri, CMM, 2008, p. 115.

de 50 anos atrás, por Flávio Gonçalves: “*Dos fins do século XVII, ou começos do século XVIII, é um painel de azulejos do Largo de Sansão, em Coimbra, obra de carácter popular. Sem resguardos, a composição mostra dois anjos a tirarem as almas do fogo do Purgatório; no cimo queda a SS^a Trindade e, ao lado de Cristo, a Virgem ajoelha-se e põe as mãos.*”²⁹¹. Na mesma cidade de Coimbra, está um painel com o registo de um Cristo crucificado, e quatro simplesmente com o registo das Almas.²⁹²

No início do século XX, os azulejos historiados revestiram as fachadas de várias igrejas no Porto.²⁹³ Com a construção da Capela das Almas ou de Santa Catarina no Porto, templo neo-clássico do século XVIII, revestiu-se em 1929 a totalidade das suas fachadas sob a autoria do artista Eduardo Leite, encontram-se na fachada da frente para a Rua de St^a Catarina, painéis eucarísticos, num deles, pode ver-se São Francisco e as almas do purgatório (**Figs. 89 e 90.**) No interior da Capela, seguindo pelo lado direito, um outro painel das almas do purgatório com S. Francisco apontando para o céu (**Fig. 91**). Segundo Agostinho Guimarães “(...) *não obstante, o desenho dos painéis não acusam grande perfeição este azulejamento impõe-se pela sua monumentalidade e beleza do seu tom azul*”.²⁹⁴

José Meco apresenta-nos um painel de alminhas, produzido em Coimbra, cerca de 1770-1780, onde apenas existem almas nas labaredas, uma cruz a encimar o painel e no fundo as letras “P.N.A.M.”. O autor descreve este conjunto como “*um registo rocóco*”, justificando: “(...) *o movimento assimétrico dos concheados envolventes, intensificados pela densa e variada policromia da pintura, cujos tons, verdes, amarelos e roxos, são característicos da azulejaria coimbrã*” (**Fig. 92**).²⁹⁵

²⁹¹ Cf. GONÇALVES, *op. cit.*, 1959, p. 29. O autor remete-nos para a sua consulta bibliográfica, fazendo nota para Manuel Vaz GENRO, *As Alminhas*, in Suplemento “Letras e Artes” das Novidades de 11 de Agosto de 1946.

²⁹² Cf. Virgílio CORREIA, Nogueira GONÇALVES, *Inventário Artístico de Portugal, Vol. II, Cidade de Coimbra*, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1947, pp. 198-199.

²⁹³ Cf. Agostinho GUIMARÃES, *Azulejos do Porto*, Litografia Nacional, Porto, 1989, p. 83.

Sobre este assunto, consultar também, Alexandrino BROCHADO, *Capela das almas- uma jóia da azulejaria portuguesa*, Litografia Nacional, Porto, 1985. A 1^a igreja a revestir totalmente a sua fachada de azulejos foi a igreja do Carmo, o tema era a devoção ao escapulário do Carmo. Os azulejos foram concebidos por Silvestre Silvestri, pintados por Mário Branco e produzidos pela Fábrica da torrinha de Gaia. Existe um cronograma que indica a data de 1910.

²⁹⁴ Cf. GUIMARÃES, *op. cit.*, 1989, pp.83-88. Na mesma linha de historiar as fachadas das igrejas, o autor diz que a do Carvalhido no Porto, foi revestida em 1944, sendo os azulejos de grande qualidade pela sua tonalidade de azul, fabricados na fábrica de Águeda que se limitou a reproduzir cópias de gravuras.

²⁹⁵ Cf. MECO, *op. cit.*, 1989, p. 72.

CAPÍTULO III

As Alminhas como Património construído

8. Tentativas de inventariação em Portugal

Em 1721, realizou-se o primeiro inventário em Portugal do património religioso, (ermidas, alminhas e cruzeiros locais), pela Academia Real da História (instituída por El-Rei D. João V), dirigido ao clero, Ordens Religiosas, Câmaras e Provedores de Comarcas (**Doc. 7**).²⁹⁶

No mesmo ano, a Igreja tinha-se adiantado na tarefa fazendo circular um inquérito a todas as paróquias com a finalidade de obter um levantamento de todo o seu património, querendo saber quantas capelas ou ermidas, imagens milagrosas, quantos os fregueses tem a freguesia, e todos os letreiros das sepulturas existiam em Portugal: “*Se na igreja da freguesia, ou capelas, há alguma relíquia insigne, de que Santo ou Santa, e se tem autêntica certidão de Roma*” (**Doc. 8**).

Como resultado ao inquérito, documentos que conseguiram ficar a salvo do terramoto de 1755 (por terem sido enviadas para Lisboa as cópias, ficando os originais no cabido de Coimbra), foram organizados pelo Conservador do Arquivo da Universidade de Coimbra, Dr. António Gomes da Rocha Madahil nos arquivos do cabido da Sé de Coimbra.²⁹⁷

Em 1758, o Padre Luís Cardoso actualizou o inventário patrimonial geral, dando origem ao “*Dicionário Geográfico Manuscrito*” em 44 volumes, registando um considerável acervo patrimonial datado, que vai do período do século XVII até 1834, data da extinção das ordens religiosas por decreto do governo liberal.

Após as primeiras tentativas de inventariação pela vontade de D. João V, houve uma tomada de consciência pelo interesse da História, um súbito interesse pelo passado e pela memória, uma vontade patriótica de procurar o presente em memórias passadas de modo a encontrar uma identidade nacional. (ver atrás doc. 1). Além disso, despertou nos inícios do século XIX o espírito romântico que aliado a um misticismo religioso fez emergir o conhecimento para as antiguidades e para o coleccionismo. Em 1802 o príncipe regente reforçou o Alvará de 1721 dado por seu avô D. João V (**Doc. 9**).

Talvez, após os cataclismos, roubos e destruição gratuita que o nosso património sofreu desde o século XVIII, tenha despertado uma sensibilidade para apurar o que

²⁹⁶ Cf. Francisco dos Santos VIEGAS, *Templos, Cruzeiros Alminhas - Monumentos de Portugal*, Vol. I, Edição do Gabinete de estudos Urbanos e Rurais, Ano de MCMXXXVII, p. XXI-XXII.

²⁹⁷ CF. VIEGAS, *op. cit.*, 1937, p.p. 21-22. Juntamos em anexo a transcrição desse questionário que expediu o Cabido de Coimbra no século XVIII aos Sacerdotes.

restava de um país que outrora fora um dos mais ricos da Europa, mas que agora se encontrava ao abandono. Esta tomada de consciência foi muito aplaudida pelos nossos intelectuais da época, à semelhança do que sucedia em França, juntaram-se circunstâncias históricas específicas, como o terramoto de 1755, as três invasões francesas (1807-1811), a Guerra Liberal (1832-1834), e a vitória do liberalismo em 1834. Nesse mesmo ano, com a instauração do liberalismo, procedeu-se ao processo de extinção das ordens religiosas e realizaram-se inventários da secretaria de Estado dos Negócios da Justiça pela acção de Joaquim António de Aguiar. Esta acção visava proceder ao rigoroso levantamento de alguns monumentos artísticos, bem como dos seus recheios e tinha como principal intenção a apropriação dos bens das Ordens Religiosas por parte do Estado. Em 1836, a Academia Real das Ciências de Lisboa faz a relação de todos os edifícios pertencentes às extintas ordens religiosas, por incumbência governativa (**Doc. 10**).

Mas o primeiro projecto de inventário, em que se realizou uma vasta série de desenhos e levantamentos gráficos, saiu das mãos do próprio Joaquim Possidónio Narciso da Silva entre 1859-1861, publicado na “*Revista Pittoresca e Descritiva de Portugal*”, com fotografias, resenha histórico-artística, estado de conservação e considerações sobre os restauros efectuados e projectados.

A segunda acção de Joaquim Possidónio Narciso da Silva, em 1863, através da *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, foi a realização de um inventário histórico-artístico sistemático e abrangente dos monumentos e do património móvel.

Em 1875, o dever de salvaguardar o património artístico estava a cargo das Academias de Belas-Artes. Daqui saiu uma honesta intenção de realizar um inventário do património artístico português com o objectivo de organizar um Museu Nacional em 1880. Sob esta perspectiva privilegiavam o património arquitectónico de modo a fazer um levantamento aos monumentos que estavam degradados e arruinados. Logo de seguida a medida tomada foi seleccionar os edifícios com valor histórico e arquitectónico de modo a receberem a protecção do Estado, tendo essa tarefa recaído na *Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses* (**Doc. 11**).

O cronista Jerónimo Contador Argote já denuncia os responsáveis pelo descuido do nosso património: “*A frouxidão, descuido, e vagar com que os Ministros Reais, Ecclesiásticos da Comarca de Torre de Moncorvo, executarão as ordens, que*

tiverão para indagarem, e remeterem à Academia Real a noticia das Antiguidades das suas terras, nos obriga a sermos muy diminutos neste capítulo”.²⁹⁸

Mas a falta de informação resultante da inexistência de um inventário do património arquitectónico nacional, levou à emissão de uma portaria em 1880 por parte do Ministro do reino, José Luciano de Castro, dando instruções para as Câmaras Municipais facilitarem os resultados ao inquérito distribuído: “(...) os governantes civis de todos os districtos expeçam as necessarias instruções às camaras municipais dos concelhos dos seus respectivos districtos, para que satisfaçam com urgência as requisições que lhes forem feitas pela referida associação, e lhes transmitam os esclarecimentos pedidos nos questios que para aquelle fim lhes forem apresentados(...)”.²⁹⁹

Após a resposta deste questionário e a título de curiosidade, acrescentamos que o património foi dividido em seis classes, sendo a primeira composta pelos “edifícios que apresentassem grandeza e magnificência na construção, possuísem obras de grande valor ou simbolizassem períodos históricos de grande glória”.³⁰⁰ Nesta proposta de classificação dos monumentos nacionais, os monumentos de cariz religioso estavam em grande número.³⁰¹

Quando Hintze Ribeiro foi ministro das Obras Públicas, em 1881, decidiu iniciar a elaboração de um inventário.³⁰² A nomeação para este trabalho recaiu em Joaquim

²⁹⁸ Cf. Jerónimo Contador de ARGOTE, *Memórias para a História Ecclesiástica do Arcebispado de Braga*, Primaz das Hespanhas, dedicadas a El Rey D. João V nosso Senhor, Tomo II, Lisboa Ocidental, Na officina de Joseph António da Silva, impressor da academia Real, 1724, pp. 483-489.

A passagem acima citada encontra-se no volume II, capítulo III, “De outros vestígios de Antiguidades Romanas que existem na comarca de Torre de Moncorvo”, p. 483-489.

²⁹⁹ Cf. *Monumentos Nacionais Portugueses*, Legislação, 1910, p. 10. Portaria de 10 de Dezembro de 1880, in *Diário do Governo*, nº 285, 1880. Pretendia-se no questionário que se fizesse referência a história do monumento, o seu actual estado de conservação, as suas funções no momento e as alterações arquitectónicas sofridas desde a sua construção.

³⁰⁰ Cf. Conselho dos Monumentos Nacionais, *Subsídios para a classificação dos Monumentos Nacionais*, 1904, p.p. 3-5.

Sobre os monumentos escolhidos, a saber: o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, o Convento de Santa Maria da Vitória (Batalha), o Mosteiro de Nossa Senhora de Belém, a Torre de São Vicente (Belém), a Igreja de Nossa Senhora do Livramento e de São José vulgarmente chamada da Memória (Belém), o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, a Sé Velha de Coimbra, os Paços da Universidade de Coimbra, o Templo de Diana (Évora), o Castelo de Guimarães, o Aqueduto das Águas Livres, as ruínas da igreja do Carmo, a Basílica da Estrela, a Igreja de São Vicente de Fora, a Igreja de S. Roque, a Basílica e o Convento de Mafra, o Convento de Cristo em Tomar, a Igreja de Santa Maria do Olival (Tomar), assim como todos os palácios reais e catedrais.

³⁰¹ O resultado da classificação dos monumentos Nacionais foi publicado no *Diário do Governo*, nº 62, de 19 de Março de 1881. A preferência da tipologia arquitectónica teve a ver com razões políticas e nacionalistas. Desde o romantismo que a catedral surge como um símbolo dos momentos mais gloriosos da nação portuguesa - o Mosteiro da Batalha para a consolidação da independência nacional e o Mosteiro dos Jerónimos para a época da expansão e dos descobrimentos portugueses.

³⁰² Cf. *Monumentos Nacionais Portugueses*. Legislação, 1910, p. 17.

Possidónio da Silva, já com 76 anos e arquitecto da Casa Real iria voltar a pegar num assunto que não lhe era de todo desconhecido.

Iniciou os seus trabalhos com o envio de uma circular a todas as câmaras municipais em 1882, só a posse dessas informações viabilizariam o inventário. Juntamos em anexo o conteúdo e a forma como o inventário foi redigido pela sua importância de pormenor. As respostas foram algo satisfatórias.³⁰³

Uma nova tentativa de inventariar o património português, desta vez de âmbito mais arrojado, foi posta em prática em 1894. O questionário abrangia dez alíneas, era extenso, algo complicado de realizar num curto espaço de tempo, e o resultado foi a indiferença dos municípios que não devolveram as respostas.

Foi então que se resolveu conjugar esforços com a ajuda da Igreja. Também as autoridades eclesíásticas iam ganhando consciência patrimonial, pondo a circular em 1896 um questionário assinado pelo Arcebispo de Évora, que visava proteger o património artístico do arcebispado daquela cidade de Évora.³⁰⁴

Também a opinião dos artistas, escritores e historiadores se fez ouvir em matéria de inventário. A necessidade para a realização de um inventário honesto e completo em Portugal tornou-se um tema fulcral nos grémios literários, Ramalho Ortigão em 1896, chegou a propor uma ficha de inventário com um sistema semelhante aos utilizados nos museus de Londres, Viena e Berlim. A sua intenção tinha uma proposta de âmbito mais alargado na medida que através do resultado desse inventário, poder-se-ia editar pequenas colecções para o ensino artístico, destinadas às escolas de Belas Artes, às escolas industriais, aos museus das escolas primárias e secundárias, às oficinas e aos operários. Seriam um meio de divulgação da História da Arte em Portugal³⁰⁵

Regulamentou-se o inventário a ser feito, pelo Conselho dos Monumentos Nacionais responsável por este departamento, mas sem verba não era posto em prática. A única acção que o Conselho de Monumentos conseguiu legislar por

Portaria de 29 de Dezembro de 1881, assinada por Ernesto Rudolfo Hintze Ribeiro, Ministro das Obras Públicas entre 25 de Março de 1881 e 24 de Outubro de 1883.

³⁰³ Cf. Joaquim Possidónio da SILVA, *Circular de 29 de Novembro de 1882*, in Monumentos Nacionais Portugueses. Legislação, 1910, pp. 18-19.

³⁰⁴ Cf. Circular do Arcebispo de Évora, in Monumentos Nacionais Portugueses, Legislação, 1910, p.p. 25-26.

³⁰⁵ Cf. Ramalho ORTIGÃO, *O Culto da Arte em Portugal*, Lisboa, 1896, p.p. 180-183. O processo estava dividido em duas partes: na primeira fazia-se a reprodução do objecto e registava-se; na segunda parte, fazia-se a ficha com o mesmo nº de registo de reprodução. Esta, poderia ser feita em fotografia, molde ou gesso, ou galvanoplastia. A ficha deveria ter a descrição do objecto, localização, proprietário, história, atribuição, avaliação e indicação da escala em que a reprodução foi feita.

decreto de 10 de Janeiro de 1907, foi a lista dos monumentos históricos classificados. Quatrocentos e sessenta e cinco monumentos, espalhados por dezoito distritos, incluindo marcos milenários, cruzeiros, túmulos, padrões e pelourinhos. As Alminhas não estavam incluídas, mesmo na secção dos monumentos religiosos os quais abrangiam as catedrais, os mosteiros, as basílicas, as igrejas, as capelas, os cruzeiros, os túmulos e as sepulturas.

A intervenção nesta altura do historiador Sousa Viterbo foi essencial para a evolução do inventário em Portugal. O historiador sugeria uma memória descritiva a juntar ao inventário de todos os edifícios classificados assim como a maneira de o restaurar, publicando os resultados e distribuindo pelas escolas primárias e instituições com responsabilidades na preservação do património arquitectónico nacional. Era interessante o ponto de vista de Sousa Viterbo ao defender que o resultado do inventário devia ser devolvido ao povo, pois serviria para educar o seu espírito no conhecimento do belo.³⁰⁶

O próprio Sousa Viterbo, realizou entretanto inventários parcelares, “*Cruzeiros de Portugal*”, uma grande contribuição para o catálogo descritivo do Boletim da Associação dos Arqueólogos.

A implantação da República Portuguesa, em 5 de Outubro de 1910, veio modificar o estabelecido, resultando na perseguição à Igreja e posterior separação do Estado da Igreja a 20 de Abril de 1911. A partir desta data o estado passou a ser o proprietário legal de todo o património religioso.³⁰⁷

O Governo provisório da República Portuguesa reorganizou os serviços artísticos e arqueológicos em 1911, constituindo os Conselhos de Arte e Arqueologia que pouco fizeram pelo inventário em Portugal, sendo também abolidos com o Estado Novo em 1932.

Mas foi no prolongamento da guerra que se travava na Europa com a Alemanha que em 1916 quando Portugal se vê na eminência de entrar na guerra, da necessidade de mobilizar homens a maioria dos meios rurais, católicos profundos, se vê o Estado obrigado a dar assistência religiosa aos soldados e a ceder perante a colaboração da Igreja em matéria tão nobre como os sacramentos ou o conforto

³⁰⁶ Cf. Sousa VITERBO, *O Conselho dos Monumentos e o Inventário Artístico*, in Boletim da Associação dos Arquitectos e Arqueólogos Portugueses, Tomo XII, nº 10, Abril e Junho de 1912, p.p. 321-322.

³⁰⁷ Cf. Maria João NETO, *Memória, Propaganda e Poder, O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, Faup Publicações, Porto, 2001, pp. 71-73.

moral prestado pelos capelães militares. Também estavam em causa as colónias onde a assistência missionária era a base e a estabilidade do Estado, e para colmatar esta oposição à decisão do Estado, em 1917 dá-se o fenómeno das aparições de Fátima descontrolando-se numa onda de fé pela devoção à Virgem que mais uma vez vinha salvar o país, logo conquistou os crentes que começaram um novo culto.

Em 1918, a Lei da Separação é revista por Sidónio Pais, devolvendo algum património à Igreja, estipulava-se a entrega dos templos e objectos do Estado às corporações religiosas que foram constituídas para esse fim.³⁰⁸

A mudança na história da Igreja ocorreu nos anos trinta, Salazar subia ao poder, e a Igreja ganhou prestígio e reconhecimento público pelos muitos católicos que ocuparam cargos de relevo dentro do aparelho do Estado. Em 1930, Luís Chaves publicou “*Os Pelourinhos Portugueses*”, um contributo de um sério trabalho para a memória dos portugueses com estudos na área da antropologia e que muito útil nos foi para início deste trabalho.

Decorridos mais de dois séculos após o inventário pedido por D. João V dirigido ao clero, de novo em 1937, pela iniciativa do Patriarca de Lisboa Dom Manuel Gonçalves Cerejeira, forneceu-se uma nova circular aos sacerdotes para ajuda da actualização do património religioso em Portugal sob o título: “*Questionário de Templos, cruzeiros e Alminhas*”. Ver em anexo o conteúdo do formulário (**Doc. 12**).

³⁰⁹

A Academia Nacional de Belas Artes, pela acção de Reinaldo dos Santos em 1939, termina finalmente o *Inventário Artístico de Portugal*, com apoios do Presidente do Conselho António Oliveira Salazar e do Ministro da Educação Carneiro Pacheco, usando como pretexto as comemorações dos Centenários de 1940.³¹⁰

³⁰⁸ Cf. NETO, *op. cit.*, 2001, p. 77.

A Portaria nº 1244, de 4 de Março de 1918: “*Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça e dos Cultos, que a entrega dos mencionados bens às corporações religiosas do culto público católico, em cumprimento das citadas disposições legais, se faça mediante inventário acompanhado de um auto ou termo de responsabilidade, com intervenção dos presidentes das juntas de freguesia, no qual fiquem consignados os fundos que as corporações cessionárias põem à disposição daqueles corpos administrativos para ocorrer às despesas de guarda, conservação e seguro de bens cedidos, salvo o que especialmente se acha disposto no que respeita a monumentos.*”.

³⁰⁹ Cf. VIEGAS, *op. cit.*, 1937, p. 23.

³¹⁰ Cf. NETO, *op. cit.*, 2001, pp. 80-85. Em 1940, no âmbito das festividades comemorativas, e para celebrar o entendimento entre o estado e a Igreja, assinou-se uma Concordata entre o Governo Português e a Santa Sé. Art. 41º- “(...) reconhece à Igreja Católica em Portugal a propriedade dos bens que à data de 1 de Outubro de 1911 lhe pertenciam e estão ainda na posse do Estado, como templos, paços episcopais e residências paroquiais com os seus passais, seminários com as suas cercas, casas de institutos religiosos, paramentos, alfaias e outros objectos affectos ao culto da

Portugal percorreu vários caminhos no que diz respeito ao inventário do património, contudo, somente nos anos cinquenta, a “*campanha Pró- Alminhas*” veio ajudar a edificar, restaurar e reerguer apreciável quantidade daqueles monumentos, numa época de abandono e afrouxamento da devoção, tendo em conta a ideologia do Estado Novo. Era a propaganda ideológica do regime de Oliveira Salazar.

O reforço dos apelos para a realização de um inventário de modo a restaurar urgentemente os monumentos portugueses, saía igualmente de muitos escritores portugueses, desde Gil Vicente a Alexandre Herculano, de Almeida Garrett a Rebelo da Silva e a António Nobre, deixaram nas suas obras alusões ao ambiente de religiosidade popular português, onde não faltavam as Alminhas, algumas vezes citadas num contexto rural pela piedade que despertavam na população. Foram vozes que se levantaram com a preocupação pelo abandono a que o património português estava dotado.

A inventariação em Portugal foi induzida pela célebre Carta de Atenas – a primeira carta europeia de conservação e restauro de monumentos que faz referência à necessidade de se inventariar: “(*...*) *que os diferentes Estados, ou as instituições criadas por eles ou reconhecidas como competentes para este fim, publiquem um inventário dos monumentos históricos nacionais, acompanhado de fotografias e de dados*”(Art.º 8).³¹¹

Também na Convenção de Granada, Conselho da Europa para a Salvaguarda do património Arquitectónico (1985), apelou-se à identificação dos bens patrimoniais: “*Com o fim de identificar com precisão os monumentos, os conjuntos arquitectónicos e os sítios susceptíveis de serem protegidos, cada país se compromete a proceder ao inventário e, em caso de ameaças graves sobre os bens considerados, a constituir, com a maior brevidade possível, documentação adequada.*”.

religião católica, salvo os que se encontrem actualmente aplicados a serviços públicos ou classificados como “monumentos nacionais” ou como “imóveis de interesse público”.

³¹¹ A elaboração da Carta de Atenas em 1931, foi o primeiro documento internacional onde se decidiram princípios orientadores para a conservação e restauro dos monumentos históricos, e onde, finalmente se valorizou o monumento vem defender a manutenção regular e permanente como medida mais eficaz para assegurar a conservação dos monumentos, além de sugerir que se deve atender ao conjunto monumental e urbanístico, conservando a sua fisionomia.

De igual modo, esta carta apela para a sensibilização das populações ou para a importância da informação e da educação no conhecimento e conservação do património, factores essenciais para manter a continuidade dos monumentos.

O âmbito desta carta foi alargado no II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos em 1964.

Lembramos a Declaração de Amesterdão, Conselho da Europa para a Conservação do Património Arquitectónico (1975): “ *Para tornar possível (a integração das exigências da conservação do património arquitectónico (...) é necessário fazer o inventário dos edifícios, dos conjuntos arquitectónicos e dos sítios, com a delimitação das zonas periféricas da protecção. Seria desejável que os inventários fossem amplamente difundidos (...) para dirigir a sua atenção (das autoridades e responsáveis) para os edifícios e para as zonas que merecem ser protegidas. Tal inventário actuará realmente para a conservação, como elemento qualitativo fundamental para a gestão dos espaços.*”.

A legislação nacional: lei 107/2001, fala das necessidades da política de inventário.³¹²

8.1. Contributo para o inventário das Alminhas do Concelho de Castanheira de Pêra

As Alminhas do Concelho de Castanheira de Pêra, estão dispersas por uma área de 69 Km², convivendo diariamente com uma população que ronda os 4000 habitantes.

Como muitas outras Alminhas encontradas na nossa pesquisa nacional, também estas precisam do seu próprio inventário - sensibilidade patrimonial municipal que a Junta de Freguesia local ainda não adquiriu - assim como, das respectivas obras de conservação e restauro de modo a preservar pelo menos as mais antigas ou isoladas, que pelo facto de se encontrarem fora do “lugar” ou aldeia, estão abandonadas no meio de caminhos pouco frequentados ou de descampados. Encontrámos alguns desses exemplares dentro deste concelho, embora haja algumas Alminhas preservadas, outras restauradas com gosto e técnicas duvidosas, outras ainda recentemente construídas sem qualquer preocupação estética, apenas atende ao seu propósito religioso que nem sequer cumpre o estabelecido programa ideológico inicial: a devoção às almas do Purgatório.

³¹² No art. 16 e 19 da legislação portuguesa, estão as normas relativas ao inventário- as bases da política e regime de protecção e valorização do património cultural:

1-A protecção legal dos bens culturais assenta na classificação e na inventariação. Cada forma de protecção dá lugar ao correspondente nível de registo, pelo que existirá: a) O registo patrimonial de classificação; b) O registo patrimonial de inventário.

Situamos o concelho de Castanheira de Pêra no Distrito de Leiria, anteriormente terras de Pedrógão Grande, situa-se num vale da serra da Lousã, tendo por vizinhos Góis e Figueiró dos Vinhos.³¹³

Alguns factores sociais marcaram o concelho desde o início do século XIX, como a passagem das invasões francesas que durante algum tempo se fixaram na zona, assim como vários surtos de febre que assolaram a região provocando alguma mortandade, até o recrutamento da maioria dos homens jovens da região para a primeira guerra mundial, situações que criaram um sentimento de resignação social e de sofrimento frente aos momentos difíceis que a população teve de enfrentar, só ultrapassado com a fé extrema e hábitos religiosos que se foram afirmando.

No século XX, o concelho começou a desenvolver-se empurrado pelos recursos naturais da região, a água do rio Zêzere que atravessa o concelho pela ribeira de Pêra, ajudou a começar uma indústria de lanifícios que chegou a ter dez grandes fábricas na proporção de que só uma delas empregava mais de mil pessoas. Chegou a ser o principal centro industrial do país no sector dos lanifícios. Desde os anos oitenta, o sector reduziu para catorze pequenas fábricas com mais de duzentos operários cada, chegados ao século XXI, o concelho regista apenas uma fábrica com 150 pessoas.

Como qualquer concelho da região da Beira, a religião impera nos hábitos da população mesmo nas gerações mais novas que por tradição receberam por herança a cultura das suas aldeias e famílias. Dentro do concelho os santos padroeiros estão presentes com o S. Domingos, o S. Sebastião a Nossa Senhora da Guia e a Nossa Senhora da Nazaré, sem esquecer a estadia de outros santos que já foram residentes mas que agora já nem tanto, como o S. Roque protector da peste e o S. Brás protector dos tecelões. Nas Alminhas do concelho a devoção segue a devoção das almas do purgatório com os santos intercessores habituais: A Virgem nas suas variantes de Nossa Senhora do Rosário do Carmo, Nossa Senhora da Boa Passagem, o S. Domingos, o arcanjo S. Miguel com as balanças, a combater o demónio e a guiar as crianças, um S. Jacinto e uma grande devoção ao Santo António.

³¹³ Cf. BARRETO, *op. cit.*, 1ª ed., 1989, p.p. 51-56. O autor deixa-nos alguns registos valiosos de usos e costumes na região assim como o histórico social do concelho de modo que ficamos a saber que no século XVIII a região foi de grande utilidade para o reino, empregava mesmo um número significativo de homens e mulheres que durante os rigorosos invernos trabalhavam no alto da serra, (chamado o *Altar do Trevim*, ou antigo Cabeço do Pereiro), os Neveiros apanhavam e guardavam a neve nos chamados “Poços da neve” construídos em pedra para o efeito, existindo ainda três exemplares dos sete inicialmente construídos. Durante todo o ano o gelo era transportado para a corte em carroças desde a serra até Constância e depois por barcos até ao Terreiro do Paço em Lisboa.

8.2. Ficha de inventário modelo das Alminhas

Aplicar na prática o inventário realizado das Alminhas de Castanheira de Pêra, numa Ficha simples no seu modo de apresentação para tornar acessível a sua leitura e respectiva associação e localização, foi um dos nossos objectivos.

Na identificação destes monumentos, juntámos o registo fotográfico que deve incluir o oratório, o painel e a envolvência ambiental. Atribuímos um número de registo para o concelho e para o Distrito, com uma ampla descrição dos oratórios, assim como, pela sua especificidade deverá conter a referência do local exacto onde estão erigidos, segundo a topografia do local. Ideal será recorrer a um GPS, às tecnologias modernas para ajuda de registo localizado.

O número da Ficha de inventário das Alminhas foi apurado da seguinte forma:

1º - o número de cada Ficha deverá corresponder ao número do registo do Inventário Fotográfico (antecipado por um zero). Sendo o inventário fotográfico feito à parte (na medida em que devem existir várias fotos que registam os vários ângulos de cada monumento), assim como, o painel fotografado em pormenor e a envolvente, serão sempre consideradas três fotografias para cada ficha de Alminha.

Por outro lado, poderão surgir autores diferentes na realização de fotos relativamente às mesmas Alminhas, dessa forma deverão ficar devidamente assinaladas e registadas pelo nome e data de cada autor dentro da mesma ficha.

Assim, a nossa ficha de inventário modelo para o Concelho de Castanheira de Pêra, terá este conteúdo simples:

- 1º - O nº da ficha
- 2º - O ano do inventário por extenso.
- 3º - As siglas do concelho.
- 4º - As siglas do Distrito.

Exemplo: 01/2009/CP/L.

9. Tipologias das Alminhas em Portugal

O nosso estudo inclui um pequeno contributo para o levantamento das Alminhas nacionais, o qual resultou no apuramento de cerca de cento e cinquenta respostas obtidas das trezentas e oito Câmaras Municipais contactadas e existentes em Portugal.

Há algumas conclusões a tirar sobre este património. Em primeiro lugar, a maior dificuldade impõe-se na atribuição da data por não constar aposta na maioria das Alminhas. Assim, conseguimos apurar cronologicamente algumas Alminhas sabendo que as mais antigas, datadas, pertencem ao séc. XVII, são as de Braga na fachada da Capela de Santa Justa fundada em 1618, seguidas pelas do Porto no concelho de Valongo que datam umas de 1668 e outras de 1670 (anexo p. 104 onde se pode ver a data aposta no painel recente, refere-se ao ano em que foi levantada a Irmandade das Almas de Valongo à qual pertencem aquelas Alminhas), e pelas da Guarda de 1699.

Entrados no séc. XVIII, encontramos umas Alminhas em Macedo de Cavaleiros de 1766 (anexo p. 95); no concelho da Lousã estão umas Alminhas datadas de 1777 (anexo p. 119); em Barcelos existem Alminhas datadas de 1790 (anexo p. 83); sem registo fotográfico à data, temos conhecimento de Alminhas no concelho de Melgaço datadas de 1704, 1783 e 1784; em Viana do Castelo de 1797.

No séc. XIX começam a proliferar os exemplares e nota-se uma preocupação na inclusão da data nas Alminhas o que nos facilita o trabalho cronológico. Assim, e dos exemplares registados, fazemos fé de Alminhas em Viana do Castelo de 1809, em Braga no concelho de Cabeceiras de Basto de 1823 e 1837 (anexo p. 90), em Famalicão de 1877 (anexo p. 96); no concelho de Viseu estão umas Alminhas de 1878 (anexo p. 132); no concelho de Castanheira de Pêra as mais antigas com o painel datado são de 1890 (anexo p. 226); sem registo fotográfico à data temos conhecimento de Alminhas em Vila Real de 1832, em Aveiro, Vale de Cambra de 1853 e outras em Vagos de 1860.

Na ilha da Madeira foi-nos enviado o resultado de duas capelas erigidas às Almas (não são Alminhas) com as datas de 1652 na Ribeira Grande e de 1710 em Câmara de Lobos.

Nos Açores, à beira da estrada ou inseridas em casas de habitação na ilha de S. Miguel, Ribeira Grande, Calhetas, Alminhas em pedra basáltica acolhe um único azulejo com uma alma a rezar com data aposta de 1743 (anexo p. 145).

No total, apenas com os resultados das Juntas de Freguesia que fizeram o seu levantamento local, apurámos cerca de duas mil Alminhas.

Uma outra conclusão a tirar é refere-se ao material usado na construção das Alminhas em todo o território nacional e ilhas. Constatámos a predominância da pedra nos seus mais variados agregados consoante as zonas do país onde esses materiais são mais abundantes e as pedreiras se situem mais perto de cada região. Assim, segundo a zona do país encontramos uma diversidade de materiais pétreos usados na construção do oratório: granito, mármore, pedra ança, Xisto e basalto. No entanto, pensa-se erroneamente que as Alminhas só são construídas em pedra, pelo que, encontradas e referenciadas, juntamos em anexo testemunhos de exemplares de oratórios feitos em alvenaria (anexo p. 138), zinco (anexo p. 99), e até em madeira (anexo p. 89).

Uma outra questão coloca-se por vezes com dúvidas na tentativa de classificação das Alminhas. Como tal, a distinção primária deve ser feita tendo em conta a inclusão do painel onde estejam pintadas ou esculpidas as almas do purgatório a arder nas chamas. Contudo, e embora se deva diferenciá-las de nichos simplesmente decorativos para receber uma figura do Santo padroeiro, constatámos que o povo de norte a sul do país, por tradição, chama de Alminhas a todo o tipo de oratório.

Igualmente se deve agrupar noutro departamento, os marcos milenários geoestratégicos que no tempo dos romanos marcavam os caminhos e delimitavam terrenos e campos agrícolas, exemplares que vulgarmente se confundem com aras romanas ou padrões, assim como, marcos romanos com intenções tumulares aos quais se chamaram estelas ou aras funerárias (**Fig. 93**).³¹⁴

Ainda com diferentes intenções de devoção estão os nichos colocados estrategicamente em certas zonas, chamados passos de procissão relacionados com a procissão da via-sacra, além de nichos com cruzes que foram dedicados como uma homenagem dos parentes vivos aos seus mortos por acidente no local assinalado,

³¹⁴ Cf. Jerónimo Contador ARGOTE, *op. cit.*, 3º Volume.

chamadas Alminhas “Memorativas”, (anexo p. 141) e as Alminhas dedicadas às almas do Purgatório, que serão “Apologéticas”.³¹⁵

Muitas vezes, não se consegue perceber se um nicho algum dia teve um painel com as almas do purgatório ou se somente funcionou como um lugar para colocar uma imagem de um santo. Perante esta dúvida, e considerando que nos nichos e nas Alminhas encontradas, sempre acompanha uma cruz ora encimando o oratório, ora esculpida no próprio, podemos relevar esta questão física focando-nos no aspecto funcional do oratório, na medida em que as intenções das orações acabavam por se dirigirem às almas do Purgatório mesmo se apenas lá estivesse um santo específico, muitas vezes, apenas o buraco servia (e ainda serve) para colocar uma vela acesa.

Nos tempos actuais, a intenção com o conceito estão adulteradas no seu propósito inicial. Se tivermos em conta a transformação urbanística, pelo alargamento das cidades ou pelo traçado que se alterou durante séculos com os melhoramentos que foram sendo efectuados, são vários os casos de nichos alterados ou trasladados, que aqui apenas damos conta de dois exemplos através de estudos de Vieira da Silva que diz terem existido dois nichos em Lisboa no séc. XVII, (antes do Terremoto de 1755) um no chamado Postigo do Arco da Graça que tinha por cima dele: “(...) *um nicho de pedraria, fechado com vidraças, para o qual foi transportada em 10 de Fevereiro de 1657, da próxima igreja do Socorro, uma imagem de Nossa Senhora da Graça*”, e após a demolição do Arco que aconteceu no 2º quartel do séc. XIX, o nicho terá sido recolocado sobre uma janela, entre duas portas nº 6 e 8, num prédio sito nas muralhas ao alto da Calçada do Jogo da Péla, em frente do Colégio da Companhia de Jesus ou Colégio de Santo Antão.³¹⁶ No seguimento do seu registo fomos procurá-lo e sabemos que este nicho já não se encontra nesse local pelos melhoramentos que a Câmara Municipal de Lisboa resolveu fazer no largo do Martim Moniz. A dita Calçada do jogo da Pela já não existe assim como os prédios que a ladeavam, no seu local encontram-se prédios em construção com a envolvente entaipada. Do dito nicho, e após esforços volvidos na procura, à data não foi possível encontrá-lo. **Fig. 94).**

Do mesmo modo, os escritos de Matos Sequeira sobre Lisboa e o Carmo especificamente, dá-nos conhecimento de um outro nicho: “(...) *quem descesse o caracol do Carmo, e virasse à esquerda, via o oratório de Nossa Senhora da*

³¹⁵ Cf. A. Martins VIEIRA, “Alminhas no Concelho de Vila Nova de Famalicão”, *Separata do Boletim Cultural 8 da Câmara Municipal V. N. de Famalicão*, p. 1.

³¹⁶ Cf. Vieira da SILVA, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, Vol. I, Lisboa, 1987, p.p. 63-65.

piedade que certa noite invernosa em 1745, os ladrões assaltaram(...)”, afinal os ladrões nada roubaram apenas vandalizaram o nicho dobrando as grades percebendo-se desse modo que o nicho era gradeado.³¹⁷

Auferimos que a alienação entre nicho e Alminhas foi um costume que partiu do séc. XIX até à actualidade, são dedicadas ao santo padroeiro devoto que passa a servir de ligação com Deus e servirá para todas e quaisquer questões de fé.

As zonas estratégicas escolhidas para a edificação das Alminhas (as mais antigas ou as mais recentes) variam bastante, não é já possível afirmar que são os cruzamentos ou caminhos rurais os locais onde as Alminhas existiam, como inicialmente se estipulou. Encontramos hoje oratórios no meio das cidades, supostamente porque quando foram edificados encontravam-se em caminhos rurais e devido ao alargamento das cidades estas acabaram por “engolir” no seu traçado as Alminhas que encontraram pelo caminho, e por isso hoje elas encontram-se dentro do tecido urbano, como no caso de umas Alminhas em Valongo datadas de 1670 (anexo p. 104) colocadas e preservadas no meio de um passeio público, ou pelo oposto, o costume de levantar estes oratórios perto das casas levou actualmente, à necessidade de intervenção pela parte da Junta de Freguesia da Lousa no concelho de Castelo Branco a deslocar ligeiramente umas Alminhas antigas que se encontravam no meio de uma lixeira, provocando alguma controvérsia entre a população local, prova de que o apego e o seu valor social continua bastante presente (anexo p. 110).

Verificámos o costume para colocar Alminhas perto de fontes, fontanários, pontes ou bicas (anexo p. 213). O elemento água está presente como uma vontade da parte dos vivos de ajudar a refrescar as almas que estão a arder nas chamas do purgatório, mas também tem a ver com a função prática quotidiana de ir à fonte, tratando-se de uma zona comunitária que ajuda a concentrar a população de modo a garantir que a vela esteja sempre acesa e daí, que as almas estejam iluminadas.

No que diz respeito à densidade de Alminhas distribuídas por todo o país é visível uma maior concentração no Norte, Beiras e Centro, elas estão em maior número embora a tipologia varie consideravelmente. É quase impossível determinar uma tipologia específica dentro de uma região. Constata-se que são os materiais usados, o trabalho do artista e o gosto do crente que manda erigir as Alminhas, que

³¹⁷ Cf. Gustavo de Matos SEQUEIRA, *O Carmo e a Trindade, Subsídios para a História de Lisboa*, Vol. II, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1939, pp. 156-157.

determinam o tipo de oratório e do painel inserido, mais ou menos erudito ou popular.

No que concerne à quase inexistência de Alminhas na zona centro e sul do país, supomos que seja um factor a considerar o facto de estarmos perante um desvio das habituais rotas de peregrinação que se orientavam mais para norte, pela evidência da zona norte de Portugal estar mais em contacto com a religiosidade vinda da Galiza e da influência de Espanha, torna-se óbvio que o registo numa crença como as almas do purgatório não terá tido o mesmo impacto motivador da fé e por isso de devoção e de culto, pelo menos no que respeita à tradição.

Por outro lado, a questão política e religiosa impõe-se. Durante o séc. XVI, mesmo antes do início do Concílio de Trento, Évora como era a cidade mais importante no sul de Portugal, acolheu artistas e intelectuais que giravam num ambiente religioso propício à proliferação da crença nas almas do purgatório onde sabemos que o tema evoluiu artisticamente na pintura. Também ficou um registo interessante numa das edículas da porta do coro da Sé de Évora, onde podemos observar o pormenor de duas figuras, um homem e uma mulher de mãos postas a arder no meio das chamas (**Fig. 80**).

Quando D. João III e a corte saíram de Évora em 1537, embora tenha sido o centro cultural por excelência dos jesuítas durante a contra reforma, mesmo durante o reinado Filipino, o culto às almas do purgatório terá sido timidamente impulsionado pelas Ordens Religiosas residentes, pelo menos não se confirma a devoção extrema ao culto da mesma maneira que existia nas cidades mais a norte, pelo que tardiamente alguns oratórios aparecem no sul de Portugal, prova unívoca da importância urbana na disseminação das Alminhas. Mesmo após a expulsão dos Jesuítas pelo Marquês de Pombal em 1759, o que inevitavelmente levou ao encerramento da Universidade de Évora, foi a Ordem Terceira Regular de São Francisco a única que ficou no Sul do país até 1834, altura da expulsão das restantes Ordens religiosas, e dessa época encontram-se registos de algumas Alminhas. Restamos a lembrança do tempo das invasões francesas, aquando da mortandade infligida sobre a população de Évora, no célebre “massacre de Loison” em 1808, a população local recorda umas Alminhas perdidas que diziam: “*P.N.AM. às mãos dos francezes no anno de 1808*”.

Acrescentamos também a óbvia questão da fisionomia territorial. Em virtude de estarmos perante uma grande área de território não povoado que se nos apresenta a

partir da zona de Setúbal para o Algarve, e sendo o seu perfil plano, sem uma grande concentração de terras cultivadas, à partida induz-se que não se tenha desenvolvido o hábito ou costume de levantar Alminhas “extra-muros” das aldeias, em caminhos, cruzamentos ou muros.

Baseados nas informações recolhidas em trabalho de campo na primeira pessoa, reunimos um acervo fotográfico apresentado em anexo, de modo a poder averiguar a variedade da tipologia de oratórios e de painéis mais frequentes por Distritos:

TIPO A – Com o formato de uma estela ou marco, são considerados como Alminhas porque exibem uma cruz incisiva.

TIPO B - São os mais antigos com edículas que no seu tempo protegeram um painel entretanto desaparecido. Conhecidos pela erosão da pedra e pela fragilidade da sua posição. Podem apresentar-se isolados, no meio dos campos ou mesmo embebidos em muros compostos por pedras agregadas que com o tempo se derrubam.

TIPO C - São nichos feitos em paredes de casas particulares ou muros e a moldura do oratório é estruturado por quatro blocos de pedra frequentemente em granito liso ou recorrem a simulações de pequenas colunas adossadas à volta do espaço do painel. Têm caixa para esmolas embora violadas ou só com o buraco.

TIPO D- Oratórios feitos de um só bloco de pedra, normalmente um paralelepípedo, o nicho em baixo-relevo para colocar o painel ou no seu tempo para pintura mural, encimado pela cruz. Um dos moldes mais frequentes apresenta-se com um pináculo de cada lado e uma cruz a encimar ao centro. Encontra-se isolado (sem estar encostado a nada), mesmo nas cidades. Alguns têm caixa para esmolas.

TIPO E – O oratório feito de pedra tem no seu interior um painel pintado ou de azulejos frequentemente azuis e brancos ou tem a figura de um santo em madeira ou em gesso, com protecção de ferro forjado trabalhado, apresenta-se inserido no interior de uma estrutura em alvenaria tipo capela pequena coberta por um telhado de telha. Pode ser aberta com bancos corridos lateralmente ou fechada. Têm caixa de esmolas com cadeado.

TIPO F – Oratório que respeita um molde típico de cada zona do país geralmente com um trabalhado decorativo escultórico de relevo. Costuma ter um trabalho de ferro forjado com alguma notoriedade a proteger o oratório.

9.1. Problemas de salvaguarda, preservação e reabilitação das Alminhas e a responsabilidade nacional

Na Roma quatrocentista, sob o pontificado de Eugénio IV eram frequentes os apelos à conservação e salvaguarda dos monumentos romanos. Já no início do século XVI, Carlos I de Espanha decretava medidas severas a quem destruísse os monumentos das Índias Ocidentais, numa falsa medida protectora pois o seu único interesse era apoderar-se dos tesouros que fossem descobertos nos seus territórios ultramarinos. No mesmo século a rainha Isabel I de Inglaterra proibia a mutilação dos monumentos da antiguidade.

Foi somente a partir do século XVIII que o fenómeno de uma chamada de atenção para o restauro nos monumentos despertou: “(...) *com a aparição de uma nova consciência da História.*”,³¹⁸ lembremos os apelos de Alexandre Herculano e Almeida Garrett acérrimos defensores do património em geral. Apesar de anti-clericais, apelaram para a preservação e conservação de muitos monumentos nacionais que como sabemos a maioria é de cariz religioso.³¹⁹

A nova Carta de Veneza em 1964, actualiza os conteúdos doutrinários da Carta de Atenas, e surge com um adicional importante: a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios rural ou urbano que constitua testemunho de uma civilização particular ou de um acontecimento histórico.

Apesar desta carta adiantar uma paridade de “grandes e pequenos edifícios”, permitindo a classificação de edifícios e/ou conjuntos “não monumentais” mas que revelassem interesse patrimonial, pouco ou nada influenciou a legislação do nosso país no caso das arquitecturas regionais ou ditas de raiz popular. Ao incorporar o património “menor” e o património envolvente: “*Os agrupamentos arquitectónicos urbanos ou rurais de suficiente coesão de modo a poderem ser delimitados geograficamente, e notáveis, simultâneamente pela sua unidade ou integração na paisagem e pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou social.*”, para o nosso estudo, apenas revela e assenta na definição do objectivo principal do restauro: conservar.

Segundo e seguindo estes princípios, achamos pertinente incorporar as Alminhas como um património arquitectónico a preservar. A sua salvaguarda e

³¹⁸ Cf. NETO, op. Cit., 2001, p. 25.

³¹⁹ Cf. Alexandre Herculano, “Monumentos Pátrios 1838-1839”, Opúsculos I, Org. intr. e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia, Lisboa, Editorial Presença, 1982, p. 129 e seg..

conservação é da responsabilidade de todos pela memória e pelo culto que afinal ainda está vivo mesmo para as gerações com diferentes visões modernizadas.

Outro objectivo não menos importante, é o de chamar a atenção para o cuidado a ter numa intervenção dirigida sobre um bem patrimonial, cujo objectivo é a conservação da sua autenticidade, um dos princípios determinados pela Carta de Cracóvia.³²⁰ Encontrar o equilíbrio entre conservar e preservar a memória artística de um monumento, é um trabalho e um diálogo a ser feito entre o historiador de arte e o monumento, principalmente porque o historiador através do estudo vai revelar conhecimentos e informações sobre a vida do monumento e do seu processo criativo. Deste modo, o intercâmbio de conhecimentos são mais-valias para os técnicos na hora de fazer um restauro, conseguindo-se adoptar posteriormente métodos mais eficazes de conservação de modo a salvaguardar e proteger o monumento. Quando não aplicamos na prática esta teoria, embora os responsáveis que trabalham nas juntas de freguesias tenham boas intenções, o resultado reflecte-se em restauros de Alminhas centenárias completamente transformadas na sua estética e deslocadas de todo o conceito e contexto. Em nossa opinião, qualquer que seja a intervenção deverá respeitar o legado cultural existente sem violentar a pré-existência, garantindo o prolongamento de vida às Alminhas. Deverá ter-se em atenção não alterar a sua “*facies*”, sob pena de descaracterizar e até levar à interpretação contrária a essência da sua função inicial. O exemplo de um mau restauro, onde o cimento acaba sempre por ser um dos aliados na reconstrução encontra-se em anexo (**Fig. 95**). Este tipo de intervenções deverá ser entendido como um todo, é na junção de conhecimentos entre técnicos de história da arte e técnicos de restauro, elementos essenciais a qualquer Câmara Municipal, que no debruçar do estudo do contexto, da tradição, dos costumes e da tipologia das Alminhas de cada região em particular, saberão encontrar o equilíbrio do oratório deixando-o conviver com o meio e com as pessoas sem adulterar drasticamente o visual estético quotidiano das Alminhas.

³²⁰ A Carta de Cracóvia é o último documento internacional existente, referente ao restauro do Património construído e um comprometimento da comunidade em relação aos monumentos. Na década de quarenta do século XIX, a Europa tomou consciência para a necessidade de uma maior protecção do Património, criou organismos públicos com autoridade e regras para defender os valores arquitectónicos, ao mesmo tempo que surgiam teorias para o restauro e conservação dos monumentos, que originariam confrontações, progredindo para resultados e melhoramentos cada vez mais eficazes. Neste sentido, no século XX decidiu-se aplicar normas comuns a todos os países o que evoluiu para a formação de “Cartas” orientadoras para o bom desempenho das instituições nas intervenções da conservação e restauro dos monumentos.

NOTAS FINAIS

Foi necessário recuar dois mil anos de História e de Religião para compreender a essência das Alminhas. Testemunhámos desde o início do Cristianismo e durante toda a Idade Média, que a crença forjada nas almas foi proclamada num intercâmbio muito forte senão unívoco de ideias teológicas, com interpretações de existência erudita baseadas numa sólida ideologia onde os intervenientes neste diálogo e principais responsáveis foram os cristãos, que séculos mais tarde originaram uma forma de arte muito particular pela sua dualidade: maturidade de uma crença e ingenuidade na arte.

A persistência da doutrina da Igreja, da sua estrutura eclesiástica e da sua cultura ancestral de matriz monacal, ajudou a alcançar a maturidade da crença pela inclusão do Purgatório na mentalidade da sociedade cristã, deixando hábitos medievais que quase não desapareceram, ficaram antes, entranhados nos costumes, provocando marcas profundas na cultura popular, conhecida pela impossibilidade de resistir à imagem e à ideia de Deus que como sabemos, sempre dominaram o quotidiano do povo.

Será este um dos maiores exemplos na arte em que a relação da imagem com a pintura votiva gerava no crente um apelo benéfico ao divino, daí o povo reagir em todas as direcções, juntou-lhe as tradições locais de origem pagãs e desenvolveram rituais ao culto das almas, servindo como intermediário as Alminhas que foram e ainda são, o suporte material das angústias do povo. E se de povo nos referimos à “massa menos instruída”, não será de todo verdadeira a premissa, pois defendemos que foi sob uma vasta influência erudita, clerical e aristocrática, que se preparou toda a envolvente que iria fazer nascer a crença nas almas do purgatório, sem ingenuidade note-se, porque a finalidade estava na intenção da disseminação do culto no seu estado de êxtase como veio realmente a acontecer.

Este fenómeno religioso, composto por uma crença, um dogma e um culto, teve pelo caminho alguns laivos de conotação política. Contudo, apenas terá vingado porque se apoiou na fé e na piedade popular que deram uma ajuda e votaram ao sucesso toda a engrenagem movida pelo simbólico agregado ao culto, e que prevalecendo como a raiz de uma cultura, tornou-se parte de uma herança que passou de geração em geração. Daí o respeito que ainda se tem na presença de uma

cruz ou dos Santos, de uma conversa sobre as almas ou sobre o diabo ou ainda do fim do Mundo, toda uma liturgia popular que embora possa estar baseada em credices e fanatismo de certos usos e costumes, têm um fundamento cristão que é válido para todos, ricos e pobres, letrados e iletrados.

Destacamos em todo este trajecto, a influência dos textos bíblicos que precederam a imagem e a liturgia, é contundente a base erudita neste caminho para mais tarde ganhar um lugar de destaque na vida do crente, embora para a grande massa a representação plástica tenha sido definitiva para acreditar na crença e para praticar o culto.

Por isso, não devemos dissociar do conceito das Alminhas a teoria de que, crer no Purgatório como um lugar de punição foi uma ideia embutida nos crentes pela Igreja Católica, que desta forma, aproveitou para conjugar o carácter didáctico ao divulgar e difundir a catequese erudita da Igreja de Roma. Sem dúvida que a Igreja teve a sua tarefa facilitada quando aplicou em Portugal as reformas tridentinas, encontrou um povo devoto e arreigado às tradições, ávido e receptivo a todo o tipo de receitas eclesiásticas, contudo, as Alminhas saíram fora do controle da Igreja. Sendo a ideia de base um produto fabricado pela Igreja, talvez a sua melhor realização pois o objectivo foi e continua a ser largamente alcançado, a disseminação do culto ganhou contornos populistas pela falta de informação e conhecimento das hostes mais pobres do clero, pois se eram eles os responsáveis por levar a informação ao povo compactuaram com os hábitos pagãos por não conseguirem divulgar a mensagem convenientemente. Foi este efeito poderoso que a força da religião teve e ainda tem na cultura popular, que moveu os homens a forjar uma forma de arte à qual insistem a chamar de “edificações populares”.

É legítimo por isso, aceitar a substituição da iconografia dos horrores do Inferno da Idade Média fortemente influenciada pela imagem do “Juízo Final”, por esse outro lugar chamado Purgatório, igualmente penitente e doloroso pelo fogo, mas onde existe a salvação para o homem depois da morte. Foi a essa pequeníssima franja de esperança que o homem se agarrou dotando ao sucesso a crença, fenómeno religioso que ultrapassou a todo o custo as barreiras filosóficas, ainda hoje é considerado assunto de discussão nos concílios ecuménicos. A teologia moderna não encara o Purgatório como um dogma mas sim como um estado.

As Alminhas formam assim, um conjunto integrado de religiosidade popular a par da religiosidade erudita. Os eruditos, essa elite religiosa, filósofos e os nobres do reino, unidos que estavam em divulgar o intenso valor em profundas crenças religiosas orientaram os fiéis para o sufrágio das almas. Somos levados a considerar o Purgatório como a base principal da génese das Alminhas, apenas atendendo a uma questão lógica e incontornável, se juntarmos o santuário a oração e a luz, os três vectores necessários para salvar a alma e chegar ao céu, encontramos o lugar mediador entre o crente e Deus. Se o oratório tem ou não valor estético, e continua a ser chamado de edificação popular e pobre de formas, por si só acaba por valer como testemunho de enquadramento ao local, pois sem dúvida que é o painel nele incluído, com o registo plástico das almas no purgatório, dos santos ou ainda da Virgem, elementos fulcrais que intercedem pelas almas (quer elas estejam presentes ou não), o responsável pelo culto e fruto da devoção dos crentes, quer sejam Alminhas rurais ou urbanas.

Durante todo este processo, o evoluir do pensamento cristão foi orientado pela difusão de um catecismo que apoiava o sufrágio às almas do purgatório, e no contexto das mentalidades religiosas, o Purgatório acabou por se tornar responsável pelo aparecimento das Alminhas, nascendo uma genuína forma de arte popular em Portugal. É por essa razão que devemos dar créditos a este tema não só pela sua conhecida importante vertente iconográfica mas porque encontramos nele uma base social. Temos por isso consciência de estar perante um Património com profundos valores antropológicos culturais. As Alminhas desenvolveram e ainda desenvolvem uma forte acção social dentro de uma determinada povoação, serviram lado a lado a história cultural de uma comunidade, foram construídas de norte a sul do país e atravessaram oceanos levadas na bagagem dos nossos navegadores que não dispensaram a presença deste culto que a sua fé lhes ditava. A arte associada ao culto, essa, foi moldada pela fé dos artistas e pela devoção dos crentes locais.

Quando o Marquês de Pombal proibiu a “*instituição da alma por universal herdeira*”, impediu a criação de novos altares e capelas associadas a instituições perpétuas sobretudo de missas pelos defuntos que para a sua celebração deixavam bens. Contudo, no séc. XIX a Igreja ainda mantinha viva a instituição das indulgências que continuavam a ser uma prática comum, podendo ler-se em 1822

num panfleto de José Possidónio Estrada: “*O caminho dos abusos está aberto*” denunciando o comércio das indulgências.³²¹

Desde essa altura, a devoção em vez de abrandar produziu o efeito contrário, altura em que assistimos à proliferação de Alminhas em Portugal, poderá mesmo ter tido o seu pico de edificações durante o século XIX, principalmente nos meios rurais onde a mensagem levou mais tempo a chegar.

A Igreja interessada na proliferação do culto às almas aproveitou-se da devoção popular e aceitou as Alminhas em todas as suas variantes, fazendo prova as contínuas tentativas no século XX da afirmação do culto, não só através de literatura de âmbito geral mas também de carácter evidente religioso. O padre Francisco Babo de quem encontramos vasta bibliografia sobre o tema, não se coíbe de promover a crença, e nem as aparições de Fátima fugiram à regra, sabendo ser um local estratégico para a sua divulgação no século XX: “*A figura-se-me que será de vantagem para as almas que aqui se lembre aos vivos (...) que a missa da comunhão geral na Cova da Iria, cada dia 13 é oferecida pelas benditas almas (...) a piedade das Almas e a devoção à Excelsa Mãe de Deus podem unir-se muito bem, que com o mesmo acto litúrgico e religioso podemos alcançar para nós chuva copiosa de graças e despejar no Purgatório quantidade incomensurável de sufrágios libertadores.*”³²²

Nesta linha de pensamento, e embora não tenha sido possível fazer todo um levantamento do inventário de pinturas de retábulos e de artistas que em Portugal se dedicaram ao tema das almas no purgatório e dos santos intercessores das almas, tentamos pelo menos mostrar o ambiente religioso e o *modus vivendi* da sociedade a partir do século XVII e de como a religião e a arte das Alminhas se tornaram indissociáveis, mesmo que se trate de uma arte medíocre na técnica, é a mensagem do painel que predomina, sobressai e permanece na função para que foi criada.

Muito menos aqui estendemos o assunto relativamente ao papel importantíssimo do mecenato e a sua enorme influência à volta deste culto que foi afinal o grande responsável pelas obras de arte que hoje figuram em todas as igrejas de Portugal e antigas colónias, pinturas a que temos acesso e que trazem inerentes a verdadeira história do pensamento de uma época. Não era em vão que os artistas pintavam determinadas cenas nos retábulos, por gostos ou por moda, a condicionante era

³²¹ AZEVEDO, *op. cit.*, p. 593.

³²² Cf. Francisco de BABO, *Alminhas Portuguesas*, Porto, 1957, p. 47.

marcada pelas encomendas de particulares, de religiosos ou de instituições, havia sempre um programa a cumprir para um específico lugar e ocasião. No séc. XIX o culto das almas conduzia para um aumento de fé amplamente denunciada pela literatura e pela arte, utilizando e manobrando a devoção na crença até ao séc. XX, as Alminhas continuaram a proliferar pelo empenho de crentes devotos que não deixaram cair a tradição popular.³²³ Vincula-se o culto ao modo de vida das povoações, tal como os cruzeiros serviram de apoio para recordar todos os momentos relacionados com desastres ou mortes violentas. Os exemplos em Arrifana, Oliveira de Azeméis e cercanias de Évora, demonstram na actualidade a devoção em Alminhas que recordam os seus mortos na época napoleónica. Em Paços de Gaiolo, Marco de Canavezes, umas Alminhas recordam o afundamento no Rio Douro duma barca com tropas do Marechal Saldanha, embora, as Alminhas mais conhecidas relacionadas com catástrofes sejam as do Porto no Cais da Ribeira, lembram ou não deixam esquecer o desastre da Ponte das barcas em 1809. Duzentos anos depois, dar um passeio pela Ribeira do Porto não se fica de todo indiferente quando ao passar ao lado de umas Alminhas devidamente assinaladas e constantemente iluminadas lembram a catástrofe daquele fatídico dia (**Fig. 96**).³²⁴

Não sendo de todo uma novidade no universo das Alminhas, este novo registo é sem dúvida uma homenagem que o povo acrescentou ao culto das almas, são as Alminhas “Memorativas”, demonstra a raiz profunda da cultura e tradição de um povo que insiste em manter viva com as suas crenças e costumes. Alminhas são todas aquelas almas que precisam de sufrágio dos vivos, não importa de que modo morreram nem importa se hoje já não estão pintadas as almas com os braços ao alto a pedir misericórdia e a arder nas chamas do purgatório, a imagem piedosa e votiva expressa no painel.

³²³ BABO, *op. cit.*, 1957, p. 53. No século XX, D^a Sara Cardoso, que era prima do pintor Amadeo de Souza Cardoso, terá erguido nichos custeando-os e oferecendo painéis a fomentar a piedade com versos de quadras populares que compunha, imprimindo postais e timbrando papel de carta com gravuras de alminhas, tal como Luís Álvares de Andrade o nosso “Pintor Santo” do século XVII. Segundo palavras do Padre Babo: “(...)D^a Sara Cardoso(...) considerada como grande apóstola da cruzada de restauro e da replantação de nichos de alminhas ao longo de estradas e caminhos e doutras formas de amor e devoção às almas santas dos mortos ainda detidas no Purgatório.”

³²⁴ Cf. GONÇALVES. *op. cit.*, 1959, p. 33. A recordação e a memória das almas do desastre da ponte das barcas, foi uma consequência do que se passou no dia 29 de Março de 1809, durante o qual morreram dizem, centenas de pessoas (não se sabe ao certo quantas pessoas) que tentavam fugir pela ponte que ligava as duas margens, das tropas francesas dirigidas pelo Marechal Soult sob as ordens de Napoleão. A ponte terá abatido com o peso de tanta gente e ter-se-ão afogado centenas de pessoas. As Alminhas foram colocadas em 1897, realizadas em baixo relevo de bronze pelo escultor Teixeira Lopes, pai,

Os tempos modernos mandam e os costumes também se adaptam e acompanham as novas gerações sem contudo perder a essência. Na actualidade a Arte contemporânea distingue-se e ocupa o seu merecido espaço, mas nem o novíssimo monumento inspirado nos tempos modernos, inaugurado com honras presidenciais em pleno séc. XXI, obra do não menos prestigiado arquitecto Eduardo Souto Moura, desvalorizou as Alminhas que ao lado continuam iluminadas a lembrar o desastre. Entenda-se que pelo menos o gosto popular convive lado a lado com o gosto erudito (**Fig. 97**). Talvez seja tradição erudita pois na senda de registos dos pequenos “monumentos”, encontrámos dois desenhos de arquitectura para Alminhas que Raul Lino fez entre 1944 e 1946 por encomenda exclusiva do padre João da Assunção Jorge para o Crato (**Fig. 98**).

Após esta abordagem historiográfica e religiosa inevitável, estamos em condições de expor a finalidade deste trabalho que desde o início prende-se em alcançar o objectivo da preservação das Alminhas em Portugal. Distinguimos estes pequenos “monumentos” apesar da sua vertente religiosa, não podem por isso estar comprometidos nem interferem num julgamento de serem ou não importantes no acervo patrimonial do país, surgem antes, no nosso estudo com alguma pretensão: o de serem considerados e colocados a par dos grandes monumentos históricos, fazendo parte de um património que também contribuiu nas tarefas da construção de uma memória e de um futuro colectivo. Defender, preservar, valorizar e transmitir esta arte votiva do povo, é uma tarefa que compete a todos nós.

Recorremos à Carta de Cracóvia para lembrar que acrescentou aos seus estatutos a valorização do património à escala local. Cada comunidade deve saber identificar a sua memória histórica e religiosa e partir para a conservação e gestão do seu património.

Esta situação ajuda-nos a incentivar as Câmaras Municipais a cuidarem das suas Alminhas e a manterem vivo este testemunho quer conservando e restaurando, quer apostando na educação e na cultura de modo a tornar este património válido e útil. Confrontados com tantos exemplos significativos e relacionados entre si, testemunhámos ainda durante este processo ao que não deve ser feito no que respeita a um restauro e que demonstra bem a necessidade de formação de técnicos para dar apoio ao nosso património. Serve o objectivo de apelo para dignificar a sua importância e saber preservá-los. Para levar a bom termo esta intenção, o trabalho social das comunidades é essencial na recolha de informações. através de um

inventário sobre o património seja de cariz religioso ou não, que cada freguesia possui, será necessário orientar para o saber restaurar, como e quem o deverá fazer. Impera então, a necessidade de uma interdisciplinaridade em qualquer acção de intervenção ou restauro, mesmo quando tratamos de Alminhas abandonadas sem traço artístico ou arquitectónico relevante, não deve ser descurada a investigação científica por um técnico sobre os materiais e métodos de conservação a usar e a inclusão de um estudo da história do imóvel e da sua “arquitectura”.

Durante todo o discurso foi preciso apurar os nossos sentidos e alargar a nossa visão, recriar um ambiente da época e ter acesso a uma leitura da maneira como nos séculos XVII, XVIII e XIX se vivia de, e para um culto baseado numa crença. Funciona quando entramos numa igreja qualquer de Lisboa, lançamos um olhar rápido à nossa volta numa ânsia de querer absorver todo o conteúdo do seu interior num só relance de olhar, e inevitavelmente dirigimos o olhar para o tecto. No entanto, perante a imensa temática que não é possível ler de uma só vez, devemos dar uma segunda oportunidade ao que os nossos olhos não conseguiram ver, e imaginar aquela mesma igreja sem bancos, com todo o espaço livre para circular repleta de gente que se move numa azáfama junto dos altares laterais, uma dinâmica movimentação e aglomeração de pessoas, num burburinho repetitivo de crentes que rezam, que assistem às missas simultâneas e intermináveis nessas capelas e acendem um sem número de velas junto dos altares onde estão os seus santos devotos. Nas cidades, isto significa assistir à devoção na época de sufragar as almas do purgatório e ao alívio que esse acto traduzia para os crentes.

A esta necessidade dos crentes de assegurarem um lugar no céu sem grandes margens de dúvidas, leva a perceber a acção, inovadora aliás, de copiar os temas das pinturas dos retábulos com as almas do purgatório e faze-los sair para as ruas, quando em pequenos painéis os começaram a espalhar pela cidade, pelo país e pelo então mundo português. Logo, a arte do retábulo nas igrejas motivou a piedade geral até ao aparecimento das Alminhas, pois não é nossa intenção rejeitarmos de todo a conotação das Alminhas como uma forma de arte chamada “popular”, lembramos apenas, que por isso mesmo é um forma de arte intemporal além de ter um forte sentido de conservadorismo, sentimos nela uma presença estável, razão pela qual, quando passamos ao lado de umas Alminhas, a nossa reacção perante a obra seja naturalmente considerá-la pertença daquele lugar e de todos.

Ocorre-nos uma outra questão que se prende com a definição do conceito da palavra “Alminhas”, o epíteto normalmente atribuído. Procurámos a sua ligação ao hábito do povo de utilizar carinhosos termos populares, pensamos no entanto, que o epíteto de “Alminhas” poderá apenas referir-se às almas frágeis que estão no meio do fogo a pedir orações para subirem ao Céu, tal como inicialmente foi apanágio do painel considerado o elemento mais importante devido à iconografia do tema com as almas do purgatório.

Com a certeza de que já nada será igual ao voltarmos a encontrar umas Alminhas por esse Portugal fora, incrédulos pela sua longa caminhada, pelo seu grande apoio social e influência junto das populações, seja nos meios rurais seja na cidade, à semelhança de exemplos que encontramos em Matosinhos, Braga, ou Porto, onde convivem lado a lado com os parques de estacionamento, as passagens de peões e os transeuntes apressados, são marcos culturais que continuam a ter e a marcar a sua posição privilegiada na vida das pessoas pois alguém deve parar porque a vela às Alminhas mantém-se acesa.

A um dado momento, questionámos a posição actual da Igreja Católica perante este património. Diferente de região para região, constatámos não ser um património religioso muito interessante para os padres que assistem nas paróquias locais, remetem as Alminhas para uma distração da população local dando a entender que nem sabem onde se encontram nem o que contêm, apenas, reconhecem as alminhas do purgatório como uma devoção popular e nada mais têm a ver com o caso. Será que a ideia de rituais populares pagãos ainda se encontram enraizados na mentalidade dos homens da Igreja ou será que o assunto incomoda? Sabemos contudo, que são as Autarquias pela sensibilidade de algumas Juntas de Freguesias que conservam (melhor ou pior), estes pequenos “monumentos” como uma memória útil para a sua região. Tem sido de alguma forma pródigo o interesse que nos últimos anos estes “monumentos” passaram a suscitar, ainda timidamente note-se, pela indiferença que alguns concelhos continuam a dar a este assunto, mas julgamos ser esta a altura certa para elevar o estatuto das Alminhas, dar-lhe uma maior protecção patrimonial, olhar de frente para uma arte que merece o nosso respeito comunitário.

Foi um privilégio ter a oportunidade de ver para além do pequeno oratório ou nicho, perceber o alcance do nascimento de uma crença desenvolvida num determinado contexto histórico europeu, que ao entrar em Portugal foi prontamente

assimilada, tanto pelos crentes como pelas tradições locais. A arte popular das Alminhas, tal como ficou conhecida manteve-se fiel ao dogma apenas na intenção, não foi adulterada na sua essência mas foi alargada nos objectivos, cresceu como santuário, ditou outras regras na vida das populações e impôs-se como “monumento”, não é histórico é definitivamente religioso, mas é sobretudo uma memória a preservar, uma forma de arte pertencente à cultura de um povo que o adaptou à sua cultura local com as características que imperam em cada região do nosso país.

Entendemos finalmente, que o significado social das Alminhas se tornou mais importante do que a sua estética na vida das populações. A mensagem e a intenção nelas concentradas afirmam a religiosidade de uma comunidade, ultrapassaram muitas vezes o desejo de realizar uma grande obra, mas é seguramente ao valor do conjunto do oratório, onde além de almas no purgatório se incluíram santos principalmente os padroeiros devotos de cada região, que se deve olhar com respeito pois representam uma memória colectiva.

Lembrar e estudar o património das Alminhas, significou projectar no seu tempo a sua construção, a sua vivência, o ambiente religioso e social, o trajecto e a mudança de povos e culturas que ao longo dos tempos circularam à sua volta. A crença e o culto, não tendo sido únicas no Mundo, é pelo menos em Portugal acrescentada e valorizada por uma forma de arte e um património cultural a considerar.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Impressas

- AGOSTINHO, Santo, *Enchiridion*, Tomo 9, Paris, 1947.
- AGOSTINHO, Santo, *De Civitate Dei*, Tomo 37, Paris, 1960.
- AQUINO, Tomás, *Summa teológica*, Volumes I-IX Edições Loyola, S. Paulo, 2002. *BIBLIOTHECA SANCTORUM*, Volume XII, Città Nuova, Roma, 1969.
- ARGOTE, Jerónimo Contador de, *Memórias para a História Ecclesiástica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas, dedicadas a el Rey D. João V nosso senhor*, 4 Volumes, Lisboa Ocidental, Na officina de Joseph António da Silva, impressor da Academia Real, 1724.
- CARDOSO George, *Agiolégio Lusitano dos Sanctos e varoes Ilustres Em Virtude do Reino de Portugal, E suas Conquistas*, Tomo I, Em Lisboa, com todas as licenças, Na officina Craesbeekiana, 1652.
- D' ANDRADE, Lís Alvares, *Advertencias SPIRITUAIS para mais agradar a Deos NS Com hum exercicio para depois da sagrada comunhão, acrescentado por Lucas d' Andrade, Capãb de S. Magestade, & Prior de Villaverde seu filho. Dedicado ao Conde de Odemira do Concelho de Estado de S. Mag. & Presidente do Concelho Ultramarino, & c., Com as licenças necessárias, Por Ant. Alz. Impr. Del-Rey N. S. 1656.*
- D' ANDRADE, Lucas, *Acçoens EPISCOPAES, tiradas do Pontifical Romano, & Ceremonial dos Bispos, Com hum breve compendio dos poderes, & privilegios dos Bispos*”, Lisboa, Na Officina Joam da Costa, MDCLXXI.
- DENZINGER-SHONMETZER, *Enchiridion symbolorum difinitionum et declarationum de rebus fidei et morum*, Romae, 1967.
- DENZINGER-HUNERMANN, Heinrich, *Compêndio dos Simbolos, definições e declarações de fé e moral*, traduzido da versão original *Enchiridion Symbolorum difinitionum et declarationum de rebus fidei et morum*, por José Marino e Johan Konings, Paulinas, Edições Loyola, São Paulo, 2007.
- DYCKMANS, M., *Les Sermons de Jean XXII sur la vision béatifique*, Paris, 1973.
- JOURNEL, M. J., *Enchiridium Patristicum*, Barcinona, 1946.

- Patrologia Grega -*Patrologiae Cursus Completus, Omnium SS. Patrum, Doctorum, Scriptorumque Ecclesiasticorum, sive latinorum, sive Graecorum*, Accurante J. P: Migne, Bibliothecae Cleri Universae, Brepols-Turnhout.
- Patrologia Latina -*Excudebatur et Venit Apud*, J. P. Migne Editorem.

Bibliografia Geral

- ALCOCHETE, N. Daupias, *L'oficina Craesbeckiana de Lisbonne*, Arquivos do Centro Cultural Português, 1975, Vol. IX.
- ALMEIDA, André Ferrand de, “As Misericórdias”, História de Portugal, dir. José Mattoso, *No Alvorecer da Idade Moderna (1480-1620)*, coord. Joaquim Romero de Magalhães, Editorial Estampa, Lisboa, 1993, Vol. III.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, “O culto a Nossa Senhora no Porto, na época Moderna”, *Revista de História, Actas do Colóquio “O Porto na época moderna”*, Porto, INIC, Centro de História da Universidade do Porto, Porto, 1979.
- ALMEIDA, Fortunato & Peres, *História da Igreja em Portugal*, Portucalense, Porto, 1971.
- ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal, Portucalense*, Vol. II, Barcelos, 1968.
- ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Nova Edição, Livraria Civilização Editora, Volume II, Porto - Lisboa, 1968.
- ARIÉS, Philippe, *O homem perante a morte*, Europa- América, Mem Martins, 1988.
- AZEVEDO, Carlos, *A Arte de Goa, Damão e Diu*, Comissão Executiva do V Centenário do nascimento de Vasco da Gama, Lisboa, 1970.
- AZEVEDO, Carlos Moreira, *História Religiosa de Portugal*, Volume 2, , Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2000.
- BABO, Padre Francisco, *Alminhas Portuguesas*, Ermesinde, 1957.
- BASTO, Artur de Magalhães, *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Volume I, Santa Casa da Misericórdia, Porto, 1934.

- BATORÉO, Manuel Luís Violante, *Moda, Modelo, Molde. A gravura na pintura portuguesa do Renascimento (c.1500-1540)*, Tese de Doutoramento em História de Arte apresentada à Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História, 2004.
- BATORÉO, Manuel, *Pintura Portuguesa do Renascimento, O Mestre da Lourinhã*, Caleidoscópio, Lisboa, 2004.
- BARRETO, Kalidás, *Monografia do Concelho de Castanheira de Pera*, Edição Comemorativa do 75º Aniversário da Fundação do Concelho, Câmara Municipal, 1989.
- BRANDÃO, Domingos Pinho, *Para a História da arte: algumas obras de interesse, Adeus à Virgem- séc. XVI, Purgatório- séc. XVI*, Volume II, Porto, Edições Maranus, 1961.
- BRANDÃO, Domingos Pinho, *Obra de Talha dourada, ensablagem e pintura na cidade e na diocese do Porto. Documentação*, Vol. II, Porto, 1986. p. 532.
- BRANDÃO, Maria Margarida, “Aspecto Social das Heresias Medievais”, *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, Tomo XV, 2ª série, nº 1 e 2, 1949.
- BRANDÃO, M. J. Cunha, “As Ruínas do Carmo”, *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, 4ª série, tomo XI, Lisboa.
- BRIFFAULT, Eugenio, *Misterios da Igreja ou o segredo de Roma no XIX séc.*, Vol. I, Escritorio da Empreza- Imprensa de Silva, Lisboa, 1854.
- BROCHADO, Alexandrino, *Capela das Almas - uma jóia da azulejaria portuguesa*, Litografia Nacional, Porto, 1985.
- BROCHADO, Abílio Costa, “A freguesia de Travanca do concelho de Cinfães, apontamentos para a sua história”, *Douro Litoral*, 7ª série, nº 1-2, 1956.
- BRUNO, Jorge A Paulus, *HORTA FAIAL - Inventário do Património Imóvel dos Açores*, ed. Direcção Regional da Cultura, Instituto Açoriano de Cultura, Câmara Municipal da Horta, 1ª ed., Horta, 2003.
- BURCKARDT, Jacob, *A Civilização do Renascimento Italiano*, Editorial Presença, Lisboa, 1983.
- BUTLER, Alban, *Vida dos Santos*, Dinalivro, Lisboa, 1992.
- CAEIRO, Padre José S. I., *História da Expulsão da Companhia de Jesus da província de Portugal (século XVIII)*, Vol. I, Editorial Verbo, 1991.

- CAETANO, Joaquim de Oliveira, José Alberto Seabra CARVALHO, *Frescos quinhentistas do Paço de S. Miguel*, Fundação Eugénio de Almeida, Évora, 1990.
- Marcelo CAETANO, “Recepção e Execução dos decretos do Concílio de Trento em Portugal”, *Separata da “Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa”*, Vol. XIX, Lisboa, 1965.
- CARDOSO, Arnaldo Pinto, *Peregrinação e Piedade Popular*, Edição do Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, Lisboa, 1988.
- CARDOSO, Carlos Lopes, *Santo António e as alminhas Populares*, Lisboa, 1981
- CARDOSO, Jorge, *Agiológico Lusitano de Ilustres Varões*, 4 vol., Lisboa, 1652.
- CARMONA MUELA, Juan, *Iconografía Cristiana*, ISTMO S. A., Madrid, 1998.
- CARNEIRO, Deolinda Maria Veloso, Catálogo de Exposição – *OPERA FIDEI- Obras de Fé num Museu de História, Arte Sacra do Arcebispado de Vila do Conde - Póvoa do Varzim*, Câmara Municipal da Póvoa do Varzim, Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa do Varzim, Arciprestado de Vila do Conde, Póvoa do Varzim, 2002- 2003.
- CARVALHO, Maria do Rosário Salema Cordeiro Correia de, (...) *Por amor de Deus, Representação das Obras de Misericórdia, em painéis de azulejo, nos espaços das confrarias da Misericórdia, no Portugal Setecentista*, Mestrado em Arte, Património e Restauro, 2007.
- CARVALHO, Maria Manuela da Conceição Dias de, *O Purgatório, Esperança de Comunhão*, Dissertação em Teologia apresentada à Universidade Católica Portuguesa, orientador Prof. Doutor José da Cruz Policarpo, Dezembro de 1977,
- CASTELLA, A GRILLO, *Indulgencias: História e Significado*, trad. de José Maia, Paulus, 1999.
- CASTRO, P. José de, *Portugal no Concílio de Trento*, Vol. II, Lisboa, 1944.
- CHAUNU, Pierre, *O Tempo das Reformas (1250-1550)- II. A Reforma Protestante*, edições 70, Lisboa, 1975.
- CHAUNU, Pierre, *O Tempo das Reformas (1250-1550)- I. A Crise da Cristandade*, edições 70, Lisboa, 1975.
- CHAVES, Luís, *A Arte popular: aspectos do problema*, 2ª edição, Editora Portucalense, Porto, 1959.

- CHAVES, Luís, “A Arte Popular na obra etnográfica de Leite Vasconcelos”, *Separata das actas do Colóquio de Estudos Etnográficos “Dr. José Leite de Vasconcelos”* - Vol I, Porto, 1959.
- CHAVES, Luís, “Capelas, Ermidas, Oratórios e Nichos dedicados ao culto dos Santos, em Lisboa setecentista e seus arrabaldes”, *Separata da Junta Distrital de Lisboa*, nº LIX- LX-II série, Lisboa, 1963.
- CHAVES, Luís, *Costumes e Tradições vigentes no Século VI e na actualidade*, Braga, 1958.
- CHAVES, Luís, “O culto mariano em Lisboa - capelas, ermidas, oratórios e nichos na cidade de Lisboa, dedicados a Maria”, *Separata da “Revista Guimarães”*, vol. LXX- nºs 1-2, Guimarães, 1961.
- CHAVES, Luís, *Os pelourinhos Portugueses*, Apolino, Gaia, 1930.
- CHAVES, Luís, *São Miguel na terra portuguesa e na alma dos Portugueses*, Separata da revista Guimarães, vol. LXVI, Guimarães, 1956.
- CHAVES, Luís, *Subsídios para a História da Gravura em Portugal*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1927.
- CHOAY, Françoise, *Alegoria do Património*, Arte e Comunicação, Edições 70, Lisboa, 2008.
- CONCEIÇÃO, Joaquim Fernandes da, *Espiritualidade e religiosidade no Portugal Moderno - o Agiologio Lusitano do Padre Jorge Cardoso*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, Porto, 1996.
- COELHO, Adolfo, “Costumes e Crenças Populares”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, nº 9, 2ª série, Lisboa, 1881.
- CORREIA, Alberto, “Alminhas do Distrito de Viseu”, *Mundo da arte*, Coimbra, 1983.
- CORREIA, Fernando da Silva, *Origem e Formação das Misericórdias Portuguesas*, Henriques Torres - Editor, 1944, Livros Horizonte, Lisboa, 1999.
- CORREIA, Virgílio, *Etnografia Artística: notas de etnografia portuguesa e italiana com 80 desenhos e fotografias*, Edição da Renascença portuguesa, Porto, 1916.
- CORREIA, Virgílio, *Etnografia Artística portuguesa*, Companhia editora do Minho, Barcelos, 1937.

- CORREIA Virgílio, GONÇALVES, Nogueira, *Inventário Artístico de Portugal, Cidade de Coimbra*, Vol. II, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1947.
- COSME, João e VARANDAS José, *Memórias Paroquiais (1758)*, Vol. I, Caleidoscópio - Centro de História, Lisboa, 2009.
- CUENCA TURÍBIO, José Manuel, *História Universal*, Grupo Editorial Oceano, Lisboa, 1992.
- CUNHA, Mafalda Soares da (coord.), *Catálogo de Exposição Estórias de dor e esperança e festa - O Brasil em ex-votos portugueses (séculos XVII-XIX)*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.
-
- DELUMEAU, Jean, *A Civilização do Renascimento*, Volume I, Editorial Estampa, Lisboa, 1984.
- DELUMEAU, Jean, *As Grandes Religiões do Mundo*, Editorial Presença, Lisboa, 1997.
- DELUMEAU, Jean, *Le Catholicisme entre Luther et Voltaire*, Paris, PUF, 1971, 2ª edição, 1979, 3ª ed. 1985.
- DINIS, Pedro, *Das Ordens Religiosas em Portugal*, Typographia de J. J. Silva, Lisboa, 1853.
- DUBY, Georges, *As 3 ordens ou o imaginário do feudalismo*, Nova História, Editorial Estampa, 2ª ed., 1994.
- DUBY, Georges, *O Purgatório*, Editorial Estampa, Lisboa, 1992.
- ECO, Umberto, *Arte e Beleza na estética Medieval*, Presença, Lisboa, 1989.
- ELÍADE, Mircea, *História das Ideias e Crenças Religiosas, De Maomé à idade das Reformas*, III Volume, Rés Editora, Paris, 1983.
- ELÍADE, Mircea, *Tratado da História das Religiões*, Cosmos, Lisboa, 1970.
- FERREIRA, Paulo, *Catálogo do Centenário do Nascimento de Amadeo de Souza Cardoso*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987.
- FERREIRA, Seomara da Veiga, e COSTA, Maria da Graça Amaral da, *Etnografia de Idanha-a-velha - Egitânia*, Junta Distrital de Castelo Branco, 1970.
- FERNANDES, Maria Eduarda, “O Culto das Almas em terras de Miranda”, *Revista Brigantia*, Sendim, Miranda do Douro, 1979.

- FERNANDES, Maria de Lurdes Correia, “Recordar os “santos vivos”: leituras e práticas devotas nas primeiras décadas do século XVII português”, *Via Spiritus*, 1994.
- FIGUEIREDO, Cristovão José Moreira de, “As Alminhas”, *Separata Beira Alta*, Viseu, 1961.
- FLICHE, Augustine, *L'art et les Saints*, Henri Laurens, Paris, 1930.
- FLORES, Alexandre, M., Paula A Freitas COSTA, *A Misericórdia de Almada- Das Origens à Restauração*, Santa Casa da Misericórdia de Almada, 2006.
- FONTES, António Lourenço, *Etnografia Transmontana, I-Crenças e Tradições de Barroso*, 2ª ed. do autor, Vilar de Perdizes, Montalegre, 1979.
- FUENTES ALENDE, Xosé, *Arte Religiosa Popular*, Galicia, Antropologia, Hércules Ediciones S. A, A Coruña, 1997.
- GIACOMETTI, Michel, *Cancioneiro Popular Português*, Circulo de Leitores, 1981.
- GOMBRICH, E. H., *A História da Arte*, Phaidon, 16ª ed., 2ª ed. portuguesa publicada pelo Público, Lisboa, 2006.
- GOMES, P. Varela, e MACHADO, Cyrillo Volkmar, “História da Arte em Portugal na transição do século XVIII para o século XIX”, *A Cultura Arquitectónica e Artística em Portugal no século XVIII*, Lisboa, Caminho, 1988.
- GOMES, J. Pinharanda, “Confrarias, Misericórdias, Ordens Terceiras, Obras Pias e outras Associações de Fiéis em Portugal nos séculos XIX e XX: Bibliografia institucional (contributo)”, *Separata de Lusitania Sacra*, 2ª Série (8/9), 1996/1997, p. p. 611-617.
- GONÇALVES, Flávio, “Os painéis do Purgatório e as origens das Alminhas Populares”, *Separata de Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, nº6, Matosinhos, 1959.
- GONÇALVES, Flávio, *A Origem das Alminhas populares*, in *Separata das Actas do I Congresso de Etnografia e Folclore*, Braga, 1956.
- GOUGH, Michael, *Os Primitivos Cristãos*, Editorial Verbo, Lisboa, 1969.
- GRILO, Fernando Jorge, *Nicolau Chanterene e a afirmação da escultura do Renascimento na Península Ibérica (c. 1511-1551)*, Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Vol. I, Lisboa, 2000.

- GRILO, Maria Ludovina Barreiros, *Os Retabulos Votivos da Ermida de Nossa Senhora do Carmo-Azaruja (Concelho de Évora)*, Dissertação do Curso de Pós-Graduação em História Regional e Local, Departamento de História da Faculdade de letras de Lisboa, Maio 1996.
- GUIMARÃES, Agostinho, *Azulejos do Porto*, Litografia Nacional, Porto, 1989.
- HENRIQUES, João Paulo, *Peregrinações*, in Revista do Instituto Superior de Estudos Teológicos, Coimbra, Janeiro/Dezembro, Ano 10 (2006).
- HIGRAIN, René, *L'agiographie*, Societé des Bollandistes, Bruxelles, 2002.
- JANSON, H. W., *História da Arte*, 6ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998.
- LACERDA, Aarão de, *O Fenómeno religioso e a simbólica*, Porto, 1924.
- LAMEIRA, Francisco, *O Retábulo em Portugal - das origens ao declínio*, 2 vol., Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve, Centro de História da Universidade de Évora.
- LEAL, Augusto Soares Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, Liv. Matos Moreira e Companhia, 1873, Vol. I.
- LEÃO, Duarte Nunes, *Livro de Regimento das oficinas Mecânicas da cidade de Lisboa*, 1572.
- LE GOFF, Jacques, *O Nascimento do Purgatório*, Coleção Nova História, Editorial Estampa, Lisboa, 1993.
- LENTSMAN, Jacob Abramovich, *A Origem do Cristianismo*, Editora Fulgor, 1963.
- L'EVÊQUE, Henry, *Portuguese Customs*, Londres, 1814, ed. facsimilada do exemplar da Biblioteca Nacional, (introd.) de Martin de Albuquerque, Edições INAPA, Lisboa, 1993.
- LOT, Ferdinand, *O Fim do Mundo e o Princípio da Idade Média*, Edições 70, Lisboa, 1968.
- MACHADO, Cyrillo Volkmar, *Colecção de memórias relativas às vidas dos pintores*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1922.
- MACHADO, José Alberto Gomes, *André Gonçalves Pintura do Barroco Português*, Editorial Estampa, Teoria da Arte, Lisboa, 1995.
- MACHADO, José Alberto, "A pintura de André Gonçalves na igreja do menino Deus", *Reabilitação Urbana 01 - intervenção de conservação e restauro-Igreja*

- do Menino Deus*, (coord. Rui Matos), Publicação da Direcção Municipal da Conservação e Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 2005.
- MALDONADO, Luís, *Introduccion a la Religiosidad Popular*, Sal Terrae, Santander, 1985.
 - MALDONADO, Luís, *Para comprender el Catolicismo Popular*, Editorial Verbo Divino, Estella, 1990.
 - MÂLE, Emile, *L'Art Religieux de la fin du XVI siècle, du XVII siècle et du XVIII siècle. Étude sur l' iconographie après le Concile de Trente*, Paris, 1951.
 - MÂLE, Emile, *L' Art Religieux de la Fin du Moyen Age en France*, 2ª ed., Armand Colin, Paris, 1925.
 - Cf. Emile MÂLE, *L' Art Religieux de la fin du Moyen age en France*, 6ª ed., Armand Colin, Paris, 1969.
 - MANDROUX-FRANÇA, Marie Therese, *L'image ornamentale et la littérature artistique*, Paris, 1983.
 - MARQUES, Maria Alegria, “O Poder civil e Religioso na Europa Medieval: Vantagens e desvantagens de uma aliança”, *Estudos Teológicos*, série 9, Coimbra, 2005.
 - MARQUES, Luís, “Antropologia do Património e de Arte”, *Artis, Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*, nº 6, Lisboa, 2007.
 - MARQUES, A H. Oliveira, *A sociedade medieval portuguesa*, Sá da Costa, Lisboa, 1974.
 - MARTINS, Mário, *A Imaculada Conceição na espiritualidade portuguesa*, Brotéria, XLIII, Lisboa, 1946.
 - MAURÍCIO, Domingos, *Iniciativa da consagração de Portugal a Nª Senhora da Conceição*, Brotéria, XLIII, Lisboa, 1946.
 - MATTOSO, José, *A História regional e local- A escrita da História. Teoria e Método*. Estampa, Lisboa, 1988.
 - MECO, José, *O Azulejo em Portugal*, Publicações Alfa, Lisboa, 1989.
 - MELO, Francisco Manuel de, *O Fidalgo Aprendiz*, ed. José Camões, Centro de Estudos de Teatro da Faculdade de Letras de Lisboa, 1676.

- MESSADIÉ, Gerald, *História Geral de Deus*, Publicações Europa-América, Lisboa, 2001.
- MUELA, Juan Carmona, *Iconografía Cristiana*, Ediciones Istmo, Madrid, 1998.
- NETO, Maria João Baptista, *Perspectivas Actuais do Património Arquitectónico. Conceitos, Critérios e Intervenções*, in *Património, Território e Sociedade* Cascais: CMC/ICES, 2004.
- NETO, Maria João Baptista, *Memória, Propaganda e Poder - o restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, Faup Publicações, Porto, 2001.
- NUNES, José Joaquim, *A Visão de Túndalo ou O Cavaleiro Tungullo*, in *Revista Lusitana*, vol. VIII, Lisboa, 1903-1905. cota BN.
- OLIVEIRA, Maria Gabriela Gomes de, *Uma Irmandade volante do Século XVIII- o folheto “lágrimas das almas”*, *Revista da Faculdade Letras do Porto*, II série, Vol. IX, 1992.
- ORTIGÃO, Ramalho, *O Culto da Arte em Portugal*, Lisboa, 1896.
- PANOFSKY, Erwin, *Peinture et Dévotion en Europe du Nord, à la fin du Moyen Âge*, Flammarion, Paris, 1997.
- PEIXOTO, Rocha, “*Tabulae Votivae*”, *Portugalia*, 1905-1908.
- PEREIRA, M. Esteves, “*A Visão de Túndalo*”, *Revista Lusitana*, Volume III, Porto, 1895.
- PIERRARD, Pierre, *História da Igreja Católica*, Planeta, Lisboa, 1992.
- POGNON, Edmond, *Les Très Riches Heures du Duc de Berry*, Manuscrit enluminé du XV Siécle, Liber, Genève, 1979/1983.
- PIRES Isabel e CARVALHO, Rosário Salema de, *O Património azulejar do concelho do Montijo*, coord. Científica de Maria Alexandra Trindade Gago da Câmara, Edições Colibri, Câmara Municipal do Montijo, 2008.
- PIRES, Celestino S. J., *Os Teólogos portugueses e a graça no Concílio de Trento*, *Separata da Revista Lusitana Sacra*, Tomo III, Lisboa, 1958, p.p. 5- 10.
- RÉAU, Louis, *Iconographie de L'Art écar* , Tome second, Presses Universitaires de France, Paris, 1957.
- RÉAU, Louis, *Iconographie de L' Art Chrétien*, Presses Universitaires de France, Vol. I, 3 Tomos, 6 Vols., Paris, 1955.
- RICHÉ, Pierre, *Grandes Invasões e Impérios (séc. V a X)*, Volume V da História Universal, D. Quixote, Lisboa, 1980.

- ROUSSEAU, Hervé, *O Pensamento Cristão*, Breviários da Cultura, Editorial Estúdios Cor, 1974.
- SABUGOSA, Conde de, *A Rainha D. Leonor, 1458-1525*, Portugal Editora, Lisboa - Rio de Janeiro, 1921.
- SALES, Ernesto, *Nosso Senhor dos Passos da Graça (de Lisboa), Estudo Histórico da sua Irmandade com o título de “Santa Cruz dos Passos”*, Imprimatur, Lisboa, 1925.
- SALVADORI, Massimo, *História Universal*, Volume 8, Planeta DeAgostini, Lisboa, 2005.
- SANTA MARIA, Frei Agostinho de, *Santuário Mariano*, tomo I, Lisboa, 1707.
- SANTO, Moisés Espírito, *A Religião Popular Portuguesa*, Edições A Regra do Jogo, 1980.
- SANTO, Moisés Espírito, *Origens Orientais da Religião Popular Portuguesa*, Assírio & Alvim, Lisboa, 1988.
- SANTOS, Reynaldo dos, *A Escultura em Portugal*, Vol. II, Lisboa, 1950.
- SANTOS, Reynaldo dos, *Oito Séculos de Arte Portuguesa. História e Espírito.*, 3 vol., Ed. Excelsior, Lisboa, 1966.
- SANTIAGO, Sebastian, *Contrarreforma y Barroco*, Alianza Editorial, Madrid, 1981.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *O Carmo e a Trindade, Subsídios para a História de Lisboa*, Vol. II, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1939.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *O Carmo e a Trindade, Subsídios para a História de Lisboa*, Vol. III, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1967.
- SERRÃO, Eduardo da Cunha, SERRÃO, Vítor, *Sesimbra Monumental e Artística*, Câmara Municipal de Sesimbra, 2ª ed., Festival do Mar, 1997.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A Misericórdia de Lisboa - Quinhentos anos de História*, Livros Horizonte e Misericórdia de Lisboa, Lisboa, 1998.
- SERRÃO, Vítor, “*Arte em trânsito ou em mutação - Novos estatutos do Objecto Artístico*”, *Seminário de História da Arte*, Faculdade de Letras de Lisboa, 2003.
- SERRÃO, Vítor, *Giraldo do Prado - Pintor do Duque de Bragança D. Teodósio II*, in Callipoli, Vila Viçosa, nº 12, 2004.
- SERRÃO, Vítor, *História da Arte em Portugal, O Renascimento e o Maneirismo*, Editorial Presença, Lisboa, 2001.

- SERRÃO, Vítor, *O Maneirismo e o estatuto social dos pintores portugueses*, Lisboa, 1983.
- SMITH, Robert, *Alguns Artistas que trabalharam para a Venerável Ordem Terceira de S. Francisco no Porto, 1667-1800*, Livraria Fernando machado, Porto 1965.
- SMITH, Robert, *Marceliano Araújo, escultor bracarense*, Porto, 1960.
- SOBRAL, Luís de Moura, *Do sentido das imagens*, Editorial Estampa, Lisboa, 1996.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos (dir.), *Ordens Religiosas em Portugal - das origens a Trento - Guia Histórico*, Livros Horizonte, Lisboa, 2005.
- SOUZA, Eudoro de, *Mitologia*, Guimarães Editores, Lisboa, 1984.
- SILVA, Maria Madalena de Cadigal e, *A Arte indo-portuguesa*, Edições Excelsior, Lisboa, 1966.
- SILVA, Maria Madalena de Cadigal e, *Alminhas*, in Enciclopédia Luso - Brasileira de Cultura, Volume I, Verbo, Lisboa, 1995.
- SILVA, Madalena de Cadigal e, *Pintura, A arte Popular em Portugal*, Vol. 2, Lisboa, s. d., p. 98.
- SILVA, Vieira da, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, Vol. I, 2ª ed. , Lisboa, 1987.
- SIMÕES, J. M. dos Santos, OLIVEIRA, Emílio Guerra de, *Azulejaria em Portugal no século XVII*, Tomo I - Tipologia, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1997.
- SIMÕES, João Miguel dos Santos, *Azulejaria em Portugal no século XVII, Tomo II - Elenco*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1997.
- TEIXEIRA, Francisco Augusto Garcez, *A Irmandade de S. Lucas*, corporação de artistas, estudo do seu arquivo, Imprensa Beleza, Lisboa, 1931.
- TREVOR- ROPER, H. R., *Religião e transformação social*, Ed. Presença, Lisboa, 1981.
- VIEGAS, Francisco dos Santos, *Templos, Cruzeiros, Alminhas, Monumentos de Portugal*, Volume I, Edição do Gabinete de Estudos Urbanos e Rurais, 1937.
- KEMPIS, Tomás de, *A Imitação de Cristo*, Editorial Verbo, Lisboa.
- VASCONCELOS, J. Leite de, *Etnografia Portuguesa*, Vol. IX, pp. 300-523
- VASCONCELOS, J. Leite de, *Etnografia Portuguesa*, Vol. VII, p.59

- VASCONCELOS, J. Leite de, *Religiões da Lusitânea*, Vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1915.
- VENTURA, Jorge, *Alminhas do Vale de Bestança*, Terras e Serpa Pinto nº 6, Janeiro 1997, Câmara Municipal de Cinfães, 1997.
- VIEIRA, A. Martins, “*Alminhas no Concelho de Vila Nova de Famalicão*”, *Separata do Boletim Cultural 8 da Câmara Municipal V. N. de Famalicão*, p. 1.
- VILA JATO, Maria Dolores, *El Retabulo - Tipologia, Iconografía Y Restauracion*, Xunta de Galicia, Santiago de Compostela, 2002.
- VISITATION, M. de la, “*Marie et Purgatoire*”, *Maria*, Vol. V, Paris, 1958.
- VITERBO, Sousa, *Cruzeiros de Portugal: contribuições para o seu catálogo descritivo*, Separata do Boletim da Real Associação dos Architetos civis e Archeólogos Portugueses, III série, Lisboa, Lallemand, 1907-1910.
- VITERBO, Sousa, *Subsídios para a História da Escultura em Portugal*, Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses, nº 7 e 8, Lisboa, 1899, pp. 103-104.
- VOVELLE, Michel, *Ideologies et Mentalités*, Paris, Maspero, 1981, pp.132, 133 e 162.
- VORAGINE, Tiago de, *Legenda Áurea*, Tomo I, Civilização, Porto, 2004.
- WOLF, H., *Antropologia del Antiguo Testamento*, Salamanca, 1975.

Dicionários

- ANDRADE, António Alberto Banha de, *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, 1º Volume, Editorial Resistência, Lisboa, 1980.
- ANDRADE, Arsénio Sampaio de, *Dicionário Histórico e bibliográfico de Artistas e Técnicos portugueses*, Lisboa, 1959.
- ARAÚJO, Luís Manuel, *Dicionário do Antigo Egipto*, Editorial Caminho, Lisboa, 2001.
- A VACANT, E. MANGENOT, *Dictionnaire de Théologie Catholique*, Tome Treizième (Vol. 13)- 1ª parte, Librairie Letouzey et Ané, Paris-VI, 1936.
- BARRAL i ALTET, Xavier, *Dictionnaire Critique D' iconographie Occidentale*, Presses Universitaires de Rennes, Rennes, 2003.
- MICHEL, A, *Purgatoire*, in *Dictionnaire de Theologie Catholique*, XXX-I, Paris, 1936.

- O' NEILL, S.I. Charles E., MARIA DOMINGUEZ, S.I. Joaquin, *Diccionario Histórico De La Compañía de Jesús*, Biográfico-Temático, Vol. IV, *Institutum Historicum*, S.I., Roma 2001, Universidad Pontificia, Comillas, Madrid, 2001.
- PAMPLONA, Fernando, *Dicionário de pintores e escultores portugueses*, Vol. I, 3ª edição, Livraria Civilização, 1991.
- TEIXEIRA, Luís Manuel, *Dicionário ilustrado de Belas-Artes*, Presença, Lisboa, 1985.

Enciclopédias

- Enciclopédia Universal Ilustrada Europeu - Americana, Barcelona, Hijos de Espasa Editores, 1926, Tomo XXVII, 2ª parte, (p. 3454).

Ilustrações

- CARNEIRO, Deolinda Maria Veloso, *OPERA FIDEI: Obras de Fé num Museu de História, Catálogo de Exposição do Arciprestado de Vila do Conde e Póvoa do Varzim*, Póvoa do Varzim, 2002-2003.
- SOVERAL, Augusto, *História da Arte*, Volume 7, Editorial Planeta, Lisboa, 1996.
- VASCONCELOS, Flório de, *A Arte em Portugal*, Verbo, Lisboa, 1973.
- WALTHER, Ingo F., WOLF, Norbert, *Masterpieces of Illumination*, Taschen, 2005.
- WALLACE, William E., *MICHELANGELO - The complete Sculpture Oainting, Architecture*, Hugh Lauter Levin Associates, Inc., Hong Kong, 1998.

Endereços Eletrónicos

Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa

<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/x-arqweb>

Livro de Horas Duque de Berry

www.christusrex.org/www2/berry/f113v.html

Imagens e gravuras

www.emblem.libraries.psu.edu/Ripa/Images/riptoc.html

Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora

www.inventarioevora.com.pt/acessibilidade/roteiro_t3_01.html

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2010-02-21

(Olinda Maria de Jesus Rodrigues)